

Dinâmicas do Pentecostalismo Evangélico no Estado de Rondônia: um estudo de sociologia da religião

César Portantiolo Maia

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Sociologia
(3^o ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Donizete Aparecido Rodrigues
Co-orientador: Prof. Doutor Wilson José Ferreira de Oliveira

Júri:
Prof. Doutor Donizete Aparecido Rodrigues
Profa. Doutora Joana D'Arc do Vale Bahia
Profa. Doutora Helena Carlota Ribeiro Vilaça
Profa. Doutora Carla Regina Macena Pereira Patriota
Prof. Doutor António Joaquim Brito Figueiroa Jardim Costa
Prof. Doutor Nuno Miguel Cava Augusto

junho de 2022

Edital

As provas decorreram no dia 11 de maio de 2022, na sala dos atos da Reitoria da Universidade da Beira Interior, pelas 09:30 horas.

O júri foi constituído pela Doutora Joana D'Arc do Vale Bahia, professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutora Helena Carlota Ribeiro Vilaça professora associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutora Carla Regina Macena Pereira Patriota, professora associada da Universidade Federal de Pernambuco; Doutor António Joaquim Brito Figueiroa Jardim Costa, professor auxiliar da Universidade do Minho, Doutor Donizete Aparecido Rodrigues, professor associado da Universidade da Beira Interior, Doutor Nuno Miguel Cavaca Augusto, professor auxiliar da Universidade da Beira Interior

Dedicatória

À minha companheira de muitas jornadas, Maíra.

Aos meus filhos que tanto me inspiram, Gabriela, Davi e Martim.

Agradecimentos

À minha família que me acompanhou nessa jornada. Minha esposa, grande incentivadora, não medindo esforços para que este trabalho fosse concluído, me encorajando e apoiando nos momentos mais desafiadores. Meus filhos, que tiveram de suportar as minhas ausências e as instabilidades vividas nessa jornada.

Aos meus pais, Ariano e Noeli (Neca) e aos meus sogros, Adilmar e Neusa. Embora distantes, foram essenciais neste processo.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Donizete Rodrigues e Prof. Dr. Wilson Jose Ferreira de Oliveira.

À Universidade de Beira Interior e à Universidade Federal de Sergipe.

Ao Laboratório de Estudos do Poder e da Política - Lepp, por toda acolhida, oportunidade de convivência e companheirismo de seus membros.

Ao Santander-Totta, pelo apoio financeiro inicial.

Aos amigos em Portugal, especialmente ao Fábio e a Tâmelá, ao Lourival e a Ana e ao João Canavilhas. Pessoas que tiveram a sua importância para a conclusão desta jornada.

Aos amigos no Brasil. Aos compadres Jorge e Dani e aos meus irmãos Daniel e Cleide. Aos compadres Jerusa e Carlos, Flávia e Eduardo, Felipe e Miriam. Todos me acompanharam nesses anos de execução deste trabalho.

A todos que contribuíram com esta pesquisa através de concessão de entrevistas, com o empréstimo de material de pesquisa ou com outras formas de colaboração que foram de fundamental importância para a conclusão deste trabalho. Em especial cito Jamile Batista, que sempre se mostrou disponível em ajudar, e Kerlys Jacob, que contribuiu de forma decisiva para a viabilização das respostas aos questionários on-line que aplicamos.

Resumo

A sociologia da religião há muito se preocupa em estudar as relações estabelecidas entre as religiões e o poder do Estado, investigando o grau de distância ou de proximidade entre tais instituições. Em nossa pesquisa, estamos preocupados em analisar a forma como esta relação tem se estabelecido nos últimos anos em que a polarização política consolidou uma extrema-direita no Brasil. Marcados por aspectos como a defesa de uma moralidade conservadora, pelo liberalismo econômico e por posicionamentos radicais referentes a temas bastante polêmicos como porte de armas, redução da maioria penal, discurso anti-aborto, pró-família tradicional, antifeminista e anti-LGBTQA+, tais grupos ganharam relevância no cenário social brasileiro. Na maioria das vezes, estas posições baseiam-se em Deus e na estrutura social patriarcal.

A eleição de Jair Bolsonaro, sustentada com forte apoio evangélico, abre precedente para pensar que o pentecostalismo seria a base de sustentação das ideias da extrema-direita brasileira. Essa foi a hipótese inicial desta pesquisa, que desencadeou um estudo sobre a religião e a política na região com maior proporção de pentecostais do Brasil. Rondônia, um dos estados mais jovens da federação, formado pela miscigenação de brasileiros vindos de diversas regiões do país, é o local com a população mais pentecostal do Brasil, de acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

A opção religiosa se reflete também na opção política, pois o governador e o senador mais votado nas eleições de 2018 são declaradamente pentecostais. Além disso, 5 dos 8 deputados federais expressam relações próximas com os preceitos cristãos conservadores. No entanto, não há adesão a todas as ideias da extrema-direita por parte dessas lideranças políticas.

Valendo-se de metodologias que mesclam análises de dados quantitativos e qualitativos, utilizamos dados produzidos pelo IBGE e informações levantadas em campo através da aplicação de questionários com os pentecostais. Realizamos, também, análise das redes sociais das lideranças políticas e entrevistas com líderes sociais e religiosos, através dos quais demonstramos as articulações sócio-políticas em torno de temas comuns como pautas econômicas, morais e religiosas. Assim, analisamos os caminhos percorridos pelo pentecostalismo em sua expansão e atuação nos espaços de poder no Estado de Rondônia.

Essa tese defende a ideia de que os preceitos pentecostais não são os mesmos defendidos pela extrema-direita; existem sim pontos convergentes, mas também existem divergências. O distanciamento das ideias defendidas pela esquerda, quanto a temas como aborto, armamento, feminismo e defesa da causa LGBTQA+, levou a aproximação com a extrema-direita, além da oportunidade de ascensão ao poder federal. No entanto, por não existir uma base comum, é possível que, em um horizonte próximo, haja dissociação dessa ligação entre pentecostais e a política de extrema-direita.

Palavras-chave:

Religião; pentecostalismo; política brasileira; extrema-direita; Rondônia.

Abstract

Sociology of religion has long been concerned with studying the relationships established between religions and state power, investigating the degree of distance or proximity between such institutions. In our research, we are concerned with analyzing how this relationship has been established in recent years in which political polarization has consolidated an extreme right-wing in Brazil. Marked by aspects such as the defense of a conservative morality, economic liberalism, and radical positions regarding quite controversial issues such as gun ownership, reduction of the age of criminal responsibility, anti-abortion, pro-traditional family, anti-feminist, and anti-LGBTQA+ discourse, such groups have gained relevance in the Brazilian social scene. Most of the time, these positions are based on God and the patriarchal social structure.

The election of Jair Bolsonaro, sustained with strong evangelical support, sets a precedent for thinking that Pentecostalism would be the basis for sustaining the ideas of the Brazilian far-right. This was the initial hypothesis of this research, which triggered a study on religion and politics in the region with the highest proportion of Pentecostals in Brazil. Rondônia, one of the youngest states in the federation, formed by the miscegenation of Brazilians coming from various regions of the country, is the place with the most Pentecostal population in Brazil, according to data from the 2010 census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).

The religious option is also reflected in the political option, as the governor and the most voted senator in the 2018 elections are avowedly Pentecostal. In addition, 5 of the 8 federal deputies express close relations with conservative Christian precepts. However, there is no adherence to all the ideas of the extreme right by these political leaderships.

Making use of methodologies that mix quantitative and qualitative data analysis, we used data produced by IBGE and information collected in the field through questionnaires applied to Pentecostals. We also carried out an analysis of the social networks of political leaders and interviews with social and religious leaders, through which we demonstrated the socio-political articulations around common themes such as economic, moral, and religious agendas. Thus, we analyze the paths taken by Pentecostalism in its expansion and performance in the spaces of power in the State of Rondônia.

This thesis defends the idea that the Pentecostal precepts are not the same as those defended by the extreme right; there are convergent points, but there are also divergences. The distancing from the ideas defended by the left on issues such as abortion, weapons, feminism, and defense of the LGBTQA+ cause, led to a rapprochement with the extreme right, in addition to the opportunity to ascend to federal power. However, because there is no common ground, it is possible that in the near horizon there will be dissociation of this link between Pentecostals and far-right politics.

Keywords:

Religion; Pentecostalism; Brazilian politics; far-right; Rondônia.

Índice

Capítulo 1. Introdução	18
1.1 O pentecostalismo	20
1.2 A relevância de Rondônia enquanto campo a ser estudado	26
1.3 Metodologia que utilizamos	29
1.4 Estrutura da tese	41
Capítulo 2. Rondônia: da migração à pentecostalização	43
2.1 Rondônia: os que chegam trazem contribuições e transformações	45
2.1.1 A chegada do nordestino	45
2.1.2 A chegada dos sulistas	50
2.2 O pentecostalismo e seus percursos amazônicos	50
2.2.1 Nascendo na cidade, escorrendo por rios e penetrando nas florestas	50
2.2.2 Pentecostalismo Rondoniense: a periferia vai se tornando centro	60
2.2.3 O pentecostalismo em Rondônia expresso em números	65
2.2.4 Indígenas e a cristianização: algumas interpelações	74
Capítulo 3. Pentecostalismo, conservadorismo e poder	79
3.1 Ascensão do conservadorismo no Brasil	80
3.2 Teologia da prosperidade	94
3.3 Relação com o liberalismo econômico	98
3.4 “Demonizar” a esquerda e as outras religiões	101
3.5 Defesa da moralidade	104
3.6 Autoritarismos e religião	110
3.6.1 Formação patriarcal	110
3.6.2 Política brasileira: um percurso autoritário	113
3.6.3 Autoritarismo e violência: faces da religião e da política	116
3.7 Pentecostais e a política	121
Capítulo 4. Os pentecostais e as suas opiniões	129
4.1 Perfil do pentecostal em Rondônia	129
4.2 A prosperidade e suas interfaces	134
4.3 Liberalismo econômico	144
4.4 A defesa da violência	149
4.5 Defesa da moral cristã	155
Capítulo 5. Lideranças políticas pentecostais de Rondônia e seus posicionamentos	162
5.1 Delineando perfis de lideranças evangélicas	163
5.2 Liberalismo	165
5.3 A violência como bandeira	174
5.4 Valorização da moral	185
Capítulo 6. Entre a teoria, as opiniões e os discursos	197
6.1 Prosperidade e liberalismo econômico	197
6.2 A força da moral	199
6.3 Autoritarismo e violência	202
6.4 A política	208
Considerações finais	214
Referências	219
Anexos	229
Anexo 1. Questionário aplicado a pentecostais de Rondônia	230

Lista de Figuras

Imagem 1. Fórmula para cálculo de amostragem de pesquisas quantitativas	31
Imagem 2: e-mail enviado ao gabinete do Governador Coronel Marcos Rocha	36
Imagem 3: e-mail enviado ao gabinete do Senador Marcos Rogério	38
Imagem 4: e-mail enviado ao gabinete do Senador Marcos Rogério	39
Imagem 5. Mapa do estado de Rondônia	43
Imagem 6: card postado pelo Senador Marcos Rogério	171
Imagem 7: card postado pelo deputado federal Coronel Chrisóstomo	173
Imagem 8: Foto postada pelo Governador Coronel Marcos Rocha	176
Imagem 9: foto postada pelo Governador Coronel Marcos Rocha	179
Imagem 10: montagem com o presidente Jair Bolsonaro	184
Imagem 11: foto postada pelo Governador Coronel Marcos Rocha	192

Lista de Tabelas

Tabela 1. A qual igreja você pertence?	131
Tabela 2. Há quanto tempo você pertence a essa igreja?	131
Tabela 3. Quantas vezes você costuma ir à igreja?	131
Tabela 4. Em qual faixa de idade você se enquadra?	133
Tabela 5. Qual é o seu nível de escolaridade?	133
Tabela 6. Qual é a sua renda mensal?	134
Tabela 7. O que você pensa sobre prosperidade?	135
Tabela 8. Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?	140
Tabela 9. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?	140
Tabela 10. Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades	142
Tabela 11. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades	142
Tabela 12. O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?	145
Tabela 13. Tabulação cruzada Denominação religiosa X O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?	145
Tabela 14. O que você pensa sobre IMPOSTOS?	147
Tabela: 15: Tabulação cruzada Denominação religiosa X O que você pensa sobre IMPOSTOS	148
Tabela 16. Para ter mais SEGURANÇA PÚBLICA é necessário	150
Tabela 17. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Para ter mais SEGURANÇA PÚBLICA é necessário:	151
Tabela 18. Você é a favor ou contra a PENA DE MORTE?	153
Tabela 19. Você é a favor ou contra o PORTE DE ARMAS por pessoas comuns?	153
Tabela 20. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Você é a favor ou contra o PORTE DE ARMAS por pessoas comuns?	154
Tabela 21. O que você pensa sobre ABORTO?	156
Tabela 22. Tabulação cruzada Denominação religiosa X O que você pensa sobre ABORTO?	157
Tabela 23. Você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?	158
Tabela 24. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?	158
Tabela 25. Qual dessas características você considera a mais importante na hora de escolher um candidato?	206
Tabela 26. Em quem você votou no segundo turno das eleições de 2018?	212

Capítulo 1

Introdução

Com dimensões continentais, o Brasil é um país diverso quanto às suas matrizes étnicas-raciais e com significativa riqueza cultural. De acordo com o antropólogo Darcy Ribeiro (2006), este país seria uma “nova Roma”, dadas a sua extensão territorial e a diversidade de suas “gentes”. Na concepção do autor, o brasileiro seria o resultado da mistura de três cepas originais: o branco europeu; os povos nativos dessas terras, o índio; e o negro africano, uma miscigenação repleta de potencial criativo.

Neste país diverso, encontra-se o estado de Rondônia, confrontando-se em suas divisas com outros estados brasileiros e também com a Bolívia. É um dos estados mais jovens da federação. Está situado na região norte do Brasil e compõe, com mais oito estados, a Amazônia brasileira dividindo com esta macrorregião suas paisagens, flora, fauna, relevos, hábitos culturais e tradições de seus povos.

O Brasil é um país de maioria cristã católica. Porém, comparando os censos do IBGE dos anos de 2000 e 2010, percebemos que, embora o catolicismo seja a religião com o maior número de adeptos, vem perdendo espaço no território nacional para grupos como os evangélicos pentecostais.

Caracterizado como um movimento específico do cristianismo, o pentecostalismo tem apresentado, nas últimas décadas, dados expressivos de crescimento em seu contingente de adeptos em todo o território brasileiro e especialmente no estado de Rondônia. Nesse sentido, tem sido expressiva, também, a influência que as lideranças do movimento têm exercido no âmbito da política através de seus grupos organizados, sendo a bancada evangélica no congresso nacional um exemplo disso.

No ano de 2000, os católicos eram 73,7% da população, reduzindo-se em 2010 para 65%, ao passo que os evangélicos eram 15,4% em 2000 e passaram a 22,2% em 2010 (IBGE, 2012). Focando especificamente na região norte, percebemos que do total da sua população, 28,5% são evangélicos (IBGE, 2012). Se o recorte for ainda mais específico, se detendo apenas no estado de Rondônia, o dado aumenta para 33,8% da população vinculada a este segmento religioso, o índice mais alto do país (IBGE, 2017).

Além do número de cristãos evangélicos e católicos ser expressivo, algumas lideranças dessas igrejas ganharam notoriedade na vida social e política do país. Sempre que ocorre

algum debate social sobre questões morais (aborto, eutanásia, casamento entre pessoas do mesmo sexo), lideranças religiosas se fazem presente buscando influenciar as discussões. É inegável a força política que conseguiram mobilizar, especialmente com a eleição de representantes para o legislativo e a formação de bancadas religiosas, bem como com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, o pleito de 2018 teve como uma de suas principais marcas a polarização direita x esquerda, tendo como representação desses dois lados as candidaturas de Jair Messias Bolsonaro e Fernando Haddad, respectivamente. Naquele contexto, Bolsonaro articulou um discurso conservador que teve como pautas principais a defesa do liberalismo de mercado, da propriedade privada, dos preceitos morais da família patriarcal e a exaltação da fé cristã, a partir da utilização do nome de Deus em muitas ocasiões, inclusive, no seu próprio lema de campanha, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”.

A partir deste discurso, Bolsonaro conseguiu atrair para a sua candidatura o apoio da maioria das forças sociais conservadoras e dentre elas os grupos religiosos, especialmente os pentecostais. Tal apoio lhe rendeu mais de 70 por cento dos votos dos eleitores ligados a este segmento religioso e vinculou publicamente suas políticas aos grupos cristãos (MARIANO e GERARDI, 2019).

Com isso, as articulações entre argumentos religiosos e aqueles vinculados a uma racionalidade pública tornaram-se praticamente indiferenciados, assim como a presença de agentes religiosos na estrutura do Estado brasileiro e na condução política do país¹. Dessa articulação entre elementos religiosos e políticos, emergiu a imagem de que os grupos que apoiam o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro formariam um bloco monolítico e coeso em torno dos seus argumentos.

A nossa intenção com esta pesquisa é compreender quais são as relações estabelecidas entre esses interesses religiosos e os políticos e verificarmos a efetividade dos vínculos entre as ideias da extrema-direita e o pentecostalismo. Preocupamos-nos em identificar o grau de convergência e os limites dos discursos, bem como as opiniões dos membros das igrejas pentecostais sobre aspectos que transitam entre os domínios da religião e da política, tendo como campo empírico o estado de Rondônia, que se caracteriza como o mais pentecostal do Brasil.

¹ São exemplos dessa relação entre política e religião o atual ministro da educação Milton Ribeiro, que é pastor presbiteriano, a ministra dos direitos humanos Damares Alves, que também é pastora e a relação próxima do Presidente com pastores, padres e pregadores.

1.1 O pentecostalismo

Remetendo de forma direta à ação do Espírito Santo, o pentecostalismo é um movimento religioso cristão que influencia diferentes grupos religiosos. Perpassando organizações históricas, como a Igreja Católica e igrejas evangélicas contemporâneas, como a Igreja Universal do Reino de Deus, este movimento impacta em muitos aspectos o cristianismo na atualidade.

O nome tem origem na festa judaica *Pentekostes Hemera*, realizada 50 dias após a Páscoa. De acordo com a tradição cristã, teria sido neste dia que os discípulos, amedrontados após a morte de Jesus, teriam recebido o Espírito Santo e, através da atuação deste, adquirido coragem para falar publicamente de seu mestre (CAMPOS, 2005).

Um fato narrado sobre esta ocasião se tornou central para os pentecostais em suas práticas religiosas, a manifestação dos presentes em “línguas estranhas”. De acordo com a narrativa bíblica (Atos dos Apóstolos 2,1-13), após receberem o Espírito Santo, os discípulos começaram a falar em línguas que não correspondiam ao seu vernáculo de origem, com isso as pessoas que presenciaram tal cena teriam conseguido entender o que eles falavam, mesmo sendo de nacionalidades diferentes. A prática de falar em “línguas estranhas”, ou glossolalia, tornou-se comum entre os pentecostais, configurando uma manifestação comum aos diferentes grupos que compõem o movimento.

Anterior ao pentecostalismo é o protestantismo, um movimento religioso cristão que contribuiu de forma direta para o surgimento das igrejas pentecostais no final do século XIX. Como protestantes são entendidas todas as igrejas que surgiram a partir da não concordância de Martinho Lutero (1483–1546) com alguns princípios da Igreja Católica do século XVI. Como exemplo de instituições que assim são concebidas, podemos citar as igrejas Luterana, Presbiteriana, Anglicana e Metodista.

O pentecostalismo norte americano e o brasileiro surgem tendo como berço as igrejas protestantes históricas, pois suas lideranças pertenciam à alguma delas antes de romperem e fundarem igrejas pentecostais autônomas. No caso brasileiro, pode-se dizer que a proposta pentecostal trilhou seus primeiros passos por caminhos já abertos pelos

protestantes históricos no “Brasil Católico” (MAFRA, 2002), ainda sob o regime do padroado².

As origens do pentecostalismo, da forma como é conhecido na atualidade, remete aos Estados Unidos da América e ao trabalho de Charles Fox Parham e Willian Joseph Seymour. De acordo com Campos (2005), teriam sido estes dois homens os grandes iniciadores do movimento. No entanto, o autor destaca que Seymour, através da sua ação religiosa na Rua *Azuza Street*, em Los Angeles, a partir de 1906, teria inflamado de forma mais contundente o movimento que surgia, fazendo com que este ganhasse a importância adquirida no século XX.

O surgimento do pentecostalismo no Brasil está diretamente ligado às experiências norte-americanas, pois seus iniciadores vivenciaram o batismo no Espírito Santo nos Estados Unidos antes de partir para a missão na América do Sul. Assim, pode-se dizer que o surgimento do movimento pentecostal se deu nos EUA e que as manifestações brasileiras foram construídas a partir deste aprendizado inicial.

Um exemplo disso é o caso dos iniciadores do movimento pentecostal no Brasil, que embora fossem de distintas nacionalidades, passaram pelos EUA antes de ir para a nova terra de missão, os suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, que no ano de 1911 se instalaram na região Norte, e o italiano Louis Francescom, que no ano de 1910 começa o seu trabalho no Sul. Os dois primeiros fundaram a igreja Assembleia de Deus e o terceiro a Congregação Cristã, oficialmente a primeira igreja pentecostal em solo brasileiro.

Gunnar Vingren e Daniel Berg aportaram na cidade de Belém, no estado do Pará, com a missão de propagar em solo brasileiro a fé que professavam (PANTOJA, 2011). Após um primeiro contato e acolhida pelas igrejas protestantes tradicionais, que já se encontravam instaladas em Belém, os missionários rompem com estas e fundam uma nova denominação, registrada como pessoa jurídica no ano de 1918, sob o nome de Assembleia de Deus (PANTOJA, 2011). Configura-se, assim, o surgimento da segunda igreja pentecostal em solo brasileiro.

Nesses mais de 100 anos de história, o pentecostalismo passou por algumas transformações que o tornaram mais dinâmico e adaptado à realidade social. Nesse sentido, autores como Ricardo Mariano, Ari Pedro Oro e Paul Freston se esforçaram em

² Foi um regime de relações entre a Igreja Católica e a monarquia brasileira que estabelecia profunda articulação entre os dois poderes. Entre as imposições deste regime estava a do Brasil como um país Católico, sendo a população obrigada a vincular-se a tal religião.

criar uma classificação capaz de dar conta dessas mudanças. Comentaremos sobre o modelo classificatório de Freston, que utiliza a metáfora das “ondas”, para distinguir as fases do movimento no Brasil, dividindo-as em 3: a primeira onda, chamada de pentecostalismo clássico, teve como marco as Igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã; a segunda onda começaria na década de 1950, tendo como marcos a fragmentação dos pentecostais e a fundação das igrejas do Evangelho Quadrangular em 1951, Brasil para Cristo em 1955 e Deus é Amor em 1962; e a terceira onda a partir de 1970, que teria como marca a fundação das igrejas Universal do Reino de Deus em 1977 e a Internacional da Graça de Deus, em 1980 (PANTOJA, 2011).

As denominações surgidas nessa terceira onda foram classificadas por Ricardo Mariano como “neopentecostalismo” e teriam como marca principal da sua atuação: a) a mudança nos estereótipos que marcariam a santidade, pois foram deixados de lado alguns preceitos, como o das roupas que os convertidos deveriam usar, algo que marcava fortemente os pentecostais da primeira e da segunda ondas; b) organização da igreja com base em modelos empresariais, com uma administração centralizada e gestão racional dos recursos arrecadados através dos dízimos e dos investimentos em meios de comunicação; c) utilização da “teologia da prosperidade”, modelo teológico que exalta a prosperidade financeira e através do qual o pentecostalismo extrapolou as fronteiras sociais conquistando, para além das populações de baixa renda, adeptos na classe média e nos meios empresariais; d) ênfase na guerra espiritual contra o demônio, personificado nas religiões de matriz africana; nesse sentido, a igreja Universal, por exemplo, faz uso das “sessões do descarrego”, momento em que fica evidente essa prática (PANTOJA, 2011).

Devemos considerar que o pentecostalismo é muito dinâmico e descentralizado, tendo variações regionais e temporais que alteram abruptamente as suas práticas. Portanto, essas classificações expostas servem como um guia que nos ajudará na leitura e interpretação do movimento, mas que em momento algum deverá engessar a análise que empreendemos. Nesse sentido, nem todas as igrejas pentecostais que surgiram nas últimas décadas podem ser classificadas como neopentecostais, pois muitas surgiram a partir de dissidências na Assembleia de Deus, o que faz com que elas estejam mais próximas do “pentecostalismo clássico” do que do “neopentecostalismo”. Assim, cada situação tem de ser analisada a partir das suas especificidades.

Em mais de um século de atuação nos diferentes países do mundo, o pentecostalismo alterou as paisagens religiosas, gerou conflitos, desacomodou e mexeu em aspectos sociais, culturais e políticos em muitos lugares, o que despertou o interesse de pesquisadores em

estudá-lo. Apenas para citarmos alguns, a título de exemplo, destacamos Peter Berger, Paul Freston, Ari Pedro Oro, Donizete Rodrigues, Bernardo Campos, Roger Bastide, entre muitos outros que construíram importantes referências, formando uma sólida base teórica em que nos baseamos no trabalho que empreendemos. Estes autores ajudam-nos a compreender a complexidade do “pentecostalismo” que se constitui efetivamente num “movimento pentecostal”, conforme explicaremos nos próximos parágrafos.

Como a própria definição já indica é algo que não é estático, mas que se altera, se transforma, se modifica no tempo e no espaço. É nessa perspectiva que fizemos a opção por defini-lo assim, pois a partir de uma leitura atenta do que já foi escrito sobre este movimento religioso, perceberemos que possui grande capacidade de se modificar com o passar do tempo e em diferentes regiões, inserindo-se nas mais distintas culturas, adaptando-se ou alterando-as de forma dinâmica em distintos contextos.

Um processo que demonstra esta tendência são as clivagens em múltiplas igrejas independentes pela qual o pentecostalismo passa constantemente, sem uma organização centralizada e tendendo sempre a novas subdivisões. Francisco Javier Ullán de la Rosa (2003) destaca que esta tendência à multiplicação constante em novas denominações estaria relacionada à doutrina inicial, que constitui uma espécie de “tronco” fundador do pentecostalismo - a doutrina do “sacerdócio universal” de Calvino. Nela está disposta a ausência da necessidade de intermediários para que se estabeleça uma relação com Deus; ou seja, todo ser humano possui esta capacidade, basta querer utilizá-la, assim, qualquer processo mais rígido de institucionalização, ou de hierarquização, comum em muitas instituições religiosas, formam o ambiente propício para a divisão e a formação de uma nova denominação pentecostal.

Devemos destacar que o pentecostalismo não atua somente a partir da formação de novas igrejas independentes, mas se articula com as instituições tradicionais, pois como dissemos acima, ele surgiu dentro do protestantismo histórico e está presente, também, em igrejas que estão fora do espectro evangélico; por exemplo, a Igreja Católica tem em seu seio a Renovação Carismática Católica – RCC. Tal movimento é tipicamente pentecostal, porém diferente dos evangélicos, tem menor tendência à formação de novas igrejas, amparando-se nos mecanismos próprios do catolicismo e que servem para acomodação interna das dissidências³.

³ A Igreja Católica possui muitas instituições dentro da grande instituição “Igreja”; congregações, movimentos, pastorais, comunidades, dentre muitos outros subgrupos, que vão se formando e que, em alguns casos, possuem muitas diferenças e conflitos entre si, mas permanecem vinculados ao catolicismo.

Ou seja, estamos tratando de um processo religioso dinâmico e em mutação constante, que se articula com instituições tradicionais e, ao mesmo tempo, forma novas denominações independentes. Nesse sentido, a fim de caracterizarmos em linhas gerais o pentecostalismo, sem nenhuma pretensão de falar tudo sobre ele, mas apenas de situá-lo nesta introdução, apresentaremos uma breve caracterização deste movimento a partir de 6 aspectos comuns aos diferentes grupos.

Começaremos tratando da “visão dualista” sobre o mundo que se configura no bem e no mal. De maneira geral, os pentecostais têm como marca a divisão da realidade na qual estão inseridos em dois grupos totalmente opostos e sem nenhuma possibilidade de diálogo entre si (ROSA, 2003). Praticamente tudo é enquadrado na dualidade bem/mal, as situações vividas, condição financeira, comportamentos, enfermidades, tudo o que faz parte da realidade vai sendo classificado desta forma. Este é um aspecto que marca todos os grupos pentecostais e possui forte relação com a crença na existência do “diabo”, o grande responsável pelas desordens e pelas coisas consideradas ruins, aquele que se opõe à bondade, às coisas positivas que são atribuídas a Deus.

O segundo aspecto comum aos diferentes grupos pentecostais é o que Francisco Javier Ullán de la Rosa (2003) define como sendo uma “teologia do testemunho”, um exercício de leitura bíblica que se estabelece nas relações com as situações vividas. O que é posto em evidência são as estórias bíblicas lidas em sentido literal, abandonando ao máximo a erudição e as elaborações teóricas que marcam outras igrejas cristãs, como o catolicismo, por exemplo, a fim de que as possibilidades de compreensão se tornem acessíveis ao máximo aqueles que não possuem familiaridade com a Bíblia, ou são desprovidos do conhecimento necessário para o entendimento de elaborações mais complexas. Nesse sentido, o texto bíblico é utilizado para explicar a vida ou vice-versa, exemplos bíblicos fundamentam situações vividas e as situações vividas, alegrias, sofrimentos, conversões, são explicadas a partir deles.

O terceiro aspecto comum aos pentecostais dialoga profundamente com o anterior, o “milénarismo” presente em suas crenças e leituras bíblicas com fortes tendências apocalípticas⁴. Nessa perspectiva, a vinda de Deus à terra novamente se efetivaria ao final do milênio, ou em outro momento específico a depender da leitura bíblica ou da profecia, seria o momento da materialização do confronto entre Deus e o diabo e da separação entre os bons e os maus (ROSA, 2003). A leitura apocalíptica presente nas pregações cumpre função coercitiva, pois é acompanhada pelo argumento de que os bons (convertidos) irão

⁴ Com base no apocalipse, último livro da Bíblia.

para o céu e os maus (não convertidos) para o inferno, atuando como um elemento de agregação e manutenção da coesão comunitária.

No mesmo sentido da busca por maximizar a popularização está o quarto aspecto, o estabelecimento de um “rito simples”, baseado em símbolos com significado direto e compreensíveis a todos, reduzindo-se ao máximo a sofisticação. De acordo com Francisco Javier Ullán de la Rosa (2003), simplicidade, espontaneidade, participação e emotividade, seriam as marcas dos ritos pentecostais que seriam ainda complementados pelas músicas animadas e pela teatralidade dos cultos. Para além da aproximação facilitada, este modelo ritual exerceria uma função catártica sobre os indivíduos que encontram nos momentos de celebração religiosa um espaço para revigorar as energias e o ânimo perante às dificuldades da vida (ROSA, 2003).

O quinto aspecto se refere à presença do Espírito Santo, algo que está ligado à origem do nome do movimento e corresponde ao significado da palavra pentecostes. Este é, sem dúvida, o elemento mais significativo que marca o pentecostalismo, qualquer um dos anteriores pode ser relativizado, mas este não. Configura o elemento central da identidade destes crentes, não sendo possível falar de uma igreja pentecostal que não creia e não se valha do Espírito Santo em seus ritos.

A fim de que a sua ação se concretize plenamente, existe um “rito de passagem” que marca a transição do crente da vida sem o Espírito Santo para a vida com ele - se chama “Batismo no Espírito Santo”. É diferente do batismo tradicional realizado nas igrejas cristãs, não o substitui, mas o confirma (CARRANZA, 2002). Em termos estéticos, o que difere os dois é que enquanto o “Batismo tradicional” é marcado por um rito estático, que se vale do uso da água, o “Batismo no Espírito Santo” ocorre de forma mais espontânea, através de uma manifestação de fé pouco controlada. Geralmente quem conduz o rito utiliza a imposição das mãos sobre o batizado, que pode responder de diferentes formas, caindo ao chão (repouso no espírito Santo), orando em línguas estranhas (glossolalia), ou tendo outras reações que o momento lhe inspire. Esse rito é muito importante, pois marca a entrada do fiel para o mundo pentecostal; concebe-se que a partir deste momento as suas ações serão inspiradas pelo Espírito Santo.

O sexto aspecto a ser destacado se refere a relação dos pentecostais com uma “ética social”. É comum neste segmento religioso a valorização das posturas éticas dentro dos padrões cristãos, a mudança de vida, a não ingestão de bebidas alcoólicas, o abandono do adultério, porém, pouco se fala sobre as injustiças sociais. Estas ficariam relegadas às

impurezas do mundo profano, do qual fazem parte e que seriam automaticamente eliminadas no dia do “juízo final”, em que as almas dos convertidos, embora injustiçadas neste mundo, seriam recompensadas ao “ganharem o céu” (ROSA, 2003).

Porém, este aspecto tem se mostrado bastante controverso, pois as lideranças das igrejas, ao mesmo tempo que não valorizam em suas pregações uma ética voltada para a intervenção nas estruturas sociais, demonstram uma postura diferente nos períodos eleitorais e nas votações de temas morais (aborto, questões de gênero, casamento) nas câmaras dos deputados e de vereadores. Na prática, esses grupos têm demonstrado grande articulação e capacidade de influência⁵. Um exemplo disso foi a eleição do Presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, em 2018, que contou com massivo apoio dos diferentes grupos pentecostais.

Antes de finalizarmos esta apresentação introdutória do pentecostalismo, devemos fazer uma breve observação conceitual, a fim de evitarmos possíveis dificuldades de compreensão do nosso trabalho, pois trabalhamos com conceitos fluidos e que se alteram com variações espaço-temporais.

Como destacado por Clara Mafra (2002), os protestantes no Brasil são conhecidos pelo nome comum de “evangélicos”. O próprio IBGE utiliza o termo em sua classificação das religiões, com a subdivisão em “evangélicos de missão”, que corresponde aos luteranos, presbiterianos, anglicanos, metodistas, batistas e adventistas e “Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal”, remetendo a todas as igrejas independentes identificadas com o pentecostalismo.

O termo protestante seria o mais preciso, pois remete às igrejas que têm como referência histórica a reforma protestante de Martinho Lutero, em 1500, havendo uma subdivisão entre “históricos” (que seria o mesmo que evangélicos de missão) e pentecostais. Porém, considerando a definição mais popularizada, nessa tese utilizaremos os termos “evangélico” e “protestante” como sinônimos, nos referindo a todos os movimentos que se relacionam com a reforma luterana, sejam históricos ou pentecostais.

1.2 A relevância de Rondônia enquanto caso a ser estudado

⁵ Empreendemos uma pesquisa que demonstrou claramente a influência dos pentecostais nas votações do Plano Nacional de Educação – PNE, no Brasil em 2015 (MAIA, BITTENCOURT E RODRIGUES, 2017). Este artigo pode ser consultado no endereço: <file:///C:/Users/David%20Oliver/Downloads/46721-156975-1-SM.pdf>

O estado de Rondônia possui significativo contingente de evangélicos. De acordo com os dados do Censo de 2010, do IBGE, 33,8% da população se declaram evangélicos, sendo que destes 63% se declaram pentecostais (IBGE, 2017). Dessa forma, é possível perceber que Rondônia, em termos proporcionais, apresenta números impactantes que os coloca na posição de estado mais pentecostal do Brasil.

Se observarmos os dados do censo do IBGE de 2010, embora o crescimento numérico dos evangélicos seja uma tendência constatada em todo o território brasileiro, a publicação dos autores Senhoras, Santos e Cruz (2016) demonstra que tal fenômeno se dá de forma mais incisiva na Amazônia Ocidental⁶. Analisando os dados censitários, os autores identificaram presença superior a 30% de protestantes nos estados desta região.

Os autores mencionados acima levantam a hipótese de que a expressiva expansão do protestantismo nesta região tenha se dado por diferentes fatores, mas que seria preponderante uma das técnicas de proselitismo adotada, que consiste num pentecostalismo organizado através de uma rede de pequenas células. Esta organização teria como principais características a ausência de hierarquia, a flexibilidade organizacional e o trânsito, pois as igrejas não estão vinculadas a templos ou lideranças.

No entanto, mesmo com significativa relevância numérica, em termos acadêmicos, o tema ainda não mobilizou muitas investigações tendo como foco o estado de Rondônia. O número de pesquisas que versam sobre religião de maneira genérica é relativamente pequeno e as que tratam especificamente do pentecostalismo estão em número ainda menor.

Uma pesquisa sobre religião na cidade de Alto Paraíso/RO foi realizada por Adenilson Padovan (2004), no mestrado em Ciências da Religião. Neste estudo, o autor traça o perfil das expressões religiosas de Alto Paraíso no processo de colonização e estabilização das famílias nesta cidade. Ele identifica um processo de “pré-sacralização” das terras ocupadas, que se aproxima da ideia de “terra prometida”, presente na Bíblia. Outro aspecto destacado se refere ao trânsito religioso e a religiosidade popular presentes nessa população.

Outra pesquisa que trata do tema religião no estado de Rondônia foi realizada por Josué Passos de Melo (2014) e publicada como artigo na revista “Veredas Amazônicas”. Neste estudo, o autor apresenta dados históricos e análises sobre a implantação da primeira

⁶ A Amazônia é geograficamente dividida em “Oriental” e “Ocidental”, sendo a Amazônia Ocidental composta pelos seguintes estados: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

igreja pentecostal na cidade de Porto Velho/RO, a “Assembleia de Deus”. Embora, neste trabalho, o autor trate especificamente da influência da religião na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, o texto traz dados históricos importantes para o entendimento sobre como se deu a propagação do pentecostalismo nesta região.

No entanto, o trabalho mais denso, em termos de conteúdo sociológico e antropológico, sobre protestantismo no estado de Rondônia, é o artigo de Clara Mafra, intitulado “Jesus Cristo Senhor e Salvador da Cidade – Imaginário Crente e Utopia Política”, publicado no ano de 2006. Este artigo resultou de pesquisa empírica encampada pela autora nas cidades de Cacoal/RO e Guajará-Mirim/RO e merece destaque pela riqueza de dados e profundidade analítica de seu conteúdo.

Nesta publicação, Mafra (2006) apresenta um texto que pode ser considerado de introdução à formação identitária da população de Rondônia. A partir de binômios calcados na atuação social - “Índios e trabalhadores manuais”; “garimpeiros e madeireiros”; “médicos e profissionais liberais” -, a autora apresenta elementos fundantes, caracterizados pela ação e pelo imaginário popular dos que formaram este estado em sua configuração atual.

O objeto pesquisado consiste num decreto do prefeito de Guajará-Mirim, que gerou polêmica, na época da realização da pesquisa, pelo seu caráter religioso. Através da análise empreendida, é possível perceber os reflexos, na vida pública de Rondônia, do crescimento pentecostal vivenciado nas últimas décadas e identifica o quanto este fenômeno se insere num debate nacional de questionamento dos limites do republicanismo brasileiro.

Em se tratando de estudos que versam sobre o estado de Rondônia e o tema religião, além das três pesquisas citadas acima, foi possível identificar mais cinco, que tratam especificamente sobre o cristianismo, totalizando-se oito produções. Para Além destas, foram encontradas mais catorze publicações sobre o tema religião em sentido amplo, sendo a maioria delas com foco nas religiões de matriz africana e indígenas.

É importante destacar que estas publicações consistem em dissertações de mestrado, TCCs ou artigos, não havendo, entre elas, nenhuma tese de doutorado. Nesse sentido, dadas a relevância da religião no atual contexto sócio-político e o elevado quantitativo de adeptos ao pentecostalismo no estado de Rondônia, se expressa à importância da pesquisa que impetramos com o intuito de contribuir sociologicamente para o entendimento do fenômeno religioso e sua relação com as estruturas de poder político.

1.3 Metodologia que utilizamos

Dado o objeto de pesquisa desta tese, “a relação do pentecostalismo com o sistema de poder político” e as suas características de um movimento religioso difuso, segmentado e repleto de particularidades, que variam temporal e espacialmente; considerando-se, também, a subjetividade do tema, pois está relacionado às escolhas individuais e à subjetividade da filiação religiosa, utilizamos nesta tese a articulação entre procedimentos qualitativos e quantitativos.

Buscando encontrar respostas confiáveis às questões levantadas e a fim de investigarmos de forma profunda o pentecostalismo no estado de Rondônia, definimos os procedimentos técnicos que serão utilizados, ou seja, a maneira como se deu o levantamento dos dados necessários para a pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). A recolha de dados se dividiu em dois momentos: no primeiro, pesquisa documental, e no segundo, a realização de entrevistas abertas e fechadas, bem como a análise de redes sociais. A combinação dessas técnicas foi necessária para satisfazer a complexidade do problema investigado.

A religião e o pentecostalismo, por serem temas ainda pouco estudados no estado de Rondônia, se fez necessária e importante a pesquisa documental, a fim de buscarmos densidade na análise empreendida. Por se tratar de uma técnica em que materiais ainda não analisados dão base à pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013) ela possibilita que informações importantes, como, por exemplo, a chegada do pentecostalismo no estado, os processos de propagação, os conflitos internos e externos aos grupos religiosos e demais dados a respeito, sejam acessados. Entre os materiais analisados destacam-se especialmente os livros históricos que tratam da origem das denominações religiosas na região Norte, materiais produzidos pelas próprias igrejas a fim de documentar a sua trajetória histórica.

Além dos documentos históricos, dentre as fontes documentais que consultamos e que foram importantes para identificarmos as características sócio-religiosas do estado de Rondônia, destacamos a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os dados produzidos pelo IBGE e que estão depositados na plataforma SIDRA, podendo ser acessados publicamente, foram fundamentais para o reconhecimento do campo de pesquisa e a identificação dos aspectos gerais em termos numéricos que fundamentaram esta pesquisa.

É importante destacar que, nesta etapa de pesquisa documental, a fim de levantar pistas indicando o melhor caminho para a investigação, foram necessárias conversas e aproximações com lideranças religiosas. Em alguns casos, os documentos que tivemos acesso eram pertences pessoais de membros religiosos; para isso, foi necessária a criação de empatia entre investigador e o público envolvido na pesquisa, possibilitando confiança no trabalho que estava sendo realizado e a disponibilização de informações pertinentes à investigação.

Após o levantamento dos dados, o material passou por uma análise prévia em que fenômenos relevantes foram observados, a fim de subsidiar informações para a próxima etapa da investigação – entrevistas e análises de redes sociais. Tivemos, assim, mais clareza a respeito do tema estudado e de como se deu a chegada do pentecostalismo no estado, bem como da sua distribuição entre os municípios e denominações.

Ao mesmo tempo que realizamos a pesquisa documental, também aprofundamos os estudos sobre os modelos explicativos já produzidos a respeito do pentecostalismo. Tal processo foi importante para que tivéssemos contato com as produções dos outros autores que já estudaram esta temática e que nos permitiram compreender melhor os pentecostais a partir das suas diferentes ramificações.

Dessa forma, amparados nos levantamentos documentais e em nossas leituras de base teórica e empírica, foi possível perceber os temas que estão na pauta religiosa pentecostal e que permeiam o espaço público em seu domínio da política. A partir disso, conseguimos identificar 5 categorias principais para entender o pentecostalismo contemporâneo, especialmente em sua relação com grupos políticos de extrema-direita e que se configuram: 1) na adoção da teologia da prosperidade, enquanto doutrina preferencial; 2) na defesa do liberalismo de mercado; 3) na militância em prol de uma moralidade cristã; 4) no autoritarismo e na violência enquanto métodos prioritários de ação e 5) na sua relação com movimentos políticos dentro do sistema democrático.

Realizados estes dois passos, pesquisa inicial teórico-empírica e levantamento documental, chegava o momento do contato mais direto com o campo, com o trabalho de obtenção de dados do ambiente natural, ou seja, no espaço social onde o pentecostalismo acontece. Nesse sentido, considerando que vivenciávamos um período de pandemia, não era possível estar presente no campo de pesquisa, a fim de extrair dele as informações pertinentes ao nosso objeto de estudo.

Definimos, então, que a alternativa mais viável a fim de conhecermos as características do público que estávamos estudando, bem como os elementos que compõem as suas concepções sócio-culturais e políticas, seria através da aplicação de um questionário em formato digital.

Definido isso, era necessário calcular o tamanho da amostra, a fim de garantir a cientificidade do processo de investigação. De acordo com os dados do último censo do IBGE, realizado em 2010, no estado Rondônia 333.305 pessoas se declaram como pertencentes ao pentecostalismo. A partir deste universo, definimos uma amostra a ser pesquisada.

Para isso, consideramos um nível de confiança de 90%, uma margem de erro máxima de 5% e um erro amostral de 4%. Com base nesses dados, foi possível descobrir que a nossa amostra teria de ter, pelo menos, 271 entrevistados.

As fórmulas que regem esses cálculos estão nos teoremas conhecidos como Lei dos Grandes Números. São eles que dão o suporte matemático para a média da aleatoriedade de uma população muito grande. Assim, foi possível aplicar a seguinte fórmula⁷:

Imagem 1. Fórmula para cálculo de amostragem de pesquisas quantitativas

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$$

Legenda da fórmula

<p>n = Tamanho da amostra que queremos calcular N = Tamanho do universo Z = É o desvio do valor médio que aceitamos para alcançar o nível de confiança desejado. Em função do nível de confiança que buscamos, usaremos um valor determinado que é dado pela forma da distribuição de Gauss. Os valores mais frequentes são: Nível de confiança 90% -> Z=1,645 Nível de confiança 95% -> Z=1,96 Nível de confiança 99% -> Z=2,575 e = É a margem de erro máximo que queremos admitir (p.ex.: 5%) p = É a proporção que esperamos encontrar.</p>

⁷ Fonte: MEDINA, Cristina. Qual é o tamanho da amostra que eu preciso? Disponível em: <<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>> . Acesso em: 03 fev. 2021.

Realizados os cálculos e definidos os quantitativos de questionários que teríamos de aplicar, era hora de formularmos o instrumento de pesquisa que seria utilizado. Para isso, definimos algumas hipóteses como respostas provisórias para a questão que buscamos responder no capítulo 4 da tese - qual a relação que existe entre o vínculo com o pentecostalismo e as opiniões dos indivíduos sobre temas sócio-políticos?

Assim, foram definidas 4 hipóteses: 1) Quanto mais forte é o vínculo com o pentecostalismo, maior é a chance do indivíduo ser conservador; 2) Quanto mais forte é o vínculo com o pentecostalismo, maior é a aceitação do liberalismo econômico; 3) Quanto mais forte é o vínculo com o pentecostalismo, maior é a crença no sucesso como resultado único da ação individual; 4) Quanto mais forte é o vínculo com o pentecostalismo, maior é a crença na violência como solução para problemas relacionados à segurança.

A fim de verificarmos tais hipóteses, formulamos 17 perguntas com alternativas de respostas a serem marcadas pelo entrevistado. Das 17 questões, apenas a número 3 possuía uma alternativa aberta, na pergunta sobre o pertencimento religioso, se o respondente não pertencesse a nenhuma das igrejas listadas nas alternativas “a”, “b”, “c”, ou “d”, na letra “e” ele poderia preencher o nome da sua denominação religiosa⁸. É importante destacar que o questionário foi elaborado para ser respondido somente por pessoas ligadas ao movimento pentecostal no estado de Rondônia.

Concluída a sua elaboração, foram aplicados pré-testes com o objetivo de identificar possíveis erros na elaboração das questões ou incompreensões. Ao todo, 30 indivíduos com características semelhantes aos que participaram da pesquisa; ou seja, membros de igrejas pentecostais participaram dos pré-testes em 3 rodadas que ocorreram entre os meses de agosto e setembro de 2020.

Definidas as questões, era hora de escolher a forma que seria utilizada para que os questionários chegassem aos entrevistados e como atingiríamos o número total de indivíduos da amostra que necessitávamos. O primeiro aspecto foi resolvido sem grandes dificuldades, pois o Google nos oferece uma ferramenta, o “Google Formulários”, que permite elaborar e distribuir questionários de forma muito dinâmica e eficiente através de e-mails e das redes sociais.

⁸ O questionário pode ser verificado no link: https://docs.google.com/forms/d/13n86LYkW9_T3231VtSD1zz38k-OauiOKKqY6vjMIVic/edit

Já o segundo problema que precisávamos resolver: a definição dos indivíduos a serem entrevistados, ou seja, a nossa amostra, e de como chegar até ela, era uma questão que se mostrava mais complexa de ser dirimida.

De acordo com Agresti e Finlay (2012), as amostras se dividem em 2 tipos, probabilísticas e não probabilísticas. O primeiro tipo se define pela probabilidade exatamente igual entre todos os elementos de um universo a ser pesquisado, de que qualquer um deles possa ser escolhido como participante da pesquisa. Já o segundo tipo ocorre quando na definição da amostra não é possível garantir que todos os membros terão uma probabilidade exatamente igual de serem escolhidos enquanto participantes de uma pesquisa.

Sabemos que a condição ideal de realização de uma pesquisa é quando o investigador tem a possibilidade de ter acesso a qualquer um dos elementos do universo pesquisado, conseguindo definir uma amostra probabilística (AGRESTI e FINLAY, 2012). Porém, tal condição nem sempre é possível de ser obtida, pois depende de muitas variáveis, como o tamanho do universo que está sendo pesquisado, os recursos disponíveis e a possibilidade de se conhecer todos os seus elementos.

No nosso caso não dispunhamos de tais condições, pois não tínhamos como conhecer todos os indivíduos que pertencem ao pentecostalismo no estado e nem a possibilidade de ter acesso a todo o universo pesquisado; ou seja, a única alternativa viável que podíamos lançar mão era a amostragem não probabilística e foi assim que fizemos.

Com o questionário pronto, começamos a distribuí-lo no mês de outubro. Buscamos contatos com grupos pentecostais do estado de Rondônia para os quais enviamos o link para as pessoas responderem às questões, trabalho que se deu de forma constante até o mês de dezembro, quando obtivemos o total de 367 respostas.⁹

Com os questionários respondidos, começamos a olhar para as respostas obtidas. Nesse momento percebemos muitos erros e que algumas entrevistas precisariam ser excluídas, o que fizemos a partir de um trabalho de triagem que resultou na exclusão de 63 questionários respondidos. O principal problema na hora da triagem foi que muitos dos que responderam ao questionário não pertenciam ao pentecostalismo evangélico, mas eram católicos, protestantes históricos ou adventistas.

⁹ É pertinente destacar que nesta fase da pesquisa tivemos a contribuição da acadêmica Kerlys Jacob, do curso de gestão pública. Ela reside na cidade de Vilhena, no estado de Rondônia e possui contato com diferentes grupos pentecostais, a partir de vínculos familiares e de amizade. A sua atuação possibilitou um acesso mais fácil e rápido do nosso instrumento de pesquisa aos grupos, bem como o efetivo retorno das respostas.

Concluída esta etapa, restaram 304 questionários respondidos que estavam em condições de serem analisados. A fim de tornar viável este processo, utilizamos o *software* IBM SPSS como suporte de análise às respostas obtidas. Em nossas análises utilizamos basicamente dois procedimentos: as extrações de frequências, ou seja, a verificação do número de vezes que um determinado evento ocorre na amostra analisada; e os cruzamentos, procedimento em que duas variáveis são cruzadas a fim de percebermos as relações entre elas.

Nesse momento da pesquisa já foi possível perceber o quanto os pentecostais em Rondônia estão próximos ou distantes dos elementos que dão publicidade ao movimento em nível nacional, principalmente quando consideramos as pautas que lhes dão maior visibilidade. Temas como prosperidade, liberalismo, moral, violência e voto e como os membros das igrejas se relacionam com eles, são fenômenos que puderam ser percebidos a partir das análises preliminares que realizamos.

Após analisarmos os questionários respondidos, foi possível identificar que alguns elementos não haviam sido devidamente aprofundados e, portanto, carecíamos de mais informações. Nesse sentido, buscamos lideranças de igrejas pentecostais de Rondônia que tivessem disponibilidade para contribuir com a pesquisa, através da concessão de uma entrevista por videoconferência.

Assim, realizamos entrevistas abertas, que versavam sobre temas pertinentes à tese, com os seguintes interlocutores: G. Suruí, indígena da etnia Suruí, da cidade de Cacoal/RO e membro da Igreja Paeter; Carlos Milton, pastor da Igreja Assembleia de Deus Madureira, da cidade de Vilhena/RO; A.S.N.B.A. participante da Igreja Assembleia de Deus em Vilhena, onde exerce a função de liderança como ministrante de escola bíblica dominical; e Marta José Moreira, também participante da Assembleia de Deus na cidade de Vilhena, tendo sido vereadora e candidata a vice-prefeita.

O próximo passo foi a identificação das relações que se estabelecem entre as lideranças políticas pentecostais com os elementos que caracterizam este movimento religioso. Para a realização desta etapa, verificamos entre os cargos eletivos mais elevados do estado (governador, senadores e deputados federais) quais lideranças que se identificavam publicamente com os elementos religiosos do pentecostalismo.

Estas verificações iniciais foram realizadas com o auxílio de buscadores como o Google e através de buscas nas redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter. Após um levantamento prévio, foi possível perceber que dentre o governador, os 3 senadores e os 8 deputados federais eleitos pelo estado de Rondônia, o governador, 1 senador e 5

deputados federais apresentavam manifestações públicas que os vinculavam ao pentecostalismo ou faziam parte da Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Dessa forma, começamos a olhar de forma mais pormenorizada as redes sociais do governador do estado, Coronel Marcos Rocha (sem partido), do Senador Marcos Rogério, do partido Democratas (DEM) e dos deputados federais, Coronel Chrisóstomo, do Partido Social Liberal (PSL); Expedito netto do Partido Social Democrático (PSD); Leo Moraes do Podemos (PODE); Lúcio Mosquini, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Mariana Carvalho, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A partir da análise mais pormenorizada destas sete lideranças políticas, foi possível perceber que Rocha, Rogério e Chrisóstomo possuíam características semelhantes entre si nas suas manifestações. De maneira geral, os três eram os que mais articulavam elementos religiosos e políticos em suas postagens nas redes sociais e utilizavam publicamente falas religiosas como “Deus nos abençoe”, “a paz do Senhor” e outras do gênero que carregam em si o elemento da crença religiosa.

Dessa forma, decidimos que o melhor seria analisar essas três lideranças políticas, pois possuíam padrões semelhantes em suas manifestações públicas que articulavam elementos políticos e religiosos que nos permitiriam realizar análises mais aprofundadas. Tais características propiciariam, também, a comparação entre elementos que geram aproximação ou distanciamento entre as suas opiniões e os eleitores pentecostais ou dos preceitos conservadores.

Decididos os nomes das lideranças que seriam estudadas, era necessário definir em qual rede social faríamos a análise das postagens. A opção que fizemos foi pelo Facebook. Esta rede social foi escolhida pelo fato de ser para os três um dos espaços preferenciais em suas manifestações públicas. Dessa forma, optamos por centrar as nossas análises nas páginas oficiais de Marcos Rocha, Marcos Rogério e Chrisóstomo.

A fim de planificarmos o nosso processo investigativo, dando a ele condições de comparatividade entre os diferentes elementos analisados, optamos por um recorte temporal definido entre os meses de janeiro e maio de 2021. Dessa forma, todas as postagens realizadas entre primeiro de janeiro e 31 de maio de 2021 pelas três lideranças citadas acima foram analisadas. Este período temporal foi definido por ser o mais atual que podemos analisar, considerando o novo ciclo que se iniciou com o ano de 2021.

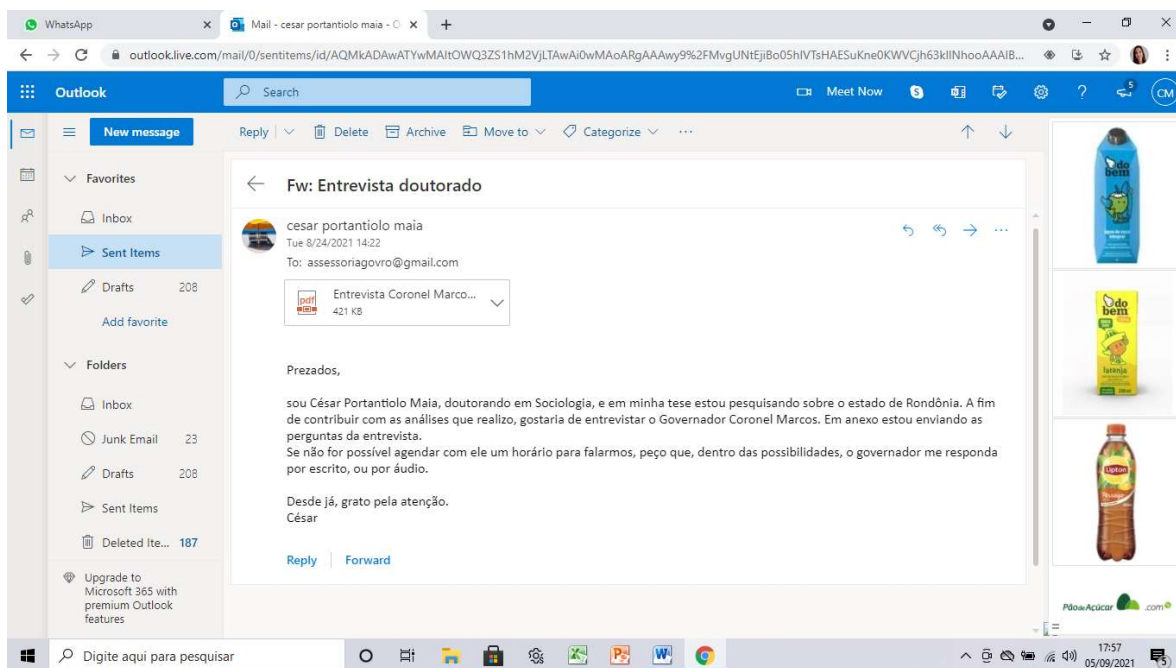
Além do recorte temporal, fizemos também o recorte por temas. Utilizando as ferramentas de pesquisa da própria rede social, buscamos nas páginas oficiais dos três líderes analisados pelas seguintes palavras: ideologia de gênero, aborto, violência, religião e Deus. O uso desta técnica nos permitiu verificar as manifestações dos líderes políticos sobre estes temas ao longo de toda a história de suas páginas oficiais, identificando se em períodos diferentes do analisado, tais assuntos estivessem sido por eles citados.

É importante destacar que, entre os meses de julho e agosto de 2021, tentamos realizar entrevistas com as lideranças políticas citadas acima, a fim de confirmar as análises que havíamos realizado, a partir das suas redes sociais e também de verificar possíveis inconsistências nas informações que extraímos. Nesse sentido, buscamos contato com a assessoria dos três líderes.

Para falar com o Governador Coronel Marcos Rocha, entramos em contato com o seu assessor, Rômulo, através de mensagens no aplicativo “whatsApp”. Após as devidas apresentações, explicamos que gostaríamos de realizar uma entrevista com o governador do estado, a fim de compor as análises da nossa pesquisa para a tese de doutorado. Após a primeira mensagem, ele ficou de dar um retorno. Porém, passada uma semana, disse que seria necessário enviar um email para o endereço: assessoria.govro@gmail.com, a fim de que o meu pedido entrasse na agenda oficial do governador.

Conforme demonstrado na imagem abaixo, o email foi enviado, mas não obtivemos resposta.

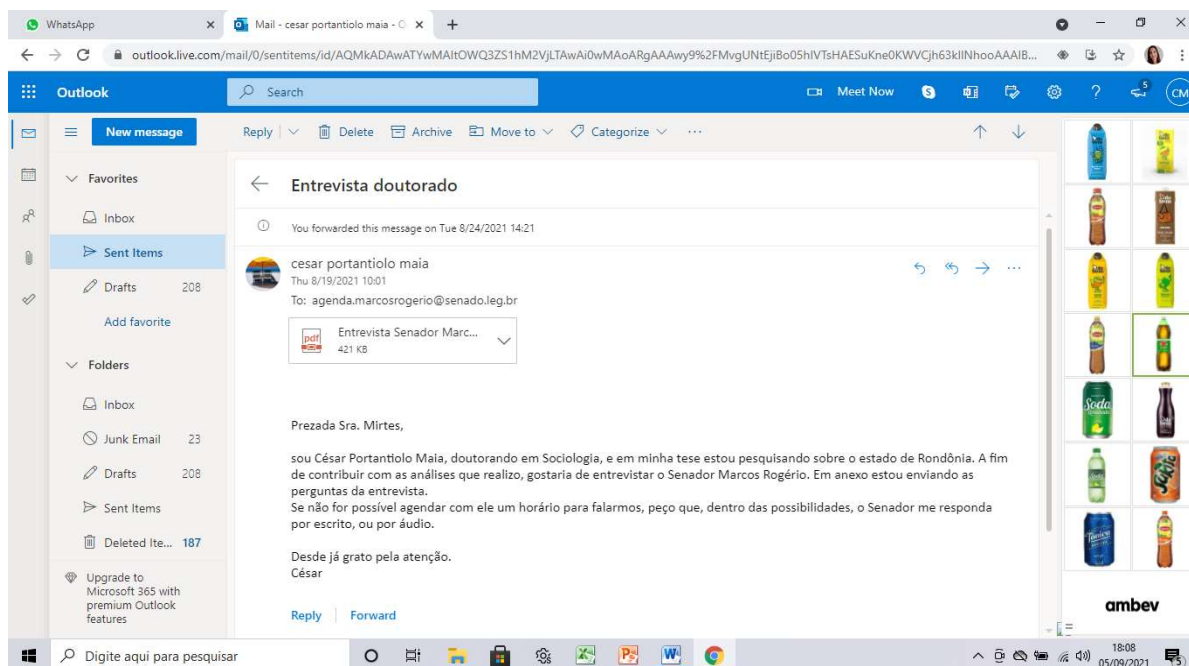
Imagem 2: e-mail enviado ao gabinete do Governador Coronel Marcos Rocha



Fonte: autor

Tentamos também contato com o Senador Marcos Rogério. A primeira tentativa foi através do seu gabinete em Brasília, pelo telefone: 61-33036148. A partir deste contato, nos foi orientado que seria necessário enviar um email para o seguinte endereço: agenda.marcosrogerio@senado.leg.br, a fim de que a entrevista pudesse ser agendada. Enviamos o email conforme foi orientado, mas não recebemos nenhum retorno.

Imagem 3: e-mail enviado ao gabinete do Senador Marcos Rogério



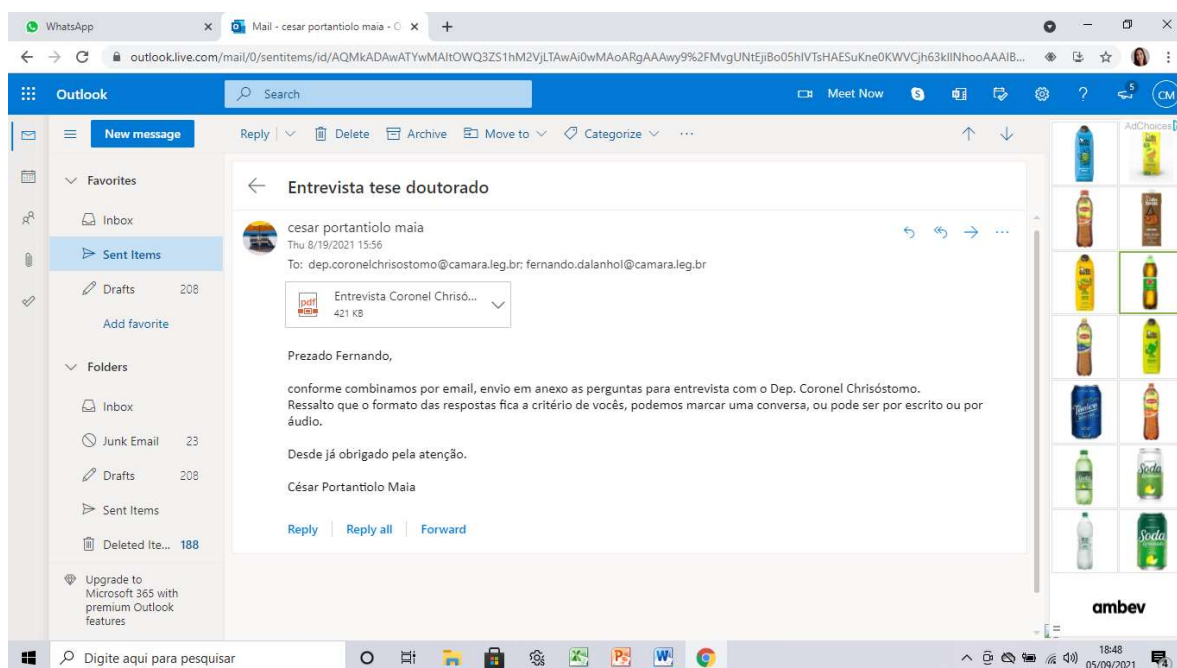
Fonte: autor

Realizamos um primeiro contato com o Deputado Federal Coronel Chrisóstomo diretamente através do seu WhatsApp pessoal, que nos foi fornecido por uma jornalista do estado de Rondônia, que aceitou passá-lo pelo fato de se tratar de uma pesquisa científica.

Nas primeiras mensagens que enviamos, após as devidas apresentações e explicações sobre o que pretendíamos e quais eram os nossos objetivos, o deputado se mostrou receptivo a nossa proposta; porém, quando tentamos marcar a entrevista, ele orientou que falássemos com o seu assessor, de nome Cipriano. Após falarmos com Cipriano, também pelo whatsapp, ele ficou de agendar a entrevista. Passados 5 dias, nenhum retorno. Retomamos o contato com o assessor Cipriano, que nos encaminhou para o assessor Fernando, dizendo que ele é quem cuidaria desse assunto.

Ao falarmos com o assessor Fernando, através de uma ligação telefônica, ele explicou que poderia ser difícil encontrar espaço na agenda do deputado para uma entrevista. Apresentamos, então, a possibilidade de que as perguntas fossem enviadas e as respostas viessem por escrito ou por áudio. Respondeu que dessa forma seria mais fácil e pediu para que a solicitação fosse enviada para o email: dep.coronelchrisostomo@camara.leg.br. O email foi enviado, conforme a imagem abaixo.

Imagem 4: e-mail enviado ao gabinete do Senador Marcos Rogério



Fonte: autor

Após o envio, fizemos contato por WhatsApp com o assessor Fernando, que confirmou que as perguntas da entrevista já haviam sido passadas ao deputado e que assim que fossem respondidas ele me enviaria.

Tentei também contato com o próprio Coronel Chrisóstomo, por mensagem no whatsapp, para as quais não obtivemos nenhuma resposta.

Percebendo que poderia ser difícil agendar entrevistas com as lideranças políticas, elaboramos as perguntas que gostaríamos de realizar e enviamos como anexo dos emails, apresentando a possibilidade de que fossem respondidas por escrito ou por áudio. O documento que enviamos dizia o seguinte:

Sou César Portantiolo Maia, doutorando em Sociologia pela Universidade da Beira Interior, Portugal, em cotutela na Universidade Federal de Sergipe. Estas perguntas foram elaboradas com o objetivo de contribuírem com as minhas pesquisas para a tese de doutorado e as suas respostas serão utilizadas exclusivamente para fins de desenvolvimento da ciência e dos estudos acadêmicos. Qualquer dúvida pode ser esclarecida através do e-mail: cesarppmm@hotmail.com

- 1) Como o senhor avalia o contexto político atual do Brasil?
- 2) Sobre segurança pública, quais são os maiores problemas que temos e como podemos contorná-los?
- 3) Sobre o porte de armas por pessoas comuns, qual é a sua opinião?
- 4) Em sua opinião, como deve ser a participação do Estado na economia?

- 5) Sobre educação, o que garante o sucesso de um aluno?
- 6) O que pode ser feito para melhorar a educação no Brasil?
- 7) Em sua opinião, temas como gênero e educação sexual devem, ou não, serem trabalhados na escola?
- 8) O senhor é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?
- 9) Em sua opinião, como o aborto deve ser tratado? Crime, algo normal, uma prática que merece atenção? Por quê?
- 10) O senhor possui alguma relação com algum grupo religioso? Qual?
- 11) Como o senhor percebe a relação entre religião e política?
- 12) Pessoalmente, como o senhor relaciona a vida religiosa e a vida política?

Conforme já dissemos acima, nenhuma das três lideranças políticas analisadas na tese respondeu as perguntas; isto é um aspecto importante de ser considerado do ponto de vista analítico. Embora não tenhamos como comprovar os motivos que levaram à ausência de respostas, é possível perceber que existe muita resistência no campo pentecostal às pesquisas acadêmicas.

Para as respostas aos formulários, por exemplo, foi fundamental a ação facilitadora da acadêmica Kerlys que, por possuir relação com o meio pentecostal, conseguiu fazer com que o formulário chegasse aos participantes das igrejas e fosse por eles respondido. Antes disso, tentamos enviar as perguntas via facebook; porém, o resultado foi praticamente nulo.

Quanto às entrevistas abertas, que realizamos por vídeo, também foram viabilizadas através de pessoas conhecidas, que fizeram a apresentação do nosso trabalho enquanto pesquisador. Já no caso das lideranças políticas, como não possuíamos nenhum facilitador, acreditamos que isso explique o insucesso no retorno às perguntas elaboradas.

Essencialmente, e a partir da pesquisa de campo, a impressão que ficou foi a de que, no meio pentecostal, o pesquisador é alguém que “não inspira confiança”. As causas dessa “desconfiança” podem ser investigadas futuramente em outra pesquisa; porém, uma hipótese que podemos levantar, de forma provisória, é a de que o receio com a pesquisa acadêmica pode ter sido exacerbado pelos constantes ataques e campanhas difamatórias contra o trabalho da ciência no Brasil, especialmente aquele que é realizado nas Universidade e de forma preferencial na área de ciências sociais e humanas.

A fim de concluir a explanação sobre as metodologias utilizadas para elaboração desta tese, apresentamos um breve resumo das nossas opções metodológicas, que consistiram: na revisão bibliográfica, que nos permitiu aceder às teorias e pesquisas já produzidas sobre o pentecostalismo; nos levantamentos documentais, especialmente a partir da base

de dados do IBGE e de livros históricos das igrejas pentecostais; na aplicação dos 367 questionários, que permitiram identificar os padrões nos posicionamentos daqueles que pertencem às igrejas pentecostais sobre diferentes temas sociais e políticos; na realização de entrevistas abertas que permitiram entender e aprofundar aspectos que não estavam totalmente esclarecidos até então; e na análise das redes sociais das lideranças políticas de Rondônia, que se vinculam aos preceitos religiosos pentecostais.

1.4 Estrutura da tese

A fim de manter o rigor acadêmico, que exige coerência lógica na apresentação das teorias e nas análises dos dados levantados, esta tese está estruturada da seguinte maneira: partindo de uma contextualização do campo de pesquisa, o pentecostalismo e o estado de Rondônia; passando pelas teorias que embasam a pesquisa; avançando pelos dados levantados; e concluindo com as análises dos resultados obtidos.

Dessa forma, no capítulo 2 faremos uma breve retomada histórica da formação do estado de Rondônia, buscando identificar as matrizes étnico-culturais e os processos sociais que formaram e conduziram esta região até a atualidade. Buscaremos a estruturação de modelos explicativos capazes de abarcar as especificidades dos diferentes povos que formaram Rondônia, sem nos prendermos ou refutarmos os modelos explicativos hegemônicos, mas perseguindo o ideal de uma teoria representativa e sem comprometimento político-ideológico.

Ainda no capítulo 2, a fim de situar o campo de pesquisa, apresentaremos o movimento religioso pentecostal, sua formação e expansão pela região Norte do país, bem como a sua chegada em Rondônia. Buscando compreender a realidade atual deste movimento religioso naquele estado, apresentaremos os dados estatísticos que expressam a distribuição dos seus adeptos entre as diferentes denominações e municípios; discutiremos ainda a relação das igrejas com os povos tradicionais indígenas.

No capítulo 3, apresentaremos os elementos que caracterizam o pentecostalismo na atualidade e o vinculam às concepções conservadoras na religião e na política. Com amparo na produção teórica de autores que analisaram o conservadorismo e o pentecostalismo, demonstraremos as conexões lógicas entre esses dois movimentos e os elementos que os aproximam em diferentes contextos sociais.

Após a apresentação destes elementos teóricos, teremos 2 capítulos destinados à apresentação dos dados obtidos através da pesquisa empírica. No capítulo 4, apresentaremos os resultados dos questionários aplicados aos 367 membros das igrejas pentecostais no estado de Rondônia e, no capítulo 5, os resultados obtidos através da análise dos posicionamentos publicamente assumidos por três lideranças políticas do estado que estão vinculadas às igrejas pentecostais.

No capítulo 6, faremos um trabalho de cruzamento entre as informações dos capítulos 3, 4 e 5. A preocupação será a de retomar a teoria pentecostal-conservadora que elaboramos no capítulo 3 e que serviu de base para o levantamento empírico, pondo-a em diálogo com os resultados que obtivemos a partir das verificações em campo. Faremos as devidas conexões entre elementos teóricos e empíricos, a fim de perceber os pontos de convergência e de distanciamento entre as concepções conservadoras, as opiniões dos membros das igrejas pentecostais e os posicionamentos das lideranças políticas do estado.

De acordo com Sandro Adalberto Colferai (2009), a formação social da Amazônia, e principalmente do estado de Rondônia, tem como principal vetor a migração. Ou seja, a transposição de pessoas de diferentes regiões do Brasil para este espaço territorial, foi a principal característica da formação desta região.

Excetuando-se os povos indígenas, as demais populações que habitam este território são constituídas por processos migratórios, nos quais os novos habitantes buscam adaptar seus hábitos culturais ao novo ambiente que estão submetidos.

Segundo ainda Colferai (2009), os processos migratórios, que povoaram e impactaram de forma mais efetiva a área onde hoje é Rondônia, foram preponderantes de duas regiões brasileiras, o Sul e o Nordeste. A chegada destas pessoas estabeleceu uma crise de identidade por parte dos novos moradores, pois já não eram mais do Sul ou do Nordeste e também não se identificavam com o novo território. Foi no contexto de crise identitária que muitos dos que passaram a habitar o estado de Rondônia se dedicaram a reproduzir as características culturais dos seus lugares de origem no espaço onde passaram a residir.

Nesse sentido, vamos falar neste capítulo de dois processos que deixaram marcas profundas na formação étnica da população que hoje compõem esta “porção amazônica”, denominada Estado de Rondônia. A migração nordestina que se efetivou com os ciclos econômicos da borracha e o mais recente, e que mais alterou o ambiente natural, a chegada dos denominados sulistas¹⁰.

Além desses dois processos, que marcaram a formação étnica do estado, trataremos neste capítulo a alteração na paisagem religiosa promovida a partir da entrada do pentecostalismo naquela região. Analisando os dados estatísticos sobre religião e movimentações políticas que estão ocorrendo em Rondônia, ao longo das últimas três décadas, é perceptível que o pentecostalismo é o movimento religioso com maior destaque no estado e em toda a região Norte do Brasil. É o que mais cresce estatisticamente, o que mais impacta a política local, influencia na vida cultural dos rondonienses e está presente em todas as regiões do estado.

¹⁰ O termo “sulista” pode adquirir diferentes conotações a depender do contexto em que é utilizado. Neste caso, ele será articulado em sentido genérico, a fim de definir as populações das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

2.1 Rondônia: os que chegam trazem contribuições e transformações

Nesse tópico falaremos sobre alguns percursos históricos do estado de Rondônia, tendo como tema central as sucessivas transformações e acomodações que moldaram a população que atualmente habita aquela região. A nossa preocupação será a de elucidar dois processos migratórios que foram centrais para entender a sua atual configuração sócio-cultural, o nordestino e o sulista, e que se caracterizaram por dois comportamentos dissonantes em relação ao meio, a adaptação e a transformação das características encontradas ao chegarem.

2.1.1 A chegada do nordestino

Em seu livro, “O povo brasileiro”, o antropólogo Darcy Ribeiro (1997) define os povos que originaram e deram forma à região de floresta amazônica do Brasil, na qual Rondônia está situado, como “matriz cabocla”. Nesse conceito, o autor articula um conjunto de elementos étnicos e sócio-culturais, a fim de demonstrar as bases nas quais se assentam este estrato social. Nesse sentido, é destacada a influência de dois grupos: as diferentes tribos de populações nativas que habitavam e habitam à Amazônia brasileira; e a população de “matriz crioula”, formada, predominantemente, pela confluência dos sangues índio, negro e português, sedimentada no litoral nordeste e transladada nos processos migratórios, nos ciclos da borracha, para o Noroeste brasileiro¹¹.

Uma das principais características da população crioula, segundo Darcy Ribeiro, está relacionada à sua plasticidade, capacidade de adaptação ao meio e as contingências sociais e ambientais. Portanto, embora tenham estranhado e demonstrado certo rancor ao processo migratório, os nordestinos perceberam que a natureza amazônica “pune sem clemência quem se atreve a violentá-la” (PINTO, p. 107) adotando, assim, ao longo do tempo, uma postura mais ponderada e de menor agressão ao meio ambiente. Essencialmente, optaram por - ou foram forçados a - se adaptar ao novo meio natural no qual estavam inseridos.

Certo de que para sobreviver precisava não resistir com intransigência às pressões do meio ambiente, o seringueiro estranho retraiu-se,

¹¹ Os dois “ciclos da borracha” serão tratados de forma mais pormenorizada nas próximas páginas.

manhosamente, fortalecendo-se na submissão. Mudou os seus abtos e adotou o proceder de autóctone. Escutou a voz da selva e os sentidos, aprenderam a decifrá-la e a usar as suas dádivas (PINTO, 2003, p. 107).

Porém, antes de abordar a chegada dos nordestinos na região Norte, vamos abrir um breve parêntese a fim de elucidar um processo anterior a este, menos impactante, mas que também deixou as suas marcas na formação do povo de Rondônia. Trata-se da “corrida” em busca de ouro, que foi empreendida quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa e atingiu estas terras no afã de encontrar o metal precioso.

As primeiras ocupações desta região pelos “não índios” ocorreram no início do século XVIII, no âmbito do que Emanuel Pontes Pinto (2003) define como “conquista do Oeste”. O “plágio” da denominação norte-americana do processo migratório lá vivido se dá em função da similaridade de motivação, pois, no Brasil, assim como nos Estados Unidos, a expansão das fronteiras esteve relacionada à busca por metais e pedras preciosas, principalmente ouro.

De acordo com Neto (2018), a descoberta de ouro no Vale do Guaporé gerou a cobiça internacional sobre uma região, até então pouco valorizada, o que influenciou a concretização de dois acontecimentos geopolíticos importantes: a criação da "Capitania de Mato Grosso" e a construção do “Forte Príncipe da Beira” (séc. XVIII), demonstrando a importância social desta primeira investida migratória.

Embora este ciclo aurífero seja historicamente importante e demonstra que a influência de outros povos, onde hoje está situado Rondônia, seja algo muito anterior ao que comumente é abordado nos discursos sobre a sua formação, não vamos nos alongar nessa discussão. A justificativa é que este ciclo migratório inicial não teve um impacto étnico tão significativo quanto os posteriores – ciclos da borracha e ocupação sulina.

Quanto à exploração da borracha pelos brancos, destacam-se os portugueses e espanhóis, que, no século XVIII, já tinham identificado que os povos nativos da América, habitantes da floresta amazônica, utilizavam uma resina para impermeabilizar roupas e calçados, além de fabricar artefatos. Porém, num primeiro momento, os colonizadores julgaram o material como um produto “sem utilidade”. Somente no século XIX, depois que pesquisas realizadas nos EUA apresentaram um destino comercial para a resina coletada da seringueira, foi que o produto passou a ser comercializado internacionalmente, gerando impacto direto na região amazônica, com sua reserva de seringueiras nativas (PINTO, 2003).

Mesmo que tenham existido incursões anteriores na região, foi no final do século XIX, no contexto do comércio gomeiro, que os primeiros migrantes passaram a habitá-la de forma mais efetiva, gerando impacto geopolítico e econômico. Os primeiros a ganhar destaque, pela quantidade e pelas contribuições que deixaram a estas terras, eram provenientes do Nordeste brasileiro. Maltratados pela seca e em busca de prometidas riquezas a serem auferidas da extração de seringa¹², estes retirantes¹³, desembarcavam no porto de Belém, no estado do Pará, e adentraram na floresta amazônica chegando neste território através dos rios (COLFERAI, 2009).

Os processos de extração dessa matéria prima se dividem em dois ciclos da borracha: o primeiro entre 1850 e 1910 e o segundo entre 1942 e 1947. Estes dois momentos históricos tiveram motivações comerciais semelhantes, amparadas nas necessidades do mercado externo de consumo deste produto. Um dado que expressa a importância econômica desta matéria prima é que no primeiro ciclo da borracha a produção chegou a representar 40% do total das exportações brasileiras (PINTO, 2003), demonstrando o quanto este mercado foi importante para a economia nacional e o volume de riquezas que ele movimentou.

Outro aspecto característico dos dois ciclos foi a utilização da mão de obra baseada no trabalho do imigrante nordestino. Este aspecto teve como elemento facilitador as secas agudas que atingiram o Nordeste no final do século XIX e a fuga da possibilidade de participar na II Guerra Mundial - indo para a Amazônia, não seriam enviados à Europa para as operações militares. Por isso, ficaram conhecidos como “soldados da borracha”. Ao todo, foram aproximadamente 500.000 indivíduos que migraram do Nordeste para o Norte ao longo dos dois ciclos de extração da borracha (SILVA e SILVA, 2010).

De acordo com Emanuel Pontes Pinto (2003), ao passo que se dava a expansão do mercado da borracha e que a matéria prima extraída das seringueiras ganhava valor de mercado, foi sendo necessária a organização mínima de um sistema de trabalho. Algo que nem sempre esteve de acordo com as noções modernas de trabalho livre e digno.

Durante o primeiro ciclo da borracha, embora os países compradores da matéria prima já vivessem um capitalismo baseado no trabalho livre, no Brasil a situação não era esta, pois o regime de trabalho que predominava era a escravidão. Sendo esta relação de trabalho que mais predominou e influenciou nos seringais, haviam dois estratos sociais - os

¹² É um líquido viscoso, uma resina, proveniente do tronco da árvore que é comumente conhecida como “seringueira”. Planta muito comum na região de floresta amazônica.

¹³ Este é um termo genérico, utilizado para designar os indivíduos provenientes do Nordeste brasileiro e que migraram para outras regiões do país.

fazendeiros e os seringueiros. Os primeiros eram os proprietários das terras, na sua maioria portugueses; os últimos, índios e caboclos submetidos a servidão, num regime de (quase) escravidão.

Este ciclo económico de notável pujança, mas que era totalmente dependente do mercado internacional comprador da matéria prima, começou a entrar em declínio quando os ingleses levaram mudas da espécie nativa da seringueira para serem cultivadas na Malásia (NETO, 2018). Lá conseguiram aprimorar a técnica de coleta da resina e atingiram altos níveis de produtividade, levando à queda dos preços da goma no mercado mundial. O período de elevados valores da borracha e de movimentação intensa na Amazônia teve seu declínio no final da primeira década do século XX, encerrando-se, assim, o “primeiro ciclo da borracha” (NETO, 2018).

Conforme os preços diminuíram, o interesse das iniciativas pública e privada pela região também diminuía. Com isso, passou-se por um longo período de estiagem mercadológica na área de floresta amazônica em que aqueles que haviam sido trazidos em massa ficaram sem trabalho. Até mesmo o pouco que o trabalho nos seringais lhes garantia, permitindo uma renda de subsistência, eles não tinham mais acesso. As possibilidades de retorno para o Nordeste e as garantias de uma vida melhor lá também não eram opções viáveis.

Depois de aproximadamente 30 anos de pouco interesse económico, foi novamente retomada a procura dos produtos nativos da região. A força motriz do mercado foi a segunda guerra mundial e, novamente, a resina da seringueira foi o elemento principal de comercialização. Instaura-se, assim, o “segundo ciclo da borracha” (NETO, 2018).

O momento histórico específico foi o ano de 1943. Na fase final do conflito, o Japão passou a dominar o Sudoeste asiático, impedindo os países ocidentais de comprarem a borracha da Malásia, principal exportadora desta matéria prima na época. Neste ensejo, quando os olhares se voltavam novamente para o Norte do Brasil, no dia 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, a partir do desmembramento de terras dos estados de Mato Grosso e Amazonas (NETO 2018). Este território, posteriormente, seria elevado a estado e batizado com o nome de Rondônia.

De acordo com Antônio Nogueira Neto (2018), este segundo ciclo da borracha levou o Estado brasileiro a movimentar investimentos, recursos e pessoas para a região. Os investimentos visavam criar uma infraestrutura mínima para logística e abastecimento dos seringais; os recursos financeiros foram disponibilizados a fim de financiar a produção; e o retorno da procura de mão de obra, para suprir as demandas de trabalho

braçal, crucial num sistema de produção pouco mecanizado, como era o caso da extração de seringa¹⁴ e a força de trabalho foi novamente proveniente do nordeste brasileiro.

Bem mais curto do que o primeiro, o segundo ciclo durou aproximadamente 5 anos e, quando acabou, novamente a situação de abandono dos trabalhadores se repetiu. Assim, quando um ciclo se encerrava, as populações que tinham se deslocado para o Norte, a fim de trabalhar nos seringais da Amazônia, não recebiam nenhum tipo de apoio por parte do Estado brasileiro, ficando entregues ao esforço particular de sobrevivência. De acordo com Sandro Colferai (2009), o seringueiro nordestino, que ficava sem trabalho, buscava misturar-se com as populações nativas da região, formando populações ribeirinhas¹⁵, que aprendiam a conviver com o ambiente natural da floresta. Como já conheciam os meios de sobrevivência - pois era algo que o trabalho nos seringais exigia - a adaptação a uma vida autônoma e extrativista ao modelo dos nativos foi algo facilitado e contribuiu para a formação dessa matriz étnica, denominada como “cabocla” (RIBEIRO 1997).

Há dois elementos deste ciclo migratório que merecem destaque:

a) O primeiro diz respeito à presença do Estado brasileiro. Embora considerando que as transposições dos nordestinos para a região Norte foram feitas por uma empresa estatal, organizada e financiada com a participação direta do poder público – principalmente no segundo ciclo da borracha – isso não implicava um apoio constante do Estado aos indivíduos recém-chegados.

A realidade concreta enfrentada após instalarem-se nas novas terras, era de profundo abandono do poder público. Nos seringais, o aparato jurídico do Estado não se fazia presente, os conflitos eram dirimidos através da atuação de particulares, em que as regras internas valiam mais do que as institucionalizadas. Sistema público de saúde, leis trabalhistas, seguridade social, garantias mínimas do cidadão, não faziam parte dos recursos aos quais os seringueiros tinham acesso. Essa situação se agrava ao final de cada período de pujança econômica, em que as garantias mínimas de rendimento, através dos resultados obtidos com o trabalho nos seringais, não se concretizavam, deixando estas populações abandonadas à própria sorte.

¹⁴ São exemplos do aparato estatal mobilizados para a Amazônia neste período: - Banco de Crédito da Borracha – BCB, Departamento Nacional de Imigração – DNI, Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico – SAVA, Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará – SNAPP (SILVA e SILVA, 2010).

¹⁵ Ribeirinho é o indivíduo que mora na beira do rio, fazendo dele e da floresta o seu ambiente natural e tendo como base econômica de subsistência o extrativismo.

b) O segundo elemento que merece ser destacado diz respeito à relação que os migrantes estabelecem com o meio no qual foram inseridos. Ribeiro (1997) e Neto (2018) destacam que as populações transladadas não ficavam satisfeitas com este processo, pois eram inseridas num ambiente natural muito diferente do qual estavam acostumadas e eram submetidas a um regime de trabalho de semiescravidão. Porém, estes povos buscavam adaptar-se ao novo meio e estabeleciam, com este, uma relação em que as características ambientais sofrem poucas modificações.

O que se identifica é que este ciclo migratório contribuiu, e muito, para a formação étnica dos povos do Norte, trazendo o estilo de ser e a mistura de outros sangues, pois essa nova territorialização não levou esses retirantes a se despirem do mundo vivido de suas raízes. Trouxeram seus costumes e um modo de vida que se fundiu com a cultura local” (SILVA, SILVA, 2010, p. 64), o que fez com que ocorresse uma notável contribuição étnica-cultural na formação do ‘povo amazônico’.

É pertinente destacar que, se houve incremento das práticas culturais com a presença dos nordestinos, em termos de características ambientais, as alterações ocorridas foram pouco profundas. Ao invés da alteração da paisagem, estes retirantes buscaram adaptar-se, passando a viver num estilo que se aproximava ao extrativista, característico dos povos nativos.

2.1.2 A chegada dos sulistas

No entanto, de acordo com Colferai (2009), o processo migratório mais contundente, que povoou de forma significativa esta região, se deu nas décadas de 1970 e 1980. Foi neste período que expressivos contingentes populacionais das regiões Sul e Sudeste migraram para o Noroeste do país, a fim de se estabelecer e conseguir um pedaço de terra.

Este processo migratório se deu de forma orientada pelo governo brasileiro e foi de extrema importância para a concepção do estado de Rondônia em seus aspectos socioculturais e econômicos. Foi a partir deste intenso povoamento que, no ano de 1981, o então território foi promovido à condição de estado (COLFERAI, 2009).

Este ciclo migratório foi patrocinado pelo Estado e tinha como objetivo habitar esta região e amenizar conflitos agrários latentes nas regiões sul e sudeste (COLFERAI, 2009). Desta forma, o governo brasileiro ocuparia um território com baixa densidade populacional e, ao

mesmo tempo, evitaria que um conflito social por disputa de terras se estabelecesse, pois aqueles que estavam sem terras no Sul, poderiam tê-las no Norte.

Nesse sentido, o governo brasileiro conduziu este processo de ocupação como uma política de Estado, atuando fortemente com uma publicidade de incentivo aos trânsitos populacionais e enquanto agente organizador desta ocupação. Merece destaque nesse contexto o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um órgão público do Estado brasileiro. O INCRA tinha como função fazer a distribuição dos lotes de terra, bem como selecionar as famílias que iriam ocupá-los.

Este último ciclo migratório teve como marca significativa a violência que muitas vezes estava relacionada às disputas por terra. De acordo com Link (2004), a violência durante a onda de ocupação do estado se dava de duas formas, a ativa e passiva. A primeira caracteriza os atos violentos gerados pelos colonos, brigas e assassinatos ocasionados por disputas em que, na maioria das vezes, o Estado estava ausente para dirimir os litígios. A segunda diz respeito à violência sofrida por estes e ocasionada, principalmente, pela ausência do Estado, enquanto provedor de serviços básicos de saúde e de infraestrutura. Assim, se nas décadas de 1970 e 1980 muitas pessoas chegavam à Rondônia, as baixas ocasionadas por doenças e assassinatos também eram elevadas.

Para além dessas duas formas de violência caracterizadas por Link (2004) - e que trazem consigo o ponto de vista do colono sulista -, existiram outros tipos de agressões que foram direcionadas às populações que já habitavam a região e ao ambiente natural. Uma leitura importante a respeito deste processo é a obra do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, intitulada “Tristes Trópicos”. Neste livro, Lévi-Strauss apresenta uma leitura detalhada sobre o que encontrou de reminiscências dos povos nativos que habitavam a região onde hoje estão situados os estados do Mato Grosso e de Rondônia e deixa claro os impactos negativos causados nos povos nativos através dos contatos “civilizatórios”, empreendidos por particulares, igrejas e pelo próprio estado brasileiro (LÉVI-STRAUSS, 1996).

Assim, diferente da migração nordestina, que se adaptou ao ambiente natural, a migração sulista alterou a paisagem nativa, através da introdução de práticas agrícolas modernas que não buscavam adaptar-se à floresta, mas, sim, alterá-la, substituindo-a por áreas de lavouras. Com relação aos povos nativos e às comunidades tradicionais¹⁶, que já habitavam

¹⁶ Povos que, embora não possam ser considerados nativos da região, realizaram um processo de adaptação a ela. Podemos citar como exemplos as comunidades ribeirinhas, os quilombolas e outros diferentes grupos que possuem a sua matriz econômica centrada numa agricultura de subsistência e nas práticas extrativistas.

na região, a postura era basicamente a mesma - exterminá-los ou afastá-los ao máximo das novas áreas de colonização. A cultura nativa e extrativista, com toda a sua cosmologia histórica, era - e continua sendo - para muitos, expressão de preguiça, um comportamento degenerado que merecia ser mudado ou exterminado. Nesse choque cultural, o conflito era inerente e dele os povos nativos e as comunidades tradicionais saíram sempre perdendo.

Dessa forma, pode-se dizer que o estado de Rondônia é uma construção estabelecida pela concretização de três processos:

- a) A migração nordestina, do primeiro e do segundo ciclo da borracha, marcada pela plasticidade dos que chegaram (RIBEIRO, 2006) e que resultou na articulação com os povos nativos, formando uma população tradicional e adaptada ao ambiente natural;
- b) A migração proveniente do Sul e do Sudeste, da segunda metade do século XX, que teve como características principais a violência, a transformação do ambiente natural e a reprodução de costumes e práticas no “novo” território conquistado; E
- c) E a resistência dos povos tradicionais, especialmente indígenas, que buscam se adaptar ao processo de modernização empreendido de forma compulsória nas quatro últimas décadas.

2.2 O pentecostalismo e seus percursos amazônicos

Como já dissemos acima, este movimento religioso possui características específicas e grande capacidade de expansão, mas, efetivamente, como este movimento chegou à região Norte e ao estado de Rondônia? De que forma se propagou? Qual foi o perfil desta expansão? Quantos são os seus adeptos? Como se dá a relação com os povos tradicionais? Essas são perguntas importantes a serem respondidas para que possamos entender melhor o seu sucesso no estado de Rondônia e a influência que exerce sobre diferentes domínios sociais e políticos.

2.2.1 Nascendo na cidade, escorrendo por rios e penetrando nas florestas

Mesmo sendo um território pouco denso em termos de população, a Amazônia passa por processos de povoamento humano há muitos séculos. Se deixarmos de lado os milênios de ocupação exclusivamente indígena e considerarmos somente o período pós-"descoberta" do Brasil (1500), a presença de não-índios nesse território começa a se dar já no primeiro século de colonização – século XVI. Acompanhando os colonizadores, chegaram as ordens religiosas, com o objetivo de catequizar os povos nativos, iniciando-se, assim, as primeiras ações do cristianismo neste território.

Na segunda metade do século XVII, as ordens religiosas, principalmente a dos Jesuítas, já atuavam fortemente no curso do rio Amazonas (CARVALHO e REIS, 2018). A presença dos missionários, muito mais do que o cumprimento de um ofício religioso ou civilizatório, estava relacionada à ocupação do território e à proteção das suas fronteiras da ocupação de outros povos conquistadores, como espanhóis, holandeses e franceses, que possuíam interesse nessas terras (CARVALHO e REIS, 2018).

Já no século XVIII, se inaugura no Brasil a política portuguesa conduzida por Marquês de Pombal. Considerando que os missionários possuíam tutela sobre os povos nativos e considerável poder econômico, Pombal tinha como prioridade a eliminação das ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus, do trabalho de catequização indígena e formação de missões. Havia por trás da política pombalina o medo de que as ordens religiosas, tidas como protetoras do território, mudassem de lado e empreendessem um processo de emancipação política em relação à metrópole (CARVALHO e REIS, 2018).

Nesse contexto, muitas missões religiosas foram extintas, especialmente dos jesuítas, tendo sido os missionários assassinados, presos ou exilados e os indígenas em sua maioria escravizados ou dispersos. Assim, a presença robusta de missionários na amazônia declinou substancialmente e o trabalho de evangelização passou a ficar a cargo dos poucos padres que existiam naquela região. Num território vastíssimo - e com um mosaico étnico formado por índios e não-índios - começa a ser costurada uma "colcha de retalhos" de crenças, a partir das experiências católica e das religiosidades tradicionais de matriz indígena e africana.

Práticas religiosas como as "pajelanças"¹⁷, muito comuns entre os indígenas, passaram a fazer parte dos hábitos das demais populações amazônicas. As rezas, os santos e as festas populares recheadas de elementos sincréticos se tornaram quotidianas, mesclando-se

¹⁷ Definida por Maués como "uma forma de culto terapêutico" (MAUÉS, 2009, p. 96), a pajelança consiste num conjunto de procedimentos físicos e espirituais praticados nas comunidades tradicionais. Nesse sentido, o autor faz a diferenciação entre pajelança indígena, rural e cabocla.

formatos e estabelecendo novos padrões de vivência da fé. Algo que passará a ser chamado na literatura acadêmica de “catolicismo popular”, pouco vinculado aos ritos e à erudição do catolicismo tradicional. Tal situação é expressa de forma muito clara na citação abaixo.

Essa festa de coroação da Nossa Senhora a gente faz mais por nossa conta, o padre quase não vem, ele aparece de vez em quando, por que aqui é muito longe e a estrada nessa época de chuva fica muito ruim, pra nossa igreja já é tradição, todo ano as crianças vestidas de anjo, a música com esse batuque, e depois ainda tem o bingo no lado da igreja (CARVALHO e REIS, 2018, p.80)

Um modelo muito peculiar de catolicismo, forjado a partir das experiências particulares e com pouca orientação/regulação por parte do clero, é o que marca a religiosidade popular na Amazônia. É nesse campo religioso recheado de sincretismos e com pouca institucionalização que o pentecostecostalismo foi plantado, nasceu e produziu frutos na Amazônia brasileira.

A origem do pentecostalismo no Brasil, a partir da Assembleia de Deus, se deu na região norte do país. Como dissemos na introdução, foi na cidade de Belém/PA que Gunnar Vingren e Daniel Berg deram início à Igreja Assembleia de Deus. Porém, antes de falarmos dos processos iniciais da AD, que foi a primeira Igreja Pentecostal na Amazônia, é necessário destacarmos o trabalho realizado por outros protestantes como os luteranos, anglicanos, presbiterianos, metodistas e batistas, que atuaram como preceptores do pentecostalismo vindouro.

Quanto aos protestantes na Amazônia, os seus primeiros registros datam das primeiras décadas do século XIX, ainda sob o governo monárquico e o padroado, o que gerou conflitos com a hierarquia da Igreja Católica da época. De acordo com Raymundo Maués (2000), as primeiras investidas protestantes na região não resultaram no estabelecimento de novas instituições religiosas, pois teriam se dado a partir da ação de particulares, num trabalho de “propagandear” pressupostos religiosos. Neste trabalho, destacaram-se Daniel Parish Kider, no ano de 1839 e Robert Nesbt, em 1857, que atuaram distribuindo bíblias e folhetos de evangelização.

Todas as investidas que visaram a inserção protestante numa região religiosamente dominada pelo catolicismo, religião oficial do Estado Brasileiro até a proclamação da república em 1889, foram acompanhadas de reações dos bispos da região. De acordo com Vanda Pantoja (2011), dois bispos diocesanos do estado do Pará atuaram de forma direta nos embates com os protestantes, D. José Afonso de Moraes Torres (1844 a 1859) e D. Antonio de Macedo Costa (1861 a 1890). Estes embates teriam se dado, não somente pela

similitude temporal dos bispos com os protestantes, mas pela posição que estes ocupavam na Igreja Católica da época, que fazia um movimento de “voltar-se para Roma”, buscando fortalecer sua organização interna, afastando-se do poder civil. Este movimento ficou conhecido como “questão religiosa”, pois assinalava a busca por um “purismo” da fé católica perante às diferentes influências a que estava submetida (PANTOJA, 2011).

A chegada dos primeiros protestantes à região amazônica foi marcada pela disputa de poder com a Igreja Católica, o que levou os missionários a adotarem diferentes táticas em seus intentos proselitistas. Em 1860, Richard Holden empreendeu suas ações missionárias com intensa presença na vida social da cidade de Belém/PA, onde escreveu artigos para os jornais locais e travou embates públicos com lideranças católicas locais (MAUÉS, 2000).

Richard Holden foi quem mais se destacou pela publicitação da sua missão e embates com o bispo diocesano, pois, para além do trabalho missionário clássico de distribuição de panfletos e bíblias, escrevia para o Jornal do Amazonas e, em seus textos, colocava em questão os preceitos da fé católica e a atuação do bispo D. Macedo. Esta posição de afrontamento rendeu sua saída da cidade de Belém em maio de 1862, mudando-se para o estado da Bahia (PANTOJA, 2011).

Após o trabalho desses missionários, começou a ganhar forma a presença de instituições religiosas protestantes na Amazônia. Raymundo Maués (2000) destaca que estas teriam se fixado a partir de 1880, através da instalação da Igreja Metodista pelo reverendo Justus H. Nelson. Posteriormente, instalou-se a Igreja Episcopal, no ano de 1890, a Igreja Presbiteriana em 1894 e a Igreja Batista, fundada por Eurico Alfredo Nelson, em 1897 (MAUÉS, 2000).

Foi neste terreno, com caminhos já abertos pelas igrejas protestantes que, em 19 de novembro de 1910, desembarcaram no porto de Belém/PA os suecos Adolph Gunnar Vingren e Daniel Gustav Högberg, que ficou conhecido no Brasil como “Berg”. Os dois pertenciam à Igreja Batista e tiveram a experiência do batismo no Espírito Santo em Chicago, nos EUA, antes de embarcar para o Brasil (ARAUJO, 2016).

Quando chegaram a Belém, Vingren e Berg tinham dois objetivos: primeiro, encontrar pessoas com quem pudessem se comunicar, ou seja, que falassem a mesma língua que eles, pois nenhum dos dois dominava o português; o segundo, ter contato com outros protestantes já instalados na cidade, a fim de começarem o trabalho missionário. Uma das primeiras lideranças protestantes com quem tiveram contato foi com Justus H. Nelson, reverendo metodista e que sabia falar inglês (ARAUJO, 2016). Quando soube que

pertenciam à Igreja Batista, Justus os apresentou ao pastor Jerônimo Teixeira de Souza, com quem alugaram um cômodo para morar durante os primeiros meses de permanência em Belém (ARAUJO, 2016).

De acordo com a narrativa de Isael de Araujo (2016), o quarto alugado por Vingren e Berg apresentava péssimas condições de habitabilidade: era quente, sem janelas e com muitos insetos. Mas, mesmo com todo o desconforto, eles “sentiam-se entusiasmados e felizes” (ARAUJO, 2016, p. 33). Além disso, os dois não possuíam nenhum tipo de financiamento para o trabalho missionário que empreendiam, o que fazia com que tivessem que se dividir entre a atividade religiosa, o estudo da nova língua e o exercício de alguma atividade remunerada. Berg conseguiu emprego numa fundição na qual passava o dia todo trabalhando, enquanto Vingren estudava português e ensinava ao amigo quando ele chegava do trabalho, à noite (ARAUJO, 2016).

Este período inicial, de poucos recursos e de dificuldades para se estabelecer na nova terra, marcou a integração dos novos missionários à Igreja Batista, pois tiveram a oportunidade de conviver com os membros e de participar das atividades da comunidade. Algo que foi muito importante para o estabelecimento futuro da nova igreja, que viria a se chamar Assembleia de Deus e se tornaria uma das principais instituições pentecostais do Brasil.

Conforme destaca Elder Monteiro de Araújo (2012), os missionários recém-chegados na comunidade Batista conduziam momentos de orações nos quais pregavam sobre o Espírito Santo. Porém, estes se davam no porão da igreja, pois a pregação dos dois gerava algum estranhamento entre os fiéis, ao ponto de não poder ser realizada no espaço reservado aos cultos e reuniões comunitárias, fazendo com que ocupassem uma posição marginal dentro da igreja. Demonstra-se, assim, um aspecto importante para entendermos o início do pentecostalismo no Brasil, a ocupação de espaços pouco privilegiados e sem destaque, algo que mais de cem anos depois teve muitas transformações.

Apesar de ficar claro que Vingren e Berg suscitam desconfianças na comunidade, eles permaneceram vinculados a ela por alguns meses, enquanto conquistavam adeptos para as suas reuniões de oração. No entanto, o “batismo no Espírito Santo” de Celina Albuquerque, membra da Igreja Batista, ocorrido em 2 de junho de 1911, foi o estopim para a expulsão, no dia 13 do mesmo mês, dos missionários e 13 membros da igreja (ARAUJO, 2016). Tal fato evidencia mais uma característica da maioria dos pentecostais,

que permanece até a atualidade de forma cada vez mais acentuada, a tendência à divisão e à formação de novas igrejas.

A saída dos missionários da Igreja Batista foi bastante traumática, pois levaram consigo 18 membros da comunidade, algo que desagradou o pastor que passou a denunciar a ação de Vingren e Berg, inclusive através de publicações escritas em panfletos e jornais da época (PANTOJA, 2011). A partir daí as reuniões por eles conduzidas passaram a acontecer nas casas dos novos membros daquele protótipo de igreja que se formava; a casa de Celina Albuquerque era o ponto principal dos encontros. Uma sede própria só foi adquirida em 1917 e o registro da igreja como pessoa jurídica ocorreu em janeiro de 1918 (PANTOJA, 2011).

De acordo com Pantoja (2011), ainda em 1911, começaram as primeiras viagens de missão, sendo Bragança e Marajó, duas importantes localidades do estado do Pará, os primeiros destinos dos missionários. Em 1914, a missão começou a ser expandida para os estados do nordeste do Brasil e, em 1920, para os estados do Sudeste, começando pelo Rio de Janeiro.

Mais do que criar uma nova igreja, Vingren e Berg inauguraram um novo modelo de missão - com poucos recursos financeiros e sem reconhecimento social iam chegando em locais de gente humilde e se aproximando das pessoas a fim de convertê-las. Os relatos apontam uma vida muito simples e o envolvimento profundo com a comunidade, pois os dilemas cotidianos de todas as pessoas que frequentavam a igreja, como arrumar um emprego e ter meios de sobrevivência, faziam parte das suas preocupações. Isso os diferenciava profundamente dos missionários das igrejas protestantes históricas ou dos padres católicos, que tinham meios de subsistência garantidos pelas instituições. Nos locais onde instalavam a missão, a situação de dificuldade econômica os colocava em situação de igualdade com aqueles que receberam a mensagem religiosa, criava empatia e despertava a confiança da população pobre.

Outro elemento que demonstra esta característica do trabalho missionário por eles empreendido é o fato narrado por Pantoja (2011): Vingren, durante o seu trabalho missionário no município de Afuá, morava em uma casa de madeira; em cima era o seu dormitório e embaixo era o local onde eram realizadas as reuniões religiosas. Ou seja, os missionários não exigiam conforto, suas residências e igrejas estavam no mesmo nível da maioria da população local, características que marcaram o modelo inicial da missão pentecostal no Norte do Brasil.

Nesse sentido, é importante considerarmos as contribuições de Paul Freston, com sua clássica tese de doutorado, publicada, em 1993, pela Universidade de Campinas. Nela o autor fala de forma detalhada sobre o que chama de “ethos” inicial da Assembleia de Deus que teria como marcas a “marginalização social” e a “negação à intelectualidade”. Características que estariam relacionadas à origem sueca dos dois missionários, pois, nesse país escandinavo, o luteranismo era a religião oficial no final do século XIX e as demais igrejas eram marginalizadas. Berg e Vingren estavam nessa condição, os dois pertenciam à Igreja Batista. Freston (1993) destaca que, de forma análoga ao catolicismo no Brasil, o luteranismo sueco era uma religião tradicional, com muitos adeptos e com poucos praticantes, ou seja, embora muitas pessoas se declarassem luteranas, poucas frequentavam os ritos e viviam a doutrina.

O luteranismo dominante era intelectualmente erudito, o que o afastava das classes excluídas às quais pertenciam Berg e Vingren, operários que habitavam a periferia numa Suécia que pouco tinha a ver com estado de bem estar social que se estabelecería em meados do século XX e com as características sócio-econômicas pelas quais este país é reconhecido hoje. Ao contrário, a Suécia do final do século XIX era desigual e a pobreza era uma realidade para uma parcela significativa da sua população (FRESTON, 1993).

Essa realidade de operários e religiosos marginalizados marcou a formação e influenciou, de forma significativa, a missão empreendida por Berg e Vingren no Brasil, levando-os a optarem por um modelo de ação religiosa totalmente integrada à realidade da maioria da população e incorporando às suas práticas um estilo que dialogava de forma direta com as populações marginalizadas. Nesse sentido, para além do estilo de vida humilde, os missionários tinham como base da sua ação uma matriz intelectual sedimentada na “livre interpretação da bíblia” - negando qualquer tipo de formação acadêmica, toda a hermenêutica deveria se dar a partir das experiências quotidianas e do diálogo pessoal e direto do crente com Deus. Estabelecia-se, assim, um dos pressupostos que foi a base da ruptura de Lutero com a Igreja Católica e das posteriores ficções do protestantismo, a autonomia do fiel para interpretar a bíblia e dialogar diretamente com Deus.

Se uma das marcas do luteranismo tradicional sueco era a erudição de suas lideranças e isso o afastava da população mais humilde, a opção foi por utilizar um modelo totalmente oposto a este, em que posturas intelectuais propensas a sugerir o distanciamento dos excluídos socialmente eram refutadas. Nesse sentido, um curso de graduação (licenciatura), por exemplo, era pouco provável entre as lideranças da Assembleia de Deus

até meados do século XX e até hoje não é exigido, nem mesmo para os que exercem as funções de pastor (Freston 1993).

Nesse sentido, é importante trazeremos a contribuição de Ismael Ferreira (2014) que, analisando especificamente a doutrina pentecostal, identifica a forte valorização do porvir, a *parusia* cristã, aquilo que ocorrerá no futuro. O autor destaca a importância deste aspecto da crença dos pentecostais, na sua vertente assembleiana, para entendermos as posturas deste grupo perante as realidades sociais e econômicas, bem como os seus comportamentos nos contextos em que estavam inseridos, especialmente nas primeiras décadas após o seu surgimento.

Em prol de uma experiência transcendente, que teria como ápice a redenção dos fiéis deste mundo e de tudo o que ele proporciona, o pentecostalismo clássico manteve em seus primórdios um ideal de práticas e comportamentos austeros, embasado em uma doutrina (escatologia) que defendia a efemeridade do mundo diante da volta iminente de Jesus Cristo. Esta convicção acarretava um sentimento de desvalorização do mundo, estando incluídas aí todas as relações pertinentes a ele. O fiel pentecostal “estava no mundo, mas não era do mundo” e, conseqüentemente, não podia se deixar levar pelos valores deste, já que almejava um lugar cujos valores excediam quaisquer riquezas materiais (FERREIRA, 2014, p. 48)

A fim de demonstrarmos claramente as características basilares deste movimento religioso que se instalou no norte do Brasil, é importante destacarmos a diferenciação cunhada por Freston (1993) entre os modelos norte-americano e sueco de pentecostalismo.

... não somente por causa da disponibilidade de recursos, mas também em função da experiência histórica o princípio de *institution-bulding* entre os americanos foi muito maior. Os pentecostais suecos, por outro lado, em vez da ousadia de conquistadores, tinham ua postura de sofrimento, martírio e marginalização cultural (FRESTON, 1993, p. 69).

Assim, haveria uma diferença fundamental entre os modelos de pentecostalismo da América do Norte e o que efetivamente se instalou na Amazônia, o dos escandinavos. Enquanto o primeiro teria um perfil mais arrojado em relação às finanças, à formação intelectual e à institucionalização, o segundo teria uma postura totalmente reticente a estes aspectos, optando pela pobreza material, pela negação à intelectualidade e pela ausência de modelos institucionalizados na condução doutrinária. Esta diferença irá marcar profundamente as primeiras décadas do pentecostalismo amazônico.

Essencialmente, o que podemos identificar é que tivemos um pentecostalismo amazônico “marginal”; ou seja, as lideranças do movimento estavam preocupadas em viver um cristianismo baseado em princípios como simplicidade na linguagem, livre interpretação

da bíblia, vida simples sem conforto ou luxo, com pouco dinheiro e inseridos na realidade das populações. Assim, aspectos que passaram a marcar posteriormente o movimento, relacionados ao seu envolvimento no sistema de poder econômico, político e social no Brasil, não faziam parte desta gênese sueca e foram sendo aquilatados com o passar dos anos, principalmente a partir da década de 1950 e mais acentuadamente em 1970, no que Freston (1993) chama de segunda e terceira onda do pentecostalismo.

2.2.2 Pentecostalismo Rondoniense: a periferia vai se tornando centro

Em 1924, a expansão protestante na região, hoje compreendida pelo estado de Rondônia, já era uma preocupação para a Igreja Católica. De acordo com uma carta escrita por D. Joffily à nunciatura, era necessária a criação de novas prelasias na região, a fim de dar atendimento espiritual católico e conter a expansão maçom, espírita e protestante (HUGO, 1991). Tal fato demonstra que a inserção dos evangélicos neste espaço geográfico já era algo preocupante para a hierarquia católica, pelo menos no que tange à concorrência com estes grupos religiosos pela captação de novos adeptos.

Um dos argumentos destacados na referida carta de D. Joffily diz respeito ao baixo número de visitas do clero católico às comunidades da região, que não atingia a frequência de uma por ano. Ou seja, percebe-se que a presença católica se dava muito mais pela expectativa da visita de um membro da hierarquia e pelas práticas religiosas tradicionais do que pela efetiva frequência aos sacramentos. Tal aspecto pode explicar, em parte, o exponencial crescimento do pentecostalismo na região.

Um dos poucos trabalhos acadêmicos que aborda a chegada do pentecostalismo nesta região foi publicado por Jusué Passos de Melo (2014). O autor destaca que tal processo se deu com Paul John Aenis. Estadunidense, ele não possuía vínculo institucional, era tido como um pastor independente; porém, a partir dele, foram lançadas as primeiras bases da AD em Porto Velho, atual capital do estado. A chegada do pastor Paul nas novas terras ocorreu em 1921 e a primeira sede da igreja seria instalada no ano seguinte.

Algumas características dos primeiros passos da AD em Porto Velho demonstram o caráter “periférico” desta chegada. Em termos de estrutura física, a instalação era um dos modelos mais simples para a época, pois a igreja consistia numa “casa de taipa”, que se valia dos materiais mais acessíveis e baratos para ser construída. Esta sede foi instalada na divisa entre o centro, onde residiam as elites da cidade, e o bairro Mocambo, periferia que

abrigava as pessoas mais pobres, trabalhadores assalariados e desempregados. Lá estavam, também, os bares e as zonas de prostituição (MELO, 2014). Todos aqueles que não pertenciam ao grupo das pessoas com condições financeiras favoráveis ocupavam esta zona periférica onde se instalou a primeira igreja pentecostal da cidade.

Outro elemento destacado pelo autor é a ambiência política com a qual se deparou. O prefeito da cidade à época era o padre católico Raymundo Oliveira. Portanto, dadas as características sociais desta região do país, no início do século XX, podemos deduzir que para não ser expulso da cidade, o pastor Paul teve de conter muito o carisma e o seu "ímpeto evangelizador" pentecostal.

Assim, totalmente diferente da chegada do catolicismo no interior do Brasil, que foi sempre acompanhado pelo reconhecimento do Estado, os primeiros contatos dos pentecostais com as novas terras a serem evangelizadas não foram providos da mesma honra. Estes tiveram de buscar nas periferias o apoio e o sufrágio aos seus projetos religiosos, numa espécie de negociação com as elites locais, na qual o espaço e a condição que dispunham para transitar era aquela que nenhum dos atores que possuíam reconhecimento queriam para si.

Foi seguindo o curso dos rios amazônicos que se deu a expansão inicial do pentecostalismo. Após subir o Rio Madeira, um dos mais importantes de Rondônia, o pentecostalismo aportou nas suas margens, na cidade de Guajará-Mirim. De acordo com Abraão Almeida (1982), os fundadores da Assembleia de Deus na nova cidade foram Maria Fausta Ramos, Benvindo Ramos e Maria Salomão e os primeiros pontos em que o trabalho se iniciou foi na Cachoeira do Madeira; em Abunã, na margem direita do mesmo rio, no Núcleo Agrícola Presidente Dutra e no Forte Príncipe da Beira.

Podemos perceber que neste processo de expansão a AD foi ocupando espaços que, embora não tivessem status por não ocuparem a centralidade do poder na época, eram pontos estratégicos no sentido da propagação da sua mensagem. Num período em que as estradas eram praticamente inexistentes nesta região, às margens dos principais rios, meios privilegiados de deslocamentos, eram os locais onde viviam os ribeirinhos, pessoas que não habitavam nem nas cidades nem nas aldeias indígenas.

Infelizmente, os dados bibliográficos sobre a expansão pentecostal em Rondônia são extremamente escassos. Exceto o trabalho de Josué de Melo (2014), não encontramos outras bibliografias acadêmicas que tenham analisado a temática da expansão pentecostal neste estado. Tentamos consultar documentos e buscar informações junto à Convenção

Estadual Ministros Assembleias de Deus Rondônia (Cemaderon) que auxiliassem a nossa investigação. No entanto, nos foi informado que os documentos históricos haviam sido extraviados e que não teriam informações além das que constavam na contracapa da edição especial de uma Bíblia impressa em 2010. Essas informações foram prontamente repassadas através de fotos no WhatsApp; porém, o texto não possuía muitas informações para além daquelas que já havíamos encontrado no trabalho de Melo (2014), que citamos acima.

Tentamos também, através da Cemaderon, contato com alguma liderança da igreja, que pudesse compartilhar suas memórias sobre o processo de expansão da AD em Rondônia. Nos disseram para tentar falar com Joel Holder, pastor da Igreja de Porto Velho. A tentativa de contato via telefone foi sem sucesso. Uma segunda foi através do Facebook, com a sua filha, Joelna Holder, que é vereadora em Porto Velho e membro da Igreja, mas as mensagens enviadas não tiveram respostas.

Dessa forma, a fim de compreendermos minimamente o processo de expansão pentecostal em Rondônia, utilizamos as escassas informações bibliográficas e documentais que foi possível obter e complementamos com uma entrevista com o pastor Carlos Milton Morais¹⁸, da Igreja Assembleia de Deus Madureira, da cidade de Vilhena. Além disso, consultamos o blog do pastor Maurício Brito, da Igreja Assembleia de Deus, da cidade de Jaru. No blog existem informações institucionais sobre a história da AD em Rondônia, principalmente sobre a sucessão dos pastores.

Reunindo as informações que tivemos acesso, destacamos a seguir alguns elementos importantes para entendermos o processo e a dinâmica histórica da expansão do pentecostalismo no estado após a implementação da AD em Porto Velho e Guajará Mirim.

A expansão da AD seguiu, num primeiro momento, o curso dos rios, principalmente Madeira, Mamoré e o Guaporé, e da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a abertura da BR 364, foi se expandindo pelo centro do estado e pelas cidades que foram sendo criadas e cresceram rapidamente nas margens da nova rodovia influenciadas pela chegada dos novos moradores imigrantes.

É possível identificar no documento consultado e nas informações que constam no blog do Pastor Maurício (BRITO, 2010) que, para além do fundador da AD em Porto Velho, Paul

¹⁸ Carlos Morais tem 57 anos de idade e atua como pastor há 34 anos. Natural do estado do Mato Grosso, mora em Rondônia há 37 anos. Ele é pastor da Assembleia de Deus Madureira, mas demonstrou, ao longo da entrevista, ter grande conhecimento sobre os processos vivenciados pela AD, vinculada ao ministério Belém.

John Aenis, existe um segundo elemento, reconhecido como grande responsável pela expansão da igreja. Trata-se do pastor Pr. Leonardo Severo da Luz, que atuou no estado entre os anos de 1953 e 1980, fundou a Cemaderon e a presidiu durante 27 anos. Através do seu trabalho, foi possível expandir os trabalhos de evangelização da AD por todo o estado, até os seus limites, de norte a sul e de leste a oeste.

Durante os anos de liderança do pastor Leonardo, essa região passou por múltiplas intervenções e transformações, dentre elas: a própria criação do estado de Rondônia, que deixou de ser território em 1956; a construção da BR 368; e os ciclos de migrações dos anos de 1970 e 1980. Ou seja, podemos identificar que a culminância de duas ações - a nomeação de um pastor preocupado com a expansão da igreja e algumas mudanças na geopolítica do estado - influenciaram positivamente na expansão do pentecostalismo.

Na entrevista que realizamos com o pastor Carlos, quando questionado sobre o crescimento pentecostal em Rondônia, ele também destacou a importância dos processos de modernização do estado, principalmente das novas levas migratórias. No seu relato realçou que muitos dos migrantes que chegavam (assim como ele) já eram convertidos ao pentecostalismo e que buscavam a AD acompanhados de uma carta de recomendação do pastor da localidade onde moravam anteriormente. Segundo ele, a prática de dar uma carta de recomendação ao fiel que vai de mudança para um novo local é adotada até hoje e funciona como um facilitador para que o participante seja bem-recebido na nova comunidade.

Quando o pessoal começou a chega aqui em Rondônia na década de 70, muitos já eram evangélicos, aí o pastor de onde eles vinha, dava uma carta de apresentação que eles mostrava quando chegava. Isso aí fazia com que a gente se unisse cada vez mais. Vinha gente de outras igrejas que se juntava com nós (entrevista realizada com Pr. Carlos 06/04/2020).

Podemos pensar que, se no mundo globalizado e digitalizado em que vivemos hoje, a prática de dar uma carta de recomendação ainda se mostra eficiente, o quanto deve ter sido crucial num tempo em que a comunicação era muito mais precária, num contexto em que as pessoas partiam para novas terras. É possível concluir que o apoio e a recepção da nova comunidade tenha sido crucial para muitas famílias suportarem as agruras da nova terra.

Além da chegada de membros que já eram convertidos, o pastor Carlos destacou que eram realizadas ações de evangelização nos espaços públicos. Disse ter feito muitas pregações em praças e ruas, a fim de atrair novos membros para a igreja. Outro dado destacado eram

as ações missionárias empreendidas de forma individual pelos próprios membros da igreja. Seguindo a máxima protestante de que o cristão é livre para interpretar a Bíblia, afirmou que os membros da comunidade iam falando da Bíblia para as pessoas que chegavam diariamente e as convidavam para participar dos cultos.

Nesse sentido, é importante considerarmos a realidade daqueles que chegavam ao estado de Rondônia. Eram trabalhadores, na maioria pobres, oriundos de todo o Brasil, mas especialmente das regiões Sul e Sudeste. Além disso, o ambiente característico era de uma floresta amazônica pouco desbravada e repleta de doenças, como a malária, por exemplo. Outro elemento que assombrava àqueles que chegavam eram os conflitos com grileiros¹⁹ de terra e povos nativos da região.

Pessoas com pouco dinheiro, chegando num território novo ao qual não estavam adaptadas e com iminentes riscos às próprias vidas, não há dúvida de que os espaços que oferecessem um pouco de acolhimento e uma noção de comunidade seriam muito bem aceitos por elas. Um espaço que, historicamente, oferece esta condição às pessoas são as igrejas. “Em períodos de grande mudança ou forte crise social, política e econômica, a religião funciona como um importante fator de união, de identidade cultural e religiosa” (RODRIGUES, 2007, p. 79). Se considerarmos que a AD, em função dos seus projetos de expansão e da sua dinâmica missionária, era dentre as demais denominações presentes no novo território àquela que estava sistematicamente mais próxima das pessoas que chegavam, isso explica muito do crescimento pentecostal em Rondônia, a partir da década de 1970

Portanto, a partir da revisão bibliográfica realizada e das demais informações levantadas através de documentos, entrevistas e sites, é possível identificar que há três fatores que corroboram o vertiginoso crescimento pentecostal em Rondônia. Em primeiro lugar, a existência de um território amplo e desassistido pelas igrejas cristãs, que lá já se faziam presentes, mas de forma muito rarefeita, em especial o catolicismo; em segundo lugar, a atuação de um movimento religioso com forte cunho missionário, em que cada membro é motivado a ser um multiplicador, como é característica da AD; e, por último, um elemento sociológico que demonstra ter bastante peso no contexto rondoniense, perpassado por ciclos migratórios, de pessoas em busca por acolhimento e pela formação de uma identidade na nova terra, uma aspiração daqueles que são migrantes.

¹⁹ São os que praticam a grilagem, tomada de terras de forma ilegal de pequenos agricultores, povos nativos e povos tradicionais.

Dessa forma, podemos entender, pelo menos em parte, as motivações que culminaram no vertiginoso crescimento pentecostal no estado de Rondônia ao longo das últimas décadas. No próximo tópico veremos detalhes desse crescimento expresso nos números levantados pelos censos do IBGE.

2.2.3 O pentecostalismo em Rondônia expresso em números

Ao olharmos para os censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, buscando identificar as tendências e as movimentações que ocorrem com a religião em nível de Brasil, perceberemos dois elementos que têm se mantido constantes: o decréscimo do catolicismo clássico e o crescimento de uma pluralidade pentecostal. Estes dois processos indicam que o fenômeno religioso no Brasil não pode ser lido de forma simplificada e possui nuances muito específicas (MAIA e RODRIGUES, 2020).

Antes de olharmos para os dados sobre as religiões no Brasil, é importante fazermos duas considerações metodológicas. A fim de resguardarmos a fluidez do texto, todas as vezes em que nos referirmos a dados quantitativos e que a fonte não for citada, estes dizem respeito aos censos do IBGE e todos os números podem ser consultados na plataforma “sidra”²⁰. A segunda consideração diz respeito às informações sobre pertencimento religioso levantadas nos censos, todas elas são autodeclaradas, ou seja, é o próprio entrevistado que indica a sua religião enquanto o entrevistador faz a anotação, após este processo, os dados são sistematizados e classificados em agregados para serem dispostos publicamente.

O levantamento sobre pertencimento religioso não é realizado com todos os entrevistados, mas por amostragem. A metodologia empregada pelo IBGE, no censo de 2010, por exemplo, definiu o tamanho das amostras em que foram aplicados os questionários completos (IBGE, 2016), e estas variam de acordo com o número de habitantes do município. Nos municípios com até 2.500 habitantes, em 50% dos domicílios foi utilizado o questionário completo, porém, ao passo que o contingente populacional do município vai aumentando, a proporção de domicílios da amostra vai diminuindo.

²⁰ Fizemos esta opção metodológica a fim de conferir ao texto maior fluidez, tendo em vista o elevado número de vezes em que faremos referência aos dados censitários extraídos diretamente da base do IBGE: <https://sidra.ibge.gov.br/>

É importante considerar que, embora reconheçamos a seriedade do trabalho realizado pelo IBGE, ao longo do processo censitário podem ocorrer erros humanos na coleta e sistematização de dados; estes podem estar relacionados, por exemplo, ao desconhecimento sobre a complexidade da realidade religiosa do Brasil ou problemas técnicos inerentes a um trabalho tão amplo como o de recensear toda a população brasileira.

Realizadas estas breves considerações, partiremos agora para as análises estatísticas sobre a presença religiosa em Rondônia.

Entre 1980 e 2010, o catolicismo teve uma redução no seu contingente de adeptos de 24,6 pontos percentuais, reduzindo de 89,2% para 64,6% da população brasileira (MARIANO, 2013). Mesmo que tenha apresentado redução em termos de proporção nos levantamentos censitários de 1991 e 2000, foi no censo de 2010 que, pela primeira vez, se identificou a redução de católicos em números absolutos. Estes passaram de 124,9 milhões, em 2000, para 123,2 milhões, em 2010, reduzindo-se em 1,6 milhão o seu contingente. A região Norte do país foi a que registrou maior redução de católicos, passando de 71,3 %, em 2000, para 60,6%, em 2010.

Podemos destacar dois elementos intrínsecos à modernidade que ajudam no entendimento destes números. O primeiro se refere à urbanização. O Brasil das últimas décadas está muito mais urbanizado do que outrora²¹ e, neste contexto, as pertenças religiosas tendem a adquirir a conotação do mercado de trocas - educação, saúde, relacionamentos e a religião vão se tornando elementos cada vez um produto negociável. Assim, a Igreja Católica passa a ser mais um item disponível, entre muitos outros, tendo que desenvolver técnicas de proselitismo, a fim de competir de “igual para igual” com os demais produtos disponíveis, principalmente com as outras religiões (PASSOS; ZORZIN; ROCHA, 2011).

O segundo elemento que explica, pelo menos em parte, esta redução significativa do número de católicos é o aumento da oferta religiosa no Brasil. Nas últimas décadas, as possibilidades de escolha em termos de religião aumentaram infinitamente. Assim, “... a religião católica deixa de ser a instituição que dá sentido e marca os âmbitos sociais e passa a ser um setor entre os demais” (PASSOS; ZORZIN; ROCHA, 2011, P. 693). O que

²¹ Entre 1980 e 2010, a concentração da população em áreas urbanas no Brasil cresceu 18 pontos percentuais, passando de 66% para 84% (UOL, 2019).

levou os indivíduos a ampliarem o seu rol de possibilidades na hora de definir as suas crenças e pertencas religiosas.

Mesmo que tenha ocorrido redução do número de católicos, isso não significa que o contingente de cristãos tenha diminuído no mesmo ritmo. A maioria esmagadora dos indivíduos que deixaram os seus vínculos com o catolicismo simplesmente migraram para outras igrejas cristãs, com predominância das evangélicas pentecostais. Nesse caso, como destaca Ricardo Mariano (2013), o que podemos observar no Brasil é uma pluralidade religiosa dentro do cristianismo, com pouca expansão de outras religiões, como as orientais ou o islamismo, por exemplo.

Os evangélicos vêm apresentando crescimento significativo do seu contingente nas últimas décadas: estes correspondiam a 8,56% da população em 1991 e no censo de 2010 somaram 22,2%. Em números absolutos, isso significa um aumento de 29.707.453 de adeptos deste segmento religioso, que soma atualmente 42.275.740 de seguidores (IBGE, 2019).

Porém, o elemento que gostaríamos de destacar deste vertiginoso crescimento evangélico diz respeito a sua heterogeneidade. Quando falamos de evangélicos, estamos fazendo referência a um grupo muito diverso, que se congrega numa infinidade de denominações e tende cada vez mais à segmentação.

Nesse sentido, é importante olharmos os dados do censo 2010 do IBGE em que as informações sobre os evangélicos foram apresentadas dividindo-os em dois grandes grupos - “evangélicas de missão” e “evangélicas pentecostal” -, e dentro desses dois grupos estão presentes inúmeras subdivisões que abarcam diferentes igrejas: Igreja Evangélica Presbiteriana, Igreja Evangélica Luterana, Igreja Assembleia de Deus, Igreja O Brasil para Cristo e assim sucessivamente.

Cada uma dessas denominações se configura como uma instituição autônoma e independente, cada uma possui a sua administração e doutrina, tendo como um dos únicos elementos unificadores entre elas o fato de serem “evangélicas”. Assim sendo, o grupo “evangélicas de missão”, por exemplo, reúne 7.686.827 adeptos, que se distribuem em seis denominações diferentes. Tem ainda um grupo de 30.666 indivíduos que o IBGE alocou num conceito genérico de “evangélica de missão – outras”, igrejas que reúnem um contingente menor e, por isso, não são designadas de forma específica.

No outro grande grupo “evangélicas de origem pentecostal” esta subdivisão em múltiplas igrejas se mostra ainda mais gritante. Este grupo reúne a maioria dos evangélicos, sendo

ao todo 25.370.484 de adeptos em todo o território nacional, sendo ainda mais segmentado do que o anterior. O IBGE subdividiu este grupo em dez igrejas e em mais duas categorias genéricas “evangélicas de origem pentecostal – outras”, que aloca 5.267.029 de indivíduos e “evangélica renovada não determinada”, com 23.461 pessoas.

Mais de cinco milhões de indivíduos, definidos como pertencentes às igrejas “evangélicas de origem pentecostal – outras”, somam um contingente maior do que o de qualquer outra igreja pentecostal, com exceção da Assembleia de Deus que possui 12.314.410 membros em todo o território nacional. Ou seja, esta seria a segunda maior denominação pentecostal do Brasil se os seus membros estivessem reunidos numa única igreja.

Outro fato emblemático a ser analisado é o da Assembleia de Deus: com 12.314.410 membros ela é a maior de todas as igrejas pentecostais, podendo ser considerada uma gigante entre as outras deste segmento. No entanto, o alto número de fiéis não significa que exista unidade institucional, o que existe é uma matriz comum que originou a Assembleia de Deus no Brasil e a partir daí foram surgindo clivagens ainda nas primeiras décadas de sua existência.

Por diferentes motivos, lideranças descontentes rompem com a organização a que estavam vinculadas e formam uma nova igreja, mas preservam a denominação “Assembleia de Deus” e agregam um novo sufixo como Belém, Madureira, Perus. Um caso conhecido nacionalmente é o do Pastor Silas Malafaia, que fundou a “Assembleia de Deus Vitória em Cristo”. É nesse sentido que os estudos sobre religião indicam que o mais correto é tratarmos esta denominação como “Assembleias de Deus - ADs”, no plural, a fim de indicar a sua efetiva multiplicidade e evitar distorções.

É importante considerar que a diversidade não se restringe às nomenclaturas, mas perpassa ritos, doutrinas, costumes. Como demonstra Maxwell Pinheiro Fajardo.

É possível encontrar Assembleias de Deus cujas práticas litúrgicas lembram igrejas pentecostais ligadas à teologia da prosperidade, como a Universal do Reino de Deus. Por outro lado, também é possível assistir cultos em igrejas onde tais práticas são severamente questionadas. Há ADs onde danças e palmas fazem parte de todo o momento do cântico comunitário, em outras, tais elementos não são permitidos em nenhuma hipótese. Existem ADs em que é proibido aos membros o uso de maquiagens, brincos e outros adereços, enquanto em outras tais costumes são incentivados. Em alguns casos o estudo da teologia é reprimido, enquanto em outros são organizados cursos que pleiteiam o reconhecimento do MEC (FAJARDO, 2015, p. 3).

Dessa forma, o que podemos identificar é que a aparente existência de uma grande instituição religiosa dentro do pentecostalismo não passa de uma ilusão, pois, apesar de muitos indivíduos se declararem “assembleianos²²” no Brasil, isso não significa muita coisa além de um nome comum e da identidade pentecostal. É nessa perspectiva que a Assembleia de Deus reforça a tendência de uma segmentação exacerbada dentro do pentecostalismo brasileiro.

Para complicar um pouco mais a situação, existe ainda uma outra categoria nos dados do IBGE, denominada como “evangélica não determinada” - nela estão alocadas 9.218.129 pessoas, ou seja, um contingente maior do que a somatória de todas as “igrejas evangélicas de missão”.

Nestas categorias “Evangélica de origem pentecostal – outras” e “Evangélica não determinada” foram alocados os indivíduos que declararam pertencer a igrejas com pouca expressão numérica, o que fez com que o sistema de compilação do censo às alocassem nesta categoria genérica. Podemos identificar, a partir destes dados apresentados acima, uma forte tendência à fragmentação religiosa e ao enfraquecimento das instituições com centralidade administrativa e ritual.

É pertinente mencionar ainda que a maioria das religiões não cristãs, bem como os ateus, registraram crescimento no censo de 2010 (quando comparado com o censo de 2000) e que o grupo das “outras religiões” também registrou crescimento, dobrando de tamanho de 2,5% para 5% (MARIANO, 2013). Os números destas religiões, embora menos representativos do que os do cristianismo, são muito importantes por expressarem uma tendência à atomização religiosa no contexto brasileiro.

Os dados censitários demonstram muito mais do que o crescimento da denominação A ou B, indicam um caminho que está sendo percorrido no Brasil por cristãos e não cristãos, o do fissionamento das crenças e pertencas religiosas. Essa é a tendência que se observa quando olhamos para os dados gerais do país.

Após realizarmos uma discussão mais geral sobre os dados do censo 2010 do IBGE, faremos agora a análise específica dos dados sobre Rondônia, destacando as informações que nos ajudarão a entender o fenômeno pentecostal e seu crescimento no estado.

Quando olhamos especificamente para o estado de Rondônia, a partir dos censos de 1991, 2000 e 2010, identificamos 3 tendências gerais: primeiro, a queda exponencial do número

²² Como popularmente são designados os membros das Assembleias de Deus.

de católicos, que passaram de 70,86% da população para 47,55%; segundo, o forte crescimento evangélico, com maior incidência do segmento pentecostal; e, terceiro, o crescimento da categoria “sem religião”, que passou de 6,92%, em 1991, para 14,34%, em 2010, o que colocou Rondônia em segundo lugar entre os estados do Brasil em proporção de pessoas que se declaram “sem religião”. Olharemos para este dado de forma mais pormenorizada nas considerações finais.

A partir de agora, analisaremos as realidades específicas dos evangélicos no estado, olhando para cada um dos municípios, buscando tendências gerais. Destacamos que das 52 cidades do estado de Rondônia, 39 registraram aumento na proporção de evangélicos quando comparados os censos de 2000 e de 2010.

No município de Cacoal, os dados apontam para um expressivo contingente evangélico, fazendo com que esta cidade figure entre uma das mais protestantes do estado. No censo de 2010, 39,04% da população se declarou pertencente a este segmento religioso, o que representa um salto de 5,29 pontos percentuais quando comparamos com os números do censo de 2000. Porém, este crescimento não se deu com todas as igrejas. Quando olhamos de forma mais pormenorizada para a cidade, observamos que os evangélicos de missão reduziram a sua representatividade em 1 ponto percentual em 10 anos, passando de 15,41, em 2000, para 14,41 pontos percentuais em 2010. Já as “evangélicas de origem pentecostal” passaram de 17,61% para 20,32%, tendo aumentado 2,71 pontos percentuais em dez anos. Dentre as igrejas pentecostais, a única que apresentou aumento significativo foi a Igreja Assembleia de Deus, que passou de 11,23% em 2000, para 12,47%, em 2010. As demais denominações aumentaram menos de 1% e até mesmo reduziram o seu contingente, como foi o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, que passou de 0,72 para 0,37 pontos percentuais. Quem registrou maior avanço entre os evangélicos foi a categoria “evangélica não determinada” - esta saltou de 0,73%, em 2000, para 4,31%, em 2010²³.

Acompanhando a tendência da cidade de Cacoal, o crescimento dos “evangélicos não determinados” foi uma constante na maioria das cidades rondonienses quando comparamos o censo de 2000 com o de 2010. Ao cruzarmos as categorias “Evangélica não determinada” com “Evangélicas de origem pentecostal – outras”, é possível identificar que em todas as 39 cidades onde houve crescimento evangélico, pelo menos uma dessas categorias aumentou também, e que em 23 municípios este crescimento foi de mais de

²³ É importante destacar que, em 2000, não foi utilizada a mesma categoria, mas uma definição similar caracterizada como “outras religiões evangélicas”. Sabemos que não são sinônimos, porém, esta foi a categoria que mais se aproximou da utilizada em 2010.

100% entre 2000 e 2010. Havendo casos que chamaram atenção como o de Guajará-Mirim em que o aumento dos “Evangélicos não determinados” foi de 800% e a cidade de Candeias do Jamari, onde esta categoria aumentou 53 vezes, passando do inexpressivo 0,16%, em 2000, para a cifra de 8,56%, em 2010.

Uma das únicas igrejas que registrou crescimento na maioria das cidades onde os evangélicos cresceram foi a Assembleia de Deus. A igreja que concentra mais de 50% dos pentecostais, é a mais antiga do Brasil neste segmento e nasceu na região Norte, foi também a que apresentou melhor desempenho no estado quanto à captação de novos adeptos. Ela cresceu em 27 e decresceu em 11, das 39 cidades em que os evangélicos apresentaram expansão. Destacamos o caso do município de Rio Crespo, em que a proporção de assembleianos praticamente triplicou, passando de 5,61%, em 2000, para 15,53%, em 2010.

Porém, como já observamos acima, o crescimento da AD não significa, necessariamente, o crescimento de uma instituição religiosa, tendo em vista a sua tendência às constantes fragmentações e multiplicações em novas igrejas que, embora se identifiquem como “Assembleia de Deus”, não possuem centralidade administrativa e têm pouca unidade doutrinária.

No entanto, isto não significa que não tenha ocorrido nenhuma forma de crescimento das instituições religiosas - a própria Igreja Católica, que teve maciça perda de adeptos, no censo de 2010 registrou crescimento em quatro cidades. No segmento evangélico, ilustra este movimento o crescimento da Igreja Adventista que, embora tenha apresentado aumento pouco significativo quando consideramos os dados gerais do estado, - passando de 2,29% para 2,56% - em cidades como Cacoal, por exemplo, cresceu 42,53%, passando de 3,08% para 4,32% entre 2000 e 2010. Entre os pentecostais ilustra este processo a Igreja Congregação Cristã do Brasil que, mesmo registrando redução de adeptos na maioria das cidades de Rondônia, conseguiu expandir o seu contingente em alguns municípios, como é o caso de Pimenta Bueno, onde passou de 4,44% para 4,71% entre os anos de 2000 e 2010.

A cidade rondoniense com maior proporção de evangélicos, “Espigão d’Oeste”, possuía em 2010 41,18% de sua população vinculada a este segmento. Os evangélicos de missão são maioria frente aos pentecostais, sendo 24% e 15%, respectivamente. Nesse contexto, a maior igreja evangélica e que tem se mantido estável sem registrar crescimento ou queda em sua proporção de adeptos é a “Igreja Evangélica Luterana”. Em 2010, 18,16% da

população do município pertencia a esta denominação, ou seja, um contingente maior do que a soma de todas as igrejas pentecostais juntas. Outro elemento que difere Espigão d'Oeste das tendências gerais do estado de Rondônia é a queda de aproximadamente 2 pontos percentuais no contingente da “Igreja Assembleia de Deus”.

No entanto, seguindo a tendência geral do estado de Rondônia, no próprio município de “Espigão D’oeste” as categorias de classificação religiosa do censo do IBGE, que não vinculam o indivíduo a nenhuma denominação, foram as que apresentaram maior crescimento. A categoria “evangélica de origem pentecostal – outras” passou de 1,62%, em 2000, para 2,77%, em 2010, e a categoria “evangélica não determinada” também registrou aumento significativo, passando de 0,43 para 2,40 pontos percentuais do total de habitantes do município.

Os dados apresentados demonstram a complexidade da análise sociológica do fenômeno religioso, o que nos permite falar apenas de “tendências” e nunca em processos absolutos padronizados que se repetiram em todos os lugares da mesma forma. Embora estejamos observando elementos que indicam a perda de espaço das igrejas mais institucionalizadas, como é o caso do catolicismo e dos evangélicos de missão, não podemos considerar este fenômeno sem as interfaces específicas das realidades locais que põem em xeque os discursos homogeneizadores.

A partir dos dados apresentados, podemos afirmar que o fenômeno religioso no estado de Rondônia acompanhou uma tendência mais geral do Brasil, a perda de adeptos das igrejas mais institucionalizadas, como é o caso do catolicismo, dos evangélicos de missão e das próprias igrejas pentecostais que têm esta característica, como é o caso da “Congregação Cristã do Brasil”.

Após analisarmos os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre pertencimento religioso no estado de Rondônia, a partir dos censos de 1991, 2000 e 2010, podemos identificar claramente dois movimentos que podem parecer contraditórios numa primeira vista, mas, se olharmos de forma mais aprofundada, perceberemos como faces de uma mesma moeda: o processo crescente de desinstitucionalização da religião.

Esses dois movimentos consistem: a) na expansão de um pentecostalismo “pulverizado”, algo que foi mensurado e que é possível de ser identificado de forma objetiva, como nos esforçamos em fazê-lo; b) no aumento dos “sem religião”, que já foi mencionado no tópico anterior e será abordado agora, de forma um pouco mais pormenorizada, enquanto encaminhamos as nossas considerações conclusivas.

O grupo “sem religião” apresentou vertiginoso crescimento em Rondônia, entre 1991 e 2010, tendo aumentado de 6,92% para 14,34% da população total do estado, perdendo somente, em quantitativos proporcionais, para o estado do Rio de Janeiro, que possuía, em 2010, 15,6% de indivíduos neste grupo. Esta denominação genérica, contempla três diferentes subgrupos, “sem religião – ateus”, pessoas que não acreditam em Deus, deuses ou no transcendente de uma maneira geral; “sem religião – agnósticos”, são aquelas que se posicionam de maneira neutra, não acreditam, mas também não refutam a existência do transcendente; e os “sem religião - sem religião”, pessoas que não possuem um vínculo religioso, o que não significa que elas não creiam em Deus, deuses, ou outros elementos transcendentais²⁴. Até o ano de 2000, o IBGE trabalha apenas com a categoria genérica “sem religião”; em 2010 foi a primeira vez que apareceu esta subdivisão.

Um elemento importante de observarmos diz respeito à proporção de indivíduos que pertencem a cada um dos subgrupos em Rondônia: agnósticos 0,02%, ateus 0,2% e os sem religião 14,13%. Podemos perceber que os “sem religião” – pessoas que possuem crença, mas não possuem vínculo institucional – são muito mais representativos numericamente do que os ateus ou os agnósticos, o que nos leva a interpretar que o elevado número de pessoas autodeclaradas sem religião pode não indicar a redução da presença do religioso na sociedade.

A análise realizada por Denise dos Santos Rodrigues (2012) nos ajuda a interpretar esses dados:

Percebemos, então, na emergência, a evolução e consolidação da categoria censitária dos sem religião não somente como indicativo das oscilações no cenário religioso ou de um movimento de destradicionalização, mas como sinal de uma crise do pertencimento religioso de um tipo de indivíduo que assimilou a liberdade religiosa, declarando-se como sem religião (RODRIGUES, 2012, p. 1152).

Assim, os números impactantes desta categoria representam um processo mais amplo, indicando, para além da redução do espaço social das instituições religiosas tradicionais, a libertação individual do pertencimento religioso, o que daria ao indivíduo a possibilidade de escolha sobre suas vivências do sagrado. Este fenômeno está relacionado à perda do poder das instituições religiosas enquanto controladoras da vida social e individual, processo muito bem explicado por Daniëlle Hervieu-Lègeur (2008), em seu livro o “Peregrino e o Convertido”.

²⁴ A fim de elucidar a forma como o IBGE classifica este grupo, sugerimos a consulta à tabela gerada através do próprio sistema do Instituto, o Sidra. <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137#resultado>.

De acordo com a autora, o que marcaria a modernidade em termos de religião não seria, necessariamente, a sua redução, mas a perda de poder e de espaço das instituições religiosas. Nesse sentido, tanto o catolicismo como as demais igrejas com administração e doutrina centralizadas e que configurariam religiões mais institucionalizadas tenderiam a perda de espaço e influência na vida social contemporânea.

É nesse sentido que os dois movimentos de expansão identificados nos censos do IBGE destacados acima, o do “pentecostalismo” e o dos “sem religião”, são faces de uma mesma moeda; ou seja, embora pudéssemos julgar à primeira vista como opostos, são, na verdade, partes de um mesmo processo. O aumento destas duas categorias de classificação religiosa está intrinsecamente ligado por um fio condutor comum, a desregulação institucional.

Portanto, o estado de Rondônia, forjado a partir de ciclos migratórios, oriundos de todo o Brasil e que entrou num processo de modernização desenfreado a partir da década de 1970, tem na sua face religiosa um elemento de destaque destes ventos modernizadores. Aqueles que chegaram às “terras de Rondon” trouxeram riquezas e desenvolvimento, mas, também, uma capacidade imensa de proliferação e reinvenção de sentidos religiosos, principalmente dentro do cristianismo.

2.2.4 Indígenas e a cristianização: algumas interpelações

Ao passo em que vai se expandindo pela região Norte do Brasil, o pentecostalismo desbrava fronteiras, chegando aos mais longínquos lugares e povos. Quase sempre os novos rincões a receberem o trabalho missionário estavam desassistidos por outras religiões cristãs, vivenciavam uma religiosidade com base no catolicismo e nas religiões tradicionais, africanas e ameríndias.

Com o passar dos anos, um dos lugares em que os pentecostais também viriam a se fazer presentes é nas aldeias indígenas. Porém, a aproximação com os povos nativos ocorreu tardiamente se considerarmos a chegada pentecostal em Rondônia no ano de 1922, tendo se efetivado somente nas décadas de 1970 e de 1980. Diferente do que acontecia em outros espaços que o pentecostalismo ocupava, na maioria das aldeias já havia a presença de outros grupos cristãos nessa época, criando um território de disputa por poder e influência entre os diferentes grupos cristãos sobre os povos indígenas.

As relações entre cristãos e indígenas e as suas implicações é um tema bastante complexo e que vem sendo estudado pela antropologia há muitas décadas. Não pretendemos neste breve tópico fazer um inventário geral e muito menos esgotar este tema, porém, como o pentecostalismo está presente nas aldeias indígenas e dada a importância destas para o estado de Rondônia, é importante que façamos algumas interpelações sobre esta temática.

Dito isso, a fim de estruturarmos a nossa discussão neste tópico, lançaremos mão da contribuição de pesquisadores que já estudaram a temática de forma aprofundada e utilizaremos, também, o material coletado em uma entrevista realizada com Suruí G., da etnia Suruí e morador da aldeia Paeter, localizada na linha 9, no município de Cacoal/RO. Nosso entrevistado reside na aldeia desde que nasceu e pode ser considerado um membro com destaque entre os demais indígenas, pois se comunica com quem está fora do território indígena de forma muito eficiente através das redes sociais, ao ponto da entrevista que realizamos ter se dado a partir de uma chamada de vídeo que teve como suporte o Messenger, ele também respondeu com facilidade às mensagens de whatsapp. Além da fácil comunicação com o público externo, nosso informante possui outra característica que devemos destacar - a sua formação acadêmica com graduação e mestrado em geografia. Tais características o colocam numa posição em que não pode ser considerado um “nativo” ao estilo “Malinovskiano”, mas alguém que, a partir das experiências vivenciadas entre índios e não índios e das reflexões que realizou sobre a vida e a cultura de seu povo, tem importantes informações e contribuições que podem ser utilizadas pelas Ciências Sociais.

Perguntado sobre o contato com o cristianismo, relatou que as primeiras aproximações dos suruis com os não índios teriam se dado no ano de 1969, a partir do trabalho dos sertanistas Apoena Meireles e do seu pai, Francisco Meireles. De acordo com G. Suruí, este contato inicial trouxe consigo uma nova religião, o cristianismo, que teria chegado através do trabalho missionário de um norte-americano que ele diz não saber o nome.

O contato com o cristianismo geraria sobre os suruis diversos impactos ao longo dos próximos anos. A partir do relato, foi possível perceber que G. Suruí demonstra ter uma reflexão já consolidada sobre a atuação das religiões entre os indígenas e sobre os impactos negativos e positivos que estas teriam trazido a eles. Ele destaca que o trabalho missionário inicial estava centrado em diferentes aspectos para além da propagação da fé e abrangia um conjunto de serviços, como os cuidados básicos de saúde e o trabalho educacional, através do qual foram criadas as primeiras escolas com as quais os indígenas desta aldeia tiveram contato.

Devemos destacar que estes primeiros cristãos que entraram em contato com os Surui não utilizavam uma denominação religiosa, mas a partir do trabalho deles se originou a “Igreja Paeter”²⁵. Apesar de G. Suruí não saber dizer exatamente a qual organização eles pertenciam, pelas características dos trabalhos que foram realizados como assistência médica, social e educacional, atuação articulada com o Estado, ausência de identificação denominacional e a origem norte-americana do missionário, podemos deduzir que o trabalho foi realizado pela “Missão Novas Tribos do Brasil”²⁶.

Não lembro de qual religião eles eram, mas eles chegaram aqui junto com os sertanistas, formaram escola e fundaram a Igreja Paeter que tá até hoje aqui. Eles também traziam remédio (entrevista realizada com G. Suruí no dia 15/04/2021).

A relação entre povos nativos e cristãos não é um assunto novo e não foi criada pelos pentecostais, mas nos acompanha desde a conquista dessas terras por Portugal e as inúmeras tentativas de “domesticar” e “catequizar” as populações nativas. Dentre muitos aspectos negativos e positivos, sucessos e insucessos que poderíamos destacar, um elemento é inquestionável, a dificuldade de fazer com que as populações indígenas passem por um processo de enculturação total que as englobe entre os não índios sem diferenciações.

Esta relação dos indígenas com a cultura ocidental (europeizada) e com o próprio cristianismo foi profundamente explorada por Darcy Ribeiro (2006), a partir da verificação de que os indígenas possuem uma cultura autóctone pouco adepta às transformações e misturas com outras matrizes. De acordo com Ribeiro (2006), por mais contato que os índios tenham com os não índios, nunca deixarão de se perceberem enquanto tais, mesmo que tenham sido catequizados e instruídos numa matriz cristã.

Nesse sentido, o ingresso cristão no mundo indígena e na sua religiosidade não pode ser pensado a partir da lógica da conversão dentro dos padrões europeus, pois os indígenas nunca estariam totalmente conversos e distantes de suas matrizes culturais e religiosas originais. Esta perspectiva ficou clara na entrevista que realizamos com G. Surui, que, apesar de se identificar como cristão e membro da Igreja Paeter, não utiliza em momento algum a palavra “Deus”. Quando faz menção ao que seria o deus para ele, lança mão do termo “grande criador”. “Para nós ele é o grande criador, então, se o grande criador fez os

²⁵ Na entrevista falamos pouco sobre esta igreja e foi possível perceber que teria muito a ser explorado; porém, considerando que esta não é uma igreja pentecostal (não se enquadrando no recorte aqui realizado) e os limites de tempo da nossa pesquisa, optamos por não aprofundar o diálogo sobre ela nesse momento, deixando como possibilidade para um trabalho futuro.

²⁶ Para uma referência mais completa sobre o trabalho realizado pela Missão Novas Tribos do Brasil, ver Vilaça (2008).

bichos é para que a gente possa comer” (Entrevista co G. Suruí 15/04/2021), ou seja, por mais que seja um índio em contato direto com os não-índios e com o cristianismo, um dos símbolos mais centrais para os cristãos – a crença em Deus – não é por ele verbalizada.

A aproximação do cristianismo com os povos indígenas pode ser pensada a partir de uma ideia de continuidade, em que as crenças cristãs não são simplesmente adotadas em substituição às tradicionais, mas passam por um complexo processo de ressignificação a partir das suas tradições e das práticas religiosas históricas.

Sendo assim, a adoção do cristianismo como algo novo e externo não contradiz a afirmação de continuidade entre essa religião e a cultura nativa, se tomarmos como ponto de partida a premissa básica do interesse deles e de outros povos ameríndios na captura da perspectiva do outro, seja ele animal, inimigo ou branco. A adoção do ponto de vista dos missionários é mais um movimento nessa direção da captura de uma perspectiva externa (VILLAÇA, 2008, p.177).

Podemos perceber que as aproximações entre indígenas e o cristianismo podem ter múltiplos resultados em nível performático, mas, independente dos padrões estéticos e das condutas sociais ou religiosas adotadas após este contato, os povos nativos permanecem tendo como fio condutor de sua crença a sua matriz religiosa tradicional animista. Nessa perspectiva, é importante considerarmos a caracterização elaborada pelos pesquisadores Donizete Rodrigues e Manoel Moraes (2018), em que definem o conjunto de práticas religiosas sob a influência pentecostal e elaboradas a partir dos diferentes povos tradicionais amazônicos (índigenas, ribeirinhos, povos da floresta) como “pentecostalismo caboclo” (RODRIGUES e JUNIOR, 2018).

De acordo com os autores, este modelo específico de pentecostalismo seria caracterizado “como uma prática pentecostal, ainda mais sincrética, cada vez mais descentrada dos sistemas tradicionais protestantes que, na região da Amazônia, se dissemina como prática de êxtase e cura em contextos comunitários de populações indígenas e índios destribalizados e povos ribeirinhos...” (RODRIGUES e JUNIOR, 2018. p. 913 e 914). Assim, as lideranças pentecostais, embora condenem as religiões tradicionais acusando-as de vínculo com o mal e com o demônio, realizam um conjunto de bricolagens com o fim de estabelecer um significado comum entre as práticas rituais xamânicas e o pentecostalismo. Esta ação se dá na expectativa de captar a atenção e realizar a conversão dos indígenas.

Quanto ao olhar que os próprios indígenas lançam sobre o pentecostalismo e a ação dos pastores, deixaremos a explicação por conta dos próprios autores.

A abordagem sobre xamanismo e pentecostalismo leva-nos à seguinte reflexão (ou melhor, constatação) antropológica: o xamã (pajé) indígena e o pastor evangélico, embora fazendo parte de sistemas simbólicos-religiosos distintos, fazem parte da mesma categoria, a de mediadores espirituais, ligando o imanente ao transcendente. Ambos têm a capacidade de se comunicar com espíritos (malignos e benignos) - o pastor pentecostal no exorcismo também não fala com os demônios? Os espíritos dos antepassados e o Espírito Santo não são ambos espíritos? Na lógica da eficácia simbólica lévi-straussiana, xamã e pastor são operadores rituais capazes de curar, física e espiritualmente, as pessoas. Por isso, a passagem do xamanismo para o pentecostalismo é um processo facilitado de tradução cultural: a partir do seu sistema simbólico e cosmologia xamânica, os índios absorvem, interiorizam e ressignificam o pentecostalismo, criando, assim, novas expressões do sagrado, neste caso, evangélicas ((RODRIGUES e JUNIOR, 2018. p.916).

Podemos perceber que as relações entre cristianismo/pentecostalismo e indígenas estão para além do processo de conversão da forma como o entendemos a partir da tradição européia, sendo perpassado por infinitas ressignificações e práticas religiosas que dão a elas diferentes sentidos. O conceito de “pentecostalismo caboclo” nos ajuda a entendermos estas relações de forma mais completa, permitindo a melhor compreensão deste fenômeno antropológico em sua amplitude e em seus limites.

Por fim, devemos considerar “que os fenômenos sociais não são objetos com contornos perfeitamente definidos, são ao mesmo tempo coisas corporais, metafísicas e afetivas. A conjunção de corpos/ideias/ afetos ganha significação em (e na) relação pelas conexões que se estabelecem e pelas conexões que carregam...” (Capiberibe, 2017, p.312). Assim, podemos dizer que nos esforçamos para fazer nesse tópico apenas algumas aproximações teóricas entre a literatura acadêmica e as experiências de um indígena cristianizado, com o qual tivemos a oportunidade de ter contato, buscando demonstrar uma pequena parcela de um imenso emaranhado e complexo de relações e conexões que se estabelecem a partir do choque entre mundos tão diferentes e, ao mesmo tempo, tão parecidos.

Capítulo 3.

Pentecostalismo, conservadorismo e poder

Após termos tratado no capítulo anterior sobre o surgimento e a expansão do pentecostalismo na região Norte do Brasil e no estado de Rondônia, discutiremos agora sobre as principais características que marcam este movimento religioso na sua relação com as estruturas e os sistemas de poder, sendo o principal aspecto da sua presença no espaço público, o conservadorismo.

Não temos a pretensão de tratar todos os aspectos de um tema que é bastante amplo, mas, sim, falar sobre aqueles que dão ao pentecostalismo maior visibilidade e presença no espaço público, fazendo com que o apoio deste grupo religioso e a defesa de seus interesses tornem-se pautas e campos em disputa nos processos eleitorais e em debates que marcam as sociedades contemporâneas, em especial no Brasil.

Nos debates que se estabelecem na arena pública, e que têm por tema o pentecostalismo, é comum a sua associação ao conservadorismo. O binômio pentecostal–conservador é lido de forma muito naturalizada nos meios de comunicação, nos debates políticos e nas redes sociais.

Tal relação se dá em diferentes níveis e sentidos. Principalmente a partir da última década, em que o assumir-se publicamente como conservador deixou de ser uma atitude socialmente criticada, tanto os que atacam o pentecostalismo, quanto os que se dizem adeptos, passaram a utilizar o termo de forma mais livre. A diferença que se estabelece é que o primeiro grupo faz uma acepção em sentido negativo e o segundo em sentido positivo; no entanto, os dois tendem a utilizá-lo em seu vocabulário corrente. De maneira geral, ao olharmos de forma rápida e sem uma análise mais aprofundada, temos a impressão que todo o pentecostal seria, necessariamente, um indivíduo conservador em termos morais, sociais e políticos.

Mas, efetivamente, o que é o conservadorismo? Um dos nossos esforços nesse tópico será responder a esta pergunta, pois, dependendo do contexto histórico e social, este termo pode adquirir conotações variadas. Por hora, apresentaremos a definição dada por Roger Scruton (2020) que, apesar de bastante ampla, nos ajudará nesta introdução ao tema.

O conservadorismo é o que diz seu nome: a tentativa de conservar a comunidade que temos – não em todas as suas particularidades, uma vez

que como afirmou Edmund Burke, “precisamos reformar a fim de conservar”, mas em todos os aspectos que asseguram a sobrevivência de longo prazo de nossa comunidade (SCRUTON, 2020, p. 12).

Neste capítulo, faremos ainda uma breve problematização sobre esse conceito, a fim de percebermos sua amplitude e esclarecer o que estamos falando quando nos referimos a conservador, pois fica a impressão de que este termo pode dizer muitas coisas, mas na prática o seu sentido fica restrito ao lugar de fala de quem o articula.

É importante deixar claro que se o conservadorismo está em pauta no debate público atual isso não significa que tenha surgido recentemente, pois há mais de 500 anos de teorias que embasam as discussões clássicas sobre o tema (SCRUTON, 2020). Além disso, como destacado por Almeida (2017), existem muitas nuances na acepção do termo no contexto atual e as formulações totalizantes não dão conta de explicar as suas diferenciações. Sobre temas polêmicos, como pena de morte e orientação política, por exemplo, as posições dos indivíduos podem variar muito dentro do campo conservador, principalmente quando a religião passa a fazer parte do debate.

Nesse sentido, cientes de tal complexidade e amplitude, apresentaremos a seguir características que identificamos como relacionadas ao conservadorismo no contexto atual em que tem sido utilizado com os movimentos pentecostais. São elas: a teologia da prosperidade; o liberalismo econômico; a existência de um inimigo, denominado de “comunismo” ou situado no sistema de crenças do outro, especialmente nas religiões de matriz africana; a defesa de uma moral conservadora; o autoritarismo; e a participação política.

Porém, antes de tratar desses temas, faremos uma breve contextualização a respeito do florescimento público do conservadorismo no Brasil nos últimos anos, em que tal movimento passou a ganhar maior notoriedade e influenciar a cena social e política do país.

3.1 Ascensão do conservadorismo no Brasil

Movimentos sociais e políticos de viés conservador não são uma novidade no Brasil e fazem parte da história do país, desde os primeiros passos ensaiados na vida política, ainda no período imperial (1822 – 1889). No contexto do governo monárquico, as lutas por participação política e direito ao voto, abolição da escravidão e pela queda da

monarquia, já traziam consigo os dilemas dos embates entre conservadores e aqueles que propunham mudanças na estrutura social e política.

Devemos ressaltar que em diferentes momentos da história do Brasil os conservadores assumiram diferentes bandeiras, em alguns casos representando a mudança do sistema e promovendo avanços sociais e políticos. Podemos citar como exemplo o caso do líder abolicionista Joaquim Nabuco (1849 – 1910), que estava ligado à perspectiva conservadora enquanto um defensor da ordem social e do regime monárquico, mas que atuou de forma efetiva na luta política pelo fim da escravidão no Brasil (CARDOSO, 2013). Outro exemplo foi o movimento republicano, que a partir de um golpe militar retirou do trono o monarca, Dom Pedro II, estabelecendo a república de forma imposta e sem revolução social, porém, promovendo a transição do sistema monárquico para o republicano, o que pode ser considerado um avanço político. Nesse sentido, quando falamos de conservadorismo não nos referimos de forma negativa, ou como sinônimo de retrocesso social, buscamos apenas destacar os movimentos de conservação da ordem social posta que permeiam diferentes momentos da nossa história enquanto nação.

Após a proclamação da República, ao longo de todo o século XX, em diferentes momentos, o movimento conservador aflorou na conjuntura social e política do Brasil. Um dos momentos históricos em que isso ocorreu com maior destaque foi no ano de 1964, quando o país passou por um golpe militar que foi apoiado e patrocinado por diferentes setores conservadores (partidos políticos, igrejas, empresários, ruralistas). Naquele momento histórico, os dois argumentos que predominaram como justificativa para as manifestações conservadoras foram os mesmos da atualidade, a ameaça do comunismo no Brasil e a necessidade de limpar a corrupção que existiria no governo do Presidente João Goulart (1961 – 1964).

De acordo com Oliveira (2021), o tema da corrupção está presente em diferentes momentos da história do Brasil, ao longo do século XX, destacando-se a década de 1950 com as denúncias que envolveram o então Presidente da República Juscelino Vargas, que provocaram o seu suicídio; as diferentes comissões parlamentares de inquérito, instauradas entre as décadas de 1970 e 1990; e o processo que, em 1992, culminou no *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Melo.

No contexto atual, o argumento da corrupção também se faz presente e tem sido, em grande medida, a justificativa para o crescimento popular do conservadorismo no Brasil. Tal crescimento tem como marco inicial o mês de junho de 2013, naquilo que ficou

conhecido como “jornadas de junho”, um movimento de massa que se inseriu no contexto mundial de manifestações populares (como a primavera árabe) e que adotou como foco principal o combate à corrupção. Grandes manifestações tomaram as ruas do país entre os meses de junho e julho de 2013 e impactam o cenário político brasileiro até os dias atuais.

De acordo com Maíra Bittencourt (2016), o movimento de junho de 2013 passou por cinco fases. A primeira delas marca o seu início, tendo como característica principal a realização de protestos de rua, no estilo tradicional das manifestações convocadas pelos movimentos sociais de esquerda. Nesse momento havia nos protestos uma pauta comum – a redução no valor das tarifas do transporte público - e eles seguiam o rito tradicional das manifestações convocadas por sindicatos e movimentos sociais, havendo a mobilização dos apoiadores da causa e protestos de rua com passeatas e obstrução de vias.

As primeiras manifestações foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) e tiveram como pauta o combate ao aumento das passagens do transporte público municipal, que havia ocorrido em muitas cidades brasileiras naquele ano. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o aumento havia sido de 20 centavos na tarifa do transporte coletivo.

De acordo com as informações que constam em seu site oficial, o MPL se caracteriza como um movimento de luta pela democratização do transporte público municipal.

O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.

O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! (Movimento Passe Livre)

Com base nas palavras dos próprios organizadores, percebe-se que o MPL se caracteriza como um movimento social alinhado ideologicamente à esquerda, pois reivindica um transporte público 100% custeado pelo Estado e sem a participação da iniciativa privada, propostas que se alinham a este campo ideológico.

Os protestos convocados pelo MPL começaram pequenos e foram fortemente reprimidos pelo aparato de segurança do Estado. Além disso, os meios de comunicação tradicionais, como canais de rádio e TV, imediatamente condenaram os manifestantes taxando-os de vândalos e desordeiros. Porém, os protestos continuaram ocorrendo com

frequência semanal e se, por um lado, a mídia tradicional condenava os atos, por outro lado, nas redes sociais, formava-se uma rede de apoiadores, que a partir de narrativas alternativas e baseadas em vídeos e fotos de autônomos, sustentava vozes que ecoavam na opinião pública em defesa do movimento.

Quanto mais os manifestantes resistiam, mais aumentava a truculência da polícia que chegou ao ponto de prender manifestantes e jornalistas por estarem transportando vinagre. Além disso, jornalistas dos veículos de comunicação tradicionais foram alvejados por tiros de balas de borracha e bombas de efeito moral (BITTENCOURT, 2015).

A ocorrência de tais factos fez com que aumentasse a mobilização social em torno dos protestos e as manifestações extrapolassem os limites do MPL. Estas passaram a receber o apoio de diferentes setores da sociedade, como parcelas da classe média tradicional e dos meios de comunicação tradicionais. A partir desse momento começou a segunda fase das manifestações que

foi marcada pela presença das multidões nas ruas. Estimuladas pelas convocações *on-line* e pela repulsa aos atos da polícia, milhões de pessoas tomaram as ruas. Nessa segunda fase a mídia tradicional mudou seu posicionamento e passou a apoiar os atos. A repressão policial também foi sendo minimizada (BITTENCOURT, 2015, p. 204).

De acordo com Maíra Bittencourt (2015), a partir deste momento, o movimento começou a obter conquistas e a pauta de reivindicações dos protestos passou a ser ampliada. Assim, teria se inaugurado a terceira fase das manifestações, que foi marcada pelas conquistas que o movimento começou a obter. Em âmbito municipal, destaca-se a redução do valor das tarifas do transporte público e, em âmbito estadual e federal, a aprovação de leis e projetos que visavam a melhoria dos serviços públicos de saúde e educação.

Foi a partir desse momento que a pauta da corrupção passou a adentrar o movimento. Ganhando destaque nos protestos e obtendo resultados efetivos por parte das lideranças políticas. O Projeto de Emenda à Constituição (PEC-37), que retiraria poder de investigação do ministério público, foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, enquanto que, no Senado Federal, começava a tramitar um projeto de lei que transformava a corrupção em crime hediondo.

Após estas três fases, o movimento passou por um processo de esvaziamento dos atos presenciais e pela redução temporária da mobilização nas redes sociais.

Nesse momento ocorreria a quarta fase que, de acordo com Bittencourt (2015), teria sido marcada pela atuação de grupos Black Blocs e por sua metodologia de manifestação com ataques às estruturas que representam o sistema capitalista, como carros luxuosos e agências bancárias. Esta quarta fase reduziu o contingente de pessoas das manifestações e afugentou o apoio de setores da classe média e da mídia tradicional; porém, deixou plantada a ideia de que a partir da mobilização realizada através de meios alternativos, como as redes sociais, seria possível abalar as estruturas de poder estabelecidas.

Tal perspectiva seria a base para as manifestações que ocorreriam futuramente, especialmente a partir da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, em outubro de 2014, e que Maíra Bittencourt (2015) define como a quinta fase das manifestações que se iniciaram em 2013.

A quinta fase de protestos começou após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Em 26 de outubro, com 51,6% dos votos válidos a presidenta derrotou o candidato da oposição Aécio Neves. Sem aceitar a derrota, grupos opositores, que num primeiro momento não estavam declaradamente aliados aos partidos de direita, mas que se juntaram depois da metade do ano, passaram a organizar novos manifestos (BITTENCOURT, 2015, p. 210).

Nesta fase, as manifestações de massa no Brasil começam a adquirir uma conotação muito diferente da que originou o movimento de junho de 2013, que naquele momento eram organizadas por um movimento com viés ideológico de esquerda e reivindicavam a melhoria nos serviços públicos. A partir da reeleição de Dilma Rousseff a tônica das manifestações passou a ser o questionamento da legitimidade do pleito, a corrupção e o *impeachment* da Presidenta.

Diferente de Bittencourt (2015), Oliveira (2021) divide as manifestações que ocorreram a partir de 2013 em apenas duas fases. A primeira de 2013 até a eleição da Dilma Rousseff e a segunda a partir da eleição da Presidenta até a conclusão do seu processo de impedimento, havendo duas pautas distintas que marcariam estas fases do movimento.

Se no primeiro momento do ciclo estava em jogo a inclusão de demandas que haviam sido esquecidas e a luta por MAIS democracia, participação, transparência, liberdade, etc., neste segundo momento o tom é claramente contrário e de forte antagonismo, pois o que emerge com maior força é o ANTI: “petismo”, “partidarismo”, “esquerdismo”, “Estado”, “establishment”, “aliança”, “política”, etc., que conduziu, por vezes, a uma concepção antagonista ou contrária à própria democracia (OLIVEIRA, 2021, p. 96).

É importante destacar que as manifestações ideologicamente ligadas às pautas de esquerda, e organizadas por movimentos sociais com este viés ideológico, não deixaram de

ocorrer; inclusive, em várias ocasiões, ocorreram manifestações organizadas por movimentos sociais e partidos, a fim de apoiar o governo. No entanto, os protestos que passaram a mobilizar um contingente maior de adeptos e que obtiveram resultados mais efetivos, foram aqueles que tinham como foco as pautas da direita, especialmente o impedimento de Dilma Rousseff.

Um insumo importante para esta virada ideológica foram os resultados da Operação Lava Jato. Iniciada em março de 2014, se configurou como uma operação de investigação sobre ilícitos cometidos por agentes públicos e privados. Foi conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF), em parceria com a Procuradoria Geral da República (PGR) e a Polícia Federal (PF), tendo como órgão julgador a Justiça Federal, especialmente a sua vara de Curitiba²⁷. A investigação descobriu um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, estatal brasileira de petróleo, em que recursos da empresa teriam sido desviados em benefício de empresários, funcionários da estatal e políticos.

O debate jurídico e político a respeito da Operação Lava Jato é longo e polêmico, por isso, não temos a intenção de estendermos sobre ele, mas apenas mencioná-lo, pois, conforme veremos mais adiante, os resultados obtidos pela investigação contribuíram diretamente para o fortalecimento da extrema direita no Brasil²⁸.

De maneira geral, os resultados obtidos pela Operação Lava Jato atingiram objetivamente o Partido dos Trabalhadores (PT), partido da Presidenta da República e do ex-Presidente Lula, que foi um dos principais alvos das investigações, chegando a ser preso, no dia 7 de abril de 2018, pela Polícia Federal em Curitiba, onde ficou detido durante 580 dias. Dessa forma, uma operação de investigação que teria como fim o combate à corrupção, acabou por influenciar objetivamente na conjuntura política, servindo como um importante catalisador do movimento “anti-PT”.

Além de fomentar um movimento “anti-PT”, a Operação Lava Jato impulsionou diferentes grupos e indivíduos dispersos que estavam descontentes com o funcionamento do sistema político no Brasil. De acordo com Oliveira (2021), ao expor um sistema de corrupção que operava favorecendo políticos de diversos partidos da base do governo petista, as investigações impulsionaram e uniram diversos setores sociais que criticavam a forma

²⁷ Informações detalhadas a respeito da Operação Lava Jato poderão ser encontradas no site do MPF: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>

²⁸ Um importante trabalho que analisa de forma profunda os métodos utilizados pela Operação Lava Jato, é a dissertação de mestrado de Fabiana Alves Rodrigues (2019), intitulada “Operação Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na justiça criminal”, que pode ser acessada através de seguinte link: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-14022020-163817/publico/2019_FabianaAlvesRodrigues_VCorr.pdf

como operava o presidencialismo, amparado num amplo leque de alianças costuradas pelo poder executivo.

É importante destacar a atuação dos meios de comunicação social neste processo de aglutinação de forças “anti-PT” e “antisistema”. Os meios de comunicação tradicionais atuaram de forma direta, fomentando as denúncias e as ações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. Além destes, as redes sociais cumpriram um papel crucial neste processo, permitindo que a polifonia de vozes anônimas ganhasse publicidade através de manifestações nas redes sociais. Além disso, diferentes movimentos sociais que não possuíam condições de acessar os meios de comunicação tradicionais, encontraram nas redes sociais um espaço privilegiado de mobilização para os atos por eles organizados²⁹.

Outro elemento que devemos considerar, a fim de entendermos de forma mais completa o processo de aglutinação de forças políticas conservadoras “anti-PT” e “antisistema”, é a existência de um conjunto de ações promovidas, de maneira especial, ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010 – 2014), que a puseram em rota de colisão com diferentes grupos sociais (elite financeira, militares, médicos e religiosos).

Historicamente, sempre houve desconfiança das elites financeiras, rurais e urbanas, sobre os governos petistas, pois o partido traz em sua gênese as lutas sociais dos sindicatos e dos movimentos sociais agrários, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, por exemplo. Esta desconfiança foi arrefecida pelos bons resultados econômicos obtidos, especialmente entre os anos de 2004 e 2012 e pelas contrapartidas que o governo concedia às empresas e agricultores nos momentos de crise. Porém, com a mudança no cenário econômico interno e externo, a partir de 2013, o “humor” do mercado mudou e o governo já não conseguia mais proporcionar os apoios desejados e esse contexto levou as elites financeiras a exporem as suas divergências com o governo petista e a patrocinarem os movimentos pelo impedimento da Presidenta Dilma Rousseff³⁰.

Na esteira de conflitos históricos com o PT estão, também, os setores militares do Brasil. Estes possuem desconfiança histórica com um partido que surgiu no contexto da luta pelo fim da ditadura e se alimentou ideologicamente da defesa da democracia e dos direitos humanos. A habilidade política e a pouca vontade de entrar em conflito com este setor, abrindo mão do questionamento sobre as mortes ocorridas nos anos de ditadura, fizeram

²⁹ Exemplos desses movimentos são o “Movimento Brasil Livre – MBL” e o “Vem Pra Rua”, organizações que surgiram após as manifestações de junho de 2013 e que possuem um viés ideológico de direita.

³⁰ Um exemplo deste processo foi o apoio da Federação da Indústria do Estado de São Paulo – Fiesp, ao impedimento da Presidenta e o patrocínio desta organização empresarial às manifestações de massa que ocorriam na Avenida Paulista no ano de 2015.

com que houvesse um longo período de paz entre petistas e os generais. No entanto, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, esta realidade começou a mudar. Se o seu antecessor (Lula) tratou de não mexer nesse “vespeiro”, Dilma, que foi presa e torturada durante o governo militar, permitiu que este tema viesse à tona com a instalação da “comissão da verdade³¹”, que tinha por objetivo apurar os fatos ocorridos ao longo dos anos ditatoriais. Isso desagradou as Forças Armadas, que alegavam injustiça por parte da comissão, pois esta investigaria somente os crimes cometidos pelos militares e deixaria de lado aqueles que teriam sido realizados pelos movimentos de resistência ao governo ditatorial. Este fato levou muitos militares a manifestarem publicamente as suas diferenças com os petistas³².

Outro setor da sociedade que entrou em rota de colisão com Dilma Rousseff, e engrossou o coro de vozes no movimento “anti-PT”, foi a classe médica. Esta, apesar de não ter conflitos históricos com o partido, se sentiu afrontada por algumas ações promovidas pelo governo federal na área da saúde, dentre elas: o programa “Mais Médicos”, que promovia a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil, a fim de prestarem serviços de saúde nos locais onde os profissionais brasileiros não tinham o interesse de ir; a ampliação do número de vagas nos cursos de graduação em medicina; e o veto a alguns artigos do “Ato Médico”, uma legislação que garantia a exclusividade dos médicos sobre alguns serviços de saúde (MATHIAS, 2016). Tais fatos serviram de combustível para que esta classe apoiasse o *impeachment* de Dilma Rousseff através de manifestações oficiais das suas entidades de classe, o Conselho Federal de Medicina – CFM, a Associação Médica Brasileira – AMB e a Federação Nacional dos Médicos – Fenam.

Por fim, outro grupo que encampou o discurso e aumentou as fileiras dos protestos contra a Presidenta e o “antipetismo” foi o dos evangélicos. Historicamente, este grupo nunca esteve totalmente alinhado com as causas sociais da esquerda, mas também não as rejeitava de forma massiva. Nas eleições de 2002, por exemplo, a maioria dos evangélicos votou em Lula no segundo turno das eleições presidenciais (BOHN, 2007). Porém, a partir do pleito de 2010, esta relação começou a se alterar e o mesmo público que havia votado no Lula não estava disposto a eleger sua sucessora, sendo a maioria dos votos dos evangélicos destinados à candidata Marina Silva, no primeiro turno do pleito, e à oposição do PT, no segundo turno. Nesse sentido, a maioria dos evangélicos preferiu votar no

³¹ Mais informações podem ser obtidas através do site da Comissão Nacional da Verdade – CNV, no link: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

³² Este descontentamento com a Presidenta pode ser confirmado através de matéria jornalística sobre encontros que ocorreram entre líderes militares e o então Vice-Presidente Michel Temer: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/militares-procuraram-temer-para-reclamar-de-dilma-e-pt-antes-do-impeachment-diz-entrevistador.shtml>

segundo turno das eleições no candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, ou juntar-se ao elevado número de abstenções e votos nulos ou brancos, a ter de votar em Dilma (PEIXOTO e RENNÓ, 2011).

Já no pleito de 2010, discursos conservadores que viriam a ganhar notoriedade nos próximos anos começaram a ser ensaiados. Embora temas como aborto e gênero nunca tenham se ausentado da política, nessas eleições foi possível perceber que estiveram mais salientes e muitas campanhas explorando polêmicas em torno deles foram realizadas através de métodos tradicionais, como as panfletagens nas vésperas das eleições e a propagação de notícias falsas nas redes sociais, que já davam os primeiros sinais da sua capacidade de influenciar em resultados eleitorais. Nesse contexto, os embates religiosos e as tentativas de resposta a eles pela campanha do PT deram o tom dos últimos dias que antecederam a votação final do pleito que daria a Dilma Rousseff a vitória nas urnas³³. Porém, apesar de ter ganhado as eleições, as manifestações que ocorreram durante a campanha eleitoral já indicavam que algo estava mudando na relação entre religiosos e o governo petista.

Estes indícios foram cada vez mais se confirmando ao longo do primeiro mandato da Presidenta e aquelas polêmicas, que podiam ser entendidas como “fagulhas”, foram se tornando chamas fortes de um conflito que pôs cada vez mais os evangélicos, especialmente os pentecostais, na trincheira de batalha política oposta ao governo petista.

Foram muitos os casos de conflito entre a bancada evangélica e o governo de Dilma Rousseff, que mobilizaram parlamentares, lideranças e membros das igrejas pentecostais. Emanuel Freitas da Silva (2019) enumera sete fatos que teriam gerado conflitos entre o governo petista e os evangélicos, entre os anos de 2011 e 2014. Não nos debruçaremos com longas análises a respeito deles, pois versam basicamente sobre os temas “gênero” e “aborto”, assuntos que serão tratados ao longo deste capítulo, apenas faremos uma breve citação sobre eles a fim de que possam ser conhecidos.

Dentre os episódios geradores de conflito entre o governo Dilma e os religiosos, Silva (2019) destaca:

- 1) o ataque ao material produzido pelo Ministério da Educação, a fim de conscientizar sobre a homofobia e que foi apelidado pelas lideranças religiosas como “kit gay”.

³³ Nos links a seguir é possível acompanhar notícias da época que expressam as polêmicas em torno dos temas morais. <<https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/igreja-catolica-imprime-milhoes-de-panfletos-contradilma-06102018>> <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/dilma-se-compromete-com-evangelicos-a-lancar-carta-contraborto.html>>

2) um vídeo produzido pelo ministério da saúde no ano de 2012 e que teria como objetivo conscientizar para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. No material produzido aparecia um casal gay, o que gerou rapidamente repúdio por parte da bancada evangélica.

3) a proposta da então Senadora pelo PT, Marta Suplicy, de pôr em votação o projeto de lei 122, que previa a criminalização da homofobia.

4) a nomeação de Eleonora Menicucci, militante das causas feministas e defensora de alterações nas legislações que tratam sobre o aborto, para ocupar o cargo de secretária de políticas para as mulheres. Tal indicação foi repudiada pelos políticos evangélicos, especialmente pelo então Deputado Eduardo Cunha.

5) Após a fala do ministro Gilberto Carvalho, durante o Fórum Social de Porto Alegre, em 2013, este foi atacado por parlamentares evangélicos por dizer que seria necessário entrar na disputa ideológica com as lideranças religiosas nas periferias das cidades. Pela repercussão da sua fala no meio religioso, o ministro teve de ir à Câmara dos Deputados prestar esclarecimentos.

6) A nomeação de Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, como ministro da pesca, foi considerada uma tentativa do governo petista de conter os ânimos entre os religiosos.

7) O Projeto de Lei 6583/2013, de autoria do Deputado Anderson Ferreira e que ficou conhecido como “estatuto da família”. A polêmica em torno do projeto se deu por considerar como família, exclusivamente, a união entre um homem e uma mulher.

No nosso ponto de vista, é pertinente acrescentar um oitavo item, o Plano Nacional de Educação - PNE, que não foi mencionado por Silva (2019), mas que também configurou um ponto de grande conflito entre a base do governo petista e a bancada evangélica, pois a proposta do governo era a de incluir no plano o tema “igualdade de gênero”.

Podemos perceber que inúmeros fatos ocorridos após a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, fizeram com que as relações entre o PT e os evangélicos passassem por um processo de crise, que levou ao acirramento dos ânimos e a transição dos políticos religiosos, das lideranças e das igrejas que apoiavam o governo, para o campo oposto.

Nesse sentido, é interessante observar os resultados obtidos a partir das entrevistas abertas que realizamos. Uma das entrevistadas foi A.S.N.B.A., com quem conversamos através de uma chamada de vídeo. Ela tem 41 anos de idade e reside em Rondônia desde os seis anos. Pertence a Igreja Assembleia de Deus há aproximadamente 20 anos e pode ser considerada uma pessoa iniciada nos ritos e doutrinas da instituição religiosa. Durante a entrevista, expressou claramente as motivações da sua fé quando falava sobre o seu processo de conversão ao pentecostalismo: “... eu fui na Igreja pela primeira vez quando tinha 21 anos e senti uma alegria muito grande, um refrigério que fez eu me convencer que eu não queria mais deixar de sentir aquilo...” (A.S.N.B.A., entrevista, 20/08/2021). Outro aspecto importante é que possui um maior grau de instrução (comparado com a média dos pentecostais, em geral), tendo cursado graduação em jornalismo e pós-graduação.

Durante a entrevista, questionamos A.S.N.B.A. a respeito do processo de aproximação com a política da Igreja em que participa, se sempre percebeu esta relação ou se, em algum momento, havia sido diferente. Ela apresentou a seguinte resposta:

Então, no início, logo que eu comecei a frequentar, eu percebia que a igreja era bem alienada em relação a isso. A gente não se envolvia em aspecto nenhum.

Né... a igreja era a igreja e a política, né... mas nos últimos anos, a partir do momento em que a política começou a interferir na nossa vida, vamos dizer assim, né, quando a esfera política começou a mexer a tentar interferir em situações que ferem os princípios da igreja (aí eu falo de uma forma geral não só assembleia de Deus mas de todas as forma geral), aí, nesse momento eu percebi.

Houve um despertar onde os líderes das igrejas começaram a perceber que a gente começou a precisar ter pessoas que pensassem como nós nesses ambientes, para que a gente não tivesse os nossos direitos que já estão garantidos, para que eles não fossem alterados.

Então, até o momento em que a política nunca, digamos... aí eu vou falar bem didaticamente, uma fala para criança, enquanto eles nunca mexeram com a gente, a gente não mexeu com eles. Mas a partir do momento que eles começaram a mexer com a gente, nós despertamos. A gente percebeu que não bastava a gente orar, a gente precisava agir pra gente ter pessoas que pensam como nós no meio deles, para que confrontasse as ideias que são contrárias às nossas e aquilo que a legislação também diz, a Constituição e os princípios cristãos.

E foi nesse momento em que a igreja passou a se envolver de forma mais ativa dentro da esfera política (entrevista com A.S.N.B.A. 20/08/2021).

Portanto, de acordo com a nossa entrevistada, a relação da sua Igreja com a política não é algo que permeia a história da Igreja, mas é contextual e está situada, de maneira especial,

na última década. Essencialmente, seria uma resposta aos ataques que os valores cristãos estariam recebendo por parte dos atores políticos.

É perceptível a ênfase que ela dá ao caráter alienado da Igreja em relação à política e à mudança de postura ocasionada por processos políticos que levaram as lideranças religiosas a se sentirem ameaçadas. Esta seria uma motivação maior para um ingresso mais efetivo na vida política.

Nesse sentido, também foi a fala da entrevistada Maria Marta José Moreira, que será doravante chamada apenas de Marta. Assim como A.S.N.B.A., Marta é membro da Igreja Assembleia de Deus, em Vilhena. Ela possui 42 anos de vida e participa da Igreja desde quando era criança, tendo sido batizada aos 12 anos de idade. Portanto, pode assim ser considerada uma seguidora já iniciada nos ritos e doutrinas da Igreja.

Marta é graduada em Letras e Direito, possuindo ainda uma pós-graduação na área da Educação. Além disso, é uma pessoa com atividade política ativa e de destaque no município de Vilhena - foi conselheira tutelar durante 3 mandatos consecutivos, vereadora em uma legislatura (2012 – 2016) e candidata à vice-prefeita no pleito municipal de 2016.

Nesse sentido, a entrevistada possui uma experiência política maior do que a de A.S.N.B.A.; foi uma oportunidade interessante por termos entrevistado alguém com conhecimento de causa e vivência dos processos sobre os quais comentava. Porém, apesar de ter mais conhecimento de causa, Marta foi mais cuidadosa em suas falas, não demonstrando estar totalmente à vontade para falar das suas convicções - parecia conter as palavras não expondo claramente a sua opinião. Podemos deduzir que esta característica tenha sido herança do seu tempo de vida pública, carregando consigo a forma de falar mais indireta que tem por função amortecer conflitos que se mostram evidentes.

Questionamos a entrevistada a respeito da relação entre a religião e a política. Ela falou pouco da sua opinião pessoal, analisou e contextualizou muito, evitando emitir juízo pessoal. Porém, existem interessantes elementos para serem analisados. Assim, para a pergunta: como você percebe a relação entre a religião e a política nos últimos anos? Ela apresentou a seguinte resposta:

Parece que uma época aí nos anos e 2000 ela deu uma amenizada, ou ficava mais camuflada, né? E hoje, volta à tona isso, com muita força.

Agora, se isso é bom ou se isso é ruim... como que eu iria te responder... isso eu acho que depende, né? Depende de quem vai analisar, depende das decisões que vão ser tomadas, depende do que traz para a população, para o eleitor cidadão comum, né? Dessa relação.

Na essência, na essência do verdadeiro cristianismo, falando-se da evangelização, eu acho que essa relação não é boa, mas na essência do social, ela é necessária.

O que eu destaco, que chamou a minha atenção, (embora eu não estava mais envolvida na política) foram as eleições presidenciais. Nas últimas eleições presidenciais eu vi um envolvimento grande de todas, todas as lideranças ligadas à minha denominação. Começando da convenção geral da Assembleia de Deus, da nacional, estadual e os seus pastores presidentes, do campo, né? Da cidade, eles se envolveram de forma fechada mesmo nas últimas eleições presidenciais, né? E isso está nas redes sociais. Você percebeu, eu percebi esse envolvimento maior como eu nunca antes havia visto na minha caminhada como cristão, como membro da igreja (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

Questionamos sobre o que ela acredita que teria motivado tal envolvimento:

Eu creio, assim, que teve muitos pontos, né? muitos pontos que motivaram esse envolvimento.

O primeiro deles foi a busca né do... como que eu vou te dizer... o conflito. Assim, não foi nem a busca foi um conflito de interesses sociais, ou seja, há uma extensão do comunismo, do cristianismo. Há uma oposição quanto a essas questões, né? Então, devido os seus opositores, eu acredito que a igreja fez uma análise entre apoiar um partido político compreensível com os comunistas, ou um partido político sem o princípio, com princípios em outras vertentes sociais. Eles optaram por a dar essa oportunidade a outros princípios, né? Então acredito que esse foi o maior, foi o gargalo mesmo da pra ter essa manifestação do cristianismo nas eleições passadas (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

Portanto, assim como a A.S.N.B.A., Marta percebe a relação que existe entre religião e política, identificando, também, o aumento do envolvimento da sua Igreja nos processos políticos nesses últimos anos. Fica claro que, na sua opinião, a primeira década do século XXI foi de arrefecimento dos debates políticos no meio religioso, mas que nos últimos anos esta realidade se alterou.

Embora não cite nomes de lideranças políticas e nem fale de forma clara sobre o que motivou tal envolvimento da religião na esfera política, deixa claro que as eleições presidenciais de 2018 teriam sido um marco nesse processo. E que a justificativa para tal militância estaria no apoio que o grupo de oposição daria ao comunismo. Essencialmente, a eleição de Jair Bolsonaro seria o único caminho para “livrar” o Brasil do comunismo e o envolvimento da igreja neste processo estaria assim justificado.

É possível perceber nas respostas da entrevistada e de maneira especial na hora da entrevista, isso ficou ainda mais evidente, que existe algum constrangimento da sua parte ao comentar sobre os processos políticos. Em nenhum momento ela cita o nome de Jair Bolsonaro, candidato que foi apoiado pela sua Igreja em 2018, e ao falar do apoio a ele, o faz sempre em terceira pessoa; ou seja, é a Igreja, são as lideranças, os pastores, sem se incluir nele. Seria como se dissesse “foram os outros, eu, não”.

No nosso entendimento, ela repetia argumentos forjados e incorporados a partir da sua vivência religiosa, mas que não estaria totalmente convencida deles. É possível perceber que Marta não concordou plenamente com esta aproximação da sua Igreja com a campanha de Jair Bolsonaro para Presidente da República, mas, ao mesmo tempo, não queria assumir isso.

Dessa forma, a partir das informações e análises apresentadas ao longo deste tópico, podemos concluir que a ascensão do conservadorismo no Brasil nestes últimos anos não ocorreu por acaso, mas foi o resultado de um conjunto de processos que ocorreram em âmbito social e político. Determinados factos ampliaram as fissuras com setores e grupos da sociedade que se aglutinaram em torno de pautas comuns como o movimento "anti sistema" e “anti-PT”.

Para isso contribuíram as grandes manifestações que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, que partindo de reivindicações por melhorias nos serviços públicos, avançaram para uma grande pauta de questionamento do sistema político como um todo, especialmente da “política de alianças” e dos governos do Partido dos Trabalhadores.

O processo de desgaste político do partido de esquerda, bem como a solidificação dos movimentos conservadores no grupo de oposição, foram potencializados pelos conflitos que se estabeleceram com diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, estão os descontentamentos das elites financeiras do país, que perderam a pouca simpatia que tinham pelos governos petistas quando a crise financeira se mostrou mais intensa, a partir de 2014; os conflitos com a classe médica, que a partir de um conjunto de ações do governo, como o “Programa Mais Médicos”, o aumento de vagas e a autorização de novos cursos de medicina e a revogação de alguns artigos do “Ato médico”, viu os seus interesses enquanto categoria sendo ameaçados; os militares que não gostaram nenhum pouco da instauração da “Comissão da Verdade”, que se propôs a revisar os crimes cometidos durante a ditadura militar; e os religiosos, especialmente os evangélicos pentecostais, que

viram como ameaça aos seus valores morais as propostas de avanços sociais encampadas pelo governo petista, a partir de 2010.

É importante destacar que, para além dessas situações, a lista de setores descontentes e que se uniram em torno da pauta “anti-PT” poderia ser tranquilamente ampliada, incluindo nela os empresários do ramo de transporte e os caminhoneiros autônomos, bem como os meios de comunicação tradicionais. Os conglomerados brasileiros de comunicação funcionam no Brasil como grandes empresas familiares e, historicamente, trabalham em torno de pautas comuns, tendo sido o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, as denúncias de corrupção contra o governo, bem como a midiáticação dos processos investigativos da Operação Lava Jato, importantes elementos para unificação das suas pautas midiáticas contra o governo petista.

Portanto, a ascensão do conservadorismo no Brasil e a sua aproximação com uma pauta de extrema-direita, é um fenômeno social e político que se estabelece a partir de um contexto específico. Diferentes grupos que não possuíam as mesmas ideias e pautas encontraram um inimigo comum a ser derrotado. Esse inimigo possui diferentes nomes, PT, esquerda, comunismo, sistema político, compondo a oposição a ser atacada e combatida pelos conservadores.

3.2 Teologia da prosperidade

Desde o seu surgimento em terras brasileiras, o pentecostalismo passou e está passando por profundas transformações. A partir do movimento inicial, nesses mais de 110 anos, muitas clivagens ocorreram, mudando muitos aspectos de sua doutrina. Noções que predominavam em sua gênese, como a de que o mundo seria um local impuro e que as coisas a ele pertencentes deveriam ser rejeitadas, foram abandonadas e substituídas por um novo paradigma, o de que o ‘mundo’ é um local privilegiado para a intervenção e a ação do crente. Outra noção que passou a fazer parte do movimento nas últimas décadas é a de que as benesses e confortos podem e devem ser usufruídos como presentes concedidos pelo criador.

A noção basilar da doutrina protestante de que o indivíduo é livre para estabelecer uma relação direta com Deus para interpretar a Bíblia e para falar em seu nome, é cada vez mais utilizada pelos membros das igrejas pentecostais, especialmente os que desempenham funções de liderança. Esta perspectiva gera novos cismas e transformações

no interior do movimento que lhe dão diversidade e modificam a sua ação religiosa, fazendo com que padrões de conduta e formas de agir publicamente, que eram comuns aos seguidores há alguns anos, tenham caído em desuso, sendo substituídas por outras mais atuais.

Nesse processo, o que mais chama atenção é o quanto àquele “ethos sueco” que marcou a fundação do pentecostalismo assembleiano (FREESTON, 1993) foi sendo abandonado pelas diversas igrejas que surgiram futuramente e pela própria Assembleia de Deus. Tais transformações fizeram com que posturas de repúdio ao mundo externo à igreja e a negação de condições que representassem poder fossem substituídas por outras. Nesse sentido, a ação política e a defesa do sucesso financeiro como sinal da “bênção de Deus”, são ações que demonstram posturas totalmente diferentes daquelas defendidas no princípio do movimento.

A transcrição abaixo, fruto da pesquisa realizada por Vanda Pantoja (2013), expressa esta transformação.

No Marajó, como nos demais lugares, pertencer a uma denominação pentecostal não é uma questão religiosa apenas, e constitui um lugar de hierarquias sociais que varia de acordo com o prestígio da denominação em questão, assim como daqueles que a frequentam. Portanto, dizer que se pertence a esta ou àquela denominação revela um pouco da classe social a que se pertence ou para a qual se almeja transitar, assim como os gostos referentes a essa classe. Quanto mais tradição a denominação tiver, mais prestígio ela agrega a seu membro. E o contrário também procede (PANTOJA, 2013, p.268).

Dentre os aspectos do pentecostalismo contemporâneo que mais chamam a atenção do público - e provavelmente o que mais atrai adeptos para as igrejas - é a teologia da prosperidade (TP). A partir dela, as pessoas encontram nas igrejas um Deus que é capaz de lhes dar tudo o que necessitam, de garantir conforto e sucesso que poderão usufruir sem peso na consciência ou medo de estarem pecando. “A teologia da prosperidade adotada pela Igreja Universal do Reino de Deus representa uma resposta compensadora que está sintonizada com os valores da modernidade como a vontade de consumo, cura e a busca de auto-ajuda” (JUNIOR, 2007, p. 11). Ou seja, é uma forma de relacionar-se com Deus podendo vivenciar os elementos que marcam o capitalismo moderno como individualismo, consumo, riqueza, sucesso e poder.

Por intermédio da Teologia da Prosperidade, o cristão compreende que tem direito a tudo de bom e de melhor que a vida pode oferecer: saúde perfeita, riqueza material, poder para subjugar satanás, uma vida plena de prosperidade e sem problemas. Em contrapartida, do cristão é esperado que não duvide minimamente do recebimento da bênção, pois

isto acarretaria sua perda, bem como o triunfo do diabo. A relação entre o fiel e Deus ocorre pela reciprocidade: o cristão semeia por meio de dízimos e ofertas e Deus cumpre suas promessas (SILVEIRA, 2007, p. 19).

De acordo com (SILVEIRA, 2007), ela teria suas bases influenciadoras situadas nos fundadores das igrejas protestantes na Europa. O autor destaca a atuação de Lutero, com as suas teses publicadas 1500, em que a adoção de um estilo de vida mais confortável pelo cristão passa a não ser algo condenável, devendo, inclusive, ser priorizado o bem-estar em vez da doação à igreja (SILVEIRA, 2007).

No entanto, mais efetivo do que Lutero teria sido João Calvino (1509 – 1564), através dos princípios que fundamentam a formação das igrejas calvinistas e de forma indireta, mais de 400 anos depois de sua morte, da teologia da prosperidade. O calvinismo não só deixou de condenar a busca pela riqueza, como passou a incentivá-la e a condenar a postura contrária ao acúmulo de bens. De acordo com este teólogo do século XVI, o cristão que não aproveitasse a oportunidade que Deus lhe desse de ganhar mais dinheiro, regozijando-se no ócio e nos prazeres mundanos, estaria cometendo um delito (SILVEIRA, 2007).

É importante ressaltar que apesar de Calvino ter lançado uma leitura cristã muito diferente daquela que tradicionalmente era realizada pela Igreja Católica em relação ao dinheiro, em que este era visto como algo mundano e pecaminoso, existe uma distância muito grande entre a teologia calvinista e teologia da prosperidade. Primeiro uma distância temporal, um hiato de quase 400 anos entre a morte de Calvino e o surgimento do neopentecostalismo (1970) e, em segundo lugar, um elemento doutrinário - enquanto para o teólogo francês-suíço a riqueza não deveria gerar o gozo puramente humano e mundano, para a teologia da prosperidade isso não é algo condenável e não existiriam restrições aos deleites e confortos auferidos pelas riquezas conquistadas. Para o calvinismo, por sua vez, a riqueza gerada deveria ser motivadora para a geração de mais riqueza ou o investimento na caridade cristã, mas nunca um motivo de bem-estar e principalmente de despreocupação, enquanto isso, no pentecostalismo, a prosperidade financeira deve gerar conforto e distanciamento do sofrimento.

O surgimento da teologia da prosperidade está situado entre as décadas de 1930 e 1940, no mesmo país que originou o pentecostalismo, os EUA, e teve como seus principais mentores William Kenyon (1867–1948) e seu seguidor Kenneth Hagin (1917–2003). O primeiro foi pastor e adepto de doutrinas metafísicas como “Ciência da mente” e “Ciência Cristã”, que tinham por base a “negação da existência das enfermidades” como método

para cura. Já Hagin teria atuado como pregador e propagador das ideias de seu mestre (XAVIER, 2009).

Embora tenha surgido na primeira metade do século XX, devemos destacar que a TP se consolidou como uma doutrina a partir de 1970, pois foi nesse momento que encontrou o “terreno fértil para o depósito de suas sementes”, tendo sido determinante em sua propagação a atuação do televangelismo. Através dele, a evangelização passou a ser difundida através dos meios de comunicação de massa como o rádio e a televisão (XAVIER, 2009). Um dos expoentes do televangelismo norte americano foi Oral Roberts, que a partir das suas pregações na televisão cumpriu importante papel para a consolidação da doutrina da Teologia da Prosperidade.

Embora varie de acordo com a leitura de cada autor, de maneira genérica identificamos três características que marcam a TP nos diferentes momentos da sua recente história de aproximadamente 50 anos e perpassando diferentes regiões e pregadores que se valem dessa doutrina.

Um primeiro aspecto é a confissão negativa e positiva - a partir delas cabe ao fiel afirmar com convicção “eu estou curado”, “eu vou conquistar tal bem” (positiva) ou “eu não estou doente”, “eu não vou mais usar drogas” (negativa), para que isso se realize em sua vida.

A segunda característica consiste na afirmação em voz alta e convicta, valendo-se de palavras de ordem como “ordeno” e “exijo”, o fiel deve ordenar a Deus e exigir dele o que lhe é de direito enquanto seu filho e nunca utilizar expressões que remetem à dúvida, por exemplo - “se for da tua vontade Senhor”, “se o senhor assim o quiser”. Para a TP estas palavras seriam comprometedoras da fé e destruidoras das possíveis graças a serem alcançadas. Segundo Marcelo Silveira (2007), este exigir de Deus através das palavras de ordem teria caído em desuso a partir dos anos 2000, pois muitos pastores não estariam mais utilizando esta retórica em suas pregações.

Por fim, a concepção de prosperidade como algo que está além do âmbito financeiro e que englobaria, também, o bem-estar e o sucesso em outros sentidos como afetividade, e saúde. O fiel próspero não seria somente aquele que atingiu um nível elevado do ponto de vista financeiro, mas pode ser aquele que tem boa saúde e sucesso no relacionamento familiar, por exemplo.

Nesse sentido, a TP vai se configurar como uma proposta religiosa utilizada por diferentes denominações e que terá como marca principal a ruptura com o sofrimento. Ou seja, o

jargão católico muito conhecido definido pelo “não existe cristianismo sem cruz”, é substituído pelo slogan da Igreja Universal do Reino de Deus “pare de sofrer!”. A comparação entre as duas igrejas é bem-vinda neste momento pelo fato das duas terem sucesso de adeptos no Brasil e representarem bem a mudança de concepção operada na transição de uma teologia tradicional de base católica para a teologia da prosperidade.

Devemos destacar também as considerações de Walter Barbieri Junior (2007), que em sua dissertação de mestrado identifica diversas adaptações desde que a TP atravessou o continente e espalhou-se pelo Brasil. Nesse processo houve muitas influências da cultura brasileira sobre a base forjada na América do Norte, principalmente do sincretismo e da religiosidade popular, ou seja, elementos e símbolos da cultura brasileira (embora criticados no meio pentecostal) passaram a serem utilizados pelas lideranças evangélicas em seus cultos da prosperidade e moldaram um conjunto de práticas que dialogam com a identidade religiosa tradicional brasileira.

Porém, para além de qualquer adaptação a TP manteve a sua base essencial, que consiste em pregar o sucesso financeiro, o bem-estar e o consumo como sinais da graça de Deus, desprezando dos bens materiais a noção de pecado que marcou durante séculos o catolicismo e as primeiras décadas do pentecostalismo. Ou seja, a partir desta linha teológica que influencia a maioria das igrejas pentecostais contemporâneas, os princípios que associam o ideário religioso aos elementos que expressam poder na sociedade capitalista ficaram muito próximos fazendo com que a noção de “graça de Deus” se torne, em muitos casos, um fator de status, influência e dominação social.

Esta perspectiva teológica, para além de insuflar uma ideia de prosperidade económica e de sucesso, torna-se um importante elemento de manutenção e potencialização do sistema capitalista. A partir do momento em que incorpora e promove o acúmulo de capital, justificando-o com base na fé, as possibilidades de questionamento dos aspectos basilares do capitalismo são reduzidos significativamente nas massas que se vinculam a esta doutrina. É nesse sentido que a teologia da prosperidade vai externalizar o seu viés conservador da sociedade estabelecida.

3.3. Relação com o liberalismo econômico

De acordo com Roger Scruton (2020), embora conservadorismo e liberalismo econômico não tenham uma relação pré-estabelecida, em diferentes momentos da história esses dois

movimentos se aproximaram. Sempre que havia um inimigo comum ocorria a convergência desses dois grupos ideológicos. Um dos momentos, por exemplo, em que essa aproximação teria ocorrido foi após a revolução francesa (1789–1799) - nos embates com os jacobinos, conservadores e liberais se aproximaram para lutar contra um inimigo que era comum aos dois grupos ideológicos.

No contexto atual, a leitura comum é a de que o binômio liberal-conservador se enquadra perfeitamente nos contextos pentecostais. Nas últimas décadas, o discurso das lideranças religiosas adquiriu grande conotação de mercado; palavras como sucesso financeiro, gestão e organização se tornaram comuns nos sermões, o que aproximou o liberalismo do conservadorismo, que já há muito tempo estava presente nos contextos religiosos. Porém, é importante referir que os dois conceitos diferem e nem sempre andam próximos, pois, dependendo do grupo pentecostal que está sendo analisado, podem ocorrer distanciamentos ou a identificação mais acentuada com um dos lados, dependendo sempre da conjuntura.

Se a existência de um inimigo comum é um elemento importante para a aproximação entre liberais e conservadores, podemos dizer que este processo está ocorrendo no momento histórico atual. De acordo com Scruton (2020), o crescimento do Estado moderno seria uma ameaça a ser combatida pelos dois grupos ideológicos, pois, para os liberais, isso representaria a redução das liberdades de mercado e, para os conservadores, seria o risco das ideias progressistas (com as quais os Estados estariam contaminados) penetrarem no ideal de família e de sociedade por eles projetado.

É importante destacar que o liberalismo e o conservadorismo estão presentes nos discursos das lideranças. Porém, quanto ao posicionamento e ao comportamento daqueles que são os membros das igrejas, é algo que requer uma análise mais profunda, pois não há garantias de um impacto direto do discurso religioso nos comportamentos dos seguidores. Em suma, não embarcamos na ideia de que há uma reprodução direta nas práticas e nos discursos dos fiéis daquilo que foi ensinado na igreja.

Para além de um inimigo comum, existe um segundo elemento (que já abordamos acima) e que vincula os pentecostais com o liberalismo, a “teologia da prosperidade”. De acordo com Silvia Bertani (2016), o discurso pentecostal, alicerçado na teologia da prosperidade, teria se adaptado com muita eficiência ao mercado capitalista e ao princípio da liberdade de consumo. Conforme destacamos acima, a noção de prosperidade defendida pelo pentecostalismo, especialmente após a década de 1970, desvinculou a salvação do

sofrimento e a aproximou da prosperidade financeira e do conforto auferido a partir dela. Assim, a liberdade para consumir, que se constitui como um elemento essencial do liberalismo econômico, encontra nessa teologia pentecostal respaldo para os seus pressupostos.

Além do consumo, outra noção presente na teologia da prosperidade - e que vai diretamente ao encontro do liberalismo econômico -, é a defesa do empreendedorismo. Essa característica já havia sido destacada por Freston (1993) e remete ao incentivo deliberado que as lideranças pentecostais dão aos fiéis das igrejas para terem um negócio próprio e aumentar os rendimentos. Uma das igrejas que mais se destacou nesse sentido foi a Universal do Reino de Deus e dentre as ações promovidas nesta igreja podemos destacar as orações pelos empresários e os cursos para formação de novos empreendedores.

Existe um elemento deste liberalismo pentecostal que merece destaque - a perspectiva meritocrática. Este aspecto foi trabalhado por Ronaldo Almeida (2017) e é importante de ser destacado porque colocará o pentecostalismo em outra ponte de diálogo com o mundo contemporâneo, o individualismo. Nas palavras de Almeida (2017) o empreendedorismo pentecostal seria marcado pelo viés meritocrático e individualista.

Em linhas gerais, a Teologia da Prosperidade tem uma afinidade de sentido com a informalidade e a precariedade do trabalho, como as que ocorreram no Brasil nos anos de recessão econômica nos anos 1980 e 1990, e também com os momentos de aumento de consumo, como nos anos 2000. Em ambas as situações, a doutrina religiosa é capaz de gerar disposições empreendedoras de caráter individualista. O mérito decorre do esforço ativo e da atitude empreendedora, e não propriamente do capital social e de suas distinções sociais. Isso não significa que os evangélicos não usufruam dos programas sociais do governo federal, mas o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude empreendedora, é valorizado religiosamente e adotado como ética econômica (ALMEIDA, 2017, p. 15).

Para o fiel pentecostal, educado pela teologia da prosperidade, o sucesso econômico está ligado ao seu esforço pessoal e à vontade de Deus em sua vida, sem uma articulação com a conjuntura mais ampla, questões políticas ou econômicas, por exemplo. Nessa perspectiva, o sucesso estaria relacionado ao mérito particular, da mesma forma que o insucesso seria o resultado das falhas individuais (pouco trabalho, indisciplina, falta de fé), ou seja, uma perspectiva que se adapta bem às sociedades capitalistas contemporâneas e às sucessivas crises econômicas, reduções de direitos trabalhistas e aumento da informalidade.

3.4 “Demonizar” a esquerda e as outras religiões

Conforme comentamos no tópico anterior, a existência de um “inimigo” que deve ser combatido e atacado é um elemento importante para o fortalecimento do conservadorismo e para a sua aproximação com o liberalismo, a fim de combaterem juntos nos embates sociais. São muitos os inimigos do conservadorismo: o já citado Estado moderno centralizado seria um destes elementos que poriam em risco a plenitude da vida humana e as liberdades individuais idealizadas por conservadores e liberais. Porém, essa lista é muito maior englobando, por exemplo, as lutas por direitos iguais encampadas pelas mulheres, pelos negros e pelo público LGBT; os movimentos sindicais e sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST...); os partidos de esquerda, os comunistas, os socialistas; além de muitas religiões não cristãs, em especial o islamismo e as religiões de matriz africana.

De maneira prática, podemos dizer que existe pouca clareza no público conservador sobre o que são os movimentos citados acima. Quando uma dessas organizações (movimentos sociais, partidos políticos, grupo ideológico) pauta o debate público reivindicando direitos, são trazidas a tona pelas lideranças conservadoras (pastores evangélicos, políticos, líderes de movimentos de direita) os termos esquerda, comunismo e socialismo, sempre com um viés negativo e acusatório. Um exemplo disso é a noção de esquerda: todos os movimentos sociais listados acima são tratados como pertencentes a este espectro ideológico; outro exemplo, que expressa estas generalizações, é a noção de comunismo, adquirindo o sentido de categoria acusatória, que tem sido usado para expressar a maioria dos opositores das pautas conservadoras. Em grande medida, nos cenários polarizados, como o do Brasil atual, ao surgir alguém que se oponha às pautas conservadoras, automaticamente passa a ser “acusado” de comunista, socialista ou esquerdista³⁴.

De acordo com Roger Scruton (2020), baseado nas premissas do liberal Friedrich Von Hayek (1899-1993), o Estado moderno “forte” e centralizador teria por pressuposto a necessidade de intervenção na economia, a fim de estabelecer um sistema social mais equânime. Porém, na visão do autor, a partir do momento em que o Estado intervém a fim de criar um sistema mais justo socialmente se estabeleceria a “injustiça”, pois,

³⁴ Expressam este fenômeno as dissidências do governo de Jair Messias Bolsonaro e as reações dos apoiadores do governo nas redes sociais. Na saída do ministro da saúde Luiz Henrique Mandeta do cargo (2020), com uma postura crítica ao governo, automaticamente foi classificado de esquerdista e “acusado” de comunismo.

... a sorrateira palavra “social” suga o significado de “justiça”. A justiça social não é de modo algum uma forma de justiça, mas sim uma forma de corrupção moral. Significa recompensar as pessoas por comportamentos ineficazes, por negligenciarem seu bem-estar e o bem-estar de suas famílias, por não cumprirem seus contratos e por explorarem seus empregadores (SCRUTON, 2020, p. 95).

Assim, se considerarmos que, para os diferentes movimentos sociais e partidos situados ideologicamente à esquerda, uma das premissas básicas é a noção de justiça social, sendo este um ideal perseguido por todos, temos aí um elemento que explica, em parte, a condenação dos liberais e conservadores às organizações de esquerda. Ao olharmos para o Brasil da última década, percebemos o quanto esta condenação às iniciativas que tinham por premissa a justiça social (políticas de distribuição de renda, de acesso à educação e à riqueza do Estado) receberam fortes ataques dos grupos conservadores.³⁵

Na esteira da justiça social vêm outras questões que ultrapassam as divisas da economia e das disputas de classes sociais, fazendo com que esta seja pensada e reivindicada em outros âmbitos, por exemplo, na cultura e nas relações de gênero e de raça. De acordo com Fraser (2002), nas últimas décadas, houve um alargamento do conceito de “justiça social”, fazendo com que passasse a abarcar outros temas (gênero, identidade e representatividade) que expressam as desigualdades e as injustiças, mas que não eram contemplados, até então, nessa categoria. A maioria desses temas, no caso brasileiro, passa a fazer parte das reivindicações defendidas pela esquerda, o que amplia o espectro do embate com os conservadores, pois este não fica mais restrito aos limites do poder do Estado e ganha os contornos de diferentes âmbitos da vida social que são pautas da sociedade civil através das suas organizações.

Nas palavras do próprio Scruton, veremos a definição clara dos dois grandes inimigos do conservadorismo por ele apresentados.

Em sua mais recente tentativa de se definir, tornou-se defensor da civilização ocidental contra seus inimigos, em particular contra dois deles: o politicamente correto (notadamente suas restrições à liberdade de expressão e sua ênfase na culpa ocidental) e o extremismo religioso, especialmente o islamismo militante... (SCRUTON, 2020, p. 111).

No que tange o sentido da expressão “politicamente correto”, utilizada pelo autor, podemos considerar que abarca as pautas relacionadas aos diferentes temas das lutas por igualdade de direitos. Em suma, a defesa da igualdade e da justiça social passa a fazer parte da noção de “politicamente correto”, no momento em que adentram o debate

³⁵ Uma referência nesse sentido é o trabalho de Almeida (2017) em que manifestações de rua organizadas por grupos conservadores foram analisadas pelo autor.

público passando para a pauta dos direitos dos cidadãos a serem resguardados. Nessa perspectiva, a defesa dos direitos fundamentais de cidadania (direitos sociais, civis e políticos) passa a ser enquadrada nessa noção, constituindo-se como uma das pautas principais dos partidos de esquerda nas democracias contemporâneas e, automaticamente, temas de ataque das lideranças conservadoras. O que podemos perceber é que as reivindicações de direitos que partem de diferentes setores da sociedade, especialmente àqueles situados ideologicamente à esquerda, incomodam os conservadores por representarem a desacomodação e a necessidade de movimentar uma determinada ordem social estabelecida. Com isso, pensar em direitos iguais para o público LGBT e políticas de redistribuição de renda significa criar um novo ordenamento social que incluía os que estavam excluídos³⁶.

Dentre os inimigos do conservadorismo, listados por Scruton (2020), está, também, o islamismo. No caso brasileiro, considerando que o contato com o mundo islâmico é muito pequeno, os conflitos com este segmento religioso são pouco perceptíveis e não ganham notoriedade. Na realidade do Brasil, principalmente quando olhamos os grupos evangélicos, o que se destaca é o conflito com as religiões tradicionais, principalmente, indígenas e de matriz africana.

A relação do Brasil com as religiões tradicionais, especialmente as provenientes da África, como o candomblé, é historicamente conflitiva. No período colonial eram comuns perseguições e ações inquisicionais contra os que publicamente expressavam seus vínculos com estes credos; no entanto, com o passar dos anos, as perseguições arrefeceram, principalmente após a proclamação da República e os seus inerentes processos de modernização social e política. Com isso, as perseguições assumiram um caráter mais indireto, ficando mais restritas ao campo dos preconceitos e com as agressões diretas sendo reprimidas por força da lei ou do receio de promover um ato de preconceito publicamente e ser vilipendiado socialmente.

Porém, nas últimas décadas, se tornaram comuns, novamente, os ataques às religiões de matriz africana de forma direta e em muitos casos envolvendo violência física³⁷. Manifestações dos líderes evangélicos condenando as práticas desses grupos religiosos - e

³⁶ Os pressupostos conservadores de combate ao “politicamente correto” - e a associação desta noção ao espectro ideológico de esquerda - é comumente identificado nas manifestações das lideranças evangélicas no Brasil. Um exemplo disso pode ser identificado no vídeo do pastor Silas Malafaia, através do link: https://www.youtube.com/watch?v=-Hg8_IAVVVU.

³⁷ Relatos de casos de violência contra as religiões de matriz africana podem ser lidos na matéria jornalística do site “Terra”, através do link: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/traficantes-evangelicos-causam-terror-a-religoes-africanas,1780cd9c3e66e3685264918be080ac4db4ddw64t.html>

associando-as ao mal - são comuns e parecem funcionar como combustível para os atos realizados por seus adeptos. Além disso, nos cultos públicos transmitidos pela televisão ou pelas redes sociais, os pastores das igrejas pentecostais realizam rituais de exorcismo em que o “espírito” expulso³⁸, em muitos casos, é associado a um Orixá³⁹. Essas práticas fazem com que a noção de que as religiões de origem afro são ruins e promotoras do mal seja potencializada, o que eleva o grau de rejeição e de perseguição a estes grupos religiosos.

Nesse sentido, Ferretti (2008) faz a seguinte consideração:

As religiões pentecostais estão promovendo uma nova inquisição, abordando pessoas na rua, as vezes invadindo terreiros, como tem sido denunciado no Rio de Janeiro, na Bahia, em São Paulo como em outras cidades, queimando e destruindo publicamente símbolos de outras religiões em fogueira santa (FERRETTI, 2008, p.15)

Assim, as religiões tradicionais, em especial as de matriz africana, têm sido perseguidas como o inimigo de guerra que deve ser exterminado. Isso faz com que o pentecostalismo e o conservadorismo dialoguem entre si; da mesma forma que o islamismo radical é um inimigo a ser combatido pelos conservadores, os pentecostais também possuem esse inimigo. Porém, considerando a proximidade, o viés religioso muda da matriz islâmica para a africana (Scruton, 2020).

3.5 Defesa da Moralidade

Não há dúvidas de que dentre as diversas pautas dos conservadores a que mais impacta a sociedade brasileira é o debate sobre moralidade. Para o senso comum, a principal característica de um conservador seria a contração dos avanços liberais no âmbito dos costumes e das práticas sociais, aceitas coletivamente nas sociedades modernas. Pautas como gênero, direitos reprodutivos e o aborto estão entre as que geram as maiores polêmicas e a participação conservadora no debate público.

O debate moral no Brasil ganhou notoriedade nas últimas duas décadas quando dois movimentos antagônicos cresceram e caminharam para o embate. Por um lado, houve a exponencial expansão das igrejas pentecostais e, por outro, as políticas sociais implantadas pelos governos Lula e Dilma, que deram maior espaço e permitiram que as

³⁸ Existem muitos exemplos desses rituais públicos de exorcismos praticados por pastores evangélicos, alguns exemplos podem ser verificados no link: https://www.youtube.com/results?search_query=espulsando+demonio+orixa%C3%A1

³⁹ São entidades espirituais das religiões de matriz africana.

pautas dos movimentos de luta por igualdade avançassem no congresso nacional e fizessem parte das políticas públicas implementadas. Um exemplo deste processo foi o já citado Plano Nacional de Educação, que propunha a reflexão e o debate sobre gênero no espaço educacional.

No contexto atual, o avanço conservador em terras brasileiras é articulado de forma recorrente o termo “cidadão de bem”. É utilizado com frequência nos discursos conservadores e carrega consigo a função de ser uma espécie de síntese moral, que teria a capacidade de expressar um conjunto de virtudes conservadoras que repousaram sobre aqueles que postulam as ideias e as práticas estabelecidas por este grupo ideológico.

A respeito da noção de “cidadão de bem”, Luiz Rodolfo Cabral e Marcela Machado de Campos (2019) realizaram uma pesquisa que teve por método a análise do discurso, a fim de identificarem, de forma mais clara, o sentido atribuído a este termo em seu contexto nativo. Nesse sentido, afirmam:

“cidadão de bem”, além de uma instância (auto)afirmativa que é corolário de “indulgência”, “benevolência”, “conservadorismo”, “defesa da moral”, “situação fiscal regularizada”, “porte de armas legalizadas”, “patriotismo”, “correção”, “cristandade”, “responsabilidade” e “família”, pode operar como índice de oposição a “bandidagem”, “traição da pátria”, “vagabundagem” e “minorias” (CABRAL e CAMPOS, 2019, p.96).

A partir das concepções que embasam o termo “cidadão de bem”, percebemos que serve como uma categoria que aloca todos os que estão ligados às concepções conservadoras de vida. Ou seja, vincular-se às noções conservadoras de defesa da família, cristianismo, armamento, patriotismo, faria com que tais indivíduos passassem a fazer parte do grupo dos “cidadãos de bem”.

Automaticamente, tal classificação carrega consigo uma polarização que muitas vezes não é explicitada e que tem as suas raízes no fundamentalismo cristão dualista, pois, à medida que existiam os cidadãos de bem, também existiriam os “cidadãos de mal”. Ao passo que uma parcela da sociedade, por reunir as características morais destacadas acima, seria posta no polo positivo, automaticamente os demais seriam lançados ao polo oposto, o que expressa em um termo comumente usado entre os conservadores no Brasil as concepções cristãs de oposição entre céu e inferno, Deus e diabo, virtude e pecado.

O início desta escalada conservadora e moralista estaria situada, de acordo com Ricardo Mariano (2019), num movimento conservador de cunho cristão, que começou a atuar nos Estados Unidos de forma organizada a partir do fim da primeira guerra mundial, com o

objetivo de levar para a arena pública os elementos de uma moral que visava à redução dos avanços sociais e da ampliação dos diálogos culturais. Ou seja, os passos dados a fim de se ampliar o contato com diferentes culturas e de se buscar a igualdade de gênero e o questionamento de práticas sociais consolidadas, entraram na mira das pautas conservadoras.

Há um século, a tradição cristã antipluralista concentra-se na família, na defesa da autoridade masculina e do criacionismo, na contenção da sexualidade, da autonomia e dos direitos das mulheres, na oposição radical às demandas feministas (acusadas de corroer o patriarcado, afeminar os homens e masculinizar as mulheres), ao aborto, à homossexualidade, à educação sexual nas escolas (MARIANO e GERARDI, 2019, p. 65).

A partir da década de 1970, grupos conservadores de base cristã organizaram-se em movimentos sociais, como o Causa Cristã Americana, Foco na Família, Maioria Moral, Voz Cristã e o Coalizão Cristã, a fim de mais uma vez reagirem aos avanços sociais conquistados de forma especial a partir da década de 1960 (MARIANO e GERARDI, 2019). Essa organização reacionária norte-americana transmutou-se para o Brasil nesse período histórico e instalou-se no pentecostalismo brasileiro que entrava em uma nova fase, a mais arrojada até o momento, o neopentecostalismo.

Até a década de 1970, os discursos comuns entre os pentecostais, de que o mundo e conseqüentemente a política eram espaços ímpuros e inapropriados para os crentes, foram caindo em desuso e ações intencionais visando à presença e à influência da religião na vida pública tornaram-se cada vez mais comuns. Posteriormente, a busca por representação do ideal cristão no debate público tornou-se um dos principais elementos de atuação das lideranças religiosas, a partir da presença em meios de comunicação de massa e na política. O lançamento de candidaturas e a canalização da popularidade religiosa para a eleição de representantes e para a realização de diferentes movimentos de intervenção no debate público tornaram-se práticas comuns e bem vistas entre os pentecostais.

Em pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2012, com lideranças religiosas do campo pentecostal, Maria das Dores Campos Machado (2013) destacava que as posições dos religiosos sobre os temas morais eram bastante contundentes e restritas a doutrina cristã, que condena a maioria das práticas de liberalização social. Porém, a autora identificou posicionamentos entre os entrevistados que demonstravam a falta de unanimidade, no tocante às políticas públicas. Embora todos fossem contrários ao aborto, algumas lideranças tinham consciência que era dever do Estado acolher e apoiar a mulher que

procurasse o procedimento. Os diferentes posicionamentos dos entrevistados levaram a autora à conclusão de que a modernização acompanhada de maior consciência pública estaria chegando às igrejas através da diversidade de movimentos pentecostais existentes. Portanto, na visão da autora, para além das lideranças políticas recrudescidas na moral conservadora, outras vozes estariam dispostas a separar os papéis entre agentes religiosos e públicos.

No entanto, aproximadamente 10 anos após essa pesquisa, identificamos no nosso estudo uma a defesa ainda mais acentuada por parte das lideranças religiosas das pautas conservadoras. A militância de líderes que defendem uma moralidade cristã atuante, ou seja, que busca impor os seus parâmetros comportamentais através de leis e normas públicas e que não está disposta a somente ficar esperando e reagir às mudanças sociais, ganhou espaço no Brasil (ALMEIDA, 2017).

Movimentos políticos como a eleição do deputado Eduardo Cunha para presidente da câmara dos deputados (2015) - que possuía grande prestígio entre os religiosos – que foi o grande articulador do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), o próprio processo de *impeachment* que representou a derrota do campo político progressista para os conservadores e, posteriormente, a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2018) foram eventos no campo da política que serviram para inflar as pautas conservadoras no debate público e, conseqüentemente, o movimento conservador.

A eleição de Bolsonaro para Presidente foi a maior de todas as vitórias do discurso conservador sobre as vozes dissonantes. Em sua campanha eleitoral, adotou um discurso de forte impacto social que o vinculou aos diferentes movimentos de reação aos avanços sociais (militares, ruralistas, empresários de perfil neoliberal) e foi escolhido como representante das lideranças pentecostais conservadoras. Os pastores mais mediáticos do Brasil, como Silas Malafaia, Edir Macedo e Marco Feliciano “abençoaram” a sua candidatura e colocaram-se como cabos eleitorais, defendendo publicamente a eleição de Bolsonaro como verdadeiro representante dos conservadores (MARIANO e GERARDI, 2019).

Efetivamente, este discurso que propunha diferentes formas de retrocesso social, como a exclusão das lutas por igualdade das mulheres, o fim do debate sobre gênero e das causas dos movimentos sociais ideologicamente situados à esquerda, ganhou a simpatia da maior parcela do eleitorado brasileiro, mostrando-se eficiente em termos de voto, o que rendeu a eleição de Jair Bolsonaro no segundo turno com mais de 55% dos votos válidos.

Embora os discursos das lideranças religiosas e políticas tenham trazido fortemente a pauta conservadora com base na moral religiosa para o debate público, em especial na última década, e que a eleição de Jair Bolsonaro tenha expressado o quanto argumentos moralistas podem render resultados eleitorais no Brasil, não podemos deixar de considerar três aspectos muito importantes quando analisamos esta temática.

O primeiro deles diz respeito à diversidade do movimento pentecostal, pois, considerando a quantidade de igrejas e a autonomia que possuem, nunca poderemos fazer uma generalização por completo em termos de opiniões e posturas perante as questões morais, pois cada igreja possui autonomia para definir a sua doutrina.

O segundo elemento é o distanciamento que existe entre as manifestações das lideranças políticas e religiosas e a opinião dos membros das igrejas. Essa questão será melhor explorada no capítulo seguinte. Porém, gostaríamos de destacar a pesquisa realizada por Prandi e Santos (2017) sobre o distanciamento entre as posições das lideranças políticas e dos membros das igrejas. A partir de pesquisa quantitativa por amostragem, os resultados demonstram o quanto se distanciam as posições defendidas pelos líderes e as assumidas por seus seguidores.

Por fim, o terceiro aspecto que gostaríamos de destacar é de difícil mensuração - diz respeito à distância que existe entre a posição assumida publicamente pelo indivíduo e aquilo que ele realmente pratica em âmbito privado. De acordo com Almeida (2017), existe por parte da população brasileira uma flexibilidade e uma permissividade exacerbadas quando um determinado tema atinge um membro da família ou alguém próximo. Nesse sentido, não seria incomum alguém defender publicamente a criminalização do aborto; porém, se alguém do círculo familiar realizasse esta prática, o mesmo indivíduo poderia adotar uma postura mais condescendente por se tratar de uma pessoa próxima.

Além dos elementos que citamos acima existe mais um aspecto da moral que impactou e tem impactado de forma direta a presença dos pentecostais na política, ele se refere a relação entre moral e corrupção. De diferentes formas, grupos conservadores e religiosos valeram-se de adjetivos como cidadão de bem, pessoa honesta, homem decente, a fim de justificar a importância do voto em políticos ligados a tais preceitos com a justificativa de que estariam visando a melhoria “moral” dos homens públicos brasileiros.

De acordo com Ronaldo Dutra (2020), um dos elementos que motivou a eleição de Jair Bolsonaro para Presidente teria sido a pauta baseada na moralidade como forma de eliminar a corrupção. Esta temática entrou em evidência, especialmente a partir de 2013,

com as manifestações de massa que ocorreram em todo o país e foi aprofundada com a operação Lava-Jato⁴⁰, uma das principais ações responsáveis pelo desgaste da então Presidente Dilma Roussef. No âmbito da Lava-Jato, as investigações, conduzidas pela Procuradoria Geral da República, junto ao Ministério Público Federal e a Justiça Federal de Curitiba/PR, tornaram-se eventos midiáticos, que tiveram como efeito colateral a sustentação popular para o afastamento da Presidente, no ano de 2016.

Nesse contexto, se estabeleceu um clima de insatisfação com o sistema político que foi ensejado por investigações e afastamentos de políticos dos seus cargos. O sentimento que já existia de forma latente, de que todo o sistema político e os próprios políticos seriam corruptos, foi aprofundado, agindo como um catalisador para propostas de “purificação” da política e até mesmo de ruptura com o sistema democrático.

Os grupos conservadores situados em partidos de direita e, especialmente, os religiosos, leram esta realidade e souberam aproveitar a oportunidade transformando tal situação em capital político. A estratégia adotada foi a de atrelar a moral cristã à concepção de honestidade. Haveria, assim, uma hipotética segurança no voto depositado em uma liderança religiosa, pois, por estar atrelada aos preceitos morais do cristianismo, isso lhe conferiria uma espécie de “selo da honestidade”.

É nesse contexto que lideranças políticas como Jair Messias Bolsonaro conquistaram elevado poder eleitoral (DUTRA, 2020). As propostas por ele defendidas foram perpassadas pela ideia de ruptura com a ordem estabelecida. Ele seria o “novo”, a novidade na política, capaz de transformar um sistema moralmente corrompido em algo puro, sendo o vínculo com o cristianismo um dos principais elementos que faria com que ele conseguisse tal façanha.

De forma efetiva, Bolsonaro e muitos outros políticos, como o governador do estado de Rondônia, Coronel Marcos Rocha, obtiveram êxito nos últimos processos eleitorais tendo como suas principais pautas o combate à corrupção. A ideia de uma moral cristã e conservadora, capaz de ordenar um “mundo perdido”, serviu como um catalisador de importantes e decisivos votos.

⁴⁰ Tal operação ocorreu a partir da atuação de procuradores do Ministério Público Federal e de juizes que investigaram esquemas de corrupção durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Existem muitas contradições em torno da atuação dos procuradores e dos juizes, especialmente o ex juiz Sérgio Moro. Não entraremos nesses aspectos por não serem nosso objeto direto de estudo.

3.6 Autoritarismos e religião

Nesse tópico trataremos sobre o autoritarismo, um tema que é menos perceptível quando comparado aos anteriores, mas que diz muito sobre o pentecostalismo contemporâneo em suas práticas internas e manifestações públicas. Por ser um termo carregado de conotações negativas – afinal, dificilmente encontramos pessoas assumindo publicamente que são autoritárias – a análise neste caso requer um esforço maior e a capacidade de perceber o quanto que ações denominadas de diferentes formas e que são rotuladas como democráticas, carregam em si uma gênese autoritária.

Realizaremos este esforço neste tópico, com o objetivo de demonstrar o quanto um ideário autoritário permeia a formação da sociedade brasileira e permanece inalterado com as transformações políticas e culturais que ocorreram com o passar dos anos. Alteram-se as formas, os estilos, as definições, mudam-se, inclusive, as denominações religiosas, mas permanece a essência - a busca pela capacidade de mando e o silenciamento das vozes dissonantes.

3.6.1 Formação patriarcal

Ao longo do processo de formação do Brasil, estruturou-se um modelo cultural e político que deu forma e unidade à nação por mais de 400 anos, sendo denominado como patriarcado. Com muita plasticidade, mostrou-se capaz de se acomodar e de moldar-se aos diferentes formatos de poder político que se estabeleceram ao longo dos séculos (colonial, monárquico e republicano), permanecendo resistente durante a maior parte da nossa história e, ainda hoje, como uma espécie de “força invisível”, dá sinais de sua presença em nossas práticas sociais e políticas.

Nas palavras de um dos principais teóricos e defensor deste formato de poder, num período em que o país se desenvolvia “... Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular...” (FREYRE, 1980, p. 43) foram os proprietários de terra, que de forma autônoma e bastante intuitiva, teriam dado estabilidade e posto os freios necessários aos “desmandos” da coroa portuguesa sobre a colônia. A clássica obra de Gilberto Freyre, “Casa-Grande e Senzala”, lançada em 1933, foi muito criticada por uns e exaltada por outros. Porém, sem nos determos nestes meandros, destacamos aquilo que é

inegável aos que exaltam ou criticam a obra gilbertiana, a influência do patriarcado sobre a nossa formação sócio-político-cultural.

Nesse sentido, Marilena Chauí (2019) destaca que a própria noção de “pátria” para referirmos ao nosso país e ao local em que nascemos está vinculada, etimologicamente, ao termo patriarcado, pois se referia às terras e bens que estariam sob o poder do pai. Em sua explicação sobre a origem do termo pátria, a autora diz que:

Esta palavra também se deriva de um vocábulo latino, *pater*, pai. Não se trata, porém, do pai como genitor de seus filhos – neste caso, usava-se *genitor* -, mas de uma figura jurídica. *Pater* é o senhor, o chefe que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (*pai/pater* é o dono do *patrimonium*), e o senhor cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam o seu domínio (casa, em latim, se diz *domus*, e o poder do pai sobre a casa é *dominium*), e os que estão sob o seu domínio formam a *familia* (mulher, filhos, parentes, antepassados, descendentes, clientes e escravos). *Pai/pater* se refere, portanto, ao poder patriarcal, e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder (CHAUÍ, 2019, p.156).

Portanto, o patriarcado está na origem enquanto nação e a partir das características herdadas do colonizador português e que foram se amalgamando na formação sócio-cultural e se tornou uma marca, um estilo de agir e de comportar-se em diferentes espaços. A presença de um “pai” com super-poderes de mando sobre a família, as finanças, os escravos e, posteriormente, os funcionários, moldou o imaginário brasileiro como um ideal de liderança vinculado a estes princípios. Essa perspectiva extrapolou os limites do privado e foi rapidamente transposta para o espaço público, fazendo com que os modelos de conduta política em nosso país adotassem o modelo patriarcal com grande naturalidade.

Nessa perspectiva, Maria Isaura Queiroz (1997) apresenta uma leitura sobre um dos fenômenos que personificou o patriarcado em sua forma de ação política, o “coronelismo”. Ao longo do período histórico, situado entre os anos de 1899 e 1930, que ficou conhecido como “república do café com leite” ou “república velha”, a descentralização do governo posta em prática com o fim da monarquia abriu espaço para a consolidação política das elites regionais. Famílias abastadas que detinham títulos de nobreza e estavam próximas ao imperador, com a mudança no sistema de governo passaram a ocupar espaços na política republicana.

Uma marca deste período histórico foi o formato bastante coercitivo e ao mesmo tempo paternalista com que os coronéis exerciam o poder; eram rigorosos com os que estavam

distantes dos seus círculos familiares e de amizade e protetores dos que estavam próximos. Os coronéis detinham o poder social e político sobre uma determinada região e estabeleciam, entre si, processos de cooperação sempre que os seus interesses convergiam, a fim de garantir a manutenção do poder.

Com o fim da “república velha” e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, instaurou-se um processo de modernização econômica e política que pôs fim ao modelo de dominação exercido pelas oligarquias locais até aquele momento. No entanto, os coronéis passaram a ocupar outros espaços na estrutura social, mantendo grande parte do seu poder, mas, valendo-se de outros métodos.

Esta mutação operada pelos antigos coronéis foi demonstrada por Linda Lewin (1993). Através das relações de parentela, do poder econômico que detinham e da influência social que exerciam, as oligarquias agrárias mudaram para a cidade e ocuparam cargos que lhes possibilitaram continuar exercendo o poder de forma bastante semelhante ao período da república velha.

De forma bastante eficiente, estas oligarquias sociais e políticas passaram a formar e a ocupar cargos nos partidos quando estes passaram a existir, ainda no período “pré-golpe” de 1964. Ao longo da ditadura militar, acomodaram-se nas rebarbas do regime prestando apoio à sua manutenção política e ao longo da redemocratização passaram a disputar eleições e operar no controle de cargos políticos e legendas partidárias. Fazendo parte dos diferentes governos que se seguiram deram apoio, estabilizaram o poder do Estado ou promoveram a sua desestabilização, a depender do grau de favorecimento que recebiam.

Estes processos foram descritos pelos autores Marcos Nobre (2013) e Sérgio Abranches (1988); o primeiro o denomina como “peemedebismo” e o segundo como “presidencialismo de coalizão”. Devemos deixar claro que os conceitos não são iguais, mas, como estão em profundo diálogo foram aproximados, a fim de conferir maior capacidade de síntese e fluidez ao texto.

O que gostaríamos de destacar é que, tanto em Nobre (2013) quanto em Abranches (1988), encontraremos um elemento que está presente na vida política brasileira desde a fundação da república - a troca de apoios e de favores que se estabelece entre as elites políticas (dentre outros grupos que detém o poder) e que está permeada por relações pessoais de parentesco, amizade e pela cooperação de cunho pessoal.

Nesse sentido, a noção de coisa pública, elemento comum às repúblicas modernas, tende a ficar totalmente distante em nosso modelo brasileiro de condução política. Para os partidos que compõem o “peemedebismo” e que fazem parte do “presidencialismo de coalizão”, os favores angariados para os seus em troca de apoio político valem mais do que os interesses comuns da sociedade.

De forma prática, temos na estrutura do Estado grupos políticos detentores do poder que atuam para manter a sua capacidade de mando e os possíveis benefícios que possam angariar das posições que ocupam. Em suma, os diferentes partidos que vencem as eleições passam a negociar com os grupos políticos já estabelecidos, pondo em prática planos de governos que permitem poucas mutações no tabuleiro do poder.

Este formato de condução do Estado esconde, a partir de uma prática aparentemente amistosa e impregnada de afetos, uma faceta que tende a passar despercebida, o autoritarismo. A seguir veremos de forma mais pormenorizada a influência desse fenômeno e o quanto ele está presente no nosso sistema de governo.

3.6.2 Política brasileira: um percurso autoritário

No livro “Bases do Autoritarismo Brasileiro”, Simon Schwartzman apresenta o processo percorrido pelo país em sua estruturação política. Fundamentado em autores da história, da sociologia e da ciência política, demonstra a dificuldade de nossas lideranças em dialogar com as visões difusas e opositoras. Nos diferentes momentos políticos da história, as forças políticas de oposição tiveram um dos dois destinos - a eliminação ou a cooptação. A convivência e, quiçá, o diálogo entre opositores foram eventos raros na formação política.

O resultado é um Estado com imensa capacidade de aglutinar e incorporar lideranças políticas, em detrimento da eficiência dos serviços prestados e do bem-estar social. Esta forma de condução do poder estatal manteria inerte a sociedade civil perante os desmandos da centralização política.

O que teríamos seria o conflito deliberado entre duas perspectivas que raramente entram em conciliação: a que defende a autonomia e a liberdade de ação individual em oposição à possibilidade de intervenção do Estado, enquanto agente planejador e organizador da vida social; e o reverso desta, ou seja, a ideia de que o Estado deve realizar intervenções nos

diferentes âmbitos e espaços sociais, sem ter claro quais são os seus limites e o que deve ser respeitado.

A fim de propor uma teoria mais adequada às análises políticas sobre o Brasil, Schwartzman (2007) propõe a incorporação do elemento regional, pois tem importante peso no estudo da realidade brasileira. O Brasil apresentaria regionalidades com influência nacional que não seriam condizentes com o peso de cada região quando vistas de forma linear.

De acordo com Schwartzman (2007), seriam quatro as regiões (Estados) com significativa ingerência na política nacional: Rio de Janeiro, por ter concentrado durante mais de quatro séculos a centralidade da burocracia estatal; Minas Gerais, pela influência econômica que teve nos séculos passados e pelo peso de sua tradição; São Paulo, como símbolo da modernização e do desenvolvimento econômico, que concentra a maior parte da produção industrial do país; e, por fim, Rio Grande do Sul que, por sua tradição militar, esteve sempre à frente da hierarquia militar e independente sendo o estado que emplacou o maior número de presidentes no século XX.

Com uma crítica bastante acurada e com riqueza de dados, Schwartzman (2007) vai demonstrando, ao longo dos capítulos, o quanto a política nacional centralizada foi se articulando com as lideranças regionais nos diferentes momentos da história brasileira. Tendo sempre como base a noção de patrimonialismo, concebido como sistema em que os bens públicos e a estrutura de poder estatal são entendidos como “patrimônio” de quem detém o poder político, o autor demonstra que prevaleceu no Brasil um processo declarado de cooptação pelo poder central das lideranças locais. Uma demonstração clara deste processo seria o orçamento dedicado ao poder legislativo durante o império brasileiro, sempre muito menor do que o valor dedicado à família real; ou seja, somente a família do monarca concentrava gastos mais vultosos do que todo o poder legislativo.

Na transição da monarquia para a república consolidou-se um sistema que ficou conhecido como “coronelismo”. Através dele, as lideranças locais seriam detentoras de importante parcela de poder, capaz de fazer a população de sua jurisdição obedecer às ordens de acordo com os seus interesses. Teoricamente, ocorreria a transição de um sistema centralizado (monarquia), para outro descentralizado (república). No entanto, o autor problematiza estas formulações simplistas e destaca que os debates entre as teorias da centralização e a do poder descentralizado estão mal colocados. Não ocorria uma destas coisas, mas as duas.” (179) Ou seja, ao mesmo tempo em que existiria um poder

centralizador e pouco dependente das lideranças regionais, estas possuíam relativa autonomia nos seus limites territoriais e liberdade de ação, desde que não pusessem em xeque o poder central.

Através de um método que articula dados dos governos locais, primeiro as províncias (monarquia) e, posteriormente, os Estados (república), com informações do governo federal e que analisa dados dos sistemas eleitorais, tais como voto e representação e cruzando estas informações com um levantamento histórico profundo, Schwartzman (2007) apresenta dados e reflexões muito completas sobre os processos políticos vivenciados no Brasil. O autor consegue demonstrar o quanto que movimentos políticos regionais serviram para estabelecer um poder local e, ao mesmo tempo, fortalecer o poder central, processo que fica muito claro na luta dos republicanos contra a monarquia. Os primeiros seriam a mais pura representação de um regime descentralizado e federalizado, já o último seria o oposto, um exemplo claro de centralização e patrimonialismo. No entanto, o autor vai demonstrar o quanto que monarquia e república se estabeleceram como faces de uma “mesma moeda”, a moeda do autoritarismo e da cooptação política.

Com riqueza de dados e informações históricas, o autor apresenta as diferentes vertentes de republicanismo, que se destacavam no Brasil do século XIX: o do Rio de Janeiro, o paulista e o gaúcho. O primeiro teria como característica central um certo “ufanismo dualista”, que dividiria o mundo entre bons e maus, cabendo à monarquia todos os defeitos e à república todas as qualidades. O segundo teria como característica central a capacidade de diálogo e certo grau de subserviência aos demais setores políticos da época, que teriam lhe rendido pouca expressão nacional. O terceiro teria como representação principal uma liderança política pernambucana chamada “Silva Jardim”, que defendia um republicanismo mais extremado e ditatorial, capaz de impor os seus princípios a toda sociedade. De acordo com o autor, este modelo de republicanismo não ecoou entre as lideranças civis, chegando a ser refutado por estas, porém, acabou ganhando espaço no exército nacional com o peso regional da província do Rio Grande do Sul.

Silva Jardim teria encontrado e Júlio de Castilhos, então governador da província rio-grandense um importante apoiador, capaz de ecoar entre as demais lideranças regionais e militares as suas ideias. De acordo com o autor, o ideário de Silva Jardim foi incorporado em sua completude quase que absoluta pelas lideranças político-militares gaúchas. Temas como positivismo comtiano, oposição à escravidão e atuação militar passaram a fazer parte da pauta política dos republicanos gaúchos, exceto, a centralização do poder, pois, dadas as heranças farroupilhas, seria este um tema muito caro às lideranças sulistas.

Ironicamente, conforme as lideranças militares assumiram o poder após desbancar o monarca Dom Pedro II, a prática política adotada foi a da centralização do poder, com um detalhe, sempre preservando os espaços de mando e usurpação dos patriarcados regionais, mas centralizando as decisões sobre o território nacional.

Após os primeiros 40 anos de república, período que ficou popularmente conhecido como “república do café com leite”, tendo em vista a hegemonia de poder dos estados de Minas Gerais e São Paulo, novamente o protagonismo volta ao sul com Getúlio Vargas. Liderança regional e herdeiro político de Castilhos, Vargas assume o poder com apoio de lideranças políticas estaduais, mas seguirá conduzindo o país na mesma marcha de centralização e cooptação das lideranças locais.

Para Schwartzman (2007), o republicanismo paulista, embora tenha tido algum protagonismo durante a “república velha”, esteve sempre muito aquém das suas possibilidades enquanto estado líder da economia e da indústria nacional, isto demonstraria as limitações das teorias estruturalistas e economicistas, que estabelecem uma relação direta entre dominação econômica e política, pois, nesse caso, o estado mais rico não foi o que teve mais poder.

3.6.3 Autoritarismo e violência: faces da religião e da política

A relação imbricada entre religião e política não constitui um fato novo no Brasil, como já mencionado anteriormente. Porém, a forma como ela tem se dado nas últimas décadas, em especial após as eleições presidenciais de 2014, tem chamado à atenção dos pesquisadores que se dedicam a esta temática. No contexto atual, um elemento merece destaque, o quanto a ação política dos grupos religiosos têm gerado, ou subsidiado, comportamentos políticos autoritários.

De maneira geral, conforme demonstramos em pesquisa anterior (MAIA, BITTENCOURT e RODRIGUES, 2017), na qual analisamos os debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), em torno das questões de gênero, as lideranças religiosas, em especial as pentecostais, organizaram-se para impor os seus interesses durante as votações do PNE. Em linhas gerais, demonstraram desconforto com a possibilidade de se aventar nas escolas o debate sobre diversidade de gênero e militam ao máximo para que todos os trechos que faziam menção a este assunto fossem excluídos do texto base do plano. O possível debate sobre um valor cristão que envolve as questões morais foi suficiente para

os religiosos expressarem seu desconforto e a necessidade de fazer um revide às lutas pelos direitos das minorias.

Esse ativismo das lideranças religiosas, visando frear conquistas e lutas por igualdade, tem sido um importante insumo que alimenta discursos e comportamentos autoritários - entendidos aqui como todos aqueles que buscam silenciar ou exterminar o diferente, sobrepondo-se e não permitindo que tenha espaço na sociedade. Ações nesse sentido se tornaram ainda mais comuns a partir da eleição do Presidente Jair Bolsonaro, pois as vozes que pregam este silenciamento das minorias passaram a ser representadas por suas falas e ações.

Apenas para exemplificar as manifestações do Presidente Jair Bolsonaro, destacamos um pequeno trecho de seu discurso de posse, proferido no dia primeiro de janeiro de 2019. Na ocasião, ele disse que iria "unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores" (UOL, 2019). A fala é bastante clara e demonstra o quanto estava disposto a fazer do seu mandato um baluarte conservador. É perceptível também o efeito dessas palavras sobre as religiões cristãs, em especial os grupos conservadores, e o quanto serviriam de combustível para ações contrárias às lutas por igualdade.

Nesse sentido, o pesquisador Fábio Py (2020), que analisa o contexto político atual, destaca que o "bolsonarismo"⁴¹ alimentaria e seria alimentado por uma máquina sócio-religiosa composta por lideranças católicas conservadoras, como o Pe. Paulo Ricardo e a TV Canção Nova, e por lideranças evangélicas, como os pastores Edir Macedo, Silas Malafaia, RR Soares e Valdomiro Santiago. Os movimentos religiosos seriam os principais responsáveis por ensejar os atos do poder executivo, ao passo que este usaria sua legitimidade eleitoral para apoiar as causas religiosas na arena política.

Dessa cooperação surgiria o "crisofacismo", definido por Fábio Py como uma "teologia do poder autoritário" (PY, 2020). Seria uma forma de, a partir dos preceitos religiosos e de justificativas bíblicas fundamentadas no antigo testamento, justificar ações contra as iniciativas que estariam pondo em risco a tradição cristã ocidental. Em suma, tudo o que remete ao questionamento sobre o padrão heteronormativo, à flexibilização da noção tradicional de família cristã, às lutas por igualdade social e racial se enquadram no rol das "ameaças" que deveriam ser combatidas pelos cristãos.

⁴¹ Este termo se refere ao estilo de condução política que se origina a partir das práticas e dos discursos do presidente Jair Bolsonaro.

Gostaríamos de realçar um aspecto do “cristofacismo” que consideramos central. De acordo com Fabio Py (2020), este não tem relação com os modelos de governo do século passado e que tiveram seus expoentes na Alemanha nazista e na Itália de Benito Mussolini. Diferente destes governos, o autoritarismo se daria pelas vias institucionais e democráticas, respeitando e até mesmo se justificando nos princípios liberais.

Nesse sentido, o elemento que faz com que as ações conservadoras de inibição dos movimentos de luta por igualdade se efetivem, é a presença massiva dos pentecostais na política. Aprofundaremos este tema no próximo tópico, por hora destacamos que uma das ações dos pentecostais tem sido a efetivação do seu poder através das eleições de representantes durante os pleitos. Tarefa que eles têm se mostrado muito eficazes, conseguindo eleger um número razoável de representantes, ao ponto de estabelecerem freios às lutas sociais por igualdade e promoverem os seus princípios no debate público.

Uma das demonstrações efetivas deste poder é a frente parlamentar evangélica – FPE, que reúne na atual legislatura 194 parlamentares das duas casas, câmara dos deputados e senado federal. Esta frente tem dado ao Presidente Bolsonaro apoio em suas pautas e se mostrado fiel ao poder executivo nos momentos de crise.

Após falarmos sobre o autoritarismo presente nas práticas políticas, trataremos agora outro aspecto diretamente relacionado com o autoritarismo, porém, mais recente e que tem alterado a cultura política e religiosa do Brasil - este elemento é a “violência pública”. Utilizaremos este termo não no sentido que comumente é utilizado, com o objetivo de expressar os atos violentos que ocorrem no cotidiano das pessoas, tais como assaltos, latrocínios e assassinatos. A acepção que daremos ao termo nesta tese remete às expressões públicas de violência que não correspondem necessariamente às ações criminosas, mas a atos lícitos que partem de lideranças políticas e religiosas, artistas, empresários, dentre muitas outras figuras públicas. Estes atos podem ser gestos, ações, manifestações ou falas carregadas de agressividade, de ofensas e de acusações que expressam violência⁴².

Historicamente, o Brasil é caracterizado por práticas pouco agressivas, no que diz respeito ao trato com os visitantes. Mesmo registrando altíssimos índices de violência (homicídios, assassinatos, assaltos), em seu dia-a-dia, os brasileiros são internacionalmente reconhecidos como povo alegre, festivo e acolhedor.

⁴² A fim de exemplificar o que estamos chamando de “violência pública” indicamos os seguintes links com vídeos e falas destas lideranças: <<https://www.youtube.com/watch?v=nzDC8hx6Jmc>> <<https://www.youtube.com/watch?v=eGRNpp6MT4k>> <<https://www.youtube.com/watch?v=yZgH4ctosgY>>

Reconhecida como um clássico brasileiro, a obra de Sergio Buarque de Holanda, “Raízes do Brasil” (1995), publicada na década de 1930, é um bom exemplo da tentativa de caracterizar a população do Brasil. Para isso, o autor utilizou a definição de “homem cordial”. Em sua tese de base weberiana, com olhar atento aos processos de racionalização, Holanda apresenta os povos dessas terras como pessoas que teriam no músculo cardíaco a essência das suas ações; ou seja, os brasileiros seriam movidos, muito mais, por afetos do que pela racionalidade das leis e das regras sociais. Algo que na visão do autor seria muito injusto, pois colocaria as pessoas em desigualdade favorecendo sempre aos detentores do poder e às pessoas próximas a ele e desfavorecendo aos demais.

Retomando a obra de Sérgio Buarque de Holanda e avançando sobre outras questões, o antropólogo Roberto Da Matta (1997) apresenta uma leitura sobre o Brasil e sua população, em que destaca o fato dos afetos serem geradores de uma característica social que ele chamou de “jeitinho”. O “jeitinho brasileiro”, como ficou conhecida a expressão, caracteriza as ações quotidianas que se afastam da legalidade e que buscam algum tipo de benefício para quem as empreende. Nesse rol de práticas, podemos citar os hábitos de “furar filas”, não respeitar as regras de trânsito e praticar pequenos e grandes desvios de conduta que se transformam em corrupção.

O debate sobre os conceitos de “cordialidade” e “jeitinho” é amplo na antropologia brasileira e não temos aqui o interesse de esgotá-lo. O que buscamos, por hora, é demonstrar uma base social brasileira, que é caracterizada por relações de amizade, receptividade e afetos, bem como, pelo desvio dos enfrentamentos das leis e das regras sociais rígidas, substituindo estas por trocas de favores, por relações de amizade e apoio recíproco.

No entanto, especialmente na última década, esta característica tem sofrido alguma alteração. O incremento de novos atores religiosos têm gerado novos estilos de posicionamento público, no campo político e religioso. Em muitos casos, as posições públicas que valorizavam as negociações e a acomodação de interesses vêm ganhando outros contornos, vinculados a um estilo mais belicoso e agressivo na forma de praticar a política e a religião. Falas agressivas e ataques aos opositores religiosos e políticos têm sido praticados de forma pública pelas lideranças religiosas e políticas.

Nesse sentido, Cecília Loreto Mariz (1999) estabelece uma oposição entre estilos de religiosidade, destacando a quebra dos modelos predominantes na cultura brasileira a partir da inserção de religiosidades mais agressivas e com menor disposição ao diálogo

que passaram a compor o nosso mosaico religioso. De acordo com a autora, tradicionalmente estaríamos vinculados a uma religiosidade festiva que tinha na bricolagem de crenças em oposição às posturas extremadas a essência das vivências e das expressões de fé. Nas palavras da própria autora, temos uma explicação mais detalhada sobre o espírito bélico que passou a fazer parte da religiosidade brasileira.

Enquanto, nos países mais ricos e nas camadas mais instruídas dos países mais pobres, a “orientalização” é fenômeno religioso marcante neste fim de milênio, no Brasil (especialmente em suas camadas populares), como em outros países do chamado Terceiro Mundo, a novidade é o crescimento de grupos religiosos que defendem ortodoxia e desencadeiam “guerras espirituais” contra outras religiões, contra o descomprometimento com a fé, a superindividualização e as “bricolagens religiosas”. Como, no Brasil, a prática religiosa sincrética sempre esteve presente, em diferentes graus, nas diversas camadas sociais, o que vem se destacando como maior novidade é a crescente popularidade—especialmente nas camadas sociais menos privilegiadas, que tendiam sempre a ser mais receptivas a outras religiões mais cordatas e submissas—de um estilo religioso bélico de confrontação e acusações explícitas. Essas camadas mais pobres passam a rejeitar elementos cognitivos e valorativos identificáveis como não ocidentais que para elas sempre prevaleceram (MARIZ, 1999, p. 33).

Uma explicação para este processo é apresentada por Fábio Py (2020), que demonstra a importância da noção de guerra e do conflito para os pentecostais. De acordo com o autor, a maior parcela dos membros das igrejas pentecostais, formadas por indivíduos das camadas mais pobres da sociedade, teriam no conflito e na guerra a ser travada contra o mal um importante elemento da sua fé. As lutas do dia a dia e os contextos violentos seriam transmutados para os sistemas de crenças, fazendo com que as conquistas e o bem se tornem resultados das batalhas espirituais empreendidas.

A questão da batalha é muito forte, e no Antigo Testamento isso é mais interessante ainda. No Novo Testamento também tem esse elemento, quando se pensa a relação de Jesus, Pedro e a luta dos apóstolos contra os fariseus. Essa caminhada da indicação da guerra cultural e da guerra bíblica é muito importante para a formação social da periferia (PY, 2020).

Nesse sentido, a presença de igrejas evangélicas, que se baseiam especialmente no Antigo Testamento e na noção de conflito, de embate e de guerra a ser travada contra o mal, se tornou um elemento novo que passou a alterar a cultura religiosa. Ao passo que este novo estilo de ser cristão migra para a vida política da nação, uma nova forma de atuar politicamente baseando-se nas agressões e nas manifestações públicas de ataque aos opositores passa a ser normalizada por esta parcela da população.

Sintetizando, a lógica predominante em muitos meios pentecostais possibilita estabelecer a seguinte relação: para viver é necessário lutar contra as dificuldades da vida; na igreja,

trava-se uma batalha contra o mal, em alguns casos com agressões físicas a templos e pessoas das religiões de matriz africana; conseqüentemente, na vida social e política, as batalhas deverão ser empreendidas contra os inimigos; ou seja, os opositores situados especialmente nos partidos e nos movimentos de esquerda. É esta lógica que chamamos de violência pública, uma prática agressiva centrada no desrespeito e na agressão ao opositor, tido como uma figura do mal que merece ser exterminada.

Devemos considerar que embora altere os discursos e até mesmo as posições públicas assumidas pelas lideranças políticas, este formato de atuação baseado na violência e no espírito bélico de ataque ao opositor altera pouco o *modus operandi* da política brasileira caracterizada pelas alianças. O que podemos perceber é que, em muitos casos, as agressões e os conflitos apenas encobrem negociações políticas profundas que ficam submersas na “cortina de fumaça”, gerada pelas polêmicas e pelos ataques aos opositores.

A partir do que expusemos neste tópico, é possível perceber que o Brasil possui uma construção sócio-cultural e política com fortes raízes autoritárias. Desde nossas origens coloniais se forjou um estilo de liderança amparada no modelo patriarcal, em que o líder é o grande “pai”, aquele que detém poder de mando sobre tudo e todos. O patriarcado perdurou de forma quase inalterada durante mais de 400 anos, perpassando a independência de Portugal, o período imperial e as primeiras décadas da República e, mesmo com o fim do coronelismo, não deixou de existir, mas transformou-se e de forma menos explícita permaneceu presente em nossas práticas sociais e políticas.

Percebemos que os comportamentos dos partidos políticos e dos representantes eleitos nos períodos democráticos se deram a partir de movimentações que, embora respeitassem os parâmetros legais, escondiam posturas autoritárias. Fenômenos como o “peemedebismo” e o “presidencialismo de coalizão” escondem a dificuldade em se posicionar enquanto “oposição” ideológica e efetiva e a tendência dos que ocupam o poder executivo em abarcar o máximo de partidos em sua base de apoio, demonstrando resistência em dialogar com o diferente. Em muitos casos, as negociações entre partidos a fim de se estabelecer alianças e apoios, estiveram envoltas em corrupção ou em trocas de cargos que beiram a ilegalidade, tudo isso, para garantir a ausência de manifestações contraditórias e o máximo de apoio às propostas do poder executivo.

Nesse mesmo sentido, vão as ações do governo Bolsonaro em suas alianças com as lideranças evangélicas e católicas conservadoras. A busca é por formar maioria num discurso conservador e esmagador das minorias, em especial o público LGBT. A formação

de um bloco político de viés conservador, com um discurso orquestrado, põe em descrédito os movimentos de luta por igualdade e explicita um modelo de ação política que, embora haja dentro dos limites legais do regime democrático, efetiva-se de forma autoritária por suas tentativas em desconsiderar os direitos das minorias.

3.7 Pentecostais e a política

Embora já tenhamos analisado a presença das religiões nos processos políticos e a influência que essas têm exercido em cada pleito, é necessário que este tema seja discutido de maneira específica em um tópico, pois configura uma das principais faces do pentecostalismo contemporâneo na sua busca pelo poder. Sem dúvida, um elemento que marca a política contemporânea no Brasil é o aumento demográfico do público evangélico, que a cada eleição se apresenta com maior impacto e capacidade de influenciar os resultados das disputas eleitorais.

De acordo com levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a presença de deputados que formam a “bancada evangélica”⁴³ na câmara federal apresentou crescimento nas duas últimas eleições. Das 513 cadeiras, no pleito de 2010, 73 ficaram com a bancada evangélica e este número aumentou nas duas eleições seguintes - passando para 75 em 2014 e para 84 em 2018 (DIAP, 2018). Já no pleito municipal de 2020, o que chamou a atenção foi o aumento de 34% nas candidaturas de evangélicos (EXAME, 2020).

Embora estejam desde a década de 1950 presentes na política e que a capacidade de influência desse grupo tenha se tornado mais marcante a partir de 1985 com a redemocratização (FREESTON, 1993), é evidente que a presença evangélica se tornou mais marcante na última década. O momento expoente deste processo foi o pleito de 2018, com um Presidente eleito com um discurso que defendia, de forma clara, as pautas religiosas e que tinha como seu slogan de campanha a seguinte frase: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

⁴³ Diferente da “Frente Parlamentar Evangélica” (FPE), a “bancada evangélica” não é uma estrutura institucionalizada e se forma de acordo com o reconhecimento do próprio parlamentar enquanto evangélico. Esta bancada se agrega por temas de interesse e é mais homogênea e radical do que a FPE que possui parlamentares de diferentes linhas ideológicas, embora predominem os conservadores de direita.

No segundo turno da eleição presidencial, esse posicionamento do então candidato Jair Messias Bolsonaro lhe rendeu 70% dos votos do público evangélico, ficando Fernando Haddad com apenas 30% dos votos neste segmento (MARIANO e GERARDI, 2019).

Bolsonaro se apresentou como defensor de um cristianismo conservador e teve a sua candidatura patrocinada por diversas lideranças religiosas, especialmente as evangélicas pentecostais que o interpretaram como verdadeiro representante dos seus interesses.

Líderes evangélicos apoiaram Bolsonaro, acima de tudo, por considerá-lo representante legítimo de seus valores e capaz de derrotar o inimigo petista e os perigos que lhe atribuíam: implantar o comunismo, perseguir os cristãos, abolir o direito dos pais de educar os filhos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família (MARIANO e GERARDI, 2019, p. 69).

Ou seja, na visão conservadora as eleições ocorridas após a redemocratização, não tiveram um candidato efetivamente defensor dos “interesses conservadores” disputando a Presidência da República e Bolsonaro cumpriria plenamente este papel (MARIANO e GERARDI, 2019).

Este é um argumento que não se sustenta se olharmos para os pleitos anteriores, pois sempre houve a presença de candidatos à Presidência com um discurso conservador e religioso; por exemplo: Enéas Carneiro, fundador do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), que concorreu nas eleições de 1989, 1994 e 1998; em 2014, a candidatura de Pastor Everaldo pelo Partido Social Cristão (PSC); e, em 2018, a candidatura de Cabo Daciolo, pelo Patriota. Existiram ainda, muitas outras candidaturas que aliavam discurso religioso e conservador, e que serviriam para exemplificar que a presença deste perfil de candidato não é inédita na política brasileira.

O fato que gostaríamos de destacar é que, mesmo não sendo algo inédito um candidato com perfil conservador, por um conjunto amplo de fatores a candidatura de Jair Bolsonaro obteve sucesso nas eleições de 2018 e conseguiu catalisar o apoio de diferentes setores conservadores (agronegócio, empresariado, militar) em especial os vinculados ao pentecostalismo.

Neste debate sobre a relação dos pentecostais com a política, não podemos esquecer o elevado número de denominações pentecostais existentes, sendo esse um fator que não nos permite generalizações. Por isso, vale lembrar que estamos tratando aqui de tendências e nunca de processos absolutos. É pertinente lembrar que diferentes denominações pentecostais abrigaram e abrigam lideranças dos movimentos de luta por

igualdade. Um exemplo claro disso é o da deputada federal Benedita da Silva que em 1992 foi candidata à prefeitura do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT), defendendo sua identidade de “mulher, negra, favelada e pentecostal”.

Nesse sentido, Pablo Selmán (2019) destaca que

grupos pentecostais e evangélicos entraram em atividade política usando seus capitais de diferentes maneiras e construindo diferentes tipos de alianças: na Argentina, os pentecostais que se mobilizaram politicamente o fizeram relativamente perto do peronismo, mas também se integraram em propostas de centro-direita. No Brasil, onde as mais poderosas denominações pentecostais apoiaram Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso antes do "perigo comunista" do Partido dos Trabalhadores (PT), mais tarde se juntaram à frente promovida pelo mesmo partido nas quatro eleições que venceram – com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Em seguida, deram seu aval ao projeto de Marina Silva (evangélica e ambientalista que foi ministra do primeiro governo Lula e depois liderou uma de suas primeiras dissidências) e, finalmente, correndo atrás de seus eleitores, acabaram apoiando a candidatura de Jair Messias Bolsonaro na reta final (SELMÁN, 2019).

Ainda de acordo com Selmán (2019), o processo que teria ocorrido em 2018, na eleição de Bolsonaro para Presidente do Brasil, seria o das lideranças religiosas em busca dos seus eleitores e não o das lideranças empurrando os membros das suas igrejas. Ainda na visão do autor não é possível falarmos em “voto confessional”; ou seja, os fiéis das igrejas não votariam necessariamente no candidato indicado pelo pastor.

Tais discussões são bastante amplas e estudadas de forma preferencial pela ciência política - o quanto os apoios e os vínculos religiosos convertem-se em votos? - Não é nosso objetivo responder a esta pergunta, apenas gostaríamos de considerar a existência de tais fenômenos. O apoio de uma liderança religiosa ou o fato dela declarar-se vinculada a uma determinada religião são elementos capazes de catalisar votos? Em muitos casos sim, porém, isso não é absoluto, dependendo do contexto ou do grupo religioso esta transferência de votos pode se dar de forma mais ou menos direta.

Outro elemento importante que não é facilmente perceptível nos sufrágios – e, por isso, requer uma averiguação mais profunda - é a influência das religiões no campo moral e o quanto ela se reflete nos processos eleitorais. Selmán (2019) destaca dois elementos morais que teriam impactado as últimas eleições e que explicariam, pelo menos em parte, o sucesso dos discursos religiosos nos palanques eleitorais. O primeiro se refere à aura de honestidade que envolve o imaginário popular sobre as religiões e que nos casos em que os

pleitos são marcados por escândalos de corrupção – como em 2018 – este fator tende a influenciar de forma mais decisiva.

O segundo se refere ao que o autor chama de “agenda de gênero”; na sua perspectiva, a expansão dos direitos LGBT nas sociedades latino-americanas ocorreu numa velocidade maior do que a população da maioria dos países estaria preparada para assimilar e tal processo teria resultado numa espécie de ressentimento em parcela significativa da população que não teria como externalizá-lo publicamente, fazendo com que os discursos religiosos atuassem como um catalisador desses sentimentos.

Assim, de acordo com Selmán (2019), o principal elemento a ser considerado na relação dos pentecostais com a política não seria o impacto direto de uma candidatura religiosa, pois esta seria uma resposta às transformações culturais com base nos discursos morais protagonizados pelas religiões sobre o comportamento do eleitorado de forma genérica. Tal perspectiva indicaria ausência de ações intencionais das lideranças religiosas com fins políticos, sendo as candidaturas e as eleições de figuras religiosas uma espécie de resposta aos anseios de parcelas da sociedade que se encontrariam desestabilizados com as mudanças operadas em suas regras e costumes estabelecidos.

No sentido da análise realizada por Selmán (2019), é importante considerar o que disse a nossa entrevistada, A.S.N.B.A., quando questionada sobre os motivos que teriam influenciado a aproximação das Igrejas com Jair Bolsonaro.

Essa questão está muito ligada àquilo que eu te falei bem lá no início. A partir do momento em que os governos não interferiam na nossa liberdade de culto a gente não tinha interesse nenhum de estar apoiando o governo. A partir do momento em que a figura dos políticos, nossos líderes começaram a interferir em questão, né, que ferem e principalmente uma questão daquilo que a gente acredita, como a nossa base de fé, que é a palavra de Deus, que é a bíblia, né? Então, à partir do momento que eles começaram a atacar a nossa base a base da nossa fé que é a palavra de Deus, então eles declararam guerra contra nós. Então, quando você está numa guerra você vai se aliar a quem pensa como você, não é assim?

Então, foi exatamente o que aconteceu em relação à figura do Bolsonaro, entendeu? A gente não acredita que ele é o melhor (vou falar da minha pessoa), não acredito que ele é o melhor governante, nem que ele é um Salvador da pátria, nem que ele é perfeito em tudo que dizem, tudo que faz. No entanto, ele defende as diretrizes da minha fé.

Para mim é muito mais confortável estar ao lado e defender alguém que defende as minhas liberdades. A minha liberdade de culto, de pensamento, de expressão. Que eu posso falar, pregar na minha igreja sem medo aquilo que a palavra de Deus diz em relação a

homossexualismo, em relação à identidade de gênero. Eu possa pregar aquilo que realmente a bíblia diz, sem ter medo.

Óbvio que eu vou me aliar a quem defende os meus ideais. Então, foi o que aconteceu. A igreja se viu atacada na liberdade de culto por outros governos. Mas aí apareceu alguém que fala: não, eu vou ajudar vocês a continuar tendo liberdade de falar o que vocês pregam, de pregar o que a palavra de Deus diz... as pessoas se aliaram, então.

Foi isso que aconteceu e eu tenho quase certeza que, se os outros governos nunca tivessem interferido, né, como começaram a tentar interferir (estão tentando ainda, mesmo assim), essa ligação da igreja em si, não teria ficado tão forte com a figura do Bolsonaro como ficou (Entrevista com A.S.N.B.A. 20/08/2021).

É interessante perceber o quanto ela traz à tona em sua fala a existência de um “medo” dos ataques que estariam ocorrendo às liberdades religiosas no Brasil e, para resolver este problema, a melhor solução seria o apoio a Jair Bolsonaro. Não chegamos a questionar a entrevistada sobre quais seriam estes ataques; porém, considerando o conjunto das suas falas, é possível perceber que estariam situados nas propostas de avanços sociais em torno do tema igualdade de gênero, principalmente sobre o combate à homofobia.

Outro aspecto a considerar é a analogia do momento político vivido com o cenário de guerra, o que demonstra que, efetivamente, a entrevistada se sentiu atacada em suas liberdades religiosas e a melhor resposta para isso seria aliar-se a quem estaria ao seu lado nessa “batalha”. É interessante perceber nessa fala o quanto se destaca o caráter bélico do pentecostalismo, aspecto destacado no capítulo 3 e que faz parte da cosmologia pentecostal de combate e enfrentamento do inimigo. Nesse caso, o inimigo seria os partidos e os governos de esquerda. Portanto, nesse cenário de guerra, seria necessário firmar uma “aliança” com Bolsonaro, pois seria o garantidor das liberdades que, na opinião dela e das demais lideranças religiosas, estariam sendo ameaçadas.

Nesse sentido, os argumentos apresentados pela nossa entrevistada corrobora a análise realizada por Selmán (2019) e a sua conclusão de que os motivos para ascensão dos governos conservadores na América-Latina estariam situados nos avanços das políticas públicas e das legislações sobre temas que envolvem questões morais, numa velocidade mais rápida do que a sociedade seria capaz de assimilar.

Tal leitura sobre esta realidade é contraposta por outros autores, a exemplo de Ari Pedro Oro (2003) que, ao analisar as práticas políticas da Igreja Universal do Reino de Deus, demonstra uma ação intencional por parte da instituição com o objetivo de eleger representantes seus para cargos políticos. De acordo com as conclusões desta pesquisa,

ocorreria por parte da hierarquia e da burocracia religiosa todo um planejamento pragmático e sofisticado que teria por objetivo transformar o capital religioso em capital político.

Nesse sentido, uma das práticas adotadas pela IURD seria a do estabelecimento de candidaturas oficiais, para as quais a instituição mobilizou todo o seu aparato propagandista. Tal prática teria sido adotada especialmente a partir da década de 1990, rendendo bons resultados à Igreja, como a eleição de deputados estaduais, federais e do então senador, Marcelo Crivela. Tal sucesso da prática adotada teria servido para inspiração de outras igrejas que passaram a fazer o mesmo, como é o caso da Assembleia de Deus, que também passou a lançar candidatos oficiais nas eleições fazendo com que o eleitorado disponível em suas igrejas fosse direcionado de forma mais efetiva aos candidatos da instituição.

Em outra leitura sobre o voto pentecostal, Victor Augusto Araújo Silva (2019) apresenta os resultados da sua pesquisa de doutorado indicando a articulação entre moralidade e opção política. No estudo realizado, o autor demonstra que o elemento moral age como o principal fator capaz de influenciar o voto daqueles que se vinculam a este grupo religioso. Analisando dados quantitativos, a pesquisa demonstra que a moralidade age de forma mais eficiente do que fatores econômicos, especialmente entre as classes desfavorecidas economicamente, entre as quais a defesa dos preceitos morais conservadores influencia de forma mais decisiva na escolha do voto do que a defesa da distribuição de renda.

Com base nas informações apresentadas acima, que expressam os resultados de pesquisas realizadas por Selmán (2019), Oro (2003) e Silva (2019), podemos concluir que o fenômeno das mudanças sócio-culturais e conseqüentemente das legislações e dos regramentos ocorre na América Latina, sendo perceptível certo descompasso de ritmo entre a velocidade de tais mudanças e a capacidade de assimilação por parte da maioria da população. Porém, a atuação das igrejas visando à transformação da presença religiosa em voto, também é uma realidade que não pode ser desconsiderada e que é capaz de converter muitos votos que iriam para partidos de esquerda, em números para a direita, atuando nesse sentido o alarmismo moral de forma bastante eficiente.

Independente das motivações, é inegável a presença das igrejas pentecostais nos processos eleitorais e na cena política contemporânea, assim como a utilização da pauta dos costumes de forma eficiente a fim de dar visibilidade e reconquistar apoios. Como veremos nos próximos capítulos, as articulações entre pentecostalismo, pautas conservadoras e

política, é capaz de impactar de forma decisiva a realidade de uma determinada região, como é o caso do nosso objeto de estudo, o estado de Rondônia.

Capítulo 4.

Os pentecostais e as suas opiniões

Até aqui falamos sobre aspectos gerais do estado de Rondônia, do pentecostalismo e da sua expansão pela região Norte do Brasil; porém, a fim de nos aproximarmos da realidade social rondoniense e de encontrarmos ao máximo os elementos que marcam o movimento pentecostal neste estado, realizamos um levantamento de dados que serão apresentados neste capítulo.

Para este levantamento, utilizamos um questionário online - preparado e distribuído através da plataforma Google formulários – que tinha como foco os membros das igrejas pentecostais de Rondônia. Ao todo, obtivemos 367 respostas, das quais utilizamos 304 para fins de análise e que foram posteriormente tratadas enquanto dados analíticos com suporte do programa SPSS. Destacamos, ainda, que a metodologia adotada para o levantamento dos dados que serão analisados neste capítulo já foi devidamente explicitada no tópico dedicado às questões metodológicas, lá na introdução.

Além das análises das respostas que obtivemos a partir do questionário aplicado, serão apresentados, ainda, os resultados que obtivemos a partir de entrevistas abertas realizadas por videoconferência com lideranças religiosas do estado de Rondônia. Nesse sentido, o cruzamento entre duas metodologias, uma quantitativa (os formulários online com questões fechadas) e outra qualitativa (as entrevistas abertas, realizadas por vídeo), contribuem para o aprofundamento e verificação mais completa dos temas que serão tratados neste capítulo.

A fim de facilitarmos didaticamente a apresentação das análises que realizamos, os dados levantados serão expostos seguindo o guião teórico que expusemos no capítulo anterior, em que tratamos sobre os aspectos que fundamentam o conservadorismo e a sua relação com o movimento pentecostal.

4.1 Perfil do pentecostal em Rondônia

Apresentaremos neste tópico as características gerais dos membros do pentecostalismo em Rondônia. Essas características foram traçadas a partir das respostas que obtivemos

através do questionário online que aplicamos. Considerando que a discussão metodológica já foi realizada acima e que temos consciência das potencialidades e dos limites dos métodos de pesquisa que adotamos, ressaltamos que os dados abaixo são indicadores de tendências e abrem espaço para novos questionamentos que poderão ser verificados futuramente.

Dito isso, vamos à apresentação dos dados gerais sobre a característica da amostra pesquisada. Apresentaremos neste tópico os resultados obtidos em seis perguntas e que tinham por objetivo traçar um perfil geral dos entrevistados. Nesse sentido, as questões investigam informações como o vínculo denominacional, o tipo de vínculo estabelecido com a instituição religiosa e outras informações gerais como renda, faixa etária e escolaridade dos entrevistados.

Buscamos identificar as características gerais de vínculo dos entrevistados às denominações religiosas através de três diferentes perguntas:

Na questão número 3, perguntamos - A qual igreja você pertence? Para essa pergunta existem 5 possibilidades de resposta: a) Assembleia de Deus, b) Igreja do Evangelho Quadrangular, c) Igreja Universal do Reino de Deus, d) Congregação Cristã do Brasil e, e) Outros. Essas alternativas foram definidas a partir dos resultados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, para isso, levamos em consideração as denominações religiosas com maior porcentagem de fiéis na categoria “Igrejas evangélicas de origem pentecostal”. Devemos destacar ainda que, a fim de abordarmos ao máximo a diversidade do pentecostalismo, a alternativa “e” era aberta e permitia ao entrevistado preencher a sua denominação, se esta não estivesse contemplada nas alternativas “a”, “b”, “c” ou “d”.

Além da denominação a qual o entrevistado pertence, buscamos identificar qual o tipo de vínculo que ele possui com a sua igreja e para isso realizamos duas perguntas diferentes. Na questão número quatro perguntamos: “Há quanto tempo você pertence a esta Igreja?” Sendo uma questão fechada com 4 possibilidades de resposta: a) desde que nasceu, b) há 10 anos ou mais, c) há 1 ano ou mais e d) há menos de 1 ano.

A outra questão em que buscamos verificar o tipo de vínculo estabelecido perguntava - “Quantas vezes você costuma ir à igreja?” Sendo esta, também, uma questão fechada que possui 4 alternativas de resposta: a) mais de uma vez por semana, b) 1 vez por semana, c) 1 vez ao mês e d) somente em ocasiões especiais.

Para essas 3 perguntas obtivemos as seguintes respostas expressas nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1. A qual igreja você pertence?

	Nº de respostas	Porcentagem
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	48	15,8
Igreja pentecostal resgatando vidas	42	13,8
Ministerio Kadosh	42	13,8
Igreja Sal da Terra	39	12,8
Outros	39	12,8
Assembleia de Deus	27	8,9
Congregação Cristã do Brasil	19	6,3
Assembleia de Deus M	17	5,6
Igreja Pentecostal dos Milagres	12	3,9
O BRASIL PARA CRISTO	11	3,6
Pentecostal do Altissimo	8	2,6
Total	304	100,0

Fonte: autor

Tabela 2. Há quanto tempo você pertence a esta Igreja?

	Nº de respostas	Porcentagem
Há 1 ano ou mais	163	53,6
Há 10 anos ou mais	51	16,8
Desde que nasceu	49	16,1
Há menos de 1 ano	40	13,2
Omisso	1	,3
Total	304	100,0

Fonte: autor

Tabela 3. Quantas vezes você costuma ir à igreja?

	Nº de respostas	Porcentagem
1 vez por semana	104	34,2
Mais de uma vez por semana	74	24,3
Somente em ocasiões especiais	65	21,4
1 vez ao mês	59	19,4
Omisso	2	,7
Total	304	100,0

Fonte: autor

A partir destas 3 perguntas é possível identificar algumas características gerais do pentecostalismo rondoniense expressas em nossa amostra de 304 entrevistados. O primeiro elemento que se mostra bastante expressivo é a tendência à fragmentação. Embora na tabela 1 tenhamos apresentado 10 denominações, ao todo foram citadas 23 igrejas pelos entrevistados, sendo necessário, a fim de trabalharmos melhor os dados, alocar 12 denominações na categoria “outros”⁴⁴. Outra característica que identificamos nas respostas obtidas e que demonstra esta tendência à fragmentação é o fato de igrejas que

⁴⁴ Todas as denominações que foram citadas menos de 8 vezes foram alocadas na categoria “outros”.

são nacionalmente conhecidas e que possuem alto grau de midiaticização, como a Universal do Reino de Deus e a Mundial do Poder de Deus, terem recebido poucas indicações dos entrevistados, sendo que a primeira foi citada 5 vezes e a segunda apenas 2 vezes. Tal fenômeno indica o potencial das igrejas locais que se propagam através da atuação das lideranças regionais, escapando à centralização das grandes denominações e obtendo maior eficiência e dinamismo em seu proselitismo.

Merece destaque, também, o fato das igrejas com maior porcentagem de adeptos no censo de 2010 terem aparecido em menor número na pesquisa que realizamos. Tal fenômeno pode ser explicado por dois motivos diferentes. Um deles pelo fato da pesquisa não ser aleatória, pois, conforme já indicado acima, não tínhamos a possibilidade de conhecer e de chegar a todo o universo pentecostal rondoniense para fazermos um levantamento totalmente aleatório, o que pode ter culminado em limitações para a representatividade das denominações nas respostas obtidas. Porém, outro motivo que não podemos deixar de considerar é o fato de o último censo ter sido realizado há 11 anos, sendo provável que a tendência de fragmentação que já havia sido percebida em 2010 tenha se acentuado neste intervalo de mais de uma década; nesse caso, os resultados obtidos estariam condizentes com a realidade atual do pentecostalismo em Rondônia⁴⁵.

Os dados da tabela 2 corroboram com o segundo argumento, pois, ao analisarmos o tempo de vínculo dos entrevistados com as igrejas as quais se declaram pertencentes, percebemos que 66,8% estão ligados à denominação há menos de 10 anos, o que indica que, após o censo de 2010, o trânsito religioso entre diferentes religiões e dentro do próprio pentecostalismo, um fenômeno comum na contemporaneidade, pode ter se acentuado.

Já a tabela número 3 indica que, para além da fragmentação e do trânsito religioso entre diferentes denominações, existe elevado grau de frequência às atividades realizadas nas igrejas, pois, 58,5% dos entrevistados frequentam a igreja pelo menos uma vez por semana.

Além de identificar as características do pentecostalismo em Rondônia, buscamos traçar um perfil dos membros das igrejas pentecostais do estado. Para isso, fizemos perguntas com o objetivo de definir os perfis etários, de escolarização e de renda dos nossos entrevistados.

⁴⁵ Esta hipótese será verificada tão logo seja realizado novo censo no Brasil. O levantamento estava previsto para 2020, porém, foi adiado para 2021, em função da pandemia de covid-19. No entanto, não há certeza da sua realização neste ano.

Para definirmos os padrões de idade utilizamos a pergunta - “em qual faixa de idade você se enquadra?” Essa pergunta possui 4 alternativas fechadas de resposta: a) até 30 anos; b) de 31 a 50 anos; c) de 51 a 65 anos; e d) mais de 65 anos.

Observando a tabela número 4, podemos perceber que uma parcela significativa do público entrevistado, 36,6%, é composta por jovens de até 30 anos de idade; 20,1% compõem o público adulto situado entre 31 e 50 anos de idade e que 42,7% dos entrevistados possuem mais de 50 anos. A partir dos dados, é possível identificar que, embora as igrejas reúnem um número expressivo de jovens, a maioria dos fiéis possuem mais de 51 anos, ou seja, já estão, ou se encaminham, para a terceira idade.

Tabela 4. Em qual faixa de idade você se enquadra?

	Nº de respostas	Porcentagem
Até 30 anos	111	36,5
Entre 51 e 65 anos	87	28,6
Entre 31 a 50 anos	61	20,1
Mais de 65 anos	43	14,1
Omissos	2	0,7
Total	304	100,0

Fonte: autor

Para a variável escolaridade obtivemos os seguintes resultados: apenas 1% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental, ao passo que 82,6% possuem pelo menos o ensino médio concluído e 21,1% cursaram a graduação. A partir desses dados é possível verificar que os entrevistados possuem um nível de escolarização mediano, pois, se a maioria não concluiu o ensino superior, o número de pessoas que concluíram a educação básica é elevado.

A fim de termos um parâmetro de comparação, em pesquisa realizada em nível nacional pelo Instituto Datafolha no ano de 1994 e analisada por Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi (1995), verificou-se que apenas 20,5% dos pentecostais possuíam o ensino médio completo. Ao compararmos estes dados com os que levantamos 26 anos depois, podemos perceber que houve um aumento significativo no grau de escolarização dos pentecostais. Os dados sobre escolaridade estão dispostos na tabela 5.

Tabela 5. Qual é o seu nível de escolaridade?

	Nº de respostas	Porcentagem
Ensino médio completo	163	53,6
Ensino superior	64	21,1
Ensino fundamental completo	47	15,5
Pós-graduação	24	7,9
Ensino fundamental incompleto	3	1,0

Omissos	3	1,0
Total	304	100,0

Fonte: autor

Se o nível de escolaridade dos pentecostais é atualmente mais elevado do que em outros momentos históricos, com relação à renda temos, também, uma condição favorável entre os membros desse segmento religioso. Verificamos que 48,7% dos entrevistados ganham pelo menos R\$2000 ao mês, renda que é praticamente o dobro da média registrada no estado de Rondônia em 2020, que foi de 1.169,00 reais per capita⁴⁶.

Tabela 6. Qual é a sua renda mensal?

	Nº de respostas	Porcentagem
De R\$2.000,00 a R\$5.000,00	132	43,4
De R\$1.000,00 a R\$2.000,00	105	34,5
Prefiro não responder	35	11,5
De R\$5.000,00 a R\$10.000,00	16	5,3
Até R\$1.000,00	11	3,6
Omissos	5	1,6
Total	304	100,0

Fonte: autor

Se considerarmos que no Brasil o nível de escolaridade e condição de renda são fatores importantes em termos de status social e, conseqüentemente, de poder, estes dados demonstram que a posição social ocupada pelos pentecostais não pode mais ser considerada como desfavorecida. Podemos perceber que realidades apontadas em pesquisas dos anos de 1990 e 2000 (Bohn, 2004), que indicavam menores níveis socioeconômicos entre os pentecostais, estariam se alterando circunstancialmente, pelo menos, no estado de Rondônia.

4.2 A prosperidade e suas interfaces

Conforme demonstramos acima, a teologia da prosperidade se configura como uma das doutrinas que caracteriza o pentecostalismo contemporâneo. Essa doutrina parte da premissa de que Deus agraciou com uma vida confortável às pessoas que acreditassem e fossem fiéis a Ele. Quando pensamos neste movimento religioso, é comum estabelecermos uma relação com a riqueza e o sucesso, pois são muitos os relatos e testemunhos utilizados pelas lideranças dessas igrejas de forma midiática que destacam os progressos profissionais e financeiros de seus conversos.

⁴⁶ As informações sobre a renda média mensal em Rondônia foram extraídas de matéria jornalística publicada no site: <https://economia.ig.com.br/2021-02-26/renda-media-no-brasil-foi-de-r-1380-em-2020-confira-os-maiores-rendimentos.html>.

Utilizando o questionário online que foi aplicado aos membros das igrejas pentecostais de Rondônia, fizemos uma pergunta específica sobre prosperidade, em que buscamos identificar o grau de adesão dos fiéis às premissas da teologia da prosperidade. Apresentamos a pergunta, “o que você pensa sobre prosperidade?”, para a qual existiam 4 alternativas de resposta: a) A prosperidade é um presente de Deus; b) A prosperidade é um presente de Deus, mas tem de ser acompanhada pela mudança de vida; c) A prosperidade será alcançada através das ações de cada um; e d) A prosperidade vai depender de aspectos estruturais como, riqueza familiar, ações do governo, mercado financeiro.

Dentre as possíveis respostas, a alternativa “a” estaria mais próxima da teologia da prosperidade, pois vincula uma vida próspera à vontade única e exclusiva de Deus. A alternativa “b” mescla a noção de “graça de Deus”, premissa básica da TP, com outras visões, especialmente as meritocráticas. Já as alternativas “c” e “d” afastam-se dos fundamentos da teologia da prosperidade, pois a primeira se vincula a uma noção exclusivamente meritocrática, mencionando somente a ação individual sem atuação de Deus, e a alternativa “d” desvincula-se da TP e das perspectivas meritocráticas no momento em que cita somente aspectos estruturais como promotores de uma vida próspera.

Os resultados obtidos estão expressos na tabela número 7.

Tabela 7. O que você pensa sobre prosperidade?

	Nº de respostas	Porcentagem
A prosperidade é um presente de Deus, mas tem de ser acompanhada pela mudança de vida	98	32,2
A prosperidade será alcançada através das ações de cada um.	92	30,3
A prosperidade é um presente de Deus	64	21,1
A prosperidade vai depender de aspectos estruturais como, riqueza familiar, ações do governo, mercado financeiro...	41	13,5
Omissos	9	3,0
Total	304	100,0

Fonte: autor

A partir das respostas obtidas, podemos perceber que apenas 21,1% dos entrevistados indicaram a alternativa “a” em suas respostas; ou seja, pouco mais de um quinto do público investigado acredita que a prosperidade é “um presente de Deus” àqueles que são fiéis e que agem de acordo com a sua vontade. A alternativa que obteve o maior número de respostas foi a “b”, que articula a vontade de Deus com a mudança de atitudes.

Em um nível semelhante de indicações está a alternativa “c”, que obteve 30,3% das respostas. Tal afirmativa suprime totalmente a ação divina e põe sobre as posturas individuais a responsabilidade sobre o sucesso. Já a alternativa “d”, que está galgada em elementos exclusivamente estruturais, obteve o menor número de indicações, sendo apontada por apenas 13,5% dos entrevistados.

A partir dos dados levantados, podemos perceber que o discurso articulado pelas lideranças pentecostais com base nas premissas da TP, de que o sucesso financeiro seria uma resposta de Deus à fidelidade do crente, não é totalmente incorporado pelos membros das igrejas e que outras cosmovisões também alimentam suas crenças na prosperidade.

Na entrevista realizada com A.S.N.B.A., questionamos como ela percebe esse tema da prosperidade e qual o seu entendimento sobre esse tema.

Vou falar dentro daquilo que a palavra de Deus diz, né? A bíblia diz assim: É mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha, do que um rico entrar no céu. Por que a palavra diz isso? Há, porque ser rico é uma maldição? Não, não é.

Não é. Só que infelizmente, César, a gente ou o ser humano, homem, eu, você, infelizmente existe uma tendência ao ser humano se apegar muito às coisas materiais, isso faz parte da natureza humana.

Você chama alguém de poderoso, né? A partir do momento que ele tem um poder aquisitivo alto, grande... e as pessoas se auto denominam assim. Porque tem gente que acredita que compra tudo com dinheiro. Se compra seu caráter, compra a sua dignidade, compra tudo com dinheiro. Então, quando as pessoas que têm um poder aquisitivo muito alto, elas são confrontadas por aquilo que a palavra de Deus fala. Elas não querem se sujeitar.

Porque a palavra de Deus fala sobre humildade, fala sobre nos humilharmos, né? fala de eu considerar você melhor do que eu, te considerar superior a mim... E aí, às vezes uma pessoa que tem poder aquisitivo muito alto, ela não aceita essa confrontação e aí, às vezes, não aceita essa confrontação que está na palavra de Deus. Ela não consegue se sujeitar. Aí a gente entra naquele processo que eu falei. Então, ela não consegue se sujeitar ao espírito de Deus, ela não consegue se humilhar ao ponto de viver dentro daquilo que a palavra de Deus diz, para que ela tenha como recompensa o céu.

Mas aí, assim... estou falando aleatoriamente. Agora vamos falar de um cristão, um cristão é uma pessoa que já está na igreja. Como que ela pode, como que ela vê, né? como? como que ela pode ver a prosperidade? A bíblia diz que nós somos mordomos de Deus, ou seja, tudo que a gente tem é para servir.

Então, quando eu entendo que se Deus me prosperou na minha área financeira, não é para que eu ostente aquilo que eu tenho, mas é para que,

quando as pessoas que têm menos cheguem até mim, eu possa servir. Então, a prosperidade dentro da esfera do cristianismo (eu estou falando à luz da bíblia, se outras denominações fazem diferente aí...), aquilo que eu aprendi, que eu entendo, é que quando Deus me prospera é para que eu seja mordomo.

É para que quando eu encontre pessoas, principalmente os meus irmãos da fé, que tenham menos do que eu ou que estejam passando por necessidades, eu possa servir a eles com aquilo que eu tenho, para que Deus me use como canal de bênção para a vida de alguém. São para isso que vai servir a prosperidade dentro do Reino de Deus, para servir os nossos irmãos, aquelas pessoas menos necessitadas, não simples e unicamente pelo acúmulo. ((Entrevista com A.S.N.B.A. 20/08/2021).

Na resposta se destacam dois elementos: O primeiro é a crença na prosperidade como um presente de Deus - “se Deus me prosperou”. Fica explícita a concepção de que aquilo foi algo concedido por Ele, e não o resultado do esforço individual, nem mesmo do contexto econômico e político.

O segundo aspecto da concepção da nossa entrevistada sobre o tema prosperidade, e que merece destaque, diz respeito à moralidade que envolve a valorização de bens materiais. Fica claro que, embora não conceba a riqueza material como um pecado, existe certa desconfiança quanto ao seu acúmulo. Ao fazer menção à Bíblia, utiliza uma passagem condenatória à riqueza - “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos céus” (Mateus 19, 24). Nesse sentido, é possível perceber que, a partir do seu sistema de crenças morais, daquilo que considera como certo ou errado, o acúmulo de bens visando o conforto e o status social seria um pecado. Tal concepção se aproxima muito da noção do pentecostalismo clássico brasileiro e assembleiano, distanciando-se das presentes nas igrejas neopentecostais e que ganharam evidência, nas últimas décadas, por terem retirado o peso do pecado do acúmulo material e da sua utilização em benefício próprio, visando o conforto individual.

Além disso, é possível perceber uma concepção de prosperidade que está para além do sucesso financeiro. Ela deixa claro, logo no início, que ser próspero seria ter sucesso no conjunto da sua vida, com ênfase especial para a família. Nesse caso, a noção de prosperidade extrapola a concepção de acúmulo de riqueza e de sucesso financeiro, passando por outros elementos, inclusive a subjetividade do quanto as pessoas se sentem, ou não, satisfeitas com o que possuem.

Também perguntamos a sua opinião a respeito da prosperidade.

Olha César. Quando se fala em prosperidade muita gente pensa só no financeiro, né? Não tenho que ter muito dinheiro para mim ser próspero

e a prosperidade não está relacionada somente ao financeiro. A prosperidade está relacionada com a urgência familiar. A minha família, o meu trabalho, o recurso que eu tenho, como aplicar ele, quais são as prioridades da minha vida? O relacionamento que eu tenho com as pessoas com quem eu convivo, seja na igreja, seja na escola, seja na sociedade em geral, entendeu? Seja aquela pessoa que eu nem conheço ela, mas só o fato dela olhar pra mim... ela pode ser miserável financeiramente, vai ser próspera porque tem uma família, ela tem a base para me enviar formada, ela tem os seus princípios e ela presa por eles, entendeu? É esse conjunto, ela é um conjunto, né? Não está relacionado somente ao financeiro não. Ela é um conjunto de vida (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

Questionamos se ela percebia a prosperidade financeira como um pecado ou como uma benção de Deus:

Há... com certeza uma benção de Deus. É uma benção de Deus muito grande. Maravilha se todos fossem próspero financeiramente, né? Embora sempre vamos ter aqueles que não são prósperos financeiramente entre nós, mas ela é uma Bença de Deus que Deus garantiu para todo ser humano.

E eu vejo assim, que é algo que pode acontecer na minha vida hoje, amanhã e pode acontecer na vida de todos aqueles que queiram buscar isso com foco, com luta, com trabalho, pode alcançar sua prosperidade financeira e ela é uma Bença. Agora, como você vai utilizar ela... pode ser uma maldição, né? Mas se você for abençoado, que você possa financeiramente ser rico, ser bilionário... toma posse de todas as bênçãos de Deus, porque a bíblia diz assim: que Deus deixou a Terra para o homem. Então, tudo que tem nela é para o homem.

O que eu vou fazer com ela, isso vai definir quem eu sou. Aí, isso sim pode ser o pecado. Por exemplo, assim, eu ser próspera e ter o meu vizinho vivendo na linha de miséria e eu não conseguir abençoar a vida dele por um egoísmo, né? Por um egoísmo meu, por achar que ele não merece ser cuidado, por não vê-lo como ser humano porque a minha prepotência, o meu amor ao dinheiro está acima do meu amor ao próximo, entendeu? Então, isso é um pecado (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

Podemos perceber que alguns elementos que se destacaram na entrevista com A.S.N.B.A. foram também trazidos pela Marta, destacando-se a ênfase inicial que dá a noção de prosperidade como um processo mais amplo do que o sucesso financeiro. Para Marta, o ser próspero está relacionado à harmonia num conjunto de elementos que fazem parte da vida do indivíduo, enfatizando especialmente a família.

Somente quando foi estimulada a comentar sobre a prosperidade financeira é que falou sobre esse assunto. É possível perceber que ela não identifica um problema, *a priori*, na riqueza material e no conforto que dela provém, pois disse claramente que a riqueza material é uma benção. Porém, fez a ressalva de que se esse sucesso não for revertido em apoio às outras pessoas, isso pode ser um pecado.

Portanto, podemos destacar nas falas das duas entrevistadas, que pertencem à Igreja Assembleia de Deus, que a prosperidade na concepção delas é diretamente vinculada ao sucesso num conjunto de fatores da vida pessoal e familiar. A prosperidade financeira, apesar de ser percebida como uma “graça de Deus”, é vista com certa desconfiança, pois pode levar as pessoas para uma vida “pecaminosa”. É importante considerar que a vertente assembleiana a qual elas se vinculam está ligada às raízes dessa Igreja e ao seu histórico de humildade e desprendimento, um elemento que provavelmente influenciou nas suas respostas.

Retornando aos dados levantados a partir do questionário que aplicamos, conforme exposto na tabela número 7, é possível perceber que os argumentos mais sensíveis para a maioria dos pentecostais são os que estão próximos de perspectivas meritocráticas. As duas alternativas que vinculam o sucesso às ações do próprio indivíduo, “b” e “c”, somadas, receberam 62,5% das indicações. Porém, como veremos a seguir, essa tendência meritocrática que observamos será rebatida e posta em dúvida quando o tema é educação.

Em nosso instrumento de pesquisa apresentamos duas questões que buscaram identificar o grau de adesão dos entrevistados às perspectivas meritocráticas quando o tema é educação. Na primeira delas formulamos o seguinte questionamento - “Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?” Para a qual apresentamos as seguintes opções de resposta: a) O bom desempenho nos estudos depende somente da vontade de cada um; b) O bom desempenho nos estudos estará relacionado ao apoio que o estudante recebe da sua família; c) O bom desempenho nos estudos está diretamente relacionado com a condição financeira de cada um; e d) O bom desempenho nos estudos depende de vários fatores, dentre eles a estrutura familiar e a condição financeira.

Dentre as possíveis respostas, a alternativa “a” é a que mais se vincula à visão meritocrática sobre educação, pois parte do pressuposto que elementos como dedicação, vontade de estudar e disciplina seriam características desenvolvidas independente do contexto em que o aluno estivesse inserido e dependeriam meramente de um impulso individual. A alternativa “b” relaciona o sucesso educacional ao apoio familiar. Já a alternativa “c” vincula o sucesso nos estudos às condições financeiras e a “d” à conjuntura social que circunda o estudante.

As frequências das respostas obtidas estão expressas na tabela número 8.

Tabela 8. Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?

	Nº de respostas	Porcentagem
O bom desempenho nos estudos depende somente da vontade de cada um	112	36,8
O bom desempenho nos estudos depende de vários fatores, dentre eles a estrutura familiar e a condição financeira	100	32,9
O bom desempenho nos estudos está diretamente relacionado com a condição financeira de cada um	63	20,7
O bom desempenho nos estudos estará relacionado ao apoio que o estudante recebe da sua família	29	9,5
Total	304	100,0

Fonte: autor

Podemos perceber que a alternativa “a”, mais próxima da visão meritocrática, recebeu o maior número de indicações, somando 36,8% das respostas. Porém, a maioria das respostas concentraram-se nas demais alternativas que não contemplam a perspectiva meritocrática, mas atrelam o sucesso educacional a algum fator externo ao estudante. Podemos dizer que 63,8% dos entrevistados não elegem a noção que atrela bons resultados educacionais exclusivamente ao esforço individual.

Realizamos o cruzamento desta pergunta com a variável denominação religiosa, a fim de identificarmos as possíveis diferenças entre as denominações para a resposta apresentada a esta questão. Os resultados deste cruzamento encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 9. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?

		O bom desempenho nos estudos depende somente da vontade de cada um	O bom desempenho nos estudos depende de vários fatores, dentre eles a estrutura familiar e a condição financeira	O bom desempenho nos estudos estará relacionado ao apoio que o estudante recebe da sua família	O bom desempenho nos estudos está diretamente relacionado com a condição financeira de cada um	Total
Outros	Contagem	20	12	3	4	39
	%	51,3%	30,8%	7,7%	10,3%	100,0%
Pentecostal do Altíssimo	Contagem	3	3	1	1	8
	%	37,5%	37,5%	12,5%	12,5%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	12	16	3	11	42
	%	28,6%	38,1%	7,1%	26,2%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	22	7	3	7	39
	%	56,4%	17,9%	7,7%	17,9%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	14	18	3	7	42
	%	33,3%	42,9%	7,1%	16,7%	100,0%
Igreja Pentecostal dos Milagres	Contagem	4	4	1	3	12
	%	33,3%	33,3%	8,3%	25,0%	100,0%
Ministério Projeto de Deus	Contagem	11	21	3	13	48
	%	22,9%	43,8%	6,3%	27,1%	100,0%
O Brasil para Cristo	Contagem	4	3	0	4	11

	%	36,4%	27,3%	0,0%	36,4%	100,0%
Congregação Cristã do Brasil	Contagem	6	6	4	3	19
	%	31,6%	31,6%	21,1%	15,8%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	4	2	2	9	17
	%	23,5%	11,8%	11,8%	52,9%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	12	8	6	1	27
	%	44,4%	29,6%	22,2%	3,7%	100,0%
Contagem		112	100	29	63	304
	%	36,8%	32,9%	9,5%	20,7%	100,0%

Fonte: autor

Podemos perceber que entre as denominações existem variações para as respostas apresentadas, destacando-se a Igreja Sal da Terra como a que mais se vincula a perspectiva meritocrática, com 56,4% das respostas indicando a alternativa “a”, e a Igreja Ministerio Projeto de Deus, a que está mais distante desta perspectiva, com apenas 22,9% das respostas nesta alternativa.

Sobre este tema, questionamos também a nossa entrevistada Marta. Perguntamos o que considerava determinante para o sucesso educacional de um aluno.

Olha, na minha opinião precisa ter 3. Acho que 3 pontos fundamentais:

O primeiro, que garante o sucesso de qualquer cidadão é ter uma base familiar. A família. Não tem como ser diferente.

Segundo, ter uma equipe técnica de profissionais preparados para receber essa criança, e quando eu falo de um profissional preparado eu diria assim... de um profissional humanizado. Um ser humano que está recebendo outro ser humano na escola, na sala de aula, na comunidade, na comunidade escolar.

E o terceiro ponto, depende do aluno mesmo, né? Que é aquilo... ele fazendo as renúncias para conseguir alcançar os seus objetivos. Então, acho que esses 3 pilares eles são necessários. Por exemplo:

Eu posso dizer pra você que no meu caso, que somos de família numerosa, é bem difícil de convivência, de crescimento em questão financeira. Esse fator, ele nos propõe a possibilidade de querer continuar estudando, ou abandonar tudo, né? Então, essa é uma decisão da pessoa. Não. Vou estudar.

Os pais precisam dar essa base para os filhos, essa condição. E às vezes eles não têm, nunca tiveram, né? E isso vai se multiplicando. Então hoje, na educação, eu vejo que o sucesso da criança depende da família, depende da comunidade escolar (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

A partir da resposta da nossa entrevistada, podemos perceber que, de maneira espontânea, ela cita um conjunto de fatores que influenciam no sucesso escolar de um

aluno. Apesar de citar o elemento meritocrático – a força de vontade individual – esse elemento aparece diluído entre outros dois, o apoio da família e da comunidade escolar.

É importante perceber ainda a ênfase que ela põe sobre a importância de uma equipe profissional especializada e capacitada a fim de bem receber o estudante que chega. Em sua perspectiva, o novo estudante é um ser humano que chega ao ambiente escolar com uma história e um conjunto de complexidades e dificuldades trazidas de casa, da realidade familiar, que nem sempre contribuem para o processo de ensino que ele irá vivenciar. Tal concepção é a distância das ideias que atrelam o sucesso de maneira exclusiva, às escolhas individuais.

Outra pergunta presente no instrumento de pesquisa e que serve, também, para medirmos o grau de adesão dos entrevistados às concepções meritocráticas é sobre o apoio às políticas de cotas para as universidades. Apresentamos a seguinte pergunta - “Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades?”, para a qual havia duas possibilidades de resposta: a) A favor e b) Contra.

As frequências das respostas obtidas estão expressas na tabela número 10.

Tabela 10. Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades

	Nº de respostas	Porcentagem
A favor	168	55,3
Contra	136	44,7
Total	304	100,0

Fonte: autor

Podemos perceber que a maioria dos entrevistados, ao todo 55,3%, declararam-se favoráveis às políticas de cotas nas universidades, posição que, a priori, entra em colisão com uma concepção meritocrática, pois, os ingressos nos cursos de graduação que fazem jus a este benefício, não estariam valendo-se exclusivamente do seu esforço e beneficiaram-se de uma política pública.

Para esta variável, realizamos também o cruzamento com a variável denominação religiosa, para o qual obtivemos os seguintes índices que estão expressos na tabela abaixo.

Tabela 11. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades

		Contra	A favor	Total
Outros	Contagem	20	19	39
	% em Denominação	51,3%	48,7%	100,0%

	religiosa			
Pentecostal do Altissimo	Contagem	2	6	8
	% em Denominação religiosa	25,0%	75,0%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	18	24	42
	% em Denominação religiosa	42,9%	57,1%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	26	13	39
	% em Denominação religiosa	66,7%	33,3%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	13	29	42
	% em Denominação religiosa	31,0%	69,0%	100,0%
Igreja Pentecostal dos Milagres	Contagem	7	5	12
	% em Denominação religiosa	58,3%	41,7%	100,0%
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	Contagem	9	39	48
	% em Denominação religiosa	18,8%	81,3%	100,0%
O BRASIL PARA CRISTO	Contagem	5	6	11
	% em Denominação religiosa	45,5%	54,5%	100,0%
Congregação Cristã do Brasil	Contagem	11	8	19
	% em Denominação religiosa	57,9%	42,1%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	9	8	17
	% em Denominação religiosa	52,9%	47,1%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	16	11	27
	% em Denominação religiosa	59,3%	40,7%	100,0%
Contagem		136	168	304
% em Denominação religiosa		44,7%	55,3%	100,0%

Fonte: autor

Na tabela acima é possível perceber que as tendências já expressas anteriormente se repetiram. Existe variação nas respostas obtidas entre as diferentes denominações, o que expressa a diversidade entre elas. Aquelas que já haviam demonstrado maior ou menor inclinação à perspectiva meritocrática, repetiram tal posicionamento. Nesse sentido, destacam-se os índices das igrejas Sal da Terra e Ministério Projeto de Deus, a primeira com 66,7 % de respostas contrárias às políticas de cotas nas universidades e a segunda com 81,3 % de indicações favoráveis. Tais índices expressam, respectivamente, posicionamentos favoráveis e contrários à perspectiva meritocrática, repetindo as tendências já observadas acima para estas duas denominações.

Portanto, o que podemos perceber é que existe uma adesão relativa às concepções da teologia da prosperidade por parte dos entrevistados que concordaram, em parte, com a ideia de que Deus faz com que prosperem os que são fiéis a Ele; porém, a maioria dos pentecostais está mais próxima de uma visão meritocrática sobre o sucesso financeiro, vinculando-o ao esforço individual. Além disso, a partir das entrevistas abertas que

realizamos, foi possível identificar que existe por parte de alguns setores pentecostais uma desconfiança sobre possíveis desvios que poderiam ser potencializados a partir do acúmulo de riqueza, o que faz com que haja certa desconfiança sobre o enriquecimento em termos financeiros.

Já, quando o assunto é educação, não é possível perceber a mesma adesão à perspectiva individualista que se baseia no mérito, pois, a maioria dos pentecostais vinculou o sucesso educacional a fatores externos ao estudante e declararam-se favoráveis às políticas de cotas nas universidades.

Além disso, ficou perceptível que existe grande diversidade entre os membros das diferentes igrejas a respeito deste tema. Enquanto que em algumas denominações predominou a defesa da perspectiva meritocrática, em outras, as concepções sistêmicas, que percebem a prosperidade financeira e o sucesso educacional enquanto processos mais abrangentes e dependentes de um contexto mais amplo no qual o indivíduo está inserido, estiveram em destaque

4.3 Liberalismo econômico

O livre mercado e a ausência do Estado na economia têm se destacado entre as pautas pentecostais no Brasil, especialmente entre grupos ou lideranças que estão próximas do atual Presidente da República. A ideia de uma economia que se auto regula a partir de forças invisíveis uniu, em diferentes momentos da história, liberais e conservadores e no atual momento político isso ocorre novamente. Um fato que demonstra esta aproximação é o próprio governo de Jair Bolsonaro, pois reúne em seu núcleo de apoio lideranças conservadoras, especialmente as religiosas e defensores do liberalismo econômico, como grandes empresários e economistas liberais⁴⁷.

Na pesquisa colocamos duas perguntas com o objetivo de verificar a adesão dos pentecostais em Rondônia às pautas do liberalismo de mercado. Na primeira - “O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?”, para a qual apresentamos três alternativas de resposta: a) Não é bom que o governo possua empresas, pois os serviços prestados são sempre ruins e caros; b) Muitas vezes os serviços prestados por empresas do governo são

⁴⁷ Um exemplo desta aproximação é o Empresário Flávio Rocha, que é membro da Igreja Sara Nossa Terra, defensor do liberalismo de mercado e apoiador do presidente Bolsonaro. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/no-radar-de-fhc-evangelico-flavio-rocha-ora-por-liberal-de-cabo-a-rabo.shtml>

melhores e mais baratos do que os das empresas privadas; c) O melhor é que todos os serviços sejam prestados por empresas do governo, pois são mais baratos e melhores. Nesse caso, apresentamos uma alternativa, a letra “a”, correspondendo à concepção totalmente liberal; a alternativa “b” seria um meio termo e a letra “c” consiste na alternativa totalmente oposta ao liberalismo de mercado.

Na tabela número 12 estão expressas as frequências das respostas obtidas.

Tabela 12. O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?

	Frequência	Porcentagem
Muitas vezes os serviços prestados por empresas do governo são melhores e mais baratos do que os das empresas privadas.	145	47,7
Não é bom que o governo não possua empresas, pois os serviços prestados são sempre ruins e caros.	110	36,2
O melhor é que todos os serviços sejam prestados por empresas do governo, pois são mais baratos e melhores.	46	15,1
Omissos	3	1,0
Total	304	100,0

Fonte: autor

A alternativa “a”, que representa a resposta totalmente vinculada aos preceitos liberais, obteve um índice significativo de respostas, correspondendo a 36,2% dos entrevistados. A alternativa “c”, que corresponde a uma visão totalmente oposta, obteve o índice mais baixo de respostas, com apenas 15,1%. Já a alternativa “b”, que apresenta uma concepção que não está vinculada a nenhum dos campos de forma específica e se posiciona num nível intermediário entre o liberalismo e o modelo econômico estatal foi a que mais recebeu indicações nas respostas.

Para esta mesma pergunta, apresentamos abaixo os resultados do cruzamento realizado com a variável “denominação religiosa”.

Tabela 13. Tabulação cruzada Denominação religiosa X O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?

		Não é bom que o governo possua empresas, pois os serviços prestados são sempre ruins e caros	Muitas vezes os serviços prestados por empresas do governo são melhores e mais baratos do que os das empresas privadas	O melhor é que todos os serviços sejam prestados por empresas do governo, pois são mais baratos e melhores	Total
Outros	Contagem	9	23	7	39
	%	23,1%	59,0%	17,9%	100,0%
Pentecostal do Altíssimo	Contagem	3	1	4	8
	%	37,5%	12,5%	50,0%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	18	21	3	42

	%	42,9%	50,0%	7,1%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	14	19	6	39
	%	35,9%	48,7%	15,4%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	17	23	2	42
	%	40,5%	54,8%	4,8%	100,0%
Igreja Pentecostal dos Milagres	Contagem	3	6	3	12
	%	25,0%	50,0%	25,0%	100,0%
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	Contagem	17	18	13	48
	%	35,4%	37,5%	27,1%	100,0%
O BRASIL PARA CRISTO	Contagem	2	7	2	11
	%	18,2%	63,6%	18,2%	100,0%
Congregação Cristã no Brasil	Contagem	13	6	0	19
	%	68,4%	31,6%	0,0%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	7	8	2	17
	%	41,2%	47,1%	11,8%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	7	13	4	24
	%	29,2%	54,2%	16,7%	100,0%
Contagem Total		110	145	46	301
% Total		36,5%	48,2%	15,3%	100,0%

Fonte: autor

A partir da tabela acima é possível perceber um elevado grau de diversidade dentre as denominações pesquisadas, podendo-se verificar tendências fortemente liberais, como na Congregação Cristã no Brasil, que teve 68% das respostas na alternativa “a”. Já a Igreja “O Brasil para Cristo”, em sentido oposto, teve 81,8% % das respostas nas alternativas “b” e “c”, indicando uma tendência mais liberal em termos de mercado para a primeira e de defesa de uma maior centralização do Estado para a segunda.

Abordamos essa questão na entrevista realizada com a Marta. Ao longo da conversa, perguntei como ela percebe a participação do Estado na economia, se considerava algo bom ou ruim e se as privatizações eram uma coisa boa ou ruim?

Certo. Eu Acredito que tem os 2, né? Tem aspectos positivos e aspectos negativos. Por exemplo: privatização da ceron no estado de Rondônia. Quando eu cheguei em Rondônia os motores da ceron eram aqueles motores... você chegou ver? Que hoje são um patrimônio histórico. Pra você ter uma ideia a energia lá funcionava até 10 horas da noite e desligava. O motor era a óleo. A tendência é que melhore esse atendimento ao contribuinte, ao consumidor. Então, nesse caso, eu acho que é positivo privatizar algumas áreas.

Agora, por exemplo, privatização dos correios, privatização dos Correios sou contra. Um, porque o correio é uma empresa estatal, é uma empresa que Ela Foi criada para atender todo cidadão independente do lugar que ele mora dentro do país. Com a privatização dele, isso pode melhorar, mas também pode piorar. Pode ser que a empresa que vai tocar ele não queira atender... vamos falar do Mato Grosso. Pode ser que eles tenham dificuldade para chegar na região das comunidades ribeirinhas do Amazonas. Então, eu não concordaria porque quem garante essa estrutura para que eles cheguem nos 4 cantos do país? Quem garante isso é justamente a segurança do Estado, entendeu? Que Faz com que ele chegue a todos esses cidadãos.

A privatização, por exemplo, dos aeroportos. Eu acho, por um ponto de vista, que, às vezes, é positivo. Porque você vê melhorias, você vê chegando a tecnologia, você vê chegando uma melhor qualidade a nível de país. Você vê as empresas buscando investir nessa questão. No país isso vai ter um retorno a gente espera que sim né? A gente espera que seja melhor para nós, que chegue até o contribuinte de uma forma.

Então, assim, a minha visão quanto à privatização? Acho que tem algumas coisas que poderiam ser privatizadas, outras, não, outras não concordo (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

A partir da resposta apresentada, podemos perceber que o seu apoio às privatizações é algo pontual e se restringe a setores específicos. Não é possível identificar em sua fala que esteja ideologicamente ligada a uma agenda liberal em termos de mercado. A defesa das pautas econômicas, aos moldes do mercado financeiro, conforme proposto pelos liberais mais ortodoxos e que dominaram os discursos eleitorais em 2018 na campanha de Jair Bolsonaro, não pode ser percebido no perfil da nossa entrevistada.

Voltando ao nosso questionário, a segunda pergunta que fizemos foi: “O que você pensa sobre IMPOSTOS?” Para esta foi apresentada também três alternativas de resposta: a) É importante que o governo cobre impostos e preste bons serviços à população; b) Gostaria de pagar menos impostos e que educação e saúde não fossem gratuitas; c) O melhor seria não ter serviço público nenhum (educação, saúde, segurança, estradas...) e nenhum imposto a pagar.

Dentre as respostas, a alternativa “c” é o polo mais liberal, pois baseia-se numa ideia de ausência do Estado enquanto prestador de serviços e restrito apenas à tarefa de organizador da vida social. A alternativa “b” seria o pólo intermediário, pois garante a execução de alguns serviços públicos, mas sem o quesito da gratuidade. Por fim, a alternativa “a” seria a menos liberal, vinculada a clássica noção de um “estado de bem-estar social” em que os cidadãos pagam os impostos e recebem os serviços públicos.

Os índices das frequências obtidas para esta pergunta estão expostos na tabela 11.

Tabela 14. O que você pensa sobre IMPOSTOS?

	Frequência	Porcentagem
É importante que o governo cobre impostos e preste bons serviços à população	141	46,4
Gostaria de pagar menos impostos e que educação e saúde não fossem gratuitas	130	42,8
O melhor seria não ter serviço público nenhum (educação, saúde, segurança, estradas...), e nenhum imposto a pagar.	31	10,2
Omissos	2	,7
Total	304	100,0

Fonte: autor

Os dados apresentados demonstram que apenas 1 em cada dez entrevistados optou pela alternativa que mais se vincula a concepção liberal, ao passo que 42,8% optaram pela alternativa do campo intermediário e 46,4%, ou seja, o maior índice de respostas, se concentrou na alternativa menos liberal, vinculada a noção de que é compensatório pagar ao Estado pela prestação de serviços públicos.

Na tabela abaixo é possível comparar as respostas obtidas a partir das diferentes denominações, pois cruzamos a pergunta sobre impostos com a variável denominação religiosa.

Tabela: 15: Tabulação cruzada Denominação religiosa X O que você pensa sobre IMPOSTOS

		É importante que o governo cobre impostos e preste bons serviços à população	Gostaria de pagar menos impostos e que educação e saúde não fossem gratuitas	O melhor seria não ter serviço público nenhum (educação, saúde, segurança, estradas...), e nenhum imposto a pagar.	Total
Outros	Contagem	26	10	3	39
	%	66,7%	25,6%	7,7%	100,0%
Pentecostal do Altíssimo	Contagem	5	1	2	8
	%	62,5%	12,5%	25,0%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	14	23	5	42
	%	33,3%	54,8%	11,9%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	7	31	1	39
	%	17,9%	79,5%	2,6%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	28	10	4	42
	%	66,7%	23,8%	9,5%	100,0%
Igreja Pentecostal dos Milagres	Contagem	4	4	4	12
	%	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	Contagem	19	22	6	47
	%	40,4%	46,8%	12,8%	100,0%
O BRASIL PARA CRISTO	Contagem	6	4	1	11
	%	54,5%	36,4%	9,1%	100,0%
Congregação Cristã do Brasil	Contagem	7	10	2	19
	%	36,8%	52,6%	10,5%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	6	8	3	17
	%	35,3%	47,1%	17,6%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	19	7	0	26
	%	73,1%	26,9%	0,0%	100,0%
Contagem Total		141	130	31	302
% Total		46,7%	43,0%	10,3%	100,0%

Fonte: Autor

Mais uma vez destaca-se a diversidade dentro do pentecostalismo a respeito deste tema, pois, para diferentes denominações, pode variar muito a tendência ideológica das respostas. É possível perceber a defesa dos serviços públicos entre os entrevistados da Assembleia de Deus, com 73,1 % das respostas na alternativa “a”, e a posição oposta entre

os membros da Igreja Sal da Terra, com 79,5 % dos respondentes indicando que preferiam terem de pagar pelos serviços de saúde e educação em troca de uma carga tributária menor.

As respostas que versam sobre a participação do Estado na economia e na prestação de serviços públicos permitem concluir que o discurso liberal, presente em algumas lideranças religiosas e no governo do Presidente Jair Bolsonaro, é mais importante para a manutenção de uma retórica que aproxima o poder político e religioso do mercado, do que um discurso apoiado pelos fiéis das igrejas.

Apesar de ser possível identificarmos que para uma parcela dos fiéis e para algumas denominações do campo pentecostal o discurso liberal influencia de forma significativa, não é possível generalizar esta tendência para todo o grupo religioso que se mostra bastante diversificado a respeito deste tema. Fica claro que os participantes das igrejas, em sua maioria, não interiorizaram este discurso e não demonstram concordância com ele. Embora muitos membros não manifestem publicamente a sua oposição às opiniões defendidas pelos seus líderes, isso não significa que as apoiem.

4.4 A defesa da violência

No capítulo 4 ressaltamos que dentre as influências exercidas pelo pentecostalismo na sociedade brasileira destaca-se um estilo bélico de viver a religiosidade. Esta perspectiva constrói o seu sistema de crenças baseado nas noções de confronto, de embate e de guerra contra o demônio. Ou seja, seria tarefa do cristão lutar e guerrear contra o mal.

Esta forma de compreender e de vivenciar a crença religiosa pode tomar diferentes sentidos e adquirir difusas conotações, tendendo, invariavelmente, a levar para diferentes âmbitos da vida social a lógica religiosa baseada no enfrentamento e no confronto. Como explicitamos acima, tornou-se comum no Brasil, especialmente a partir do momento em que a presença dos pentecostais no espaço público passou a ser mais visível, embates ideológicos com teor de agressividade mais elevado no âmbito da política. O discurso conservador-religioso passou a valer-se de teor agressivo e acusatório para com os opositores identificados como faces do mal.

A fim de identificar, de forma mais precisa, a relação dos membros das igrejas pentecostais com os discursos proferidos por seus líderes em defesa de pautas baseadas no

uso da força física como forma de promover a segurança pública, foram feitas três perguntas.

A fim de verificar como as pessoas que frequentam as igrejas pensam e percebem as soluções para a segurança pública, fizemos o seguinte questionamento - “Para ter mais SEGURANÇA PÚBLICA é necessário:” e apresentamos quatro alternativas de resposta: a) Mais policiais; b) Mais oportunidades de trabalho para as pessoas; c) Redução da maioria penal para 16 anos; d) Maior acesso à educação.

Para esta interpelação obtivemos as frequências de respostas expressas na tabela 12.

Tabela 16. Para ter mais SEGURANÇA PÚBLICA é necessário

	Nº de respostas	Porcentagem
Redução da maioria penal para 16 anos	102	33,6
Maior acesso à educação	81	26,6
Mais policiais	61	20,1
Mais oportunidades trabalho para as pessoas	55	18,1
Omissos	5	1,6
Total	304	100,0

Fonte: autor

As alternativas de respostas foram apresentadas em pares de oposição, enquanto “a” e “c” expressam uma concepção mais conservadora baseada no aumento da violência para se obter maior segurança pública, as alternativas “b” e “d” representam a concepção oposta, partindo do princípio que as ações violentas são, em muitos casos, motivadas por uma conjuntura de pauperização e desrespeito aos direitos básicos do cidadão.

A maioria dos entrevistados indicaram as alternativas “a” ou “c”, somando 53,7% das respostas. Este índice indica que há entre os pentecostais uma tendência a apoiar concepções mais violentas como forma de combater as ações geradoras de insegurança. Porém, quando comparamos este índice com outras pesquisas realizadas no Brasil, é possível perceber que a defesa de uma pauta violenta faz parte do senso comum da população brasileira, pois, em pesquisa nacional realizada pelo Datafolha em 2018, verificou-se o apoio de 84% dos entrevistados à redução da maioria penal, o que demonstra que a crença depositada nos métodos repressivos para o aumento da segurança pública é uma tendência em diferentes segmentos da sociedade (Datafolha, 2019).

A fim de verificar o grau de adesão das diferentes igrejas às pautas conservadoras em torno do tema segurança pública, realizamos o cruzamento desta pergunta com a variável denominação religiosa, para o qual obtivemos as respostas expressas na tabela abaixo.

**Tabela 17. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Para ter mais
SEGURANÇA PÚBLICA é necessário:**

		Mais policiais	Redução da maioria penal para 16 anos	Mais oportunidades trabalho para as pessoas	Maior acesso à educação	Total
Outros	Contagem	10	12	3	12	37
	%	27,0%	32,4%	8,1%	32,4%	100,0%
Pentecostal do Altissimo	Contagem	1	3	3	1	8
	%	12,5%	37,5%	37,5%	12,5%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	8	17	6	11	42
	%	19,0%	40,5%	14,3%	26,2%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	10	16	11	2	39
	%	25,6%	41,0%	28,2%	5,1%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	8	10	9	15	42
	%	19,0%	23,8%	21,4%	35,7%	100,0%
Igreja Pentecostal dos Milagres	Contagem	3	3	3	3	12
	%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	100,0%
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	Contagem	10	17	5	16	48
	%	20,8%	35,4%	10,4%	33,3%	100,0%
O BRASIL PARA CRISTO	Contagem	4	4	1	2	11
	%	36,4%	36,4%	9,1%	18,2%	100,0%
Congregação Cristã do Brasil	Contagem	2	7	6	4	19
	%	10,5%	36,8%	31,6%	21,1%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	4	7	2	3	16
	%	25,0%	43,8%	12,5%	18,8%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	1	6	6	12	25
	%	4,0%	24,0%	24,0%	48,0%	100,0%
Contagem		61	102	55	81	299
%		20,4%	34,1%	18,4%	27,1%	100,0%

Fonte: autor

A partir dos dados apresentados na tabela acima é possível identificar que, para além de uma tendência geral mais conservadora a respeito do tema segurança pública, existem muitas variações dentro do pentecostalismo em Rondônia. Para os entrevistados de algumas denominações, as concepções que fogem aos modelos conservadores foram as que obtiveram o maior número de indicações. Nesse sentido, merece destaque a Igreja Assembleia de Deus, pois, se somarmos os índices das alternativas “b” e “d”, perceberemos que 72% dos entrevistados indicaram as respostas mais distantes da perspectiva conservadora sobre o tema segurança pública.

Nas entrevistas abertas, questionamos a nossa entrevistada Marta, a respeito do tema “segurança pública” e o que ela acreditava que deveria ser feito para melhorar a segurança no Brasil?

O mais importante a ser feito... precisa melhorar a educação, César. Para melhorar a segurança, tem que melhorar a educação. Tem que chegar no por quê?

Como que eu vou te falar? Assim... a segurança, o social, toda vida do ser humano ele corre em círculo de uma situação e é a educação, é a educação. Quando falo educação, falo em todos os sentidos. Desde o ensinamento, desde o aprendizado das séries iniciais. Mas porque marta você acha que a segurança está envolvida com a educação? Porque se eu tenho uma boa educação, eu vou ter pessoas melhores no trânsito, eu vou ter pessoas melhores nas favelas, por exemplo. O número de crianças que ficam nas ruas, que ficam vulneráveis a ser envolvidas com as drogas, com a prostituição... que são vítimas do próprio sistema.

Então, eu não acredito que tem como melhorar a segurança se não melhorar a educação. Eu não consigo acreditar nisso.

Minha opinião pessoal a respeito da segurança no país. da segurança que é uma insegurança, né? Se você vive em insegurança constantemente, é porque a falha está justamente na educação (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

Portanto, a entrevistada seguiu a opinião da maioria dos membros da sua igreja que participaram da nossa pesquisa quantitativa. Nas respostas que obtivemos, a partir do formulário de pesquisa aplicado, 48% dos membros da AD escolheram a alternativa que indica a educação como forma de solucionar o problema da segurança pública no país. Ela seguiu nessa mesma linha dizendo de forma espontânea que a solução para os problemas relacionados à segurança, seriam resolvidos a partir de mais investimentos em educação.

É interessante notar que ela faz uma contextualização do problema da violência pública, inserindo-o na realidade social e destacando que, para solucioná-lo, seria necessário romper com um ciclo que se estabelece, muitas vezes, e de maneira especial, a partir de indivíduos que estão inseridos em uma situação de pobreza. Para romper com esta realidade, seria imprescindível realizar um processo educativo pleno, abrangendo as diferentes fases do estudante.

Fica evidente na resposta de Marta que ela não concorda com propostas simplistas que atrelam a resolução dos problemas de segurança pública a ações que tendem a aumentar a repressão, como, por exemplo, a ampliação do efetivo policial ou a redução da maioria penal.

Nesse sentido, percebe-se que há múltiplas visões sobre o tema da violência que convive no interior do pentecostalismo e que, apesar das concepções que apoiam medidas repressivas serem predominantes entre seus membros, outras noções também estão presentes entre aqueles que fazem parte das igrejas.

Além da pergunta sobre redução da violência, no questionário online que aplicamos perguntamos sobre a opinião dos membros das igrejas a respeito do tema “pena de

morte”. Sobre ele questionamos: “Você é a favor ou contra a PENA DE MORTE?” Para esta pergunta haviam duas possibilidades de resposta, “a favor” ou “contra”. Nesse caso, conforme demonstrado na tabela número 18, prevaleceu a ética cristã de defesa da vida como dom de Deus, competindo somente a Ele retirá-la. Mais de 74% dos entrevistados se posicionaram contrários à pena de morte, tendência que Almeida (2017) já havia demonstrado no contexto de grupos cristãos e que se confirmou como predominante.

Tabela 18. Você é a favor ou contra a PENA DE MORTE?

	Nº de respostas	Porcentagem
Contra	226	74,3
A favor	77	25,3
Omissos	1	,3
Total	304	100,0

Fonte: autor

Questionamos, também, sobre porte de armas. Apresentamos a seguinte pergunta, “Você é a favor ou contra o PORTE DE ARMAS por pessoas comuns?” havia duas alternativas de resposta “a favor” e “contra”, das quais o entrevistado tinha que escolher apenas uma.

Os índices com as frequências das respostas estão expressos na tabela número 19.

Tabela 19. Você é a favor ou contra o PORTE DE ARMAS por pessoas comuns?

	Nº de respostas	Porcentagem
A favor	176	57,9
Contra	127	41,8
Omissos	1	,3
Total	304	100,0

Fonte: autor

Nesse caso, a maioria dos entrevistados indicou a opção “a favor”, ou seja, 57,9% são favoráveis ao porte de armas por pessoas comuns. Este índice reforça a tendência de apoio às posições conservadoras de combate a violência, sendo esta uma das principais pautas do governo Bolsonaro e de seus apoiadores.

Quando comparado com outros índices, é possível perceber que este resultado é efetivamente significativo, pois, na pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em 2018, somente 39% dos entrevistados manifestaram apoio à posse de armas (DATAFOLHA, 2019). É importante considerar o fato do estado de Rondônia possuir uma parcela significativa da sua população vivendo no meio rural. Esta realidade pode ter impactado o resultado desta variável, pois o porte de armas por pessoas do meio rural, com o argumento de defesa pessoal e da propriedade, é bastante sensível às pessoas que vivem no campo e aos seus familiares e amigos.

Para a mesma pergunta realizamos o cruzamento com a variável “pertencimento religioso”, a fim de identificarmos variações entre as diferentes denominações. Os resultados deste cruzamento estão expostos na tabela número 20.

Tabela 20. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Você é a favor ou contra o PORTE DE ARMAS por pessoas comuns?

		Contra	A favor	Total
Outros	Contagem	15	24	39
	% em Denominação religiosa	38,5%	61,5%	100,0%
Pentecostal do Altissimo	Contagem	4	4	8
	% em Denominação religiosa	50,0%	50,0%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	20	22	42
	% em Denominação religiosa	47,6%	52,4%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	6	33	39
	% em Denominação religiosa	15,4%	84,6%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	25	17	42
	% em Denominação religiosa	59,5%	40,5%	100,0%
Igreja Pentecostal dos Milagres	Contagem	9	3	12
	% em Denominação religiosa	75,0%	25,0%	100,0%
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	Contagem	21	27	48
	% em Denominação religiosa	43,8%	56,3%	100,0%
O BRASIL PARA CRISTO	Contagem	6	5	11
	% em Denominação religiosa	54,5%	45,5%	100,0%
Congregação Cristã no Brasil	Contagem	11	8	19
	% em Denominação religiosa	57,9%	42,1%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	2	14	16
	% em Denominação religiosa	12,5%	87,5%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	8	19	27
	% em Denominação religiosa	29,6%	70,4%	100,0%
Contagem		127	176	303
% em Denominação religiosa		41,9%	58,1%	100,0%

Fonte: autor

A partir deste cruzamento de variáveis, é possível perceber que existe grande diversidade entre as diferentes denominações pentecostais no que se refere ao porte de armas. Ao mesmo tempo em que denominações como as Assembleias de Deus e a Igreja Sal da Terra apresentam altos índices de respostas favoráveis ao porte de armas, outras, como a Igreja Pentecostal dos Milagres, a Igreja Pentecostal Resgatando Vidas, O Brasil Para Cristo e a Congregação Cristã no Brasil, apresentam significativas porcentagens de respostas contrárias ao porte de armas.

Elementos contextuais ou doutrinários são possíveis explicações para estas variações, pois, no caso da Congregação Cristã do Brasil, por exemplo, se sobressai a defesa de um modelo de cristianismo avesso ao poder e a dominação, o que seria incompatível com a defesa do uso da violência e das armas.

Efetivamente podemos perceber uma tendência geral conservadora no movimento pentecostal a respeito do tema segurança pública. Exceto quando o assunto é a pena de morte, a maioria dos membros do movimento que participaram da pesquisa indicaram as respostas que mais se vinculam ao conservadorismo, porém, as variações que existem entre as denominações e que foram expressas a partir dos cruzamentos que realizamos, não podem ser deconsideradas. Estas variações entre as diferentes igrejas reforçam o que já dissemos anteriormente, que o pentecostalismo não pode ser lido como um movimento monolítico e uniforme. Além disso, demonstram que a defesa da violência, verbalizada por algumas lideranças políticas de direita, não ressoa como válida para todos os religiosos.

4.5 Defesa da moral cristã

Dentre os argumentos que marcam de forma mais acentuada os discursos públicos de caráter conservador no Brasil, a moralidade é o de maior destaque. Como já dissemos acima, a presença do pentecostalismo no espaço público enseja muitas discussões e debates, porém os mais inflamados centram-se na defesa da moral cristã. Ficou evidente que nas eleições presidenciais, realizadas a partir de 2010, os candidatos tenham sido sempre forçados a manifestarem a sua posição sobre do aborto, como sendo este um quesito fortemente capaz de atrair votos.

Outro elemento que demonstra a centralidade e a importância desta temática é o debate que se gerou, a partir de 2015, em torno das votações dos planos de educação e a publicização promovida em torno do debate sobre diversidade, que passou a ser denominado pelos conservadores como ideologia de gênero. No estado de Rondônia, por exemplo, no ano de 2017, a cidade de Ariquemes, localizada no norte do estado, ficou conhecida nacionalmente por uma polêmica envolvendo os evangélicos e os livros didáticos. Na ocasião, após uma reunião do prefeito Thiago Flores e mais 11 vereadores, em que foi analisada uma petição apresentada por lideranças religiosas, foi tomada a polêmica decisão de arrancar dos livros didáticos as páginas que fizessem menção à “ideologia de gênero”⁴⁸ (UOL, 2020).

Na pesquisa, através da aplicação do instrumento de pesquisa on-line, inserimos duas perguntas com o objetivo de identificar a posição dos entrevistados quanto às duas

⁴⁸ Essa categoria passou a ser articulada com frequência nos últimos cinco anos por lideranças conservadoras e se constitui basicamente em uma categoria ampla e acusatória que engloba qualquer manifestação que proponha a igualdade de direitos aos homossexuais, a educação de gênero ou a educação sexual nas escolas.

principais pautas do conservadorismo religioso no Brasil - a igualdade de gênero e o aborto.

Na primeira questão - “o que você pensa sobre ABORTO?”, havendo quatro possibilidades de resposta, dentre as quais o entrevistado devia escolher apenas uma: a) É um ato que não podemos admitir em nenhuma circunstância; b) Somente pode ser admitido naqueles casos previstos em lei; c) Dependendo da realidade em que a pessoa se encontra, ele é justificado; d) É uma decisão pessoal da mulher a de dar, ou não, continuidade a uma gravidez.

A distribuição das alternativas de resposta se deu por pares “a”, “b” e “c”, “d”. O primeiro par contempla as opiniões contrárias ao aborto, sendo a letra “a” mais extremada e a “b” condizente com a legislação atual do Brasil. O segundo par, em oposição, representa as posições favoráveis ao aborto, sendo a alternativa “d” a mais liberal e a “c”, a menos liberal.

As frequências das respostas estão dispostas na tabela número 21.

Tabela 21. O que você pensa sobre ABORTO?

	Nº de respostas	Porcentagem
É um ato que não podemos admitir em nenhuma circunstância	105	34,5
Somente pode ser admitido naqueles casos previstos em lei	95	31,3
É uma decisão pessoal da mulher a de dar, ou não, continuidade a uma gravidez	53	17,4
Dependendo da realidade em que a pessoa se encontra, ele é justificado	50	16,4
Omissos	1	,3
Total	304	100,0

Fonte: autor

Portanto, a maioria dos entrevistados têm uma posição contrária ao aborto, sendo que dentre as respostas possíveis a que obteve o maior índice, atingindo 34,5% das opiniões, foi a alternativa “a”; ou seja, àquela que contempla a posição contrária mais extremada, não aceitando esta prática em “nenhuma circunstância”. Somando as alternativas “a” e “b” chegaremos ao índice de 65,8% como contrários ao aborto. Este índice está acima do registrado pela pesquisa realizada pelo instituto Datafolha em âmbito nacional, no ano de 2018, na qual 59% manifestaram posição contrária à legalização do aborto (G1, 2018).

Para esta pergunta, realizamos o cruzamento com a variável denominação religiosa e os resultados obtidos estão expressos na tabela número 22.

Tabela 22. Tabulação cruzada Denominação religiosa X O que você pensa sobre ABORTO?

		Somente pode ser admitido naqueles casos previstos em lei	É um ato que não podemos admitir em nenhuma circunstância	É uma decisão pessoal da mulher a de dar, ou não, continuidade a uma gravidez	Dependendo da realidade em que a pessoa se encontra, ele é justificado	Total
Outros	Contagem	12	12	6	8	38
	%	31,6%	31,6%	15,8%	21,1%	100,0%
Pentecostal do Altíssimo	Contagem	3	1	1	3	8
	%	37,5%	12,5%	12,5%	37,5%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	14	10	10	8	42
	%	33,3%	23,8%	23,8%	19,0%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	15	19	4	1	39
	%	38,5%	48,7%	10,3%	2,6%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	11	13	14	4	42
	%	26,2%	31,0%	33,3%	9,5%	100,0%
Igreja Pentecostal dos Milagres	Contagem	6	2	2	2	12
	%	50,0%	16,7%	16,7%	16,7%	100,0%
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	Contagem	8	20	9	11	48
	%	16,7%	41,7%	18,8%	22,9%	100,0%
O BRASIL PARA CRISTO	Contagem	2	4	1	4	11
	%	18,2%	36,4%	9,1%	36,4%	100,0%
Congregação Cristã do Brasil	Contagem	12	6	0	1	19
	%	63,2%	31,6%	0,0%	5,3%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	2	9	3	3	17
	%	11,8%	52,9%	17,6%	17,6%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	10	9	3	5	27
	%	37,0%	33,3%	11,1%	18,5%	100,0%
Contagem		95	105	53	50	303
%		31,4%	34,7%	17,5%	16,5%	100,0%

Fonte: autor

A partir dos dados apresentados na tabela acima, é possível perceber como se distribuem os posicionamentos dos membros do pentecostalismo em Rondônia sobre o tema aborto, de acordo com a denominação a que pertencem. Podemos perceber que embora a maioria seja contrária ao aborto, em algumas denominações este posicionamento é mais extremado. Nesse sentido, destacamos os índices obtidos na Igreja Congregação Cristãos no Brasil, nas alternativas que indicam uma posição contrária ao aborto que, se somados, chegaremos a 94,8% de respostas contrárias ao aborto. Já para a Igreja Sal da Terra, que também apresentou uma proporção significativa de respostas nesse sentido, este índice é de 77,6%.

Em sentido oposto, chama atenção as respostas dos membros da Igreja Pentecostal Resgatando Vidas, primeiramente pelo fato de que 42,8 % dos entrevistados admitem a possibilidade do aborto, o que representa um índice mais elevado do que a média geral, que foi de 33,8%. Em segundo lugar, o que merece ser destacado é que o maior índice de

respostas nesta denominação religiosa foi obtido na alternativa mais liberal; ao todo, 33,3% dos entrevistados da Igreja Resgatando Vidas responderam que “É uma decisão pessoal da mulher a de dar, ou não, continuidade a uma gravidez”. Tal índice revela uma tendência totalmente oposta ao conservadorismo que predomina na maioria dos discursos das lideranças religiosas e de direita a respeito desta temática e reforça a diversidade de opiniões presente no interior do pentecostalismo.

A outra pergunta que fizemos a fim de identificar a adesão dos entrevistados às temáticas morais, está centrada na igualdade de gênero e foi estruturada da seguinte forma: “você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?” E para esta pergunta apresentamos duas possibilidades de resposta: a) a favor e b) contra.

Os índices das indicações obtidas para “a” e “b” estão expostos na tabela número 23.

Tabela 23. Você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

	Nº de respostas	Porcentagem
Contra	283	93,1
A favor	21	6,9
Total	304	100,0

Fonte: autor

Fica claro que a esmagadora maioria dos entrevistados é “contra” o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ou seja, a ideia de igualdade de gênero é veementemente refutada neste contexto, pois, apenas 6,9% dos entrevistados indicaram apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao passo que 93,1% manifestaram posição contrária.

Para esta pergunta, também realizamos o cruzamento com a variável denominação religiosa, para o qual obtivemos os índices de respostas expressos na tabela abaixo.

Tabela 24. Tabulação cruzada Denominação religiosa X Você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

		Contra	A favor	Total
Outros	Contagem	34	5	39
	%	87,2%	12,8%	100,0%
Pentecostal do Altissimo	Contagem	8	0	8
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Ministerio Kadosh	Contagem	38	4	42
	%	90,5%	9,5%	100,0%
Igreja Sal da Terra	Contagem	39	0	39
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Igreja pentecostal resgatando vidas	Contagem	38	4	42
	%	90,5%	9,5%	100,0%
Igreja Pentecostal dos	Contagem	12	0	12

Milagres	%	100,0%	0,0%	100,0%
MINISTÉRIO PROJETO DE DEUS	Contagem	46	2	48
	%	95,8%	4,2%	100,0%
O BRASIL PARA CRISTO	Contagem	9	2	11
	%	81,8%	18,2%	100,0%
Congregação Cristã do Brasil	Contagem	19	0	19
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Assembleia de Deus M	Contagem	17	0	17
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Assembleia de Deus	Contagem	23	4	27
	%	85,2%	14,8%	100,0%
Contagem		283	21	304
%		93,1%	6,9%	100,0%

Fonte: autor

Na tabela acima é possível perceber que existe pouca variação quanto ao posicionamento sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, pois, independente da denominação, majoritariamente as respostas indicam contrariedade a tal proposição. É possível identificar que, se excluirmos a categoria “outros”, das 10 denominações classificadas, 5 delas obtiveram 100% de respostas contrárias ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e, entre as demais denominações, todas registraram índices superiores a 80% de contrariedade a tal proposição.

A fim de identificar os elementos que motivam essa rejeição massiva dos pentecostais ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, questionamos a respeito desta questão a A.S.N.B.A. e a Marta, com quem realizamos entrevista aberta, por vídeoconferência. Em nossa conversa, quando perguntamos se eram a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo apresentaram as seguintes respostas:

Olha, eu vou falar dentro daquilo que a palavra de Deus diz. A bíblia é muito clara, César, em relação a isso. Você lê o livro de apocalipse. A palavra de Deus é muito clara em relação a homens que se relacionam com homens lá em romanos. Então, a palavra de Deus é muito clara... Deus criou homem e mulher, e a união deve ser feita entre homem e mulher para que as gerações se perpetuem.

Então é só uma questão de sentimento, né? Tem um ditado popular que fala assim: a vontade é uma coisa que dá e passa. Então, se você for refreando as suas vontades, se vai viver o resto da vida. Hoje em dia as pessoas pregam que o que eu sinto é maior do que o que é certo do que o que é errado. Não é bem assim... Eu sou casada, você é casado. Você é pai de família, eu sou mãe de família. A gente sente outras coisas, mas a gente refreia muitas vezes em respeito à nossa família. Eu respeito meu marido, você respeita seus filhos e eu respeito aos meus filhos, né? Se eu viver baseada em sentimentos baseados naquilo que eu sinto, a vida vai virar um caos. Então é assim, vendo o que a palavra de Deus diz, né?

A união entre homem e homem, mulher e mulher, infelizmente é algo que não tem embasamento bíblico (Entrevista com A.S.N.B.A. 20/08/2021).

Ainda a respeito do mesmo tema, abaixo a resposta da entrevistada Marta:

Olha... eu particularmente sigo os princípios bíblicos, né? E a bíblia, ela me diz que isso é um pecado. Considero essa questão do pecado do relacionamento entre as pessoas do mesmo sexo, entendeu? A pessoa, e para mim, o ser humano, ela é um ser humano. Ela é mulher, é homem, é um ser humano... eu vou amar essa pessoa. Tenho amigos que tem a opção, entendeu? Pessoas que eu amo, que eu oro por eles, entendeu? Mas, a prática deles, a opção deles, pra mim, no meu ponto de vista, isso é um pecado. Convivo e não tenho dificuldade nenhuma quanto a eles (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

Pelo fato de Marta estar concluindo a graduação em direito, questionamos sobre o reconhecimento legal que existe no Brasil as uniões entre pessoas do mesmo sexo e se considerava isso algo positivo, ou negativo.

Então César... eu estou saindo agora, eu estou terminando agora o curso de direito. Já é garantido pelo STF essa união, esse reconhecimento, né? Não é um casamento porque eles não conseguem mudar a Constituição, então, eles conseguiram considerar ali e colocar dentro do código civil esse reconhecimento da reunião. Isso é uma garantia de todos os casais comuns. O casamento civil ele não existe entre pessoas do mesmo sexo. Existe ali um contrato social que é no cartório. Estão em casa, é reconhecido, mas, justamente por causa de princípios, realmente princípios dentro da Constituição, princípios bíblicos que precisam ser respeitados. Isso pode mudar? Pode. Porque quem faz é um homem. Pode ser que algum dia isso mude.

Então, dentro dos princípios legais é reconhecido no código civil brasileiro essa reunião garantindo a eles os mesmos direitos que tem dentro de uma união selada.

Aí, você perguntou se eu sou contra?

Eu, como defensora do direito, como operadora do direito, eu acredito que eu vou estar do lado do meu cliente, né? Há... você vai pegar uma causa dessas? Se chegar até mim... eu vou pegar, eu vou fazer o melhor que eu puder para o ser humano que está aí. Agora... você concorda com a prática que ele vive? Não. Só a pratica que ele vive eu não concordo. Mas eu não tenho que concordar nem discordar, eu tenho que ter o meu perfil de Cristão (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

A partir das respostas que obtivemos de A.S.N.B.A e Marta, fica claro que as duas seguem a orientação da maioria dos pentecostais, posicionando-se de maneira contrária ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

É interessante observar o argumento que as duas utilizam para justificar tal posicionamento - que se situa na doutrina moral - amparado numa leitura bíblica fundamentalista. Dessa forma, a justificativa apresentada é: eu sou contra porque a Bíblia diz assim. Porém, nenhuma das duas nega a existência do impulso pela homoafetividade,

apenas a considera como uma vontade que deve ser contida, a fim de se evitar um desvio de conduta, de acordo com as suas crenças morais.

Chama atenção a palavra “infelizmente”, utilizada pela entrevistada A.S.N.B.A em sua última frase, quando se refere à proibição bíblica das uniões homoafetivas. Outro elemento que merece destaque é quando a entrevistada Marta diz que atuaria numa ação judicial para defender a união entre pessoas do mesmo sexo. Esses dois aspectos reforçam que a crítica a esta conduta não possui outra justificativa que embase este posicionamento, para além da leitura literal de alguns trechos bíblicos.

Outro aspecto importante a destacar a partir dos dados apresentados neste tópico, é que, se compararmos as tabelas com os resultados das perguntas sobre “aborto” e “casamento entre pessoas do mesmo sexo”, ressalta-se o fato do primeiro tema ser mais aceito entre os pentecostais do que o segundo. Ao todo, 33,8% dos entrevistados se manifestaram favoráveis à interrupção da gravidez, enquanto que apenas 6,9% apoiam a união homoafetiva. Esta diferença entre os índices chama a atenção pelo fato do aborto estar relacionado ao complexo debate sobre início e final da vida, ao passo que os direitos LGBT são uma questão restrita ao âmbito comportamental.

Em pesquisa realizada nacionalmente pelo Instituto Poderdata, em janeiro de 2021, 51% dos entrevistados manifestaram-se como favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (PODER360, 2021), o que corrobora que o índice encontrado no nosso levantamento é efetivamente elevado e demonstra a preocupação dos pentecostais com os comportamentos sexuais e com a moralidade.

A partir dos resultados expressos nas tabelas 15 e 16, é possível perceber o quanto a moralidade cristã é um tema caro para os pentecostais em Rondônia. Dentre todas as perguntas colocadas, a fim de verificar o grau de identificação dos membros das igrejas com os discursos que predominam entre as lideranças religiosas, foi neste tema que encontramos o maior grau de convergência; ou seja, as posições dos fiéis correspondem às posições defendidas publicamente pelas lideranças.

Capítulo 5.

Lideranças políticas pentecostais de Rondônia e seus posicionamentos

O número de lideranças políticas que se assumem enquanto pentecostais, ou que possuem relações estreitas com este movimento religioso, é atualmente elevado em Rondônia. Se verificarmos nas prefeituras e nas câmaras municipais encontraremos facilmente prefeitos e vereadores vinculados ao pentecostalismo. Casos como os de Rosani Donadon, ex-prefeita da cidade de Vilhena e que pertence a Igreja Assembleia de Deus Ministério Madureira, bem como o de Glaucione Maria Rodrigues Neri, ex-prefeita da cidade de Cacoal e que faz parte da Igreja Assembleia de Deus, são exemplos deste processo de aproximação das denominações evangélicas com o poder público.

Além do âmbito municipal, quando olhamos para os cargos eleitos em nível estadual e federal percebemos que a aproximação dos pentecostais com a política tem sido uma constante em terras rondonienses. A título de exemplo, citamos o caso dos deputados federais eleitos no pleito de 2018 - das oito cadeiras que Rondônia ocupa na Câmara Federal, cinco foram ocupadas por candidatos vinculados às pautas religiosas⁴⁹.

Considerando esta realidade, além dos dados levantados em nossa pesquisa de campo, analisaremos, também, os posicionamentos de três lideranças políticas a fim de que possamos, no próximo capítulo, estabelecer um contraponto com as opiniões assumidas pelos membros das igrejas pentecostais. As três lideranças analisadas são o Governador do Estado, o Coronel Marcos Rocha, o Senador Marcos Rogério e o Deputado Federal, o Coronel Chrisóstomo.

Essas três lideranças foram escolhidas obedecendo aos seguintes critérios: ter sido eleito pelo Estado de Rondônia; possuir algum tipo de vínculo com o pentecostalismo e ocupar os mais elevados cargos eletivos em diferentes níveis, poder executivo estadual e poder legislativo federal - Senado e Câmara dos Deputados. Faremos, a seguir, uma breve apresentação dessas três lideranças.

⁴⁹ Expedito netto do Partido Social Democrático – PSD; Leo Moraes do Podemos – PODE; Lúcio Mosquini, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB e Mariana Carvalho, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB compõem com Coronel Chrisóstomo a bancada de Rondônia na Câmara dos Deputados Federais. Todas essas lideranças estão vinculadas ao pentecostalismo.

5.1 Delineando perfis de lideranças evangélicas

Marcos José Rocha dos Santos, popularmente conhecido como “Coronel Marcos Rocha”, é oficial da Polícia Militar e Governador de Rondônia. Foi eleito em 2018 pelo Partido Social Liberal – PSL. No referido pleito, Rocha obteve 66,34% dos votos no segundo turno, derrotando o experiente político Expedito Júnior, que foi candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Coronel Marcos nasceu no ano de 1968, no Rio de Janeiro, onde ingressou no exército brasileiro, com 18 anos de idade. Quando tinha 21 anos, prestou concurso para oficial da Polícia Militar de Rondônia e migrou para lá a fim de seguir a sua carreira profissional. Na última década, ingressou na política ocupando cargos de Secretário Municipal de Educação da capital do Estado, Porto Velho, e de Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos.

A candidatura do coronel ao governo do Estado foi posta num ensejo de expansão do recém-formado Partido Social Liberal, que buscava crescer eleitoralmente em todo o país. No início da corrida eleitoral, Marcos Rocha era um candidato desacreditado, não aparecia nos noticiários oficiais e possuía apenas 4 pontos percentuais das intenções de voto nas pesquisas eleitorais divulgadas. A candidatura de Rocha foi alçada pela ascensão do candidato à Presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, também ele militar. À medida que Bolsonaro crescia nas pesquisas a rede de apoio a ele se fortalecia no Estado, levando consigo os demais candidatos do seu partido. Esse fenômeno eleitoral pôde ser verificado no caso do governador e nas candidaturas a Deputado Federal de João Chrisóstomo, que logrou uma das oito cadeiras na Câmara Federal, e de Jaime Bagattoli, que ficou em terceiro lugar na disputa ao Senado, mas obteve a expressiva votação superior a 212 mil votos, ambos filiados ao PSL na ocasião do pleito.

As pautas que elegeram Marcos Rocha e os métodos utilizados na campanha eleitoral foram basicamente as mesmas que garantiram o sucesso da candidatura de Jair Bolsonaro. O candidato a governador usou o argumento de ser “novo na política”. Embora tivesse participado de governos anteriores, ele conseguiu garantir este marketing sem deixar que suas passagens por outros governos pesassem contra ele. A pauta anti-corrupção também esteve presente e foi muito bem explorada. O fato de ser militar foi outro elemento a seu favor e que deu a ele facilidade para defender pautas como segurança

e a garantia da ordem. E, por fim, o aspecto da religião. Rocha é membro da Igreja Assembleia de Deus Ministério Madureira e explorou o aspecto da fé cristã numa eleição que teve esta pauta em grande destaque.

Um dos poucos aspectos que podemos identificar como uma diferença entre ele e Bolsonaro se refere ao trato estabelecido com as pessoas; enquanto o candidato à Presidência tinha facilidade em expor grosserias e xingamentos para com os meios de comunicação e com os que se opusessem a ele, o Coronel Marcos demonstrava ser uma pessoa comedida, do qual não identificamos nenhum ataque.

Vejamos as posições assumidas pelo governador Marcos Rocha e o quanto elas dialogam com as bases de um conservadorismo pentecostal, que tem marcado a política brasileira. A nossa principal fonte de conteúdo para que esta análise possa ser realizada é a sua página oficial no Facebook. Da mesma forma que o Presidente Jair Bolsonaro, Rocha utiliza largamente as redes sociais para se comunicar com o seu eleitorado. Em sua página oficial ele faz postagens diárias de vídeos e notícias.

Podemos destacar três temáticas gerais que estão presentes em muitas postagens. A primeira delas é o militarismo - Rocha reforça em muitos momentos o fato de ser militar. A segunda é a valorização das obras públicas - muitas de suas postagens são sobre ações para melhoria das estradas, construções, hospitais e demais investimentos públicos estatais. O terceiro aspecto é a menção ao nome de Deus - em muitas de suas postagens ele agradece e reza a Deus, muitas vezes adota um estilo de fala que se aproxima de um pregador evangélico.

A segunda liderança política que analisaremos é o Senador Marcos Rogério. Natural de Rondônia, ele nasceu na cidade de Ji-Paraná. É graduado em Direito e possui a maior parte da sua experiência profissional na área de comunicação (2001–2009), tendo atuado como radialista, repórter de TV, coordenador e Secretário de comunicação.

A sua carreira política começou em 2009, quando foi eleito vereador pela cidade de Ji-Paraná. Em 2011, foi eleito Deputado Federal e, em 2018, foi eleito o Senador mais votado do Estado de Rondônia. Quanto à filiação partidária, entre os anos de 2007 e 2016, fez parte do Partido Democrático Trabalhista – PDT, que possui inclinação ideológica à esquerda; porém, a partir de 2019, filiou-se ao Democratas – DEM, mudando ideologicamente da esquerda para a direita. Em termos de vínculo religioso, Marcos Rogério é cristão e membro da Igreja Assembleia de Deus.

Analizamos a sua página oficial no Facebook e percebemos que ele possui um ritmo intenso de postagens, sendo em média cinco inserções de conteúdos por dia, entre segunda e sexta-feira, reduzindo o ritmo nos finais de semana e feriados. Diferente do Coronel Marcos Rocha, ele não deixa tão claro em suas manifestações o vínculo com o cristianismo, quase não usa termos do jargão cristão como “Deus abençõe”, “Deus está no comando” e outros do gênero. Além disso, as suas falas são características de um comunicador social, pela sua apresentação e impostação da voz, afastando-se da imagem de pregador, que caracteriza a postura comumente adotada pelo Governador do Estado.

A terceira liderança política que analisaremos é o Coronel Chrisóstomo de Moura, Deputado Federal pelo Partido Social Liberal, eleito no pleito de 2018 para ocupar uma das oito cadeiras da Câmara Federal, destinadas ao Estado de Rondônia. Chrisóstomo possui uma atividade regular nas redes sociais, fazendo, em média, três postagens por dia na sua página oficial no Facebook, ocupando a maioria delas com manifestações relacionadas ao Exército Brasileiro ou ao Presidente Jair Bolsonaro. Quanto à religião, ele não manifesta vínculo com uma denominação específica, mas se declara cristão e faz referências ao nome de Deus; porém, com menor frequência do que o Governador Marcos Rocha e o Senador Marcos Rogério.

5.2 Liberalismo

Os posicionamentos do Governador Coronel Marcos Rocha, em sua página oficial no facebook, indicam a sua posição a respeito do mercado e da presença do poder público como agente nas relações comerciais. Nesse sentido, é possível identificar dois movimentos que são, aparentemente, controversos: por um lado, apresenta um discurso de livre mercado e de redução do poder público e, por outro, valoriza ao máximo as políticas de investimento público do governo, como construção de pontes, estradas e ações na área da saúde.

Ainda quando estava em período de campanha, o então candidato, em entrevista ao G1 (site oficial da Rede Globo), disse que o povo estava dependente e que “ao invés de dar o peixe, era necessário ensinar a pescar”. Nesse sentido, ele tinha como propostas de governo capacitar os agricultores familiares para que passassem a produzir mais e melhor, e sem descumprir as legislações ambientais e apoiar a produção agrícola familiar,

proporcionando aos produtores insumos agrícolas e máquina, a fim de aumentar a produtividade das lavouras⁵⁰.

Tal posicionamento se enquadra no escopo de um governo liberal, que teria por premissa a retirada do Estado na promoção da igualdade e da distribuição de renda, permitindo que o mercado conduzisse este processo. Porém, em oposição a esta fala, ainda no período de campanha, Marcos Rocha proferiu outro discurso, desta vez direcionado aos servidores públicos. No evento realizado em 24 de outubro de 2018, destacou perante seus pares a sua atuação como servidor público na polícia militar e a importância da valorização salarial dos servidores; disse, também, nesta ocasião, que promoveria tais melhorias a partir do corte de gastos com despesas desnecessárias e com o combate à corrupção⁵¹.

Outro aspecto que chama atenção, quando analisamos a página de Marcos Rocha no Facebook, é o número elevado de postagens que destacam o investimento público. Entre os meses de janeiro e maio de 2021, predominam publicações sobre investimentos em estradas e em saúde. Em uma delas, realizada em 18 de janeiro, o governador anunciou um investimento de mais de 6 milhões de reais em máquinas, que foram repassadas ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte do Governo do Estado de Rondônia – DER. Estas posturas demonstram a preocupação em apresentar um poder público que realiza investimentos em estradas e que está preocupado com a realização de obras⁵².

Outro exemplo, que demonstra a preocupação em apresentar o Estado como investidor público, foi a entrega de veículos realizada pelo Governador à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, Emater - RO. Em um evento realizado em 18 de fevereiro de 2021, ele entregou à instituição estadual de assistência técnica veículos novos comprados com recursos públicos e divulgou um vídeo em sua página no Facebook sobre este investimento realizado. O vídeo publicado continha a seguinte legenda:

- A EMATER está voltando a ser um órgão que realmente chega aos nossos pequenos agricultores.
- Esse é mais um dos recentes investimentos. Determinei o aumento das entregas aos pequenos agricultores e que a eficiência do órgão seja no

⁵⁰ A matéria pode ser verificada no link:

<<https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2018/noticia/2018/09/13/ao-g1-marcos-rocha-diz-que-ideologia-de-genero-na-escola-e-forcar-a-barra-e-promete-investir-na-seguranca-publica.ghtml>>

⁵¹ O vídeo pode ser conferido em: <<https://www.facebook.com/celmarcosrocha/videos/348988362502684>>

⁵² O vídeo pode ser conferido em:

<<https://www.facebook.com/celmarcosrocha/videos/vb.2159697260909968/215123553384503/?type=3&th eater>>

mais alto nível da história. Parabeno minha equipe pelo esforço e competência. A meta não é simples.

— Com os novos investimentos, equipe com conhecimento de causa e apoio, o resultado chegará com agilidade ao homem do campo.

— Agradeço de coração o trabalho dos nossos agricultores. Deus está abençoando!⁵³

É possível identificar nessas palavras o esforço em demonstrar que o Estado estaria agindo e investindo em prol dos agricultores; ou seja, o que geraria as melhorias para o trabalho dos agricultores seria esta ação direta do poder público. Sem considerar os limites jurídicos, é possível falar de outras ações que poderiam ser realizadas para beneficiar os agricultores: o governo poderia, por exemplo, contratar uma empresa para prestar assistência técnica, terceirizando este trabalho sem investir na Emater; para suprir a demanda por veículos, poderia alugá-los ao invés de comprá-los; os recursos poderiam ser transferidos diretamente para as associações de agricultores evitando o aumento da máquina pública; outras ações poderiam ser realizadas sem a necessidade do investimento direto nos órgãos estatais e que seriam mais condizentes com o discurso liberal, mas a opção do governo não foi esta.

Abaixo apresentamos outro exemplo da valorização que o governador faz dos investimentos públicos realizados pelo seu governo.

INCRÍVEL! MAIOR INVESTIMENTO ESTADUAL DA HISTÓRIA DE ARIQUEMES!

— Veja, no final, a lista dos primeiros bairros que serão atendidos em Ariquemes.

— Todos os 52 municípios de Rondônia receberão investimentos diretos em infraestrutura local.

— Isso, aliado ao maior Programa de pavimentação e manutenção de estradas estaduais: o "Gestão na Estrada" cujo ritmo será intensificado neste ano. Pegamos todas as estradas em uma situação crítica. Recuperamos a grande maioria e fizemos novas. Temos que fazer muito mais para nossa população trafegar com dignidade.

— Soma-se o trabalho do Governo Federal e a atenção do Presidente Bolsonaro e do Ministro Tarcísio com a infraestrutura do norte.

Deus está abençoando!⁵⁴

Nessa postagem podemos observar que o governador destaca com veemência o investimento realizado pelo estado nos projetos de asfaltamento de vias públicas. Além disso, destaca os gastos do governo federal nessa área. Na fala do governador em nenhum momento é citada a iniciativa privada e a importância que esta poderia ter em um grande projeto de pavimentação de ruas e estradas. Essencialmente isso é pensado de forma,

⁵³ O vídeo pode ser conferido em: <<https://www.facebook.com/celmarcosrocha/videos/889195598508984/>>

⁵⁴ A postagem pode ser vista em: <<https://www.facebook.com/celmarcosrocha/posts/312203026939212>>

praticamente automática como sendo um trabalho de responsabilidade do poder público e que só poderia ser realizado por ele.

Ao analisar as manifestações públicas do Coronel Marcos Rocha, percebemos que o liberalismo e a redução da atuação do poder público estão situados numa prática discursiva que não se fundamenta em ações concretas. Não identificamos ações e nem mesmo intenções do governo em ampliar a atuação da iniciativa privada na infraestrutura, por exemplo. Ao contrário disso, o que transparece é a propaganda de um governo que gasta dinheiro público investindo ele mesmo em obras e em ações diretas, sem a transmissão de responsabilidade ou a realização de parcerias com a iniciativa privada.

O âmbito em que é possível perceber a redução da atuação do poder público é o das ações legais que representam entraves para a expansão de atividades como o garimpo, o agronegócio e a exploração de madeira. Nesse aspecto, o Governador atuou de forma especializada ao longo desses mais de dois anos de mandato. Destacamos duas ações, a fim de elucidar a nossa afirmação. O Primeiro exemplo é o decreto publicado em 29 de janeiro de 2021, que regulamenta a prática do garimpo no Rio Madeira⁵⁵.

No dia 29 de janeiro, o Coronel Marcos Rocha assinou o decreto número 5197, que regulamenta a atividade do garimpo em Rondônia. Em sua página oficial no Facebook, ele postou um vídeo da assinatura do decreto dizendo que aquele seria um feito histórico para Rondônia, que, até então, havia colocado na ilegalidade as pessoas que trabalhavam nesta atividade e perdido importantes dividendos que poderiam ter sido arrecadados a partir da atividade mineradora e investidos em melhorias para os rondonienses. Marcos Rocha destaca que o decreto estaria em consonância com os ministérios públicos, federal e estadual. Nosso objetivo não é entrar no mérito da legalidade de tal decreto e nem nos seus limites éticos, nem mesmo discutir os seus efeitos para a sociedade e para o meio ambiente, apenas citamos este exemplo a fim de demonstrar um dos campos em que o governador se colocou como promotor da iniciativa privada em uma área muito específica e polêmica que é a extração de minério⁵⁶.

O segundo exemplo é bem mais polêmico e mais amplo do que o primeiro, pois se refere a um projeto de lei que reduz a área de duas reservas extrativistas em Rondônia.

⁵⁵A matéria pode ser verificada em <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/01/29/marcos-rocha-regulamenta-garimpo-em-rios-de-rondonia.ghtml>>

⁵⁶ O vídeo pode ser acessado em:
<https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=2818102998402721&id=2159697260909968>

O governador de Rondônia, coronel Marcos Rocha (sem partido), aprovou a lei que reduz cerca de 167 mil hectares de áreas de reservas extrativistas em Rondônia. A lei complementar nº 1.089 foi publicada em edição extra do Diário Oficial (Diof) às 23h da noite de quinta-feira (20), última hora de prazo que o governador tinha para sancionar ou vetar o projeto.

Com a aprovação da nova lei, sem vetos, os limites das reservas Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim serão alterados.

Na reserva extrativista Jaci-Paraná (que abrange os municípios de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré), haverá a redução de uma área de cerca de 150 mil hectares, que agora saem do domínio público e passam a ser privado.

A área restante da Resex Jaci-Paraná será de 22 mil hectares, que ficará no corredor ecológico às margens do Rio Jaci e Rio Branco.

Já o Parque Guajará-Mirim (que abrange as cidades de Guajará e Nova Mamoré) terá uma nova área de 200.094,72 hectares; antes eram 166 mil hectares.⁵⁷

A lei é de autoria do poder executivo e foi sancionada pelo Coronel Marcos no dia 20 de maio de 2021, após ter sido aprovada na Assembleia Legislativa estadual. A nova legislação reduz em 167 mil hectares a área de reserva ambiental e foi criticada por organizações de defesa do meio ambiente. Além disso, a Procuradoria Geral do Estado de Rondônia e o Ministério Público Federal recomendaram o veto do governador ao projeto. Dentre os argumentos que sustentaram a aprovação do instrumento legal está o de que a área já possui mais de 120 mil cabeças de gado, o que inviabilizaria a sua recuperação.

Esses dois exemplos demonstram que existem ações pontuais mobilizadas, pelo Governador Marcos Rocha, que objetivam apoiar a atuação da iniciativa privada sem a participação do poder público enquanto fomentador ou patrocinador, mas visando apenas a regulamentação ou a simples saída da estrutura estatal, como é o caso da redução das reservas ambientais. Porém, tais ações estão vinculadas e são direcionadas apenas a alguns grupos empreendedores da sociedade. Nesse caso, percebemos uma predileção pelos garimpeiros e pelo agronegócio, duas atividades que se destacam em Rondônia.

Devemos ainda destacar que no âmbito do agronegócio houve uma importante doação para a campanha de Marcos Rocha, pois em sua prestação de contas o produtor rural Jaime Maximino Bagattoli aparece como terceiro maior doador de recursos para a campanha⁵⁸. Não temos como afirmar a existência de interesses na atuação do governador; porém, destacamos esta informação porque vai ao encontro dos objetivos do projeto de lei aprovado, não retirar o gado e liberar espaço para o agronegócio.

⁵⁷A matéria pode ser verificada em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/05/21/governador-aprova-lei-que-reduz-limites-de-reservas-florestais-e-cria-novos-parques-em-rondonia.ghtml>>

⁵⁸A informação pode ser verificada em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/RO/220000625838/integra/receitas>>

Nesse sentido, podemos identificar que a atuação do Coronel Marcos Rocha, enquanto Governador de Rondônia, é a de um líder que se diz liberal em termos de mercado, mas que em sua prática de governo busca o fortalecimento do poder público enquanto provedor de serviços básicos ao cidadão e de infraestrutura. Em contrapartida, exceto as áreas que citamos acima, mineração e agronegócio, não foi possível identificar a atuação do poder executivo como um agente de apoio ao mercado e promotor da iniciativa privada em sua liberdade, dinamicidade e criatividade produtiva, que seriam as bases de um governo liberal em termos de mercado.

Sobre a temática do liberalismo econômico, analisamos também as manifestações do Senador Marcos Rogério, em sua página oficial no facebook, ficando bem evidente que os seus posicionamentos sobre o liberalismo de mercado estão muito próximos dos assumidos pelo Governador Marcos Rocha. É possível perceber um discurso e posicionamentos que vão ao encontro das perspectivas do mercado, como, por exemplo, nas votações da reforma trabalhista e do projeto de emenda constitucional dos gastos públicos, no ano de 2017⁵⁹. Nas duas ocasiões, o então Deputado Marcos Rogério votou de acordo com as indicações do mercado financeiro e dos setores empresariais.

Porém, para além dos momentos em que ele é forçado a assumir uma posição, não identificamos a mesma tendência nas suas manifestações; pelo contrário, o que se destaca são imagens e propagandas de um poder público que gasta e que investe. Por exemplo, entre os dias 26 e 28 de janeiro de 2021, Marcos Rogério fez seis postagens falando sobre recursos por ele angariados, a partir de emendas parlamentares, e que seriam investidos nas cidades rondonenses⁶⁰. Abaixo apresentamos um exemplo dessas postagens realizadas e que expressa a importância que o Senador confere aos investimentos públicos por ele viabilizados.

Atenção, Cujubim!

Tem recurso extra chegando! São R\$ 2 milhões para obras de pavimentação, drenagem e construção de calçadas nos setores 05 e 07. Em breve, a verba deve estar na conta da prefeitura!

⁵⁹ Essas legislações são consideradas avanços liberais no Brasil e foram votadas durante o governo do Presidente Michel Temer. A reforma trabalhista alterou a legislação flexibilizando os contratos de trabalho ajustando-os as demandas do mercado. Já a PEC dos gastos públicos impôs um ajuste fiscal ao país para os próximos anos, limitando o teto dos gastos do Estado brasileiro.

⁶⁰ As referidas postagens podem ser verificadas nos seguintes links:
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/photos/a.374602135954902/3699461660135583/>>
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/photos/a.643887309026382/3702108409870908/>>
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/photos/a.374602135954902/3704410742974008/>>
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/photos/a.643887309026382/3707554519326297/>>
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/photos/a.643887309026382/3699429636805452/>>
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/photos/a.374602135954902/3699452716803144/>>

Imagem 6: card postado pelo Senador Marcos Rogério



Fonte: Visto em
<<https://www.facebook.com/MarcosRogérioOficial/photos/a.374602135954902/3699461660135583/>> acesso em 20/06/2021.

Nesse sentido, é possível verificar muitas outras manifestações do Senador, sempre valorizando os seus feitos na destinação de recursos públicos para Rondônia e os investimentos viabilizados por ele enquanto agente público.

Outro exemplo a destacar das suas manifestações, pois ocupa uma quantidade significativa das suas postagens, é a defesa feita pelo Senador da transposição de servidores públicos do Estado de Rondônia para a união⁶¹. Esta pauta é uma bandeira dos servidores, pois, quando Rondônia deixou de ser território e passou a ser Estado, nem todos aqueles que trabalhavam para o poder público tiveram a chance de ficarem vinculados à união, o que gerou disparidades salariais e se tornou uma grande disputa

⁶¹ Esta postagem exemplifica a defesa do senador à pauta dos servidores e pode ser acessada através do link: <<https://www.facebook.com/MarcosRogérioOficial/photos/a.374602135954902/3644467138968369/>>

jurídica entre funcionários e o poder público. Marcos Rogério assumiu esta causa e tem atuado firmemente em prol dela.

Estes dois exemplos, de ações executadas e pautas defendidas pelo Senador, por mais que possam ser benéficas ao Estado de Rondônia e a sua população, estão distantes de uma atuação parlamentar com viés liberal em termos de mercado, pois carregam consigo efeitos que vão na contramão do que propõem os defensores do mercado capitalista e ensejam o aumento do gasto público e a ação do Estado enquanto investidor. Em contrapartida, não identificamos nas postagens realizadas por Marcos Rogério, entre os meses de janeiro e maio de 2021, nenhuma ação referente à iniciativa privada, proposta de legislação, privatização, crítica à atuação do Estado enquanto gestor público, absolutamente nada que o vincule às ideias liberais.

A terceira liderança política analisada foi o Deputado Federal Coronel Chrisóstomo, parlamentar do Partido Social Liberal – PSL. Ao verificar a sua página oficial no Facebook, é possível perceber que, de uma maneira geral, Chrisóstomo se aproxima de Marcos Rocha e Marcos Rogério, no que tange os posicionamentos sobre a liberdade de mercado e o liberalismo. Identificamos de forma muito explícita a valorização dos investimentos e das ações estatais - as postagens sobre este tema ocupam a maior parte das suas publicações entre janeiro e maio de 2021. Outros dois temas que também estão muito presentes na *timeline* são as homenagens ao exército brasileiro e ao Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

No levantamento realizado, é possível identificar, entre os meses de janeiro e maio de 2021, quatro postagens de Chrisóstomo, sobre temáticas que envolvem, de alguma forma, os interesses do mercado financeiro e a defesa da iniciativa privada. As quatro postagens versam sobre os seguintes temas: o leilão realizado pelo governo federal de 22 aeroportos, que passaram da administração estatal para a iniciativa privada⁶²; o projeto de privatização dos correios⁶³; o projeto “adote um parque”, que prevê que o trabalho de preservação seja realizado pela iniciativa privada⁶⁴; e o projeto de desburocratização para

⁶²A postagem pode ser verificada em:

<<https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/photos/a.278930419385254/800511713893786/>>

⁶³A postagem pode ser verificada em:

<<https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/photos/a.349002742378021/778080156136942/>>

⁶⁴A postagem pode ser verificada em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=426929158646291>>

abertura de empresas⁶⁵. Apresentamos abaixo um exemplo de postagem realizada por Chrisóstomo e que está relacionada ao incentivo à iniciativa privada.

EMPRESA NOVA EM 1 DIA!
Ótima iniciativa do nosso Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes! O projeto Balcão Único vai permitir a abertura de empresas de forma simples, rápida e automática. E o melhor: você não vai precisar percorrer vários órgãos públicos. Tudo 100% digital!

Imagem 7: card postado pelo deputado federal Coronel Chrisóstomo



Fonte: <https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/photos/a.349002742378021/759778811300410/> visto em: 15/06/2021.

Porém, apesar de apresentar notícias que estão em consonância com o mercado financeiro e com as expectativas liberais, é possível perceber que a tônica da mensagem que o deputado apresenta não está na valorização da iniciativa privada, mas sim, no retorno que tais ações podem representar para o próprio Estado. Abaixo transcrevemos a legenda que Chrisóstomo postou sobre a notícia do leilão dos 22 aeroportos brasileiros.

⁶⁵A postagem pode ser verificada em: <https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/photos/a.349002742378021/759778811300410/>

INVESTIMENTO, GERAÇÃO DE EMPREGO E COMPETITIVIDADE

- O Governo Federal arrecadou hoje (07.04), com a concessão de 22 Aeroportos mais de 3,3 Bilhões de Reais. O valor total esperado dessas concessões é de 260 Bilhões até 2022, é 40 vezes maior do que o atual orçamento do Ministério de Infraestrutura.

- É por isso que sou Governo Bolsonaro, porque acredito que está fazendo o que é melhor para o nosso povo e para o nosso país, trazendo investimentos e melhorando a qualidade de vida para todos⁶⁶.

É possível perceber claramente que a tônica apresentada pelo deputado, sobre uma ação do governo que seria para o favorecimento do mercado, não está na ação da iniciativa privada, que será a mentora do serviço a partir de então, mas no retorno financeiro que o leilão dará ao governo brasileiro. No momento em que ele diz “o governo federal arrecadou”, está se referindo aos recursos que o Estado auferiu com a operação; essa é a informação mais importante para ele. A concepção de que uma área do mercado, até então ocupada pelo Estado, passará a ser da iniciativa privada fica em segundo plano e não é nem mencionada pelo parlamentar.

Nesse sentido, o que podemos perceber, a partir do levantamento com base nas manifestações desses três líderes políticos de Rondônia - Coronel Marcos Rocha, Marcos Rogério e Coronel Chrisóstomo - é que os três estão bem distantes da perspectiva econômica liberal em suas práticas políticas. Embora se manifestem em defesa do mercado e da iniciativa privada, quando são questionados ou pressionados a assumirem uma posição, em suas pautas e mobilizações políticas, o liberalismo é um elemento acionado em momentos pontuais e não pode ser considerado uma causa por eles defendida.

5.3 A violência como bandeira

Expressa de diferentes formas, a violência pode estar no estilo de fala, nos gestos e até mesmo nas orações. A violência compõe o imaginário de uma grande parcela da população, especialmente daqueles que se vinculam ao pentecostalismo, levando muitos a crerem que o combate e a repressão do que chamam de “mal”, valendo-se de métodos violentos, seria o melhor caminho para a construção da paz social. Considerando esta

⁶⁶ A postagem pode ser verificada em:
<<https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/photos/a.278930419385254/800511713893786/>>

realidade, apresentaremos nos próximos parágrafos dados extraídos das páginas oficiais no Facebook das lideranças políticas que estamos analisando neste capítulo.

Quando analisamos o posicionamento do governador Coronel Marcos Rocha, é possível perceber que ele destaca o combate à violência e propõe melhorias para a área da segurança pública; porém, o viés que é mais destacado é o fortalecimento do aparato de segurança. Nas postagens realizadas em sua página oficial no Facebook, reforça a marca de militar que foi por ele muito explorada na campanha eleitoral. Com manifestações semanais, faz homenagens aos militares exaltando a atuação dos policiais e pondo-os como “heróis”.

Uma demonstração dessa proximidade com as forças de segurança são as postagens realizadas nos dias 20 e 21 de abril de 2021. Nesses dois dias, o Coronel Marcos realizou quatro postagens na sua página oficial no Facebook e, dessas, três eram em homenagem aos militares brasileiros. Em uma delas apresenta uma foto sua de quando serviu ao exército brasileiro, acompanhada de um texto em que exaltava os ensinamentos que teria recebido da instituição militar. Esta manifestação do governador possui dados importantes a serem analisados; por isso, faremos abaixo a transcrição do texto por ele escrito, a fim de que possamos comentar cada um destes elementos⁶⁷.

— Todo meu respeito ao #exércitobrasileiro, aos nossos guerreiros que vêm desempenhando um trabalho excepcional para o Brasil, especialmente nesta pandemia!

— Sou grato por tudo que o EB representou em minha vida. Me trouxe dignidade e disciplina. Me moldou como homem e estabeleceu bases para meu crescimento e ingresso nos estudos. Fortaleceu em mim todos os ensinamentos dos meus pais, como honra e lealdade. Batalho pelo bem e pela verdade. O mal se destrói por si mesmo! O bem sempre vencerá!

— Parabéns, também, a nossa comunidade indígena pelo seu dia! Aos trabalhadores e cidadãos de bem no campo e na cidade, que seguem o trabalho honesto e que servem ao Brasil. Tive o prazer de ser professor e conhecer vários brasileiros indígenas de grande caráter e vontade tremenda de trabalhar, dedicar e fazer o Brasil se desenvolver. Desejo prosperidade e crescimento.

Parabéns ao Exército Brasileiro! Parabéns aos povos indígenas do Brasil!

⁶⁷ A postagem pode ser verificada em:

<<https://www.facebook.com/profile/100044485507255/search/?q=ex%C3%A9rcito%20brasileiro>>

Imagem 8: Foto postada pelo Governador Coronel Marcos Rocha



Fonte: visto em:
<<https://www.facebook.com/profile/100044485507255/search/?q=ex%C3%A9rcito%20brasileiro>> acesso em 10/06/2021.

O primeiro aspecto desta manifestação, que merece ser destacado, está presente no parágrafo inicial; ali, Rocha expressa todo o seu respeito pelo exército brasileiro e aos soldados que chama de “guerreiros”. Isso demonstra a devoção que ele tem por esta instituição militar e pelos que a compõem, ao ponto de chamá-los por um nome carregado de conotações positivas, fazendo referência a indivíduos que lutam de forma heroica em uma guerra ou uma batalha, a fim de defender um ideal maior, o seu povo e o seu país.

No segundo parágrafo fica clara a ideia de gratidão por tudo o que o exército brasileiro teria lhe ensinado e proporcionado. Dentre os aprendizados e crescimentos destacados estão a dignidade, a disciplina e o fato de tê-lo “moldado como homem”, chamando a atenção nesta análise a utilização do termo “homem”. Ao lermos a postagem, é possível interpretar que ele está se referindo ao gênero humano e, sendo isso, observamos que a opção pela utilização da palavra homem em vez de outra mais genérica, como ser humano, por exemplo, carrega consigo a necessidade de uma afirmação do sexo masculino. Ou seja, o exército, uma instituição predominantemente masculina, formaria homens, em vez de seres humanos valorosos.

Ainda no segundo parágrafo, através da acepção da palavra ‘batalha’, percebe-se que a noção de luta é fortalecida e que se estabelece na dualidade entre bem e mal. Nesse sentido, merece destaque a leitura de Fábio Py (2021) sobre a luta presente no pentecostalismo; nesse caso, um governador religiosamente engajado, expressa a sua guerra para que o bem vença o mal, o que nos permite fazer uma analogia da ação de Deus contra o demónio e a luta dos pastores em suas orações contra o mal.

Por fim, analisando em pormenor o terceiro parágrafo da postagem do governador, destacamos algumas contradições:

O primeiro aspecto que chama atenção é a homenagem realizada aos povos indígenas e o fato desta ser apresentada numa postagem que tem como tônica principal o exército brasileiro. É nesse contexto que, de forma secundarizada, os povos indígenas são mencionados. Além disso, a data em que se homenageia os povos nativos do Brasil é o dia 19 de abril e a postagem foi realizada no dia 20, com um dia de atraso.

O segundo aspecto a destacar é a conotação que é dada às populações nativas, pois, na parabenização, é indicado - “trabalhadores e cidadãos de bem do campo e da cidade”. Marcos Rocha destaca ainda ter sido professor e ter conhecido diversos indígenas de grande caráter e com vontade de trabalhar. Da forma como está postado, entendemos que ele está parabenizando os indígenas, mas colocando-os na condição de “trabalhadores e cidadãos de bem”; ou seja, categorias que nada têm a ver com a tradição dos povos nativos, colocando-os na condição de subjugados pelos brancos. Para além disso, neste trecho do parágrafo, o governador dá a entender que existiriam indígenas bons, os que ele conheceu e que queriam produzir, e indígenas maus, que reuniram os atributos opostos, estando mais arraigados às suas tradições originais de extrativismo. Nessa perspectiva, os indígenas bons e merecedores da parabenização seriam aqueles que teriam abandonado a sua cultura e adquirido as práticas dos brancos, de produção agrícola visando o crescimento económico.

Esta postura do governador demonstra um dos traços marcantes do conservadorismo que destacamos no capítulo anterior - o não reconhecimento e o desprezo pelas expressões culturais não ocidentais. De acordo com Scruton (2020), a defesa da cultura ocidental seria uma das principais pautas a ser defendida pelo movimento conservador e a postura do governador Rocha sobre os povos indígenas vai totalmente ao encontro desta visão. De acordo com a forma como ele se expressa nas redes sociais, o indígena só teria valor a partir do momento em que assumisse as noções de trabalho, acúmulo de riqueza e

produção para gerar o desenvolvimento, que são tipicamente ocidentais e que nada têm a ver com a cultura dos povos nativos do Brasil.

Além das recorrentes postagens que homenageiam e agradecem a atuação das forças militares, no primeiro semestre de 2021, o governador fez comentários sobre conflitos de terra no Estado, que expressam a sua visão sobre o tema e a sua concepção sobre o que é segurança pública.

Desde 2020, houve um aumento considerável no número de casos de conflitos agrários em Rondônia, com muitas ocupações de terras promovidas por diferentes movimentos sociais do campo, especialmente a Liga dos Camponeses Pobres – LCP. Este movimento surgiu a partir de uma ação violenta da polícia contra integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ocorrida no ano de 1995, quando integrantes do MST ocuparam uma área da fazenda em Corumbiara, no sul de Rondônia; essa ação policial ficou conhecida como “massacre de Corumbiara”⁶⁸. Após este episódio, lideranças agrárias romperam com o MST e formaram um novo movimento, a LCP, que teve, desde então, como uma de suas principais pautas, a luta agrária revolucionária e desinstitucionalizada.

No entanto, as ações da LCP, em 2020, estão repletas de contradições e de fatos narrados de forma incompleta. O site Repórter Brasil fez uma reportagem bastante completa sobre esta temática, em que fica claro as complexidades e os limites dos diferentes agentes envolvidos na ação - policiais, membros da LCP, fazendeiros e agentes do poder judiciário⁶⁹.

Nos meses de março e abril de 2021, o governador fez diferentes postagens sobre este tema, onde fez acusações e apresentou (as suas) conclusões sobre fatos que ainda estão sob investigação e não possuem uma sentença judicial. No dia 28 de abril, Rocha postou um vídeo acompanhado por um grupo de autoridades em Brasília e como legenda escreveu - “Atenção: união para o combate efetivo ao crime organizado no campo! Reunião com o Ministro da Justiça Anderson Torres e o Vice-Ministro Nabham Garcia”⁷⁰. O que mais chama atenção nesta legenda do vídeo é a forma como o governador se refere aos integrantes do movimento social, chamando-os de “crime organizado no campo”. Sem

⁶⁸ O conflito agrário não é objeto de estudo nesta tese; por isso, não aprofundaremos o relato sobre o massacre de Corumbiara. Mais informações poderão ser obtidas no link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/10/politica/1436536093_766504.html>

⁶⁹ A matéria pode ser verificada no link de acesso: <https://reporterbrasil.org.br/2021/03/o-confronto-entre-policiais-e-liga-dos-camponeses-pobres-em-rondonia-onde-o-bolsonarismo-e-a-luta-pela-terra-encontram-seus-extremos/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=whatsapp&utm_source=im>

⁷⁰ A postagem pode ser verificada em : <https://fb.watch/5wSEKQb_el/>

o embasamento e o posicionamento jurídico necessário e contando, apenas, com as versões da polícia sobre o fato, o governador profere a sua sentença condenatória.

Em uma postagem do dia 28 de abril, o Coronel Marcos Rocha apresentou uma foto ao lado do Presidente da República e de outras autoridades com o seguinte texto como legenda:

- Em mais uma reunião, apresentei ao Presidente Jair Messias Bolsonaro o problema das invasões e crimes bárbaros cometidos em Rondônia. Mostrei as imagens dos nossos policiais assassinados, de jovens executados, torturas, fazendas produtivas e legais destruídas, casos de estupros, destruição da floresta, roubos e estoque de armamento de uso exclusivo das forças armadas, refino de cocaína e outras drogas (a lista é grande). Expus os relatórios da nossa inteligência e vídeos do modus operandi, incluindo táticas de guerrilhas e o tribunal paralelo, além do armamento pesado que essas organizações criminosas possuem.
- O Presidente está do lado das famílias de bem que estão sofrendo com a barbárie causada por esses grupos armados.
- ...É questão de Segurança Nacional. Não caia em falsas narrativas. O objetivo desses grupos é consolidar um poder paralelo. Não vamos permitir! O país que queremos deixar para os nossos filhos protege o que é justo, correto e fica do lado da população.
Grande abraço a todos! Vamos com Deus!⁷¹

Imagem 9: foto postada pelo Governador Coronel Marcos Rocha



Fonte: visto em:
<<https://www.facebook.com/photo?fbid=303989197760595&set=a.266441214848727>>
acesso em 15/06/2021.

⁷¹ A postagem pode ser verificada em :
<<https://www.facebook.com/photo?fbid=303989197760595&set=a.266441214848727>>

Nessa postagem, primeiramente chama atenção a ênfase no contato e na proximidade com o governo federal. Fica evidente a tentativa de demonstrar ao público que Rocha estaria alinhado a Jair Bolsonaro, o que se converte em mais uma demonstração da ideologia que perpassa o governo de Rondônia, pois, Bolsonaro reforça, em suas manifestações públicas, a crença num sistema de segurança baseado num forte aparato militar e no uso da violência.

Além disso, o Coronel Marcos deixa claro, já no primeiro parágrafo, quais foram os elementos por ele utilizados para tirar ilações sobre os conflitos agrários. Um conjunto de documentos e provas reunidas pela polícia teriam embasado tal posicionamento, passando a revelar sobre o direito de defesa dos acusados, posicionamentos do poder judiciário e, até mesmo, a crítica social a respeito do uso social da terra. A leitura dos fatos realizada pela polícia e pelos que se dizem proprietários das terras é a única considerada por ele como válida.

Em matéria publicada pelo site do Canal Rural, em 28 de abril de 2021⁷², é possível perceber qual é a percepção dos ruralistas⁷³ sobre os fatos ocorridos em Rondônia. Este site, e todo o conteúdo produzido pelos meios de comunicação do Canal Rural, está voltado para o agronegócio. Assim, Marcos Rocha incorpora em seu discurso os argumentos dos fazendeiros e de quem é proprietário de terras, afastando-se do republicanismo e da isenção esperada de um governador eleito e representante de todos os cidadãos daquela unidade da federação; assim sendo, ele deveria falar por todos os cidadãos e não com os argumentos de apenas um dos dois lados do conflito.

No segundo e no último parágrafo, ele reforça uma noção que é comumente articulada pelos conservadores em suas manifestações, a do “cidadão de bem”. A palavra “bem”, nesse contexto, remete a uma pessoa boa, justa e honesta, que estaria disposta a defender a manutenção da sociedade estabelecida. Já os integrantes do movimento social seriam o seu oposto, aqueles que não estariam dispostos a defender os valores da sociedade. Este posicionamento adotado por Rocha está relacionado com a noção de existência de um inimigo a ser combatido e que se situa nos movimentos sociais de esquerda. De acordo com Scruton (2020), a união de conservadores e liberais se daria com o objetivo de combater os partidos e movimentos de esquerda. No caso específico de Rondônia,

⁷² A matéria pode ser lida acessando o link: <<https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/grupos-armados-rondonia/>>

⁷³ Este termo é utilizado para caracterizar os latifundiários no Brasil que vivem do agronegócio.

observamos a ocorrência deste processo, a partir da união das forças políticas conservadoras com os principais detentores de poder econômico na região, os grandes proprietários de terra, a fim de juntos combaterem um movimento social rural vinculado às ideologias (comunistas) de esquerda.

Nesse contexto, as forças de segurança de Rondônia serviriam para garantir a “lei e a ordem”; ou seja, estruturas oficiais de um Estado democrático colocadas à serviço dos interesses do governador, que atua como um representante e defensor das elites agrárias. Neste contexto, é a concepção de ação militar em defesa do “bem” que estaria representado nos “cidadãos de bem”, proprietários e defensores da propriedade privada da terra e dos latifúndios. A estrutura de segurança se configura, nessas condições, como garantidora dos interesses conservadores.

Sobre esta temática, analisamos também os posicionamentos do Senador rondoniense Marcos Rogério. Da análise da sua página oficial no Facebook é possível perceber que os seus posicionamentos são próximos dos adotados pelo Governador. Uma das poucas diferenças é que na página do Senador quase não aparecem menções às forças militares, diferentemente de Marcos Rocha que não poupa elogios e homenagens aos militares.

Sobre o tema das ocupações das fazendas pelos movimentos sociais, Marcos Rogério se manifestou pelo menos quatro vezes, entre o final de 2020 e os primeiros meses de 2021. Em algumas de suas falas criticou a atuação do Governador na gestão da crise; segundo ele, faltaria uma ação mais incisiva do Governo estadual contra a atuação dos movimentos sociais.

Em um vídeo publicado em outubro de 2020, quando ocorreram conflitos entre fazendeiros e integrantes da LCP no Distrito de Mutum Paraná, em Porto Velho, Marcos Rogério postou um vídeo atacando a ação dos membros do movimento social. No vídeo ele diz:

...não podemos aceitar a ação de grupos armados que invadem propriedades privadas e instalam o terror. Estamos tratando de crimes e para crimes já existem leis [...] grupos invasores armados precisam ser reprimidos imediatamente e com rigor, não se trata de famílias de camponeses, apenas, que lutam por um pedaço de terra, trata-se de indivíduos violentos dispostos ao confronto [...] defender a política agrícola e agrária em nosso país, não pode ser entendido como a defesa de qualquer ato de violência contra a propriedade e contra os proprietários...⁷⁴

⁷⁴A postagem pode ser verificada em : <<https://www.facebook.com/watch/?v=3169006943228664>>

No que tange este conflito, é possível perceber muita similaridade entre os posicionamentos do Senador e do Governador; os dois já condenam publicamente os integrantes do movimento sem ter sido concluída nenhuma investigação e muito menos ter havido decisão judicial. Entre os dois discursos, uma das poucas diferenças é que Marcos Rocha apresenta uma fala mais comedida, enquanto na fala de Marcos Rogério é possível identificar um certo ódio quando diz que se tratam de indivíduos violentos e que precisam ser reprimidos com rigor. Aparentemente, o Senador desconsidera o fato de fazerem parte da LCP famílias inteiras com a presença de mães e de crianças, tornando-se difícil caracterizar a todos como ‘meliantes’.

Em outra manifestação, desta vez do dia 15 de abril de 2021, Marcos Rogério deixa claro a sua posição favorável ao porte de armas. Falando sobre a pauta de votações daquele dia no Senado, ele postou uma foto com a seguinte legenda: “Também está na ordem do dia o PDL 55/2021 que anula quatro decretos do Presidente da República, Jair Bolsonaro, que ampliam o acesso a armas e munições. Meu voto será contra o PDL, o que significa que defendo a manutenção dos decretos das armas.”⁷⁵ Ou seja, ele deixa claro que acompanha a política do Presidente Jair Bolsonaro de ampliação ao acesso às armas.

Em outro vídeo, postado em 26 de outubro de 2017, realiza um discurso na tribuna da Câmara dos Deputados sobre o tema da segurança pública. Na ocasião, fazendo diversas afirmações sobre o assunto, sem citar dados e nem exemplos concretos, Marcos Rogério afirma que se tem nas polícias profissionais corajosos, que estavam amedrontados por uma “legislação que defende os bandidos e pune os policiais”. Ainda, segundo ele, os policiais estavam mal-armados. Durante o discurso, em tom eloquente ele afirma - “chega de criminalizar a ação da polícia”.⁷⁶

Essas manifestações expressam uma concepção de segurança pública baseada na militarização e na defesa das ações violentas por parte das forças de segurança. Nessa perspectiva, os policiais deveriam andar bem armados nas ruas, a fim de controlarem ações de criminalidade com base na coerção e no uso direto da violência. Aspectos como a inteligência policial e possíveis desvios que ocorreriam nos quartéis são totalmente ignorados nesses posicionamentos.

Seguindo na mesma perspectiva do Governador e do Senador, que analisamos acima, o Deputado Federal Coronel Chrisóstomo se apresenta como defensor da militarização

⁷⁵A postagem pode ser verificada em :

<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/photos/a.374602135954902/3926245594123854/>>

⁷⁶ A postagem pode ser verificada em : <<https://www.facebook.com/watch/?v=1500911066657331>>

como forma especial de combater a violência e as ações criminosas. Nas postagens, realizadas em sua página oficial no Facebook, existem muitas menções às forças de segurança, especialmente ao exército brasileiro. Tais manifestações expressam a ideia de que as estruturas de repressão seriam as principais responsáveis pela segurança. O exército brasileiro é mencionado pelo parlamentar como o grande protetor da nação, uma espécie de estrutura superior que daria segurança aos brasileiros, em especial os que habitam a região amazônica.

Além da defesa da militarização, que se apresenta de forma explícita nas suas postagens, Chrisóstomo é defensor do porte de armas por cidadãos comuns. Esse não é um tema que predomina em suas postagens, mas, sempre que se manifesta a respeito, apresenta uma posição favorável ao porte de armas. Em uma postagem do dia 5 de novembro de 2019, afirma: “Como líder de Rondônia, acabamos de aprovar as alterações do projeto que amplia o porte de armas - PL 3723/2019 – PL das armas. Mais uma conquista para nossos brasileiros!”⁷⁷. Da forma como se expressa, fica claro a defesa do porte de armas, ao ponto de considerar esta uma conquista do povo brasileiro.

É importante destacar que os projetos de lei no Brasil - que visam ampliar o acesso dos cidadãos às armas e a militarização das forças de segurança, bem como, do combate à violência - possuem o apoio e o patrocínio do Presidente da República. De uma maneira geral, as pautas que apostam na repressão como método garantidor de segurança pública são largamente apoiadas por Bolsonaro. Por sua vez, o Deputado rondoniense faz questão de mostrar em sua página oficial no Facebook o seu total e irrestrito apoio ao Presidente, especialmente nesses temas.

Um exemplo disso é que, entre os meses de janeiro e maio de 2021, Chrisóstomo fez várias postagens na sua rede social, citando diretamente o Presidente da República. A média em que faz menção à Jair Bolsonaro é de 4 a 5 por semana, representando, aproximadamente, 25% das inserções realizadas em sua página no Facebook. Abaixo apresentamos uma das postagens que faz menção direta ao Presidente da República e que foi realizada no dia 5 de janeiro de 2021.

⁷⁷ A postagem pode ser verificada em :
<<https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/posts/470262980251996>>

Imagem 10: montagem com o presidente Jair Bolsonaro



Fonte: visto em
<<https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/photos/a.349002742378021/751201555491469/>> acesso em 16/06/2021

Na foto, é possível perceber a forma como é abordado um dos temas nevrálgicos da segurança pública no Brasil, a condição dos presídios e dos encarcerados. Sugere a proposta de implementação de presídios privados, em que os detentos teriam de trabalhar a fim de pagarem as despesas da sua custódia. Sem entrar no mérito da proposta e dos seus aspetos positivos ou negativos, o que chama atenção é forma como um tema de tamanha seriedade é apresentado na imagem, com o chefe do poder executivo federal, que é o responsável direto pela administração do sistema penitenciário, apontando o dedo e rindo dos presidiários que aparecem trabalhando em uma confecção ao fundo.

Uma das mensagens que podemos destacar desta imagem é a de que o Presidente da República debocha daqueles que estão apartados do convívio social e sob a custódia do Estado brasileiro. Uma espécie de riso sarcástico que zomba da condição dos apenados, como dizendo que eles não trabalham nas prisões e que vivem sustentados pelo poder

⁷⁸ A postagem pode ser verificada em :
<<https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/photos/a.349002742378021/751201555491469/>>

público, mas que a partir de então teriam de deixar a “boa vida” e começar a trabalhar a fim de pagarem as suas despesas.

Mais uma vez destacamos que o projeto pode ter inúmeros aspetos positivos; porém, a mensagem principal que a postagem de Chrisóstomo transmite é o deboche e o sarcasmo de Bolsonaro para com os apenados nos presídios brasileiros. Esse tipo de posicionamento tende a considerar as vidas que estão nos presídios como menos valiosas do que as que se encontram fora dele e, sendo assim, o mínimo que teriam a fazer seria custear as suas despesas. Típico pensamento monolítico que não considera a complexidade da questão, como, por exemplo, as péssimas condições dos presídios brasileiros que sofrem com superlotação, a falta de estrutura e as rebeliões, pondo sempre nos encarcerados a culpa pelas péssimas condições das instalações que usufruem, sem considerar que o Estado brasileiro é o real responsável por aquelas vidas que estão sob sua custódia.

Dessa forma, podemos perceber na temática da violência um alinhamento de ideias entre as três lideranças políticas de Rondônia. Coronel Marcos, Marcos Rogério e Coronel Chrisóstomo apresentam-se como defensores do “bem” e, para a eficiência desta defesa, seria necessária a utilização da repressão. A valorização da ação militar em seu caráter repressivo seria o principal elemento a ser mobilizado, a fim de impedir uma espécie de ação do “mal” sobre o “bem”. Esta concepção sobre segurança pública com base em uma luta dual remete à oposição entre Deus e o diabo que está presente no pentecostalismo e sobre a qual trataremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

5.4 Valorização da Moral

Dentre os temas com especial significado para os pentecostais e para os conservadores, a moral tem um espaço especial nas concepções destes grupos. Conforme foi possível perceber nos capítulos 4 e 5, tanto em termos teóricos, quanto nas posições assumidas pelos adeptos do pentecostalismo, a temática dos costumes encontra eco e demonstra especial capacidade de mobilização e unificação daqueles que se opõem às alterações culturais pelas quais passam as sociedades contemporâneas. Para as lideranças políticas que analisamos, este tema não passa despercebido e é por eles abordado de diferentes formas.

Ao analisarmos as posturas e as manifestações públicas do Governador, especialmente as que se encontram na sua página oficial no facebook, fica claro o seu vínculo com o cristianismo. Embora ele não explicita qual é a sua orientação religiosa, na maioria das postagens, Rocha utiliza menções às suas origens cristãs, a Deus ou a alguma passagem bíblica. São muitas as referências e as relações com o cristianismo em sua matriz pentecostal que ficam explicitadas em suas manifestações nas redes sociais.

O primeiro aspecto é a imagem que o Coronel Marcos Rocha transmite em suas manifestações e aparições públicas e que indicam a sua relação com o militarismo e com o cristianismo. O primeiro já se manifesta em seu nome público, “coronel”; ao incorporar a sua patente ao nome político, traz consigo a carga de significados que ela contém. Além disso, são muitas as referências e homenagens por ele prestadas às instituições militares. O seu próprio semblante, por exemplo, carrega esta marca - o corte de cabelo que utiliza, característico dos regimentos e nas fotos em que aparece com farda militar nas postagens que realiza, tais posturas reforçam a sua estirpe afeita aos quartéis.

O segundo aspeto que também está presente em suas manifestações é a relação com o cristianismo, que pode ser percebida através de manifestações explícitas em defesa e na propagação da fé cristã, bem como, nos gestos mais sutis como as referências à família e na forma como articula a sua fala.

Nesse caso, alguns traços se mostram bastante repetitivos e são comuns em suas exposições públicas. Um destes é a impositação da voz, sempre num ritmo que pouco se altera em termos de velocidade e de volume; caracteriza aquilo que é denominado de uma ‘fala mansa’, comum às pessoas religiosas. Um outro dado importante a destacar, é que as agressões públicas verbais e os ataques aos adversários políticos, que têm sido uma constante no atual cenário político brasileiro, não estão presentes nas manifestações de Marcos Rocha. Chama atenção que até mesmo nos vídeos que ele posta junto do presidente Jair Bolsonaro, que tem como uma de suas marcas de governo as manifestações ácidas e agressivas, o teor das falas é sempre de um aparente comedimento, transmitindo a ideia de cooperação entre as instâncias de poder que transcende às formalidades, aparentando uma “relação entre pessoas que se apoiam” para além das relações de poder político.

A fim de exemplificar estas características, transcrevemos um trecho da legenda de um vídeo postado pelo Governador, em novembro de 2020. Na ocasião, Rocha esteve em Brasília e se reuniu com o Presidente. Após a reunião, gravou um vídeo junto com

Bolsonaro e postou em sua página no Facebook dizendo o seguinte: “Em um ambiente político com ações baixas, pessoas desonestas, traições, falsidades e politicagens (muito em parte de pessoas que fingem ser o que não são por poder), fico imensamente feliz de ter como amigo o Presidente Jair Messias Bolsonaro”⁷⁹. A postagem exprime a proximidade entre os dois políticos, com ênfase numa relação que estaria para além dos limites oficiais do poder. Devemos considerar que o crescimento eleitoral de Bolsonaro foi o fato mais importante para a eleição de Rocha e que a proximidade entre os dois poderia ser explicada por uma relação de interesses mútuos. Não descartamos a existência desse pragmatismo, porém, o que gostaríamos de chamar atenção nesse momento é para a imagem pública que Rocha transmite e que se vincula a uma determinada forma de cristianismo.

Essencialmente, quando analisamos o perfil do Governador Marcos Rocha, a aparência, o estilo de fala, as palavras que utiliza e os posicionamentos morais que adota, identificamos uma relação próxima com o *ethos* assembleiano destacado por Paul Freston (1993) e por Vanda Pantoja (2011), que transmite um estilo de cristianismo vinculado a uma moralidade expressa na forma de se vestir, no estilo da fala e nas palavras que utiliza. Nas manifestações de Marcos Rocha, percebemos que ele está distante de um pentecostalismo agressivo e que se vale de falas exacerbadas como o estilo expresso por outras lideranças, a exemplo do Pastor Silas Malafaia. O perfil do Governador de Rondônia vai se vincular a um outro estilo de pentecostalismo, mais comedido, menos agressivo, com falas equilibradas que defendem a moralidade, mas esquiva-se da tentação de impô-la como uma obrigação.

Um fato que exemplifica essa característica são as posturas por ele adotadas perante o polêmico debate sobre “ideologia de gênero”. Na sua página oficial no facebook não encontramos referências diretas ao tema; ou seja, em nenhum momento foi autor de uma postagem sobre este assunto que é tão caro para muitas lideranças pentecostais. O único momento em que este conceito aparece de forma explícita na sua *timeline* é num vídeo por ele postado em 24 de outubro de 2018, referente a um evento de campanha que participou junto dos servidores estaduais da educação e da segurança. Na ocasião, um dos participantes pediu a palavra e disse ao então candidato a Governador que esperava que ele não permitisse a entrada da ideologia de gênero nas escolas. A fala proferida pelo seu apoiador, que vestia uma camiseta do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, foi bastante eloquente e exaltada; porém, parece não ter sensibilizado Rocha, que apenas

⁷⁹ A postagem pode ser verificada no seguinte link: <https://fb.watch/5zFun-40LJ/>

acenou com a cabeça concordando com a manifestação, mas sem proferir nenhuma palavra sobre o tema⁸⁰.

Um dos poucos momentos em que podemos perceber o Coronel Marcos Rocha se posicionando de forma clara e pública sobre este assunto, foi em uma entrevista que ele concedeu, quando ainda era candidato ao Governo do Estado, para o site de notícias G1. Na ocasião, ele foi questionado pelos entrevistadores sobre o seu posicionamento a respeito da “ideologia de gênero” nas escolas. Na resposta, percebe-se que tentou amenizar possíveis polêmicas, destacando que respeitava a diversidade. No entanto, os repórteres foram incisivos em questioná-lo especificamente sobre a discussão da temática nas escolas, exigindo dele um posicionamento como entrevistado. Sem alternativa, respondeu ser contrário e que não haveria necessidade do debate sobre gênero e sexualidade na escola, alegando que essa temática seria de responsabilidade dos pais⁸¹.

Fica claro que o Governador se vincula moralmente aos preceitos do cristianismo pentecostal e as suas manifestações públicas reforçam isso; no entanto, o estilo comedido de quem busca se afastar das polêmicas prevalece. Nesse sentido, ele esquivava-se ao máximo dos temas polêmicos da moral cristã e busca não se expor sobre estes assuntos. Não é possível saber se esta postura se dá por pouca crença que ele poderia ter nestes preceitos ou se é para não entrar em polêmicas desnecessárias e conseqüente perda de apoio político.

Embora comedido, o seu posicionamento sobre a moral cristã interfere na elaboração das políticas públicas. Então vejamos: no ano de 2020, Rondônia esteve no foco das notícias nacionais, em função de uma polêmica decisão do governo de recolher 43 títulos de livros que seriam distribuídos às bibliotecas públicas⁸². Mais uma vez, o Governador agiu de forma a evitar polêmicas e nada comentou sobre o tema. Dada à repercussão negativa da decisão e como ela ainda não havia sido publicada oficialmente, as vozes oficiais do governo a trataram como *fake news* e puseram sob sigilo os documentos da secretaria de educação.

Apesar do Governador não adotar um tom exacerbado em suas manifestações públicas, é fácil perceber o seu vínculo com o cristianismo e o quanto ele se preocupa em deixar claro

⁸⁰ A postagem pode ser visualizada acessando o link: <<https://www.facebook.com/celmarcosrocha/videos/348988362502684>>

⁸¹ O vídeo completo da entrevista está disponível no link: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2018/noticia/2018/09/13/ao-g1-marcos-rocha-diz-que-ideologia-de-genero-na-escola-e-forcar-a-barra-e-promete-investir-na-seguranca-publica.ghtml>>

⁸²A matéria está disponível no link: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>>

e transmitir a sua crença. Alguns fatos que exemplificam esta postura são as constantes menções que ele faz ao nome de Deus; falas como “Deus nos abençõe” e “com a graça de Deus” acompanham inúmeras de suas postagens para os mais diferentes assuntos.

Sobre este aspecto, tem um fato específico que gostaríamos de chamar a atenção. No dia 07 de maio de 2021, o Presidente Jair Bolsonaro esteve em Rondônia para inaugurar uma nova ponte que foi construída sobre o Rio Madeira, na cidade de Abunã, que tem por objetivo facilitar as ligações com o Estado do Acre. Na ocasião, o coronel Marcos fez três postagens com o Presidente e em todas elas havia alguma referência a Deus ou ao sagrado.

Na primeira postagem do dia, em uma foto junto com Bolsonaro, Marcos Rocha escreveu: “Um dia abençoado para todo Norte! Vamos inaugurar um símbolo para o desenvolvimento de nossa região. Agradeço a Deus por tudo isso!...⁸³”. Na segunda foto, a legenda dizia: “Alegrem-se sempre no Senhor. Novamente direi - Alegrem-se! Filipenses 4:4...⁸⁴”. Finalmente, na terceira postagem estava escrito: “...Deus está abençoando e pela primeira vez temos um presidente que é atento e ligado ao norte! 🇧🇷🇧🇷 Vamos com Deus!⁸⁵”. Tais manifestações expressam o quanto o nome de Deus faz parte das suas manifestações e estão incorporadas no seu discurso. A imagem que aparentemente ele tenta transmitir é a de um “homem de Deus”. Nas fotos, acompanhado pelo Presidente, faz sempre referências a Deus e tenta vincar a ideia de que eles são “dois homens de Deus”.

Outro exemplo que deixa muito claro a relação do Governador com a fé cristã são as *lives* semanais conduzidas por ele em sua página no facebook. As *lives* consistem em momentos de oração, que ocorrem preferencialmente nas segundas-feiras, por volta das 6 horas da manhã e que duram em média 20 minutos. Esses momentos seguem uma estrutura básica: leitura de um trecho bíblico, comentário relacionado à leitura com fatos quotidianos e um momento de oração. Analisamos as *lives* realizadas no ano de 2021, entre os meses de janeiro e maio. Tendo por base o tema da tese, apresentaremos alguns aspectos que chamaram mais a atenção⁸⁶.

O primeiro aspecto a ser destacado é que ele geralmente começa às suas *lives* dizendo que aquele é um momento de oração e que ninguém é obrigado a participar. Ele justifica

⁸³ A postagem pode ser verificada em :

<<https://www.facebook.com/photo?fbid=308549443971237&set=pcb.308549553971226>>

⁸⁴ A postagem pode ser verificada em :

<<https://www.facebook.com/photo?fbid=308593820633466&set=a.266441214848727>>

⁸⁵ A postagem pode ser verificada em :

<<https://www.facebook.com/celmarcosrocha/posts/308864223939759>>

⁸⁶ Faremos comentários genéricos sobre as *lives*, que podem ser acessadas através dos seguintes links:

<<https://fb.watch/5AJfUQ4FaQ/>> <<https://fb.watch/5ALfobv6cO/>> <<https://fb.watch/5AN2zMKTKn/>>
<<https://fb.watch/5AOa19A6Pn/>> <<https://fb.watch/5AOZ5pmvzT/>>

dizendo que, naquela hora, quem fala é o Marcos Rocha e não o Governador e que estaria se manifestando enquanto indivíduo. Se alguém não se sentir à vontade pode simplesmente sair da *live*. Seria uma tentativa dele, enquanto figura pública, afastar-se da sua função, a fim de expressar a sua fé. Argumentos como este têm sido utilizados em larga escala pelas lideranças políticas com vínculos religiosos, garantindo, desse modo, a defesa dos preceitos cristãos no espaço público da política. A tática é a de valer-se da liberdade individual, que garante a livre manifestação de crença, com o argumento que permitiria os posicionamentos religiosos particulares, influenciados e manifestados publicamente por figuras públicas.

Quanto ao estilo de oração adotado pelo Governador, percebe-se facilmente o vínculo com o pentecostalismo. Embora não utilize a glossolalia, manifestação espiritual comum neste movimento religioso, ele lê e interpreta a Bíblia de forma literal, expressando, assim, um certo fundamentalismo. Então vejamos: a escolha do texto bíblico com o argumento de que teria sido inspirado por Deus; o momento de reflexão que articula o texto lido com fatos quotidianos do próprio governo e da vida do pregador/governador; a oração conduzida de forma espontânea, proferindo palavras de prece durante aproximadamente 4 minutos sem usar nenhuma oração decorada, são alguns métodos comuns entre os pentecostais e trazidos por Marcos Rocha para as suas *lives* de oração.

As temáticas tratadas nas *lives* são as que predominam nos espaços cristãos: pecado, perdão, fazer o que é certo, humildade e o combate ao mal. Este último tópico é o que mais aparece e que consiste no tema de maior preponderância em suas orações. De forma recorrente - ou seja, os assuntos que predominam nas suas orações - ele fala sobre o quanto o mal está próximo das pessoas e, por isso, precisam rezar para que Deus nos livre dele e ainda sobre a presença de pessoas más em diferentes locais e nas diferentes esferas do poder público. Essa ênfase na figura do mal, uma espécie de energia ou indivíduo que habitaria diferentes espaços com o objetivo de fazer coisas ruins, remete a aspectos que já destacamos anteriormente como presentes na lógica pentecostal e conservadora, que identificam determinadas figuras, estruturas, movimentos ou religiões como representantes de coisas negativas e que, por isso, precisam de serem combatidos. É comum quando se fala do mal percebermos o estabelecimento de referências com os opositores políticos e que seria necessário pedir a Deus para afastá-los.

Esta perspectiva do “afastar-se do mal” se vincula a outro elemento que caracteriza a presença da pauta dos costumes entre os pentecostais e suas lideranças políticas - a crítica à corrupção. A partir de uma concepção genérica de “cidadão de bem”, termo que já

discutimos no capítulo anterior e que seria uma espécie de construto moral que reuniria as características de um estilo austero na condução da vida pessoal e profissional, tendo como marcas a retidão e a ausência dos desvios de condutas, os que arrogam para si tais preceitos externalizam em seus discursos total aversão a possíveis desvios no âmbito da administração pública.

Para os que se consideram portadores das qualidades morais de um “cidadão de bem”, o não cometimento de ilícitos, a negação às negociações políticas e a não aceitação de trocas de favores, estariam entre as práticas políticas principais a serem preservadas pelas lideranças conservadoras, que prometem o seu expurgo, como forma de manutenção de um purismo em suas práticas políticas que não toleraria tais comportamentos. Nesse sentido, o discurso político é totalmente influenciado por uma moral conservadora e dual que oporia o “político de bem” ao “político de mal”.

O Coronel Marcos Rocha encampou este discurso durante a campanha eleitoral e ao longo dos seus mais de dois anos de governo que se efetivam até agora. Durante a campanha eleitoral, valeu-se de uma publicidade semelhante à utilizada por Bolsonaro: ser o “novo na política”, pertencer a um partido novo, ser cristão, posicionar-se contra as alianças e acordos políticos e expurgar a corrupção.

De facto, Coronel Marcos reunia, na lógica do senso comum, os principais aspectos que caracterizariam o “cidadão de bem”: militar, casado, cristão, conservador e dono de um discurso moralista; ou seja, todas as características que um líder político deveria ter no sentido conservador, em especial após o bombardeio midiático e as manifestações de massa ocorridas a partir de 2013, que minaram o sistema político estabelecido no Brasil. Tais ações que partiram da mídia e de grupos conservadores levaram a opinião pública a uma oposição declarada à classe política e suas práticas tradicionais, condenando-as de forma automática como ilícitas e corruptas.

Rocha valeu-se deste estereótipo e soube explorá-lo em sua campanha eleitoral e ao longo do seu governo, pois em diferentes circunstâncias reforça as características que movem o imaginário popular a respeito do “homem de bem”. A fim de exemplificar e de aprofundar esta discussão, destacamos uma postagem por ele realizada em sua página oficial no Facebook, no dia 11 de outubro de 2019. Nessa ocasião ele postou uma foto sua, fardado e marchando acompanhado de um texto, do qual transcrevemos apenas um pequeno trecho.

... Cortei muitos privilégios. Não estou aceitando negociatas pois sei que prejudicam a população. Tenho sido austero nos gastos para garantir um

Estado sério e eficiente. Estou aqui unicamente para servir nossa gente, sem POLITICAGEM.

– [...]Em sendo verificado qualquer ato de corrupção, favorecimento ou envolvimento em ilícitos, será VOADORA NO PESCOÇO, TÁ OKEY? Exoneração e processo jurídico. PUNIDO de modo exemplar. Somos o primeiro governo estadual a lançar um Pacote AntiCorrupção próprio. Um dos que mais ampliaram a transparência em tão pouco tempo de gestão. Sou o governador mais alinhado com o Ministro Sérgio Moro e a Ministra Damares Alves, para cumprirmos uma cartilha de redução de crimes do colarinho branco, crimes contra crianças e crimes comuns.

– Se entrego o Estado às velhas práticas, haveria muita gente deste grupo lançando confete e estendendo o tapete vermelho para o governo. Mas isso é EXATAMENTE o que não vou fazer.

Boa noite a todos. Vamos com Deus! ⁸⁷

Imagem 11: foto postada pelo Governador Coronel Marcos Rocha



Fonte: visto em
<<https://www.facebook.com/2159697260909968/photos/a.2189596907920003/2414096308803394/>> acesso em 25/06/2021.

Esta postagem expressa, de forma clara, o esforço do governador em chamar para si algumas características que compõem o imaginário popular sobre a figura do “cidadão de bem”. Em primeiro lugar, a concepção de pureza e de austeridade presentes em um político que não se mostra disposto a fazer negociações e que agiria de forma reta, cortando o que ele chama de privilégios.

⁸⁷ <https://www.facebook.com/2159697260909968/photos/a.2189596907920003/2414096308803394/>

O segundo aspecto está na forma como ele pretende combater o desvio moral da corrupção. Embora a fala tenha um sentido figurado, é representativo o governador dizer publicamente que combaterá a corrupção com “voadora no pescoço”, pois esta fala expressa a violência que é defendida como legítima se for aplicada para combater o mal.

De uma forma quase paradoxal, embora condenem a pena de morte, para a maioria dos pentecostais o ato violento como forma de combate às ilicitudes seria tolerável. Como bem expressou Fábio Py (2021), para os pentecostais a luta travada contra o mal seria justificada com base nas leituras bíblicas do Antigo Testamento. Nesse caso, o governador é um “homem de bem”, em luta contra o mal que seria a corrupção.

O terceiro aspecto é a menção a Deus na despedida, reforçando o elemento religioso em sua fala, pois teríamos, neste caso, as expressões do homem de Deus e de bem em luta contra o mal da corrupção. As expressões dualistas que marcam o cristianismo fundamentalista seriam transpostas para a arena pública através de discursos e de possíveis práticas de governo.

O quarto aspecto que merece destaque é a sua foto como militar, marchando, algo comum no *timeline* de Rocha - o vínculo explícito com a instituição militar e que no contexto desta postagem adquire um significado especial. Temos, assim, elementos que caracterizam o “cidadão de bem” reunidos em uma única postagem. O Coronel Marcos seria o militar, guerreiro e homem de Deus, que estaria travando uma batalha contra a má política, por ele chamada de “politicagem” e valendo-se, para isso, da utilização da violência.

Sobre as temáticas morais analisamos, ainda, os posicionamentos do Senador Marcos Rogério. Na sua página oficial no Facebook é possível perceber que ele é um militante atuante desta temática, mas a grande maioria das suas manifestações sobre estes assuntos ocorreram antes de 2020.

Até o ano de 2018, Marcos Rogério foi presidente, na Câmara dos Deputados, da “comissão escola sem partido”. Os trabalhos da comissão foram concluídos após a realização de 12 sessões, sem que os parlamentares tivessem conseguido votar o relatório inicial e sem avançar para o projeto se tornar lei. Tal comissão tentou estabelecer em formato de lei as ideias defendidas pelo “Movimento Escola Sem Partido”, que defendia, dentre outras propostas, a proibição de que professores se manifestassem sobre temas

políticos ou de gênero nas suas aulas⁸⁸. Em sua atuação, o então Deputado Marcos Rogério demonstrou estar profundamente vinculado às pautas morais defendidas pelos movimentos mais conservadores e mesmo com todas as imprecisões do termo, ele encampou em sua retórica a “ideologia de gênero”.

Em uma postagem do dia 4 de setembro de 2019, Marcos Rogério postou uma foto do Presidente da República Jair Bolsonaro, contendo a seguinte legenda:

Por determinação do presidente Jair Messias Bolsonaro, o MEC deve preparar um Projeto de Lei que proíba a propagação da ideologia de gênero no ensino fundamental.
Quando fui presidente da Comissão Especial Escola Sem Partido, na Câmara dos Deputados, recebemos diversas provas e denúncias de que ampla maioria das escolas utiliza as salas de aula para doutrinar os alunos, o que é um absurdo!
A iniciativa do presidente vai no sentido da proteção das nossas crianças!⁸⁹

Tal determinação presidencial, se efetivamente posta em prática, significaria a retomada dos trabalhos da comissão que ele presidiu e que não conseguiu avançar em sua pauta. É possível identificar a dura acusação feita às escolas ao dizer que “a maioria utiliza as salas de aula para doutrinar alunos”. É difícil acreditar que a comissão por ele presidida tenha feito um levantamento tão completo sobre todas as escolas do país que fundamente tal acusação. O que é possível perceber é que Marcos Rogério se valeu de exemplos pontuais para fazer uma acusação grave e generalista que desqualifica o trabalho educativo realizado nas escolas brasileiras. A partir de exemplos que partiram do Movimento Escola Sem Partido, e que são ideologicamente direcionados pela linha adotada por seus militantes, o trabalho dos professores passa a ser totalmente desqualificado.

Ainda no âmbito do debate Moral, o Senador fez uma postagem, no dia 24 de outubro de 2020, que exemplifica o seu posicionamento. Dessa vez o tema foi o aborto e a postagem foi de uma matéria do site de notícias G1, que tinha como título - “Brasil assina declaração universal contra o aborto e a favor do papel da família” e na legenda da postagem Marcos Rogério escreveu: “E o nosso Brasil segue se consolidando como uma Nação cristã e conservadora!”⁹⁰ A partir desta declaração, é possível perceber qual é a posição do

⁸⁸ Em suma, o “Movimento Escola Sem Partido” é uma organização de pais conservadores que se propõem a fiscalizar e combater o que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Este movimento entrou em evidência no ano de 2015, durante as discussões sobre o Plano Nacional de Educação e com a proposição de diferentes projetos de lei sobre este tema nas câmaras municipais, estaduais e federal.

⁸⁹ A postagem pode ser verificada em :
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/posts/2435397003208728>>

⁹⁰ A postagem pode ser verificada em :
<<https://www.facebook.com/MarcosRogerioOficial/posts/3449241215157630>>

Senador sobre o tema do aborto e, para além disso, deixa claro a defesa do cristianismo e do conservadorismo político e religioso.

A defesa dos valores conservadores se expressa ainda em um discurso que proferiu na tribuna do plenário do Senado e que foi postado em sua página oficial no Facebook no dia 3 de novembro de 2019. O tema principal foi o que ele denomina de “lixo cultural”; sobre isso manifestou-se da seguinte maneira:

O Brasil é rico em diversidade cultural e precisa difundir esta riqueza, mas é preciso analisar o que realmente é cultura e como exatamente pode ser difundida. Além disso, precisamos diferenciar o que é cultura e o que é lixo e muito daquilo do que se diz que é cultura, é lixo, e lixo imoral! [...] Nossa produção cinematográfica, em grande parte, é totalmente inadequada para o ambiente da família...⁹¹

A fala do Senador expressa a sua preocupação com a moralidade e demonstra a ideia de que apenas algumas manifestações poderiam ser classificadas enquanto cultura; as outras seriam, para ele, “lixo cultural”. Assim, a concepção da Antropologia contemporânea de que toda a criação humana, elaborada a partir da racionalidade, e que possui significados para um indivíduo ou uma coletividade, deve ser considerada cultura, está distante da sua concepção sobre o tema.

Quando Marcos Rogério fala de “lixo imoral”, ele expressa a sua preocupação com a moralidade e com determinadas expressões culturais, que, na sua concepção, seriam inapropriadas para as famílias. Em outra parte do vídeo, atrela a imoralidade a uma intervenção artística, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo, em que a performance utilizava um corpo nu que podia ser tocado pelas pessoas em geral e que foi tocado por uma criança. As opiniões do Senador, que não possui formação na área de antropologia e nem em artes, expressam o ímpeto pela criação de uma espécie de “tribunal” da moral, com o objetivo de julgar o que seria cultura e o que seria lixo cultural.

Tal concepção vai ao encontro do pensamento conservador, pois, de acordo com Roger Scruton (2020), o conservadorismo seria um defensor da “alta cultura”. Cabe questionar o que seria a “alta cultura” e a “cultura” ou a “baixa cultura” e o “lixo cultural”. Seria possível inferir que no polo positivo destas formulações estariam as manifestações ocidentais e elitizadas, ao passo que no seu oposto estariam as expressões culturais periféricas como o funk, o hip-hop e o grafite?

⁹¹A postagem pode ser verificada em : < <https://www.facebook.com/watch/?v=1034258296914987>>

A terceira liderança política que analisamos foi o coronel Chrisóstomo. Assim como Marcos Rogério e o coronel Marcos, este se mostra favorável às pautas conservadoras no que tange às questões morais. Nas postagens realizadas pelo Deputado, em sua página oficial no Facebook, é possível identificar muitas manifestações usando o nome de Deus. Diversas vezes utiliza o famoso slogan de Bolsonaro - “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”. Em outros casos, apenas invoca o nome de Deus com falas como “Deus nos abençoe” ou uma prece para que Ele faça algo. Além disso, assim como as outras duas lideranças políticas analisadas, Chrisóstomo participou e divulgou o dia de jejum nacional convocado pelo Presidente e por alguns pastores⁹².

É possível identificar que o Deputado Federal não dá aos temas religiosos a mesma relevância manifestada pelas outras duas lideranças. Ambos, o Governador e o Senador, falam de Deus assemelhando-se a um pregador, algo que não ocorre com Chrisóstomo, que utiliza o nome de Deus com menor frequência e, na maioria das vezes, como um tema secundário.

É pertinente destacar que ele acompanhou a ideologia conservadora sempre que foi questionado. Posiciona-se contra a dita ideologia de gênero, participa dos atos organizados pelos militantes em parceria com Bolsonaro, em Brasília, e fala em defesa da família. Porém, tais manifestações têm menor ênfase do que as suas falas que se situam na defesa das forças de segurança, no apoio a Jair Bolsonaro e na defesa dos investimentos públicos.

Para concluir, a partir dos dados levantados, fica bem evidente o posicionamento ideológico das três lideranças políticas do Estado de Rondônia, no que se refere às questões morais. Embora adotando diferentes posturas públicas, o Coronel Marcos, Marcos Rogério e o Coronel Chrisóstomo deixam claro a presença e a influência do cristianismo em seus posicionamentos. Embora existam diferenças políticas entre os três, há unidade em torno de temas ligados à moral, como a crítica a igualdade de gênero, a defesa da família tradicional, a condenação do aborto e a busca pelo estabelecimento de um determinado padrão de cultura, baseado numa ideia própria de moralidade cristã. Neste aspeto, os três líderes políticos se julgam no direito de coibir aqueles que se expressam de formas diferentes.

⁹²A postagem pode ser verificada em :
<<https://www.facebook.com/DepCoronelChrisostomo/posts/796102631001361>>

Capítulo 6.

Entre a teoria, as opiniões e os discursos

No capítulo 3, tratamos dos elementos teóricos que marcaram o pentecostalismo; no capítulo 4, os resultados da pesquisa, realizada através da aplicação de um questionário online; no capítulo 5, as manifestações públicas de três lideranças políticas. Neste capítulo faremos um cruzamento dos dados destes três sujeitos do estudo, a fim de perceber as conexões entre eles.

Seguindo a mesma ordem teórica apresentada no capítulo 4, faremos agora um trabalho analítico, com o objetivo de perceber os pontos de conexão e de dissonância entre a base teórica e os resultados da pesquisa quantitativa e da análise das lideranças políticas do Estado de Rondônia.

6.1 Prosperidade e liberalismo econômico

Conforme demonstrado acima, a noção de prosperidade que se estabelece a partir de uma perspectiva religiosa, baseada na Teologia da Prosperidade (TP), está presente na maioria dos movimentos pentecostais, tendo sido introduzida no Brasil a partir da década de 1970. Esta perspectiva teológica baseia-se na crença de que o ser humano, criado por Deus, não estaria no mundo para sofrer, mas para viver uma vida saudável, feliz e rica, o que seria um sinal da bênção de Deus àqueles que conseguem usufruir de tais conquistas.

Por ser uma teologia que tem por base o incentivo ao acúmulo de capital e de bens econômicos, bem como ao consumo de serviços e de produtos, a noção de prosperidade, presente na doutrina pentecostal, atua como mantenedora e catalisadora do sistema econômico capitalista. Nesse sentido, noções como empreendedorismo e sucesso, que fazem parte do capitalismo e de uma economia liberal, também estão presentes na TP. É nesse momento que pentecostalismo e liberalismo se encontram enquanto fenômenos sociais que potencializam o desenvolvimento dos mercados.

Conforme destaca Almeida (2017), a ética pentecostal que se estabelece com base na Teologia da Prosperidade encontra o capitalismo moderno em seu modelo liberal, especialmente pela perspectiva meritocrática que ela fomenta. Portanto, se Deus agracia

aqueles que agem conforme as suas expectativas, contribuindo com o dízimo e adotando comportamentos de acordo com a moral cristã, por exemplo, no mercado, os mais recompensados serão os que adotarem as posturas a ele condizentes; ou seja, os que mais se esforçarem e lutarem pelo sucesso. A partir desta relação entre crença e mercado, fomenta-se uma visão que potencializa a competição e a noção de que o sucesso é resultado do esforço particular, ou da vontade de Deus, mas nunca de uma conjuntura ou de um contexto mais amplo.

Tais aproximações teóricas põem os pentecostais em consonância com o liberalismo econômico. Porém, quando olhamos para esta questão empiricamente, através das informações recolhidas na pesquisa, pairam algumas dúvidas sobre estas tendências. Com base nos dados extraídos do questionário, foi possível perceber que apenas uma parcela (aproximadamente 50%) dos entrevistados acredita na premissa de que a prosperidade seria uma graça de Deus. A outra parcela segue uma visão meritocrática ou põe na estrutura da sociedade a “culpa” pelos insucessos individuais.

Quanto à defesa do liberalismo, os dados apontam para uma perspectiva que põe em descrédito as premissas liberais, com a maioria dos entrevistados não relacionando a má qualidade dos serviços com a sua execução por agentes públicos. Ou seja, um dos elementos basilares das propostas liberais, que consiste na substituição dos agentes públicos por agentes privados na prestação dos serviços à população, não encontra respaldo nas opiniões de uma parcela considerável dos pentecostais do Estado de Rondônia.

Além disso, ao analisar os posicionamentos das lideranças políticas - Coronel Marcos, Marcos Rogério e Coronel Chrisóstomo -, percebemos pouca adesão às premissas liberais. A partir dos dados das suas páginas oficiais no Facebook, ficou claro que estes políticos valorizam de forma especial os investimentos públicos. Tanto o governador, quanto o senador e o deputado não realizaram manifestações espontâneas direcionadas à iniciativa privada; em contrapartida, muitas postagens foram realizadas com o intuito de destacar os gastos públicos através dos investimentos realizados pelo Estado.

É possível perceber que, no atual momento político brasileiro, ocorre uma aproximação entre pentecostais e liberais, que tem a sua síntese no governo do Presidente Jair Bolsonaro; porém, esta é uma aproximação momentânea, que não se sustenta numa convergência mais ampla de ideias. Em essência, uma parcela significativa dos pentecostais não assumem as pautas liberais como suas e nem as introjetam. A

aproximação verificada entre esses dois grupos pode ser entendida como um arranjo momentâneo para conquista do poder e, especialmente, para enfrentar um inimigo comum - o dito “comunismo”.

Conforme demonstrado no capítulo 4, Scruton (2020) fala das aproximações entre liberais e conservadores em diferentes momentos da história e sempre que existe um inimigo comum a ser enfrentado. No atual momento político do Brasil, este inimigo existe para os dois grupos em questão e situa-se nos movimentos sociais e nos partidos de esquerda, por eles chamados, genericamente, de “comunismo”. Os opositores políticos geram desconfiança nos conservadores por carregarem consigo um projeto de mudança baseado na igualdade social, de raça e de gênero. Por outro lado, as propostas dos partidos de esquerda, baseadas no aumento do poder do Estado, a fim de que este possa intervir e conduzir os processos de desenvolvimento e de distribuição da riqueza, geram receios nos adeptos do liberalismo.

É a partir desses receios e desconfianças que surge a aliança desses dois grupos. Porém, ela é momentânea e diz respeito apenas a este momento político específico. Existe uma causa maior, um opositor comum que precisa ser derrotado, e isso faz com que a aliança ocorra, assim como já ocorreu em outros momentos históricos como nos governos de Lula e Dilma (2002 – 2016), do Partido dos Trabalhadores. A aliança com o partido de esquerda se rompeu a partir de 2014; porém, nada impede que volte a ocorrer em outro momento da história política, sempre a depender de um conjunto de fatores capazes de influenciar o arranjo de forças sociais em disputa pelo poder.

6.2 A força da moral

Dentre os elementos que marcam e reforçam a identidade pentecostal, a moral é aquela que se mostra mais pungente. É no âmbito dos comportamentos e das regras sociais que há maior convergência entre as diferentes igrejas e grupos religiosos e é a partir deles que o pentecostalismo ganha maior publicidade e visibilidade. Nos últimos anos, tornou-se comum lideranças religiosas se manifestando publicamente, a fim de defender os seus pressupostos nos debates sobre aborto, eutanásia, pesquisas com células tronco e, especialmente, nas discussões em torno dos comportamentos sexuais e dos direitos LGBT.

No capítulo 4, demonstramos o peso da temática moral na sociedade brasileira e a capacidade de mobilização que ela possui, pois tornou-se comum a organização de movimentos sociais e políticos que visam barrar o avanço de pautas que têm como objetivo questionar preceitos morais estabelecidos socialmente. É nesse sentido que se inserem movimentos como o Escola sem Partido e a bancada evangélica no congresso nacional.

A partir da pesquisa de campo, conseguimos identificar que, para além da pluralidade de igrejas, um fenômeno que marca o pentecostalismo em Rondônia, existe uma unidade em torno dos temas morais, especialmente no que tange o debate sobre a questão de gênero. Tal afirmação não significa que não existam dissonâncias entre as igrejas, pois, dada a pluralidade e a autonomia do movimento, abre-se espaço para opiniões contrárias que fogem às generalizações. Porém, o índice de 93,1% de entrevistados, contrários ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, é bem significativo.

O tema da moral sexual é tão importante entre os pentecostais que acaba por ser mais rejeitada do que o aborto. Conforme referido no tópico 5.5, 65,8% dos entrevistados rejeitam o aborto, um índice bem menor do que os 93,1% que são contrários ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Essas opiniões dos membros das igrejas pentecostais são bem representadas pelas lideranças políticas de Rondônia, que estão próximas deste movimento religioso. conforme demonstrado no capítulo 6, o governador Marcos Rocha, o senador Marcos Rogério e o deputado federal Coronel Chrisóstomo posicionam-se como defensores dos preceitos morais do cristianismo em suas manifestações públicas.

Embora existam diferenças na forma como externalizar as suas opiniões - destacando-se o senador como o mais aguerrido militante em prol das causas conservadoras, que chegou a ser o presidente da comissão do projeto escola sem partido -, o posicionamento dessas três lideranças políticas é de defesa dos preceitos morais estabelecidos. Fica claro que nenhum deles está disposto a fazer algo em prol da igualdade de gênero, dos direitos da mulher ou do movimento LGBT.

A perspectiva dos pentecostais em Rondônia, no campo da moralidade, é de promoção dos interesses conservadores na defesa do modelo de família tradicional, barrando projetos que visem o avanço dos direitos civis, especialmente dos grupos que põem em causa os padrões rígidos de família e de comportamento moral. É nesse sentido que o Estado de Rondônia foi definido, em reportagem do site “El País”, como “laboratório do

conservadorismo⁹³”, onde as práticas políticas que objetivam a redução de direitos conquistados por aqueles que são excluídos, em função da sua opção sexual ou da sua condição social, seriam testadas na prática para depois serem replicadas pelos demais Estados do país adeptos às pautas conservadoras.

Para além da moralidade, relacionada aos comportamentos individuais no âmbito da sexualidade e do controle reprodutivo, a pauta comportamental abrange, também, fenômenos que extrapolam os limites da vida pessoal passando para a esfera pública, como a corrupção política, por exemplo. Especialmente na última década, discursos em torno de uma ética pública pautada no combate à corrupção passaram a ser proferidos pelas lideranças políticas conservadoras, compondo o rol de pautas comportamentais encampadas pelos pentecostais e rendendo-lhes importantes votos e apoio popular. De diferentes formas, os discursos públicos articulados pelas lideranças religiosas, com ênfase nos desvios ocorridos no âmbito das práticas políticas, sustentavam que a solução para tais problemas estaria situada na religião.

A partir da ocorrência de casos de corrupção, que foram largamente midiaticizados a partir de 2013, grupos políticos conservadores e religiosos passaram a se articular de forma mais acentuada enquanto defensores de uma “moralização” da política. Para isso, passaram a utilizar largamente a noção de “cidadão de bem”, que seria o estereótipo de um homem religioso que não cometeria desvios e que estaria situado de forma preferencial nas religiões cristãs. Tal argumento promoveu politicamente lideranças religiosas e influenciou de forma significativa o resultado das eleições presidenciais de 2018.

Ao analisar as manifestações das lideranças políticas - o governador e os dois representantes de Rondônia no Congresso Nacional -, é possível identificar uma relação direta de seus posicionamentos com a noção de “cidadão de bem”. Rocha, Rogério e Chrisóstomo defendem os preceitos estereotipados das lideranças religiosas e atuam como defensores da moralidade, da militarização dos processos de segurança, da heteronormatividade e do combate à corrupção. No âmbito da moral pentecostal, eles seriam exemplares representantes do “bem”, pois defendem padrões conservadores de comportamento e estão em “combate com o mal”. É perceptível nas postagens realizadas que eles arrogam a defesa do “bem”; ou seja, uma relação direta com o cristianismo dualista que pensa a sociedade na oposição bem X mal e no combate entre estes dois polos.

⁹³ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>

Dessa forma, a partir da discussão teórica realizada no capítulo 4 - indicando a relevância das pautas dos costumes para os grupos pentecostais -, considerando os dados quantitativos levantados e que expressam a importância dessa pauta para os membros das igrejas e, ainda, as posições assumidas pelas lideranças políticas analisadas, bem como a relevância de seus cargos, podemos afirmar que a ambiência social e política de Rondônia é pouco propícia aos avanços sociais no âmbito dos direitos das minorias, em especial dos homossexuais.

A partir destas verificações, podemos concluir que as constatações de Maria das Dores Campos Machado (2013), de que o pentecostalismo estaria sendo permeado por uma maior consciência pública, não podem ser aplicadas para o caso de Rondônia. Em oposição a esta perspectiva, prevalece a tendência apontada por Almeida (2017), de que o ímpeto propositivo dos grupos religiosos conservadores tem como intuito principal propor leis e regulamentos públicos visando impor os seus preceitos. Em vez de ficar esperando e simplesmente reagir às ofensivas dos que lutam por igualdade e aos avanços da sociedade moderna, os líderes conservadores de Rondônia assumem uma postura ativa e impositiva com base nos preceitos que defendem.

6.3 Autoritarismo e violência

Se a moral pode ser considerada como o eixo principal que agrega e dá direcionamento e visibilidade ao pentecostalismo, esta se sustenta em um país que tem as suas fundações sociais assentadas numa base masculina, autoritária e violenta, que se expressou e se expressa através do patriarcado. Este modelo de organização social, centrado na figura paterna, cumpriu um importante papel nos primeiros 400 anos de história do Brasil, como bem demonstrou Gilberto Freyre, na sua obra clássica “Casa-Grande e Senzala”. Num período em que a administração oficial tinha uma presença rarefeita no terreno, cabia às lideranças locais cumprirem o papel de mantenedoras da ordem social e, para isso, utilizavam os métodos que julgavam mais eficazes.

Conforme demonstrado no capítulo 4, a estrutura patriarcal teve sempre uma elevada plasticidade diante das mudanças pelas quais passou o Brasil e adaptou-se a elas, mantendo boa parte do seu poder e influências nos períodos colonial, monárquico e republicano. Com o soprar dos ventos modernizantes e centralizadores do poder do Estado, a partir da década de 1930, o patriarcado passou por transformações, deixou de

ser um modelo exclusivamente centrado na família e adentrou em outros espaços, como os partidos políticos, instâncias do poder judiciário e profissões de elite, como médicos e engenheiros, que passaram a ocupar espaços privilegiados na estrutura urbana que se fundava.

Esse formato de organização social moldou boa parte do que viria a ser a estrutura de poder político no Brasil, estabelecendo-se a partir de práticas como o “emedebismo” (NOBRE, 2013) e o “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988). Tais práticas de operacionalização da política no Brasil aparentam defender o diálogo e o bom convívio entre as instituições e seus representantes; porém, carregam uma gênese autoritária que têm por objetivo mais amplo estabelecer discursos e práticas que sufocam as vozes dissonantes.

Além disso, o modelo de poder com base no patriarcado apresenta outra característica - a violência. Embora o estilo brasileiro em sua sociabilidade possa aparentar tranquilidade, receptividade e ausência de conflito, existem as marcas do sangue derramado de muitos índios, negros e outros tantos que ocuparam e ocupam posições subalternas na estrutura social. Porém, historicamente, esta violência foi maquiada por expressões públicas repletas de amenidade e de cordialidade, especialmente nas manifestações de figuras públicas como lideranças políticas e religiosas.

No entanto, a partir das últimas décadas, tal realidade tem passado por mudanças. Conforme demonstrou Cecília Loreto Mariz (1999), a expansão do pentecostalismo em solo brasileiro alterou profundamente a imagem pública do religioso no país. De um estereótipo avesso aos conflitos, festeiro e sincrético, historicamente cunhado por um modelo de catolicismo popular, o Brasil passou a ter, cada vez com mais frequência, imagens de um cristianismo aguerrido e lutador, que está em combate contra as forças do mal.

Assim, nas últimas décadas, reforçaram-se os modelos autoritários e violentos que, embora sempre tenham existido nas raízes patriarcais, estavam escondidos e eram considerados comportamentos a serem refutados. Na atualidade, tais posturas passaram a serem adotadas publicamente e valorizadas por alguns setores da sociedade, situados de maneira especial em grupos pentecostais e conservadores.

Uma das expressões mais patentes dessas características são as manifestações do próprio Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito com o forte apoio das lideranças pentecostais. O chefe do poder executivo atrelar a ele a imagem do pai de

família, uma espécie de patriarca que reúne, em pleno regime republicano, seus quatro filhos homens para as tomadas de decisões sobre a nação. Além disso, as noções de autoritarismo e de violência são facilmente percebidas em suas manifestações públicas, que não aceitam opiniões dissonantes e nas respostas agressivas aos que “ousam” questioná-lo publicamente.

A partir dos dados coligidos com os membros do pentecostalismo em Rondônia, foi possível perceber que existe, por parte da maioria dos entrevistados, o apoio às práticas violentas e repressivas adotadas como forma de combate à violência pública. Embora os índices de apoio às pautas como redução da maioridade penal, aumento do efetivo de policiais e o armamento de civis não tenham registrado números tão expressivos como os da rejeição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, é possível perceber o apoio da maioria às propostas de combate à violência que se amparam na repressão.

Nesse sentido, os posicionamentos das lideranças políticas do Estado sustentam em seus discursos o combate à violência, tendo como método principal o reforço do aparato militar e de repressão. Coronel Marcos, Marcos Rogério e Coronel Chrisóstomo expressam nas suas manifestações públicas - assim como Jair Bolsonaro - as concepções de um patriarcado adaptado à contemporaneidade, marcado pelo autoritarismo e pela violência.

A partir da análise realizada sobre essas três lideranças políticas, percebe-se claramente a defesa de ações como o fortalecimento das corporações militares e a utilização de métodos violentos como forma de combater a criminalidade. Além disso, na forma como o Coronel Marcos e Marcos Rogério expressam as suas concepções sobre a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), é possível perceber que as ações violentas por eles defendidas não se voltam contra o crime em si, mas englobam uma perspectiva ideológica em que todos aqueles que questionam a ordem do poder do Estado, passam automaticamente a serem classificados como “criminosos” e merecedores da repressão militar.

Dessa forma, o Brasil é país que: foi forjado pela violência contra o indígena e o negro; que se firmou sobre um patriarcado autoritário e violento, mas que conseguiu maquiagem e encobrir a perversidade das suas práticas, através de uma carapaça que transmitia estabilidade, cordialidade e paz; que acomodou o seu regime republicano em negociações entre elites políticas preocupadas, na sua grande maioria, somente com os próprios privilégios e com a manutenção da ordem estabelecida; marcado por um catolicismo popular e sincrético, que posteriormente recebeu uma religiosidade pentecostal de guerra e de luta contra o que eles consideram “expressões do mal”. São, portanto, condições

propícias para que diversas práticas de violências ocorram e tornam-se publicizadas e com amplo apoio popular.

Assim, o discurso bélico do enfrentamento do mal, articulado pelos pentecostais, pode ser lido como um elo capaz de ligar diferentes matrizes sociais violentas, como o patriarcado e o autoritarismo político. Nessa perspectiva, o enfrentamento que estava em uma espécie de latência encontrou no discurso religioso a justificativa que precisava para tornar-se mais aceito publicamente.

6.4 A política

Percebemos, acima, que a violência consiste em um dos métodos utilizados pelos pentecostais como forma de expressão sócio-religiosa e que pode ser lida como expressão pública de vários processos violentos da sociedade brasileira que estavam encobertos por uma imagem de país pacífico. Dessa forma, o crescimento do pentecostalismo teria influenciado diretamente essa característica da população brasileira, modificando parcialmente uma das marcas da sua sociabilidade, a cordialidade.

Para além desta alteração na ambiência social, uma das marcas da religião na atualidade é a presença de lideranças religiosas, especialmente pentecostais, em espaços que não se restringem aos comumente definidos enquanto religiosos. Embora a capacidade de influência sobre o corpo social e político do país seja uma discussão bastante ampla - e que perpassa a Sociologia desde a década de 1990 -, é inegável que muitos religiosos deixaram os púlpitos para ocuparem as tribunas políticas.

No capítulo 4, apresentamos as bases deste processo, mostrando de forma clara a relação dos pentecostais com a política. Conforme ficou demonstrado, embora exista uma tendência de aproximação dos pentecostais com movimentos políticos e partidos de direita, tal processo não é unânime e nem absoluto, pois em diferentes momentos históricos, lideranças pentecostais apoiaram governos de esquerda, como o do ex-presidente Lula. Além disso, temos vários exemplos de lideranças pentecostais que se situam no campo político progressista, como Benedita da Silva (deputada federal pelo PT-RJ) e Marina Silva (ex-ministra do PT e fundadora do partido REDE sustentabilidade).

No entanto, independente do caráter ideológico, a presença de lideranças religiosas, ou portadoras de um discurso religioso, é um fato inegável na política contemporânea do

Brasil. Isso se expressa de forma bastante clara através do aumento do número de candidatos religiosos eleitos para o Congresso Nacional, nos pleitos de 2010, 2014 e 2018 (DIAP, 2021).

Embora tal crescimento possa ser motivado por diferentes fatores, como o desencontro entre as mudanças nos regramentos jurídicos numa velocidade mais rápida do que a sociedade é capaz de absorvê-las, conforme demonstrado por Selmám (2020), a atuação de grupos religiosos organizados com o objetivo de capitalizar votos a partir do apoio religioso que possuem também é uma realidade (ORO, 2003).

Nesse sentido, uma pergunta no questionário que aplicamos tinha por objetivo captar a influência do elemento religioso na decisão do voto do eleitor pentecostal em Rondônia, a saber: “Qual dessas características você considera a mais importante na hora de escolher um candidato?”. Como possibilidade de resposta foram apresentadas 5 alternativas fechadas: a) Ser honesto; b) Ser cristão; c) Pertencer à mesma igreja; d) Ter sido indicado por uma liderança da igreja e; e) Ter boas ideias.

Esta questão foi formulada com o objetivo de captar a influência do vínculo religioso sobre o voto. Para se ter uma ideia mais geral possível, optamos por fragmentar as alternativas, sendo duas com caráter bastante abrangente, letras “a” e “e”, já as outras três “b”, “c” e “d” vinculam, de diferentes formas, a opção do voto à religião.

As frequências obtidas para esta questão estão expressas na tabela abaixo.

Tabela 25. Qual dessas características você considera a mais importante na hora de escolher um candidato?

	N. de respostas	Porcentagem
Ser honesto	99	32,6
Ser cristão	78	25,7
Ter boas ideias	54	17,8
Ter sido indicado por uma liderança da Igreja	36	11,8
Pertencer a mesma igreja	28	9,2
Omissos	9	3,0
Total	304	100,0

Fonte: autor

Ao analisar os índices obtidos para cada uma das possíveis respostas, pudemos perceber que, de forma isolada, a característica “ser honesto” foi a mais indicada pelos entrevistados, obtendo 32,6% do total das respostas. Porém, quando somadas as alternativas que vinculam o voto ao elemento religioso e comparadas com a somatória das

demais, percebe-se que para 46,7% dos entrevistados o elemento religioso foi indicado como o mais relevante para a escolha do candidato.

A partir desses dados é possível perceber que existe uma relação direta entre vínculo religioso e voto para uma parcela significativa dos pentecostais de Rondônia. Embora não seja absoluto e nem totalmente determinante em uma eleição, o fato de aproximadamente 50% dos entrevistados se declararem influenciados pelo aspecto religioso, é um dado que não pode ser desconsiderado nem menosprezado.

Embora a maioria das igrejas não possua a eficácia e o pragmatismo da Igreja Universal do Reino de Deus - com um conjunto de procedimentos de elevado grau de sofisticação, a fim de definir e apoiar os seus candidatos (ORO, 2003) -, o que fica claro é que há uma pré-disposição por parte dos fiéis em votarem nos seus “irmãos de crença”. Em entrevista realizada com o Pastor Carlos, da Igreja Assembleia de Deus Madureira, da cidade de Vilhena, questionamos sobre o apoio da igreja a candidatos e os processos de escolha dos representantes para os pleitos. Ele apresentou as seguintes respostas.

Quando chega perto da eleição municipal, a gente conversa aqui na Igreja com o pessoal, para ver quem é que tem vontade de se candidatar e mais condições de ganhar. Mas, se outro membro quiser lançar a candidatura, não é proibido, todo mundo é livre para se candidatar. Já aconteceu, uma vez, de ter cinco candidatos a vereador aqui da nossa igreja. Ninguém ganhou, é claro. Ficamos sem nenhum representante, mas ninguém foi proibido de lançar candidatura. É assim que a gente faz, se faz uma conversa e se busca um consenso sobre qual é o melhor nome, mas não é uma decisão fechada (entrevista Pr. Carlos, 06/04/2021).

A partir das palavras do Pastor Carlos, percebemos que existe uma intenção da sua igreja de definir os membros capazes de “representar” politicamente a instituição ocupando cargos públicos. Fica claro também que existe uma estratégia visando o sucesso eleitoral. Embora ele expresse que a decisão sobre a candidatura não é hierarquizada, mas definida coletivamente, ela ocorre com a intenção de racionalizar ao máximo os votos em potencial provenientes dos membros da igreja.

Na entrevista realizada com A.S.N.B.A, seguidora da Igreja Assembleia de Deus, perguntamos a respeito deste tema e comentamos sobre o processo relatado pelo Pastor Carlos para escolha dos apoios políticos durante as eleições.

Então, na nossa isso é muito sutil. A gente não é tão organizado nesse sentido quanto a Madureira, entendeu? A Madureira tem (como eu acho que o senhor Carlos explicou) eles têm até uma convenção só pra lidar com isso. A gente já não, aqui é muito individual. Por exemplo: as pessoas se candidatam (aqueles que querem se candidatar), mas vamos supor que

eu, porque eu sou professor de escola dominical eu resolvo sair como candidata à vereadora. Isso é muito individual. Eu escolho. Eu que quero, vou lá e só comunico com a igreja que eu estou fazendo essa escolha. Nós, a nossa igreja não aponta ninguém, ela não indica ninguém. Aí, só que pelo fato de eu ser professor de escola dominical, para que eu não use o meu espaço de fala ali para questões políticas, eu sou retirada do meu cargo. Eu continuo membro, continuo frequentando os cultos, os eventos. Tenho total liberdade. Mas eu não posso durante esse período exercer o meu cargo.

Isso vale para qualquer um. Suponha que tem um pastor, né? Vamos supor que tem um pastor que lidera uma congregação num bairro e ele quer sair candidato. Beleza... ele tem toda liberdade, mas ele, é retirado da frente do trabalho. Ele é candidato naquele momento e não é pastor. Então o nosso envolvimento nessa questão não é tão a fundo como a Madureira faz, não é tão ativa.

Nosso caso é muito mais individual. O pastor respeita a tua vontade, o teu desejo de se candidatar, no entanto, ele não permite que a gente usufrua do espaço para fazer campanha. Aí, lógico, depois que as convenções saem, que todos os candidatos são apontados, aí ele chama à frente: ó quem é que está aqui hoje que é candidato? Chama à frente e apresenta pra igreja e todas as pessoas vão colocar seus nomes aí em apreciação.

Quem quiser votar em qualquer um deles, fique à vontade. Ele não aponta. E, por exemplo, eu não quero votar em ninguém da igreja, quero votar em alguém da Madureira, eu sou livre pra fazer isso (Entrevista com A.S.N.B.A. 20/08/2021).

A partir da resposta da nossa entrevistada, podemos perceber que existe diferença entre os níveis de organização das Igrejas para definição dos seus representantes. Na opinião dela, a Igreja Assembleia de Deus Madureira seria “mais organizada” (podemos ler esta expressão como “mais eficiente”) nos processos políticos eleitorais. Enquanto na Assembleia de Deus não haveria uma definição formal dos candidatos, na Madureira os votos dos membros seriam otimizados a partir de um método de escolha dos representantes a serem eleitos.

Ainda a respeito deste tema, questionamos a Marta, que apresentou uma explicação um pouco diferente da que foi apresentada por A.S.N.B.A. Para Marta, a questão do apoio político e da mobilização dos votos dos membros da igreja estaria ligada ao perfil do pastor. Na opinião dela, se o pastor entende que isso é algo importante, ele promove a mobilização na hora da campanha eleitoral, porém, se o pastor não entende dessa forma, esse processo não ocorre.

Um importante elemento presente na entrevista com Marta, e que diz muito a respeito da participação dos pentecostais na política, está no trecho que transcrevemos abaixo:

Eu só gostaria de pontuar uma das dificuldades que eu tive quando eleita vereadora: como cristã, eu acho que nesse contexto social, é algo que eu tive essa dificuldade... um dos meus maiores desafios no exercício da minha função, no meu mandato de vereadora, foi não ter uma equipe técnica de apoio na igreja que pudesse discutir ideias, entendeu? As vezes um projeto de lei... eu não tive. Eu tive muita dificuldade quanto a isso.

Então, o que que eu observei? Observei que os meus irmãos cristãos, eles têm muitas dificuldades, muitos desafios, mas na hora de buscar os representantes, não fazem isso. Então, fica mais fácil criticar. Críticas, muitas vezes vazias, ou até mesmo desprezar, ou menosprezar né? Esse foi um dos grandes desafios que eu tive enquanto exerci meu mandato de vereadora. Um dos pontos que eu acho que é desafiador para quem está na igreja e resolve ter uma vida pública né? Buscando um cargo político, para mim, esse é um grande desafio.

Na minha visão, assim, como membro da igreja, como uma pessoa que teve essa oportunidade de enfrentar esses desafios, eu acredito que as convenções, a convenção nacional e as convenções estaduais deveriam formar uma comissão para se tratar desse tema, entendeu? Uma comissão para dar apoio aos representantes políticos. Porque é um universo muito diferente, você está na política é um universo completamente diferente do que você está.

Dentro de um complexo religioso, até mesmo social. Dentro de uma universidade. São universos diferentes. Você está na universidade, você tem um apoio técnico dos professores que estão ali para te auxiliar. Você está na política, você não tem um apoio técnico nem da própria estrutura política e nem da denominação que você segue para discutir ideias para beneficiar a população (Entrevista com Marta, 20/08/2021).

Esta fala da Marta se deu de forma muito espontânea. A conversa já estava sendo encerrada, quando pediu para falar uma última coisa sobre um assunto que não havia sido questionado. Essa iniciativa de pedir para falar sem ter sido questionada é um elemento importante de ser considerado, pois expressa que a dificuldade por ela encontrada, quando exercia o seu mandato de vereadora, lhe causou profundo incômodo, que gostaria de externalizar de alguma forma.

Além de demonstrar incômodo, tal fala expressa que a entrevistada, quando exercia o seu mandato de vereadora, não estava disposta a ser mera representação, ou uma extensão da igreja e seus princípios no parlamento municipal, mas esperava ser propositiva na elaboração de projetos e políticas que atendessem a necessidade da população.

É possível perceber a crítica à forma como o processo político é conduzido pela Igreja, pois, na opinião dela, não havia o devido acompanhamento das lideranças da instituição ao representante eleito. Na sua percepção, faltaria à igreja melhor entendimento sobre os processos políticos e maior capacitação política aos seus membros, pois estes não saberiam transformar em propostas e projetos as críticas e as necessidades que

expressavam em relação ao poder público. Na maioria das vezes, a consequência disso seria um conjunto de críticas vazias desferidas contra o representante público que também não saberia o que fazer para ajudar o seu eleitor.

Nesse caso, a partir do exemplo de Marta, percebemos que a eleição de lideranças religiosas para ocuparem cargos públicos não significa, necessariamente, que esta liderança trabalhará de forma exclusiva para atender os interesses da instituição. Outros fatores podem estar envolvidos, levando a participação na vida pública a uma complexidade maior do que a leitura simplista de que os líderes religiosos, quando em cargos públicos apenas cumpririam um papel já definido previamente de representantes dos interesses da denominação religiosa a qual pertence.

Perguntamos ao Pastor Carlos sobre a relevância da participação nos processos eleitorais e se ele achava importante eleger representantes da igreja para cargos públicos. Ele respondeu que “sim, pois é necessário ter alguém que represente os interesses da igreja na câmara de vereadores” (entrevista realizada no dia 06/04/ 2021). Dessa forma, fica clara a preocupação da liderança religiosa em não deixar os interesses do grupo sem respaldo nas diferentes instâncias do poder; nesse sentido, ele comentou com orgulho o fato do governador, Coronel Marcos Rocha e do senador Marcos Rogério, enquanto assembleianos terem sido eleitos para os cargos que ocupam.

Por isso, percebe-se que a religião pode funcionar como um importante instrumento para promover e alçar candidatos a cargos eletivos. Elementos como a busca pelo poder por parte das lideranças religiosas e a crença dos fiéis de que o melhor a fazer é eleger alguém vinculado às mesmas crenças, muitas vezes se coadunam para formar um importante ciclo de poder entre eleitores e candidatos evangélicos.

Nesse ciclo, um elemento relevante que vai atuar mantendo a coesão entre os atores sociais é a moral. Conforme destacado acima, a moral vai servir como uma espécie de teia que une pontos separados. As igrejas pentecostais dispersas se aglutinam, pelo menos no campo das opiniões, quando o tema é a pauta dos (‘bons’) costumes. Além disso, conforme demonstrou Victor Silva (2019), tal temática possui centralidade para os pentecostais e atua de forma preponderante no momento da decisão do voto, o que leva ao fortalecimento de candidaturas ancoradas em discursos fundamentalistas a respeito dos comportamentos.

Nesse mesmo sentido, e atuando em diálogo com a defesa de um purismo moral nos campos social e político, está a defesa da violência. Conforme explicitado nos tópicos

anteriores, no atual contexto brasileiro, tornou-se comum a articulação do termo “cidadão de bem”, como um definidor de características positivas dentre aqueles que reuniriam as qualidades valorizadas pelos conservadores.

Tal noção de indivíduo ideal para o conservadorismo contemporâneo se articula com elementos religiosos do dualismo bem/mal. Assim, da mesma forma que são travadas as lutas na Bíblia e nos momentos de culto religioso ente elementos benignos e o malignos (Deus/diabo, pastor/orixá), isso também ocorreria na sociedade e na política. As ações voltadas ao combate contra o mal, mesmo que amparadas em métodos violentos, seriam justificadas aos diferentes grupos conservadores, inclusive os religiosos, pois, para que defendem tais argumentos, as atitudes daqueles que fazem parte do polo positivo (o bem), contra os que estão no polo negativo (o mal), seriam éticamente legitimadas.

Esta concepção tem se mostrado presente na vida social de diferentes formas: na defesa das ações violentas da polícia; nas agressões físicas e verbais contra aqueles que se opõem aos pressupostos elementares da moral conservadora, como movimentos sociais e grupos LGBT; e nos atos contra as religiões de matriz africana, como a destruição de terreiros e a perseguição aos seus membros.

No campo da política, o imaginário dualista também se mostra presente e tem no debate ético sobre a corrupção o seu campo preferencial de atuação. Foi nesse sentido que nos últimos pleitos muitos candidatos conservadores conquistaram sufrágios expressivos por dizerem-se “cidadãos de bem”, de conduta ilibada e que estariam dispostos a lutar contra o “mal” da corrupção. Nesse rol estão os três políticos de Rondônia que analisámos no capítulo 6, o Coronel Marcos Rocha, Marcos Rogério e Coronel Chrisóstto. Além deles, a maior expressão de sucesso do discurso moralista do “cidadão de bem”, em marcha contra o mal da imoralidade social e da corrupção, foi o próprio Jair Bolsonaro em sua campanha para Presidente em 2018.

Na pesquisa, através da aplicação do questionário on-line, perguntamos aos entrevistados em quem eles votaram em 2018. O nosso interesse era identificar o grau de adesão aos dois candidatos à Presidência que foram para o segundo turno. Para isso, foi feita a seguinte pergunta: Em quem você votou no segundo turno das eleições de 2018? Foram apresentadas cinco alternativas de resposta: a) Jair Bolsonaro; b) Fernando Haddad; c) Nulo; d) Branco; e) Prefiro não responder.

Os dados estão expressos na tabela número 26.

Tabela 26. Em quem você votou no segundo turno das eleições de 2018?

	N. de respostas	Porcentagem
Jair Bolsonaro	162	53,3
Prefiro não responder	68	22,4
Nulo	54	17,8
Fernando Haddad	10	3,3
Branco	10	3,3
Total	304	100,0

Fonte: autor

Embora uma parcela significativa dos entrevistados tenha optado por não responder, mesmo garantindo no questionário o anonimato e o sigilo, é expressivo o número de indicações a Jair Bolsonaro. Se excluirmos os que não responderam, os nulos e os brancos e considerarmos apenas os votos nos dois candidatos, dá um índice de 94,18% de votos para o atual Presidente da República.

A respeito do apoio a Jair Bolsonaro, questionamos a nossa entrevistada Marta se na opinião dela isso teria revertido em algum benefício ou malefício para as igrejas? Ela disse que não, que na sua percepção as coisas haviam permanecido como estavam e que seria indiferente para a vida da igreja apoiá-lo ou não. Além disso, ainda de acordo com a opinião da nossa entrevistada, o impacto da sua eleição na redução das forças opositoras (os comunistas) teria sido pequeno.

Porém, os números que obtivemos a partir da aplicação do nosso formulário online são bastante expressivos e demonstram o amplo apoio a Bolsonaro entre os pentecostais em Rondônia. Sucesso que não foi somente dele, mas de muitos políticos que adotaram as suas bandeiras, como é o caso do governador Marcos Rocha, do senador Marcos Rogério e do deputado federal Coronel Chrisóstomo. De uma maneira geral, podemos dizer que o sucesso eleitoral no Estado está atrelado a articulação de um discurso conservador.

Através dos levantamentos e também das observações *in loco* no tempo em que estivemos em campo, não é possível perceber em Rondônia a presença de representantes políticos ancorados em discursos progressistas. A realidade da maioria dos estados brasileiros não pode ser levada em consideração em Rondônia. Podemos perceber nos discursos das lideranças políticas uma oscilação entre os que são mais e os que são menos conservadores, porém, não há representações políticas com mandato que representam bandeiras como a defesa da reforma agrária ou das lutas por igualdade dos movimentos LGBT.

Em suma, o que fica claro é a existência de uma grande articulação entre interesses conservadores que atuam com o objetivo de manter a ordem estabelecida. Nesse sentido, forças ruralistas, militares e religiosas se unem com o objetivo de frear projetos que possam significar questionamentos às suas premissas básicas e ao modelo de sociedade por eles idealizado - capitalista, com rígida ordem imposta e cristã. Nesse contexto, projetos que se opunham a esta tríade dificilmente conseguirão prosperar, pois esbarraram no poder de retração destes agentes sociais, políticos e religiosos.

Considerações finais

No trajeto que percorremos até chegar aqui, partimos da apresentação do nosso campo de pesquisa, falando dos processos migratórios na formação do estado de Rondônia e do surgimento do pentecostalismo no Brasil e da sua chegada em Rondônia. A partir da retomada dos dois processos migratórios, o nordestino e o sulista, que atuaram de forma direta sobre a formação sócio-cultural e econômica de Rondônia.

Nesses dois processos, identificamos que aquele que provém da população nordestina formou o tipo social caboclo, conforme definido por Darcy Ribeiro (2006). Esta migração teve como marcas principais a adaptações e a acomodação ao ambiente natural da floresta amazônica daqueles que chegavam, pois, aos poucos perceberam que era melhor se adaptar à floresta do que lutar contra ela, e aprenderam com as populações nativas os caminhos para uma acomodação ao ambiente natural.

O segundo processo, mais recente (1970) e proveniente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, foi o mais impactante para a cultura local e o ambiente natural da floresta amazônica. Os sulistas chegaram a esta região preocupados em implementar uma produção agrícola rentável economicamente e, para isso, estavam dispostos a ‘dominar’ o ambiente natural. Nesse contexto, a violência contra as populações nativas e o ambiente natural foi uma das principais características deste ciclo migratório.

Os sulistas que chegavam estavam, em sua maioria, convencidos de que possuíam uma cultura “superior” a dos povos nativos da região, populações indígenas e caboclas. Eram essencialmente etnocêntricos e desprezavam aqueles que tinham um modo de vida diferente. A grande preocupação era a de acabar ou afastar as vidas nativas que encontravam pelo caminho, suprimindo a vegetação natural a fim de ser substituída por outra economicamente rentável.

Como podemos perceber, o ciclo migratório proveniente do Sul foi essencialmente conservador, pois foi marcado pela indisposição ao diálogo com o diferente em termos culturais, religiosos ou ambientais. O interesse não era o de aprender algo novo na “nova terra”, mas, sim, de transpor seus costumes e estilos de vida, da forma mais original possível para o novo ambiente que viriam a habitar.

Foi no contexto das migrações provenientes do Sul que o pentecostalismo, que já se fazia presente em Rondônia, passou a ganhar maior força de expansão. Com a chegada dos

novos moradores, muitos traziam consigo a fé pentecostal e, no processo de estabelecimento de novos vínculos com a nova terra, a crença religiosa atuava como um forte elemento agregador dos convertidos e daqueles que ainda não pertenciam ao pentecostalismo, mas que, diante daquela realidade, se tornavam fortes candidatos ao seu proselitismo.

Além disso, até então, o pentecostalismo seguia o curso dos rios amazônicos e não havia penetrado no interior do estado, o que se tornou possível com o estabelecimento das novas estradas e colônias. A partir desse momento, se expandiu e foi galgando espaço nos diferentes rincões, se estabelecendo nas cidades e, também, nas comunidades distantes, inclusive nas aldeias indígenas.

Tal expansão levou o contingente de adeptos ao pentecostalismo a um crescimento exponencial nas últimas décadas, fazendo com que Rondônia tenha se tornado o estado mais pentecostal do Brasil, em termos proporcionais.

Tal crescimento demográfico não alterou apenas o “mapa das religiões”, mas levou os preceitos pentecostais para os diferentes ambientes que formam a vida social, cultural e política do estado. Nessa perspectiva, as movimentações provenientes de Rondônia passaram a carregar consigo o mote conservador de sua base religiosa, levando este a ser considerado o “laboratório” do conservadorismo no Brasil. Destacam-se, nesse sentido, as votações expressivas que receberam no estado os candidatos com vínculos religiosos e portadores de um discurso conservador, como foi o caso do Presidente Jair Bolsonaro, do Governador Coronel Marcos Rocha e do Senador Marcos Rogério.

Assim, a partir a expansão de movimentos políticos conservadores amparados no apoio religioso em todo o país, o estado de Rondônia entrou em evidência em função do seu contingente evangélico e do seu potencial para eleger candidatos de direita.

Mas, efetivamente, quais são os elementos que conectam o conservadorismo político e o pentecostalismo formando um bloco de extrema-direita no Brasil? Até que ponto os posicionamentos adotados pelos membros das igrejas pentecostais e pelos líderes políticos são efetivamente conservadores e alinhados às ideias da extrema-direita?

Identificamos que alguns elementos, aparentemente, uniriam o movimento político conservador e os pentecostais. Aspectos como a teologia da prosperidade, o liberalismo econômico, a defesa da moralidade, o autoritarismo, e a defesa da violência cumpriram o

papel de conectar publicamente esses dois movimentos, transmitindo a impressão de serem grupos coesos e conectados em torno das mesmas causas políticas.

Foi com base nesses elementos que nos propusemos a verificar o grau de adesão dos membros do pentecostalismo e das lideranças políticas de Rondônia aos preceitos conservadores que marcam os movimentos políticos de extrema-direita no Brasil. A partir deles, realizamos uma pesquisa empírica combinando a utilização de três diferentes técnicas, aplicação de questionários com membros do pentecostalismo (quantitativa), realização de entrevistas abertas, por vídeo, com lideranças das igrejas pentecostais e análise de perfil das redes sociais das 3 principais lideranças políticas do estado que estão vinculadas ao pentecostalismo (qualitativas).

Nesse sentido, foi possível verificar que, apesar de haver pontos de convergência entre o conservadorismo político e o pentecostalismo, também existem dissonâncias. As generalizações provenientes do senso comum, da mídia e, até mesmo, de alguns meios acadêmicos, não responderam de maneira satisfatória às opiniões e posicionamentos políticos dos pentecostais.

A partir dos levantamentos empíricos realizados, foi possível perceber que existe elevado grau de convergência entre conservadorismo e pentecostalismo nos temas relacionados à moralidade, principalmente no que tange à legalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Tal posicionamento contrário a essas pautas distancia os pentecostais dos grupos ideológicos de esquerda, que em sua maioria são favoráveis à ampliação do debate sobre o aborto e o casamento entre pessoas no mesmo sexo a fim de que estes sejam trabalhados enquanto uma questão de saúde pública, ou com base na legalidade dos direitos dos cidadãos.

Quando analisamos os posicionamentos das lideranças políticas do estado, do governador Coronel Marcos, do senador Marcos Rogério e do deputado Federal Coronel Chrisóstomo, é possível perceber que, com exceção de Marcos Rogério, as outras duas lideranças não se apresentam como ferrenhos militantes em torno dessas pautas. A postura deles é mais reativa do que propositiva, pois não se manifestam de forma espontânea em defesa dos temas relativos às pautas dos costumes.

Diferente da moralidade, a defesa do liberalismo econômico é um tema que gera posições controversas entre a atual face da extrema-direita no Brasil, que se articula em torno do presidente Jair Bolsonaro e os pentecostais. Embora a defesa da prosperidade econômica enquanto graça de Deus seja algo comum nas pregações dos pastores pentecostais, foi

possível perceber que a adesão a tais preceitos, por parte dos que frequentam as igrejas, não é absoluta. O que possui mais peso para os pentecostais são concepções em torno das perspectivas meritocráticas que atribuem o sucesso à ação particular do indivíduo.

Quanto a temas como serviços públicos e pagamento de impostos, as noções clássicas do liberalismo, amparadas na perspectiva de um “estado mínimo” foram postas em xeque. O que ficou claro sobre este tema é que os pentecostais estão mais próximos da defesa de um “Estado de bem-estar social” do que de um “Estado mínimo”, convergindo pouco com o ideário da extrema-direita brasileira.

Quando analisamos as posições das lideranças políticas de Rondônia, a respeito da defesa do livre mercado, percebemos que existem semelhanças com as posições assumidas pelo público pentecostal, pois, não foi possível identificar explicitamente a defesa das pautas liberais por parte de Rocha, Rogério e Chrisóstomo. Ao contrário disso, os três manifestam preocupação em exaltar os investimentos de recursos públicos viabilizados através de recursos estatais com base na gestão pública ou em emendas parlamentares.

O aspecto que mais marca as semelhanças dessas lideranças políticas do estado com as perspectivas liberais diz respeito à defesa da propriedade privada. Sobre este tema, principalmente nos episódios que envolveram as ocupações de terras por parte da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), os três se manifestaram de forma uníssona em defesa dos fazendeiros e contra os membros do movimento social que foram automaticamente classificados como criminosos.

Nesse sentido, se mostra latente outro elemento que destacamos em nossa análise: a defesa da violência. Sobre esta temática, existe proximidade entre as lideranças políticas de Rondônia e a perspectiva conservadora de extrema-direita, devendo-se realçar que a atitude violenta se mostra justificável quando há um inimigo, um representante do mal a ser atacado. Tal representação se expressa naqueles que não fazem parte do grupo dos “cidadãos de bem” e que questionam a ordem social vigente, líderes de movimentos sociais ou aqueles que são classificados como ameaças para a sociedade, os ditos “bandidos”.

Existe convergência, também, por parte dos membros do pentecostalismo, pois a maioria dos participantes de nossa pesquisa apoiam de forma preferencial ações voltadas à repressão do crime. Porém, a parcela dos que compreendem a violência pública como algo sistêmico - e que necessita de ações estruturais para ser coibida -, também, é elevada e representa 44,7% das respostas.

Muitos outros aspectos importantes dessa relação entre conservadorismo e pentecostalismo foram percebidos e discutidos ao longo da tese.

Para além das questões ideológicas, existe uma profunda articulação entre elementos econômicos, religiosos e políticos, que unem lideranças religiosas que atuam na política e setores da economia. Não existe convergência direta entre extrema-direita e pentecostalismo, mas alguns pontos que os aproximam e outros que os dissociam. O que fica claro a partir dos resultados que obtivemos com nossa pesquisa é que as aproximações são mais contextuais do que estruturais e, da mesma forma que uma parcela significativa das lideranças pentecostais caminha hoje ao lado da extrema-direita, isso pode mudar a partir do momento em que as confluências políticas e religiosas fluírem para outro campo ideológico.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro.** Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1, p. 5–33, 1988.

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as ciências sociais.** 4ed. Penso. Porto Alegre, 2012.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo.** Dossiê conservadorismo, direitos, moralidades e violência. Cadernos Pagu, n. 50, 2017.

ARAUJO, Helder Monteiro de. **Religião e identidades sociais: o pentecostalismo na comunidade de Bom Jesus, Macapuru (AM).** 2012. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

ARAUJO, Isael de. **História do movimento pentecostal no Brasil: o caminho do pentecostalismo brasileiro até os dias de hoje.** CPAD. Rio de Janeiro, 2016.

BERTANI, Silvia Mara Novaes Souza. **Neopentecostalismo e empreendedorismo: prosperidade e mobilidade social. Uma “nova” classe média?** Tese. PUC-SP. São Paulo, 2016.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Paulus, 2002

BITTENCOURT, Maíra. **O príncipe digital.** Appris. Curitiba, 2016.

BOHN, R. Simone. **Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral.** Opinião Pública. Campinas. Vol. 10 n.2 Outubro de 2004.

_____. **Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006).** Opinião Pública, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p. 366-387.

BRITO, Maurício. **A história da Assembleia de Deus em Porto Velho Rondônia.** Blog. Visto em: <http://prmauriciobrito.blogspot.com/2015/02/a-historia-da-assembleia-de-deus-em.html> acesso em: 10 de março de 2021.

CABRAL, Luís Rodolfo; CAMPOS, Marcela Machado de. **Uma arma na mão e Jesus no coração:** Circulação e aspectos formulaicos do sintagma “cidadão de bem”. *Verbum*, v. 8, n. 3, p. 78-98, dez. 2019.

CARVALHO, Joel Pacheco de; REIS, Marcos Vinícius de Freitas. **A Igreja Católica na Amazônia:** religiosidade e conflito. In. **Religião e religiosidade na Amazônia e na contemporaneidade.** Orgs. BASTONE, Paula de Carvalho & REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Unifap, Macapá, 2018.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro:** observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 100 – 115, setembro/novembro 2005. Visto em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13458/15276> acesso em 29 de junho de 2017.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Brasil religioso que emerge do censo 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In. TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento:** o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2012.

CAPIBERIBE, Artionka. **A língua franca do suprasensível:** Sobre xamanismo, cristianismo e transformação. *MANA*. 23(2), p. 311-340, 2017. Visto em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v23n2/1678-4944-mana-23-02-00311.pdf> acesso em 09 de março de 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil.** Companhia das Letras. São Paulo, 2013.

CARRANZA, Brenda. **Renovação Carismática Católica:** Origens mudanças e tendências. Editora Santuário. Aparecida, 2002.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro.** Org. ROCHA, André. 2 ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2019.

COLFERAI, Sandro Adalberto. **Jornalismo e Identidade na Amazônia:** as práticas culturais legitimadas no jornal Diário da Amazônia como representações identitárias do estado de Rondônia. 2009. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais malandros e heróis: para uma psicologia do dilema brasileiro**. 6ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

DATAFOLHA. **Maioria quer redução da maioria penal e é contra a posse de armas**. Instituto de Pesquisa Datafolha, 2019. Visto em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985980-maioria-quer-reducao-da-maioridade-penal-e-e-contra-posse-de-armas.shtml>> acesso em 11 de maio de 2021.

DIAP. **Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado**. Site, 2018. Visto em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado> acesso em 06 de abril de 2021.

DUTRA, Roberto. **Evangélicos e as redes Sociais, a moralização da política brasileira entre 2018 e 2020**. In. RODRIGUES, Donizete & LELLIS, Nelson (orgs.) *Religião e Política: o contexto da lusofonia*. Editora Recriar, São Paulo, 2020.

EXAME. **Eleições 2020: aumenta em 34% o número de candidatos evangélicos**. Site, 2020. Visto em: <https://exame.com/brasil/eleicoes-2020-aumenta-em-34-o-numero-de-candidatos-evangelicos/> acesso em 06 de abril de 2021.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. **Assembleia de Deus no Brasil: uma igreja que cresce enquanto se fragmenta**. Visto em <file:///C:/Users/David%20Oliver/Downloads/Assembleia_de_Deus_no_Brasil_a_Igreja_qu.pdf> acesso em 20 de janeiro de 2020.

FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. **Neopentecotalização do pentecostalismo clássico: mudanças nas concepções escatológicas das Assembleias de Deus**. Dissertação. Univesidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

FERRETI, Sérgio. **Religiões afro-brasileiras e pentecostalismo no fenômeno urbano**. In: BATISTA, P A N, PASSOS, M. e SILVA, W T. *O sagrado e o urbano. Diversidade, manifestações e análise*. São Paulo: Paulinas. 2008, p 109-126. Visto em: <http://gurupi.ufma.br/jspui/bitstream/1/192/1/Rel%2520Afro%2520e%2520Pentecostalismo.pdf> acesso em: 26 de março de 2021.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização:** Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 63, 2002. Visto em: <https://journals.openedition.org/rccs/1250#text> acesso em 25/03/2021.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil:** da constituinte ao impeachment. Tese. Unicamp, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** Circulo do Livro. São Paulo, 1980

G1. **Pesquisa Datafolha: 59% dos brasileiros são contrários a mudanças na atual lei sobre o aborto.** 2018. Visto em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-59-dos-brasileiros-sao-contrarios-a-mudancas-na-atual-lei-sobre-o-aborto.ghtml> acesso em: 12 de maio de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5 ed. Atlas, São Paulo, 2010.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião:** dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GOBBI, Delfim Leonardo. **Urbanização brasileira.** Visto em <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html> acesso em: 10 de dezembro de 2019.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido:** A religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HUGO, Vitor. **Desbravadores.** 2ed. Companhia Brasileira de Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 1991

IBGE. **Censo demográfico 2010:** Características gerais da população, religião e pessoa com deficiência. Rio de Janeiro, 2012. Visto em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf Acesso em: 20 de agosto de 2019.

_____. **Metodologia do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2016. Visto em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf> Acesso em: 25 de agosto de 2020.

_____. **Estados@: Rondônia**. 2017. Visto em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=censodemog2010_relig Acesso em: 15 de agosto de 2017.

_____. **Cidades@**. Rondônia. 2020. Visto em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

_____. **Sidra: banco de tabelas estatísticas**. Visto em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm> acesso em: 15 de novembro de 2019.

JUNOR, Walter barbieri. **A troca racional com Deus: a teologia da prosperidade praticada pela Igreja Universal do Reino de Deus analisada pela perspectiva da teoria da escolha racional**. Dissertação. PUC-SP, São Paulo, 2007.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Instituto Piaget, Lisboa, 1990

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Companhia da Letras. São Paulo, 1996.

LINK, Rogério Sávio. **História e Violência: o caso da Migração para Rondônia. Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, vol. 3, 2004. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2161> Acesso em 26 de junho de 2017.

MAFRA, Clara. **Jesus Cristo Senhor e Salvador da Cidade – Imaginário Crente e Utopia Política. DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, V. 49, nº 3, p. 583-613, 2006.

_____. **Os evangélicos**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

MAIA, César Portantiolo; BITTENCOURT, Máira; RODRIGUES, Donizete. **Rede ideologizada? Gênero, participação social e convicções religiosas em publicações brasileiras no Facebook. Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 42, jul./dez. de 2017, p.26 – 43.

_____. Maia, César Portantiolo & **Rodrigues**, Donizete (2020). “O Pentecostalismo nas Terras de Rondon: uma análise sociológica a partir dos dados censitários”. in: Rivera, Dário Paulo Barrera; Rodrigues, Donizete; Moraes, Manoel Ribeiro de (orgs.) (2020). *Evangélicos e Pentecostais além de suas fronteiras na América Latina*, pp. 49-70. Belém: EdUEPA.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. **Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores**. Dossiê Religião e Modernidade. Revista USP. São Paulo, n. 120, 2019, p. 61 – 76.

MARIZ, Loreto Cecília. **A Teologia da Batalha Espiritual**: uma revisão da bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, n.º 47, 1, º semestre de 1999, pp. 33-48.

MATHIAS, Maíra. **Os médicos e o impeachment**: Como e por que parte da classe médica brasileira apoiou o afastamento de Dilma Rousseff. Fiocruz. Visto em <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/os-medicos-e-o-impeachment>> acesso em: 25 de agosto de 2021.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Cristianismo Amazônicos e Liberdade Religiosa**: uma abordagem histórico-antropológica. **Revista Antropolítica**, Petrópolis, n. 9, p. 77-100, 2. sem. 2000. Disponível em: www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_09.pdf. Acesso em 14 de junho de 2017.

_____. **Catolicismo, religiosidade e cultura popular entre pescadores e camponeses na Amazônia Oriental**. In. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias construções identitárias e sociabilidades. Org. GODOI, Emília Petrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Azevedo. Visto em <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/539/1/CapitulodeLivro_CatolicismoReligiosidadeCultura.pdf> acesso em 28 de maio de 2020.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Cosac Naify. São Paulo, 2003.

MPL. **Movimento Passe Livre**: por uma vida sem catracas. Visto em: <<https://www.mpl.org.br/>> acesso em: 23 de agosto de 2021.

MELO Josué Passos de. “**Caldeira em chamas**”: A igreja pentecostal na formação de Porto Velho – 1922. **Veredas Amazônicas**. Porto Velho, vol. 3, nº 1, 2014. Disponível

em:

<http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/1050/1133>

Acesso em: 11 de agosto de 2017.

NETO, Antônio Nogueira. **As migrações e o crescimento econômico do estado de Rondônia (1970 a 2010)**. 2018. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Protestos anticorrupção, sistema de alianças e corrupção política**. In. Dinâmicas de poder e práticas políticas. PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de (orgs.). Criação editora. Aracaju, 2021.

ORO, Ari Pedro. **A política na Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº. 53 outubro/2003, p. 53-68.

PADOVAN, Adenilson. **Religião e cotidiano na cidade de Alto Paraíso (Rondônia)**. Annablume, São Paulo, 2004.

PANTOJA, Vanda. **Santos e Espírito Santou, ou Católicos e Evangélicos na Amazônia Marajoara**. 2011. Tese. Universidade Federal do Pará, Belém.

PASSOS, Mauro; ZORZIN Paola la Guardia; ROCHA Daniel. **O que (não) dizem os números – para além das estatísticas sobre o “Novo Mapa das Religiões Brasileiro”**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 690-714, out./dez. 2011.

PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. **Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, vol. 17, n2, Novembro, 2011, p. 304-332.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da Religião**. Novos Estudos Cebrap. n. 49, novembro de 1997. p. 99 – 117.

_____; PRANDI, Reginaldo. **Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994**. Opinião Pública, Campinas, vol. III, nº 1, Maio, 1995, p.32-63.

PINTO, Emanuel Pontes. **Território Federal do Guaporé:** fator de integração da fronteira ocidental do Brasil. Viviaman, Rio de Janeiro, 2003.

PODER 360. **Metade dos brasileiros é a favor do casamento homossexual, mostra PoderData.** Visto em: <<https://www.poder360.com.br/poderdata/metade-dos-brasileiros-e-a-favor-do-casamento-homossexual-mostra-poderdata/>> acesso em 12 de maio de 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Fevale. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2017.

PY, Fábio. **Cristofacismo, uma teologia do poder autoritário:** a união entre o bolsonarismo e o maquinário político sócio-religioso. IHU, Unisinos, 2020. Visto em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/600150-cristofascismo-uma-teologia-do-poder-autoritario-a-uniao-entre-o-bolsonarismo-e-o-maquinario-politico-socio-religioso-entrevista-especial-com-fabio-py> acesso em: 19 de março de 2021

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. Companhia das letras. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Donizete . **O Erro de Nietzsche e a (não) Morte de Deus:** o (des)encantamento do mundo. **Política & Sociedade** - dossiê temático “A sociologia da religião hoje: secularização(ões), secularismo(s) ou laicidade?”, nº. 37, maio-agosto, pp. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017

_____. “O Antropólogo e o Sagrado: trajetos etnográficos em contextos religiosos diferenciados”, pp. 98-125. Em: Silveira, Emerson Sena da (ed.). Como Estudar as Religiões - metodologias e estratégias. Petrópolis: Editora Vozes, 2018

_____; JUNIOR, Manoel Ribeiro de Moraes. **A pentecostalização de povos tradicionais na Amazônia:** aspectos conceituais para uma antropologia de identidades religiosas. Horizonte. Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 900-918, maio/ago. 2018

_____. **Sociologia da Religião: Uma introdução.** Edições Afrontamento. Porto, 2007.

ROSA, Francisco Javier Ullán de la. **Análisis del crecimiento pentecostal entre las clases populares e indígenas de Latinoamérica:** aplicación del modelo a una comunidad Ticuna de la alta Amazonia. *Relaciones: estudios de historia y sociedad*, V. XXIV, n.96, p. 229-265, outono de 2003.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo: um convite à grande tradição.** 5ed. Record. Rio de Janeiro, 2020

SELMAN, Pablo. **Quem são? Por que eles crescem? No que eles creem? Pentecostalismo e política na América Latina.** IHU – Unisinos. 2019. Acesso em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588669-quem-sao-por-que-eles-crescem-no-que-eles-creem-pentecostalismo-e-politica-na-america-latina> visto em: 07 de abril de 2021.

SENHORAS, Elói Martins; SANTOS, Alexandre Felipe Pinho dos; CRUZ, Ariane Raquel Almeida de Souza. **Protestantismo Brasileiro e sua Expansão na Amazônia Legal.** UFRR, Boa Vista, 2016. Disponível em: <https://works.bepress.com/eloi/413/download/> Acesso em 22 de agosto de 2017.

SILVA, Adenilson de Almeida; SILVA, Antônio Carlos Galvão da. **O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestino no território amazônico durante os ciclos da borracha.** *Revista Geografar*, V.5, N1. p.61-82, jan./jun. 2010

SILVA, Emanuel Freitas da. **Cenas públicas de enfrentamento político-religioso:** apontamentos de tensões entre parlamentares evangélicos e o governo de Dilma Rousseff. *Revista Faces de Clio*. Vol. 5 | N. 9 | Jan./Jun. 2019, p. 146 – 161.

SILVA, Victor Augusto Araújo. **A religião distrai os pobres?** Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil. Tese. USP. São Paulo, 2019.

SILVEIRA, Marcelo. **O discurso da teologia da prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais. Estudo da retórica e da argumentação no discurso religioso.** Tese. São Paulo, 2007.

UOL. **Posse de Jair Bolsonaro.** 2019. Visto em:
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm> acesso em: 19 de março de 2021

UOL. RO: **Prefeito vai tirar páginas de livros que falem de ideologia de gênero.** Disponível em:
<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/01/24/prefeito-decide-tirar-paginas-de-livros-que-falem-sobre-ideologia-de-genero.htm>>. Acesso em 10/08/2020

VILAÇA, Aparecida. **Conversão, predação e perspectiva.** Mana. n. 14 p. 173 – 204, 2008. Visto em:
<file:///C:/Users/cesar/OneDrive/Documentos/C%C3%A9sar/Doutorado/Bibliografias/Pentecostalismo%20Amazonia/Aparecida%20Vila%C3%A7a%20-%20Convers%C3%A3o,%20preda%C3%A7%C3%A3o%20e%20perspectiva.pdf> acesso em: 04 de março de 2021.

XAVIER, Érico Tadeu. **Teologia da prosperidade:** História, análise e implicações. Kerygma, ano 5, n. 2, 2009

Anexos

Anexo1. Questionário aplicado a pentecostais de Rondônia

1) Em qual faixa de idade você se enquadra?

Até 30 anos

Entre 31 a 50 anos

Entre 51 e 65 anos

Mais de 65 anos

2) Qual é o seu nível de escolaridade?

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio completo

Ensino superior

Pós-graduação

3) A qual Igreja você pertence? *

Assembleia de Deus

Igreja do Evangelho Quadrangular

Igreja Universal do Reino de Deus

Congregação Cristã do Brasil

Outro:

Católica

4) Há quanto tempo você pertence a esta igreja?

Desde que nasceu

Há 10 anos ou mais

Há 1 ano ou mais

Há menos de 1 ano

5) Quantas vezes você costuma ir à Igreja?

Mais de uma vez por semana

1 vez por semana

1 vez ao mês

Somente em ocasiões especiais

6) O que você pensa sobre prosperidade?

A prosperidade é um presente de Deus.

A prosperidade é um presente de Deus, mas tem de ser acompanhada pela mudança de vida.

A prosperidade será alcançada através das ações de cada um.

A prosperidade vai depender de aspectos estruturais como, riqueza familiar, ações do governo, mercado financeiro...

7) O que você pensa sobre EMPRESAS PÚBLICAS?

Não é bom que o governo possua empresas, pois os serviços prestados são sempre ruins e caros.

Muitas vezes os serviços prestados por empresas do governo são melhores e mais baratos do que os das empresas privadas.

O melhor é que todos os serviços sejam prestados por empresas do governo, pois são mais baratos e melhores.

8) O que você pensa sobre IMPOSTOS?

É importante que o governo cobre impostos e preste bons serviços à população. Gostaria de pagar menos impostos e que educação e saúde não fossem gratuitas. O melhor seria não ter serviço público nenhum (educação, saúde, segurança, estradas...), e nenhum imposto a pagar.

9) Sobre o tema EDUCAÇÃO, qual das afirmativas abaixo está mais próxima da sua opinião?

O bom desempenho nos estudos depende somente da vontade de cada um.

O bom desempenho nos estudos estará relacionado ao apoio que o estudante recebe da sua família.

O bom desempenho nos estudos está diretamente relacionado com a condição financeira de cada um.

O bom desempenho nos estudos depende de vários fatores, dentre eles a estrutura familiar e a condição financeira.

10) Você é a favor ou contra as políticas de cotas nas universidades

A favor

Contra

11) Para ter mais SEGURANÇA PÚBLICA é necessário:

Mais policiais.

Mais oportunidades trabalho para as pessoas.

Redução da maioria penal para 16 anos.

Maior acesso à educação.

12) Você é a favor ou contra o PORTE DE ARMAS por pessoas comuns?

A favor

Contra

13) O que você pensa sobre ABORTO?

É um ato que não podemos admitir em nenhuma circunstância.

Somente pode ser admitido naqueles casos previstos em lei.

Dependendo da realidade em que a pessoa se encontra, ele é justificado.

É uma decisão pessoal da mulher a de dar, ou não, continuidade a uma gravidez.

14) Você é a favor ou contra a PENA DE MORTE?

A favor

Contra

15) Você é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

A favor

Contra

16) Qual dessas características você considera a mais importante na hora de escolher um candidato?

Ser honesto

Ser cristão

Pertencer a mesma Igreja

Ter sido indicado por uma liderança da Igreja

Ter boas ideias

17) Em quem você votou no segundo turno das eleições de 2018?

Fernando Haddad

Jair Bolsonaro

Branco

Nulo

Prefiro não responder

18) Qual é a sua renda mensal?

Até R\$1.000,00

De R\$1.000,00 a R\$2.000,00

De R\$2.000,00 a R\$5.000,00

De R\$5.000,00 a R\$10.000,00

Mais de R\$10.000,00

Prefiro não responder